



Caderno de Propostas

# Volume Detalhado

---

Sugestões de Emendas  
Parlamentares OGU 2022

## FICHA TÉCNICA

### GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Governador:** Eduardo Leite

**Vice-governador:** Ranolfo Vieira Júnior

### SECRETARIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS

**Secretária:** Ana Amélia Lemos

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

**Secretário:** Claudio Gastal

**Secretária Adjunta:** Izabel Matte

**Subsecretário de Planejamento:** Antonio Paulo Cargnin

### ELABORAÇÃO

#### DEPARTAMENTO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

**Diretora:** Carmen Juçara da Silva Nunes

**Diretor Adjunto:** Fernando Boklis

**Coordenadora do Caderno:** Daiane dos Santos Allegretti

**Equipe técnica:** Aida Dresseno da Silveira • Alberto Marcos Nogueira • Bruno Jubran • Carlos Eduardo Grings • Carmen Juçara da Silva Nunes • Cristine Lima Maciel Pretzel • Daiane dos Santos Allegretti • Fernanda Costa Corezola • Fernando Boklis • Fernando Maya Mattoso • Gerson Péricles Tavares Doyll • Luiz Roberto Franco Garcia • Magda Maciel Bueno • Marcio Roberto Teixeira • Mauro Braz dos Santos • Raquel Ditz Ribeiro • Ricardo Leães • Rodrigo Santos da Silva • Roger Coimbra Gonçalves • Rosane Lucas da Silva Rodrigues

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

**Coordenador:** Lucas Sattler Barroso

**Projeto gráfico:** Laiz Flores Oliveira • Priscila Barbosa Ely

### COLABORAÇÃO

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

#### SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

#### DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO

**Diretor:** Vinicius Piccini

#### DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

**Diretora:** Juliana Feliciati Hoffmann

#### DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**Diretor:** Alessandro Castilhos Martins

#### DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO DE TIC

**Diretor:** Jeferson Rech Padilha

**PAINEL ONLINE:** Lucas de Maman Benz e Vinicius Piccini



## Sumário

Agricultura Desenvolvimento regional	4
Cidadania e Assistência Social Habitação	70
Ciência e Tecnologia Indústria, Comércio e Serviços Trabalho e Renda	110
Cultura Educação Esporte e Lazer	171
Segurança Pública	196
Saúde	273



# Agricultura

## Desenvolvimento Regional



Nº	PROJETO
931	<b>FORTALECIMENTO DA DEFESA AGROPECUÁRIA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 13.391.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores estaduais os fiscais estaduais agropecuários da defesa agropecuária estadual da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e poderá ser envolvido outros órgãos como de apoio, por exemplo, a Brigada Militar para compor as barreiras de fiscalização.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rosane Collares Moraes	51 32886200	rosane-moraes@seapdr.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Agricultura

MINISTÉRIOS
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2202 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1230 - Promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
214W - Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Rio Grande do Sul tornou-se Estado Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, status sanitário superior ao dos países de fronteira Uruguai e Argentina, que ainda realizam a vacinação. O Estado deve garantir a sanidade do rebanho incrementando as atividades de fiscalização nas regiões de fronteira.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Desde Julho de 2020 a SEAPDR institui um programa específico para complementar as atividades de fiscalização na região de fronteira, Programa Sentinela - Decreto Estadual 55.453/2020. Nas atividades o programa flagrou casos de contrabando de bovinos da Argentina para o RS, flagrantes registrados pela Brigada Militar e Polícia Federal. Desde de julho de 2020 já foram determinados os abates sanitários de mais de 300 bovinos, por não possuírem comprovação de origem, quase a totalidade de casos suspeitos ou comprovados de contrabando da Argentina. Fazer frente a está demanda, levando em conta a situação cambial da Argentina e o baixo preço dos bovinos naquele país, é um desafio enorme e necessita de suporte orçamentário de peso.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

As atividades de fiscalização de fronteira necessitam de suplementação abundante para fazer frente ao crime de contrabando e descaminho de bovinos, pois os mesmos colocam em risco o status sanitário diferenciado do Estado que hoje pode alcançar mercados de primeiro mundo que não poderia no status sanitário inferior. Além disso, uma ocorrência de febre aftosa no RS significaria um embargo de comercialização imediato tanto de bovinos, quanto de suínos e ovinos e afetando até o mercado de aves, fato que coloca em risco a segurança sanitária e comercial do Estado que tem o setor agropecuário como um dos pilares da sua economia.

### OBJETO

Fortalecimento da Defesa Agropecuária nas regiões de fronteiras do Estado do Rio Grande Do Sul.

### OBJETIVO

Qualificar e ampliar a área de atuação da Defesa Agropecuária para assegurar a sanidade animal do Estado do Rio Grande do Sul.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Garantir a defesa agropecuária estadual, visando agregar valor qualitativo à produção agropecuária, seus produtos e subprodutos, através da fortificação e ampliação da estrutura de defesa agropecuária nas zonas de fronteira do estado do Rio Grande do Sul.

A aquisição de materiais permanentes relacionados nesta proposta visa ao aumento da área de atuação permitindo o deslocamento a regiões de difícil acesso, agilizando o atendimento de demandas do Departamento de Defesa Agropecuária. Neste sentido, a estruturação de barreiras volantes ao longo das fronteiras e divisa com Rio Grande do Sul incrementa o aparato físico para o Departamento de Defesa Agropecuária executar ações de contenção de ingressos irregulares e monitoramento de trânsito de cargas, objetivando a preservação e proteção do patrimônio agropecuário do Estado. Viabilizar um rápido atendimento a suspeitas de enfermidades de controle oficial em propriedades localizadas na faixa de fronteira, destacando-se a febre aftosa, possibilitando uma ação eficiente de controle de eventual ocorrência sanitária, evitando a disseminação da enfermidade e retomando a condição sanitária no menor tempo possível.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Smartphones (valor do comodato para 24 meses com o consumo de pacotes de ddos)	Quantidade	600	1.500.000	24
Notebook (ultrabook)	Quantidade	150	750.000	24

Veículo caminhão trucado boiadeiro	Quantidade	1	250.000	24
Veículo aéreo não tripulado	Quantidade	16	192.000	48
Capas de Chuva identificadas	Quantidade	400	40.000	48
Jaquetas brancas identificadas	Quantidade	200	30.000	48
Camisetas tipo polo identificadas	Quantidade	800	40.000	48
Chapéus pescador identificados	Quantidade	400	20000	48
Pares de placas balísticas nível III-A (permitido para uso civil)	Quantidade	120	120.000	48
Cones de sinalização com refletivo	Quantidade	200	10.000	48
Cartuchos para a impressora portátil, para substituição	Quantidade	200	40.000	48
Veículos, tipo camioneta, cabine dupla de porte médio e GPS integrado	Quantidade	60	3.600.000	24
Conversores de voltagem de 500w, 12V -110V	Quantidade	75	11.500	36
Botas de borracha	Quantidade	400	40.000	48
Bombas costais elétricas	Quantidade	100	65.000	48
Bombas estacionárias com motor 4 tempos com reservatório de água	Quantidade	24	180.000	48
Galões de 20L	Quantidade	300	15.000	48
Leitor de código de barras	Quantidade	80	12.000	48
Protetor Auricular	Quantidade	40	2.400	48
Termômetro tipo laser calibrado	Quantidade	300	75.000	48
Binóculos	Quantidade	200	40.000	48
Cadeiras de Escritório	Quantidade	300	105.000	36
Construção de QG's para Projeto Fronteira	Quantidade	3	450000	12
Veículo caminhão Toco boiadeiro	Quantidade	1	150.000	24
Lanternas LED recarregáveis c/ sinalizador	Quantidade	400	20.000	48
Jaquetas pretas identificadas	Quantidade	400	60.000	48
Macacões Identificados	Quantidade	400	40.000	48
Capas de colete balístico	Quantidade	120	60.000	48
Cavaletes (Fiscalização Agropecuária)	Quantidade	200	15.000	48
Kits de abastecimento de 1000L c/ bomba 12V	Quantidade	12	42.000	48
Pares de rádios comunicadores, alcance de 50Km	Quantidade	200	70.000	48
Propés (milheiro)	Quantidade	20	1.600	48
Toucas descartáveis (pacote c/ 100)	Quantidade	200	2.000	48
Termômetro tipo espeto calibrado	Quantidade	300	60.000	48
Computador de alto desempenho para análise de Rede	Quantidade	3	30.000	36
Carteira oficial de identificação	Quantidade	1500	75.000	12
Estrutura de alojamento para QG's (cama, colchão, cozinha, geladeira, fogão...)	Quantidade	3	75.000	12
Veículos tracionados (4x4), diesel, tipo camioneta, cabine dupla, com capacidade de carga para 1200 quilos e GPS integrado. Caminhoneta 4x4 porte grande	Quantidade	40	4.920.00	24
Impressoras portáteis	Quantidade	75	142.500	36
Rampas embarcadores móveis de animais com painéis de acesso laterais.	Quantidade	4	40.000	48

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Campo em ascensão

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Sanidade Animal e Vegetal

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Defesa e inspeção animal e vegetal

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Consumo e produção responsáveis

Nº	PROJETO
933	<b>AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DE BARRAGENS EM ASSENTAMENTOS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 320.000

PÚBLICO-ALVO
Agricultores assentados nos Projetos Estaduais de Assentamento da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura/RS, INCRA e Municípios.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marlon Hilgert Arenhardt	51 32886319	marlon-arenhardt@agricultura.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Agricultura

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2221 - Recursos Hídricos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1174 - Ampliar a Segurança Hídrica

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Quando da avaliação das áreas rurais para os projetos de assentamento, as barragens existentes foram incorporadas como áreas coletivas dos assentamentos, não recebendo atenção por parte do Estado, real proprietário e responsável pelas mesmas. Segundo a legislação vigente o empreendedor será o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garantir a segurança.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

No contexto atual, ressaltamos a importância de intervir de maneira prioritária e, preventiva nestas estruturas. A SEAPDR possui 39 barragens com algum risco de rompimento ou rompidas com necessidades de intervenção. Sendo 27 barragens em de PRIORIDADE ALTA para intervenção/recuperação, ou seja, em situação de risco de rompimento de taipas e/ou com taipas já rompidas; 05 barragens com MÉDIA PRIORIDADE e 07 com PRIORIDADE BAIXA.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Segurança das barragens asseguradas no que tange a possíveis acidentes e suas repercussões e uso garantido para os seus fins (irrigação, usos múltiplos).

**OBJETO**

Avaliação da situação das barragens de água dos assentamentos rurais do Estado, elaborando laudos conclusivos que atestem, a estabilidade e segurança das estruturas, ou indiquem a necessidade de intervenção.

**OBJETIVO**

Promover, nas estruturas sob responsabilidade da SEAPDR, as adequações necessárias ao cumprimento do Plano Nacional Segurança de Barragens, no tocante ao monitoramento, à avaliação e ao ateste do estado de conservação, segurança, estabilidade e manutenção das estruturas componentes dos sistemas de barragem. O enquadramento das Barragens e sua avaliação quanto ao risco potencial, através da identificação preliminar de situações críticas, além de exigência legal, visa garantir a integridade das estruturas, do patrimônio público, a segurança de vidas humanas, a conservação do ambiental e a manutenção dos diversos usos da água.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Quando da avaliação das áreas rurais para os projetos de assentamento, as barragens existentes foram incorporadas como áreas coletivas dos assentamentos, não recebendo atenção por parte do Estado, real proprietário e responsável pelas mesmas.

Por definição, barragem de acumulação é qualquer estrutura artificial de terra, de alvenaria, de concreto simples ou de armado, localizada em um curso d'água superficial permanente ou intermitente, excluídos aqueles de características efêmeras, para fins de contenção ou acumulação de água, devendo ser constituído de mínimo maciço e vertedouro, podendo a sua área alagada atingir Área de Preservação Permanente (APP) (Decreto nº 52.931, de 7 de março de 2016).

A partir da consolidação da Lei Nº 12.334/2010 que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, a responsabilidade sobre estas estruturas, seu monitoramento, elaboração de relatórios que atestem a segurança e estabilidade se tornou obrigatório.

O objetivo da Lei das Barragens é garantir a observância de padrões de segurança de barragens, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, além de regulamentar as ações e padrões de segurança.

O empreendedor será o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garantir a segurança. Além de submeter à aprovação dos órgãos fiscalizadores relatório especificando as ações e cronograma para a implantação do Plano de Segurança de Barragem, no prazo de dois anos a contar da publicação da Lei.

Assim, contamos com um passivo de cerca de sessenta e quatro barragens construídas, algumas com mais de

70 anos, e que não receberam, ao longo do tempo, sequer monitoramento, e hoje demandam algum tipo de intervenção, construtiva ou preventiva. Por intervenção, consideramos, avaliação estrutural, levantamento hidrológico, projeto de reforma e execução da obra.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Vistoria e Avaliação	Quantidade	64	50.000	12
Laudos e projetos	Quantidade	64	270.000	8

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Incentivo à permanência no campo

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Regularização fundiária e ambiental

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Consumo e produção responsáveis



Nº	PROJETO
934	<b>GEORREFERENCIAMENTO, CERTIFICAÇÃO E CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 6.000.000

PÚBLICO-ALVO
Famílias de assentados da reforma agrária que, por meio da distribuição de terras do estado, mediante a regularização das mesmas, terão asseguradas suas condições de moradia e produção.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Regiões Funcionais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e Municípios relacionados.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marlon Hilgert Arenhardt	51 32886319	marlon-arenhardt@agricultura.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Agricultura

MINISTÉRIOS
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
1040 - Governança Fundiária

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1236 - Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
211C - Reforma Agrária e Regularização Fundiária

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

O estado possui 120 imóveis rurais destinados a Projetos de Reforma Agrária que beneficiam aproximadamente 3000 famílias em diversas regiões do Estado. Estes imóveis possuem diversas situações cadastrais e se faz necessária a regularização fundiária dos mesmos perante o Registro de Imóveis de cada município, bem como a sistematização junto ao Sistema de Gestão do Patrimônio do Estado.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Lei 10.267/01 obriga a realização de georreferenciamento e certificação no sistema SIGEF de todos os imóveis rurais até 2025 e discussão do projeto de lei autorizando a titulação definitiva dos imóveis destinados aos Projetos de Reforma Agrária.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento da renda no campo, através da facilitação de acesso a crédito. Facilitação do processo de sucessão familiar. Diminuição das demandas do Estado na gestão e fiscalização desses imóveis.

### OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para execução de georreferenciamento, certificação de imóveis rurais (INCRA) e cadastro dos imóveis no Sistema de Gestão do Patrimônio Estadual (GPE) de áreas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul destinadas a 63 Assentamentos da Reforma Agrária, perfazendo aproximadamente 36.100 hectares, 198 matrículas e 198 cadastros no GPE.

### OBJETIVO

Os serviços de georreferenciamento, certificação de imóveis rurais e cadastro dos imóveis no Sistema de Gestão do Patrimônio Estadual (GPE) visam à atualização cadastral e regularização fundiária (em atendimento a lei 6.015/73 e a Lei 10.267/01) dos imóveis rurais de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, destinados a Projetos de Assentamentos.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A necessidade de execução dos serviços e elaboração das peças técnicas ora pretendidas visa atender as demandas dos imóveis destinados a Projetos de Assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul. O Estado possui aproximados 137 imóveis rurais destinados a assentamentos, num total aproximado de 527 matrículas. No entanto, não possui funcionários suficientes para realizar a gestão destes imóveis, sendo uma das demandas verificar se a área utilizada corresponde a área registrada e em casos de diferenças realizar procedimentos buscando identificar ou a localização das sobras/faltas de áreas ou os motivos que justifiquem estas diferenças.

A contratação dos serviços de georreferenciamento e certificação destas áreas têm por objetivo ainda atender às Leis 6.015/73 e 10.267/01, e suas alterações, que prevê que todo imóvel rural deve ser certificado no INCRA, nos prazos estabelecidos legalmente. As peças técnicas elaboradas possibilitarão ao Estado proceder às devidas retificações e adequações registrais dos imóveis e sua certificação junto ao INCRA.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Contratação de Serviço Para Georreferenciamento, Certificação e Cadastro dos Imóveis no Sistema de Gestão do Patrimônio Estadual (GPE) de Imóveis Rurais do RS destinados para assentamentos de Reforma Agrária	Quantidade	1	6.000.000	30

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Incentivo à permanência no campo

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Regularização fundiária e ambiental

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
938	<b>CONSTRUÇÃO DE VIVEIROS DE PISCICULTURA PARA ASSENTADOS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.250.000

PÚBLICO-ALVO
Famílias residentes em assentamentos de trabalhadores rurais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Municípios, EMATER RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Carlos Alberto Brigoni e Silva	51 32886319	carlos-silva@seapdr.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Agricultura

MINISTÉRIOS
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
1031 - Agropecuária sustentável

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1203 - Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20Y0 - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola e 20Y1 - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os assentamentos rurais, em parte, possuem dificuldades de acesso a financiamentos, devido ao endividamento, e baixa capacidade de investimento. Necessário se torna propor alternativas ao mesmo tempo rentáveis, ambientalmente sustentáveis, de baixo custo de manutenção e que oportunizem outras possibilidades de ocupação da mão-de-obra da família, oferecendo, em certa medida, oportunidades aos jovens assentados em permanecerem nos lotes.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Baixas rendas auferidas pelas famílias de assentados e a existência de demanda de organizações de piscicultores, que passam por dificuldades de viabilização econômica devido à falta de matéria prima, onde, neste caso, seria estratégica a produção de peixes em lotes rurais de assentados.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Geração de renda e trabalho para aproximadamente 375 trabalhadores em 125 lotes de assentamentos rurais e melhores condições de operação (escala) para as unidades de processamento regionais.

### OBJETO

Contratação de horas-máquina de escavadeira hidráulica sobre esteiras para construção de viveiros, com o intuito de estabelecer o cultivo de peixes em sistemas semi-intensivos sustentáveis para 125 famílias em um total de 375 tanques de piscicultura.

### OBJETIVO

Aumento da oferta de pescado nas regiões a valores mais acessíveis à população, bem como forma de geração de renda das famílias envolvidas na atividade.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na região Sul do estado do RS, existe uma demanda de organizações de piscicultores, que passam por dificuldades de viabilização econômica devido à falta de matéria prima, onde, neste caso, seria estratégica a produção de peixes em lotes rurais de assentados. Neste sentido, apresentamos uma proposta com o intuito de viabilizar um projeto de produção em cultivo de peixes de maneira semi-intensiva e sustentável, sendo que as estruturas necessárias são de pequeno porte e demandam baixo investimento de capital, são de fácil manejo e fácil adaptação às propriedades rurais, o que vem a oferecer uma alternativa de renda e ocupação de mão de obra muito promissora, tanto para as famílias assentadas, como para os mercados próximos e institucionais. Tal perspectiva de modelo de produção é importante, pois os assentamentos rurais, em parte, possuem dificuldades de acesso a financiamentos, devido ao endividamento, e baixa capacidade de investimento, o que vem a demandar uma proposta que seja menos onerosa possível com relação ao investimento de capital financeiro, mas, ao mesmo tempo, que seja rentável, ambientalmente sustentável, de baixo custo de manutenção e que oportunize outras possibilidades de ocupação da mão de obra da família, oferecendo, em certa medida, oportunidades aos jovens assentados em permanecerem nos lotes.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Tanques construídos por meio da contratação de 7500 horas-máquina de escavadeira hidráulica, beneficiando 125 famílias	Quantidade	375	2.250.000	48

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Incentivo a permanência no campo

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Aumento da renda das famílias no campo

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Redução das desigualdades

Projetos individuais (plantas, medições, orçamentos) realizados, contando com os licenciamentos ambientais necessários.



Nº	PROJETO
939	<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 3.721.000

PÚBLICO-ALVO
807 famílias quilombolas de 19 comunidades.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Coredes Sul, Central, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí e Campanha

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministérios da Cidadania e Saúde, FUNASA e Prefeituras Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Henrique Ritter	51 32886319	henrique-ritter@seapdr.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Agricultura

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5033 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1224 - Ampliar a oferta e o acesso à água e a alimentos adequados e saudáveis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
8948 - Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

As Comunidades Quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares no RS abrangem cerca de 4.000 famílias em 122 comunidades rurais distribuídas pelo estado, com maior frequência na zona sul. Por estarem localizadas em situações de difícil acesso e longe dos centros urbanos a maioria das comunidades não são servidas por sistemas públicos de abastecimento de água.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Em levantamentos realizados verificou-se que 44,8% das famílias consideram regular e 39,7% ruim o acesso à água. As instalações sanitárias são consideradas como ruins por 70,7% das famílias. Para estas famílias a implantação/recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água permitirá beneficiar diretamente famílias da comunidade rural com água de boa qualidade.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Atendimento a 14 comunidades quilombolas, localizadas em 09 municípios, beneficiando 557 famílias, com abastecimento e água de boa qualidade de forma a promover a segurança alimentar e nutricional e a reduzir a morbimortalidade, principalmente infantil, em razão de doenças entéricas de veiculação hídrica, além de proporcionar condições para o estabelecimento de atividades de geração de renda.

**OBJETO**

Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para comunidades quilombolas e reforma e construção de sedes e galpões multiuso.

**OBJETIVO**

Garantir o acesso à água às populações rurais de populações quilombolas de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Reduzir a morbimortalidade, principalmente infantil, em razão de doenças entéricas de veiculação hídrica, por meio da implantação e/ou ampliação de sistemas de abastecimento de água.

Proporcionar condições para o estabelecimento de atividades de geração de renda através da confecção de artesanato, gastronomia e turismo em comunidades.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As Comunidades Quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares no RS abrangem cerca de 4.000 famílias em 122 comunidades rurais distribuídas pelo estado, com maior frequência na zona sul. Estas comunidades, quase sempre localizadas em locais de difícil acesso e distantes dos centros urbanos, tem áreas em geral pequenas, sendo que 55% das famílias ocupam áreas menores que três hectares. Os meios de vida das populações quilombolas tem base principalmente na agricultura e nos empregos temporários, sendo que as aposentadorias e pensões tem lugar importante. Em levantamentos realizados verificou-se que 44,8 % das famílias consideram regular e 39,7 % ruim o acesso à água. As instalações sanitárias são consideradas como ruins por 70,7 % das famílias. Para estas famílias a implantação/recuperação de sistemas simplificados de abastecimento d'água permitirá beneficiar diretamente famílias da com unidade rural com água de boa qualidade. O projeto sugerido prevê também o desenvolvimento de um modelo de gestão adequado, baseado em experiências exitosas e com a participação das comunidades beneficiadas, entidades do poder público (municipal e estadual) e sociedade civil. Conseqüentemente, problemas com manutenção e operação serão minimizados, diminuindo os períodos de interrupção no fornecimento de água causados muitas vezes por pequenas avarias. Além disso, o manuseio e transporte inadequado e o desperdício da água serão diminuídos com o uso racional da água.

Por outro lado, as famílias quilombolas têm experiência e aptidão na confecção de artesanato de diversos tipos e boas condições de oferecer ações de turismo rural aliado a gastronomia local, como fonte de geração de trabalho e renda.

A implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para 14 comunidades quilombolas,

localizadas em 09 municípios, beneficiará 557 famílias. Além disso, a reforma e construção de sedes e galpões multiuso atenderá 05 comunidades em 05 municípios.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Implantação de 9 sistemas simplificados de abastecimento de água; reforma e construção de 5 galpões multiuso.	Quantidade	14	3.721.000	36

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Combate à infraestrutura precária no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria da infraestrutura básica das famílias rurais em situação de pobreza

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
940	<b>AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 29.019.000

PÚBLICO-ALVO
Atenderá seis regiões em maior grau de vulnerabilidade no RS, beneficiando prioritariamente famílias dos projetos de Assentamento.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Coredes Sul, Central, Fronteira Oeste e Missões

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; ASCAR/EMATER; prefeituras municipais; Cooperativa Central de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul - COCEARGS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Mauricio Neuhaus	51 32886319	mauricio-neuhaus@seapdr.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Agricultura

MINISTÉRIOS
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
1031 - Agropecuária sustentável

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1203 - Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

O estado possui 120 imóveis rurais destinados a Projetos de Reforma Agrária que beneficiam aproximadamente 3000 famílias em diversas regiões do Estado. A infraestrutura básica para acesso à saúde e à educação, a compra de insumos e o escoamento da produção depende da existência de estradas. Da mesma forma, o transporte escolar, os deslocamentos para acesso à saúde e a disponibilização de caminhões pipa para abastecimento oneram o poder público, pelos gastos com manutenção dos veículos. A construção de açudes nas propriedades permite a reserva hídrica para consumo, irrigação, criação de peixes e outros animais, garantindo alimentação e viabilidade econômica da exploração das propriedades rurais.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A malha rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul é precária, pois mais de 50 municípios não possuem acesso asfáltico até suas sedes. As estradas vicinais de terra necessitam de manutenção constante para garantir o trânsito de veículos e caminhões.

Até maio de 2021, 122 municípios decretaram situação de emergência devido à estiagem. Projetos de açudes são a principal ferramenta para garantir reservas mínimas para produção agrícola e pecuária em propriedades rurais. Além disso, são constantes as solicitações.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhoria da qualidade de vida através de acesso a recursos básicos de saúde, educação e viabilidade produtiva. Redução dos danos dos períodos de estiagem. Aumento da produção para consumo das famílias e para comercialização.

### OBJETO

Aquisição de patrulhas mecanizadas.

### OBJETIVO

Melhoria da infraestrutura viária, visando ao desenvolvimento de regiões nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária e a inclusão social.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A aquisição de patrulhas mecanizadas objetiva promover a melhoria da infraestrutura viária com construção e recuperação de estradas, bueiros e pontes em estradas municipais, inclusive construção e recuperação de açudes, no meio rural do RS, visando ao desenvolvimento de regiões menos favorecidas nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, promovendo uma política pública de inclusão social.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Trator de esteira, novo, motor turbinado de no mínimo 135 Hps de potência líquida, 06 cilindros, combustível diesel, injeção eletrônica, lamina com no mínimo 2,9 m <sup>3</sup> , sapatas de no mínimo 560 mm com no mínimo 06 roletes inferiores e 2 superiores, cabine fechada com ar condicionado, ripper com no mínimo 03 dentes, peso operacional mínimo 15.000 Kg, registro no BNDES, empresa credenciada pelo fabricante, realização de curso de capacitação, garantia mínima de 12 meses	Quantidade	6	3.780.000	24

Motoniveladora , nova, ano 2013, equipado com motor turbo, potencia de no mínimo 140 hp, combustível diesel, 04 tempos, laminas com dimensões mínimas de 3.650 x 620 x 20 mm, pneus mínimos 14,0 x 24 12 lonas, sistema de iluminação com faróis dianteiros e traseiros, cabine fechada com ar condicionado (quente e frio), ripper traseiro com no mínimo 03 dentes, peso operacional de 14.500 Kg, registro código FINAME e BNDES, garantia mínima de 12 meses, curso de capacitação para operadores.	Quantidade	12	7.200.000	24
Retroescavadeira nova, peso operacional de no mínimo 6.000 Kg, motor movido a óleo diesel, 04 cilindros turboalimentada, fabricação nacional, tração nas quatro rodas (4 x 4), potência líquida mínima de 100 Hp's, com pneus dianteiro e traseiro compatíveis, cabine com ar condicionado, emplacadas e licenciadas em nome do Rio Grande do sul, sistemas de iluminação com faróis, lanternas, caça mínima de 130 HPmba frontal no mínimo de 0,89 m <sup>3</sup> , caçamba traseira no mínimo de 0,25 m <sup>3</sup>	Quantidade	10	2.500.000	24
Rolo Compactador Vibratório auto-propulsado, novo, com no mínimo 09 toneladas, cilindro lisocom capa de pata, tambor de no mínimo 1.500 mm de largura e raio de giro externo de no mínimo de 4000 mm potencia mínima de 80 Hp, combustível diesel, motor turboalimentado, cabine com climatizador, kit capa com patas trapezoidais para transformação da versão lio em pé de carneiro.	Quantidade	4	1.260.000	24
Trator agrícola de rodas, novo, tracionado 4 x 4, potencia mínima de 100 Cvs, mínimo 04 cilindros, motor diesel, turbinado, cabine, ar condicionado.	Quantidade	3	420.000	24
Raspadeira Agrícola (scraper), mínimo de 04 m <sup>3</sup> , com pneus, nova	Quantidade	5	145.000	24
Caminhão trator de mínimo 46 toneladas, novo, mínimo de 06 cilindros, combustível diesel, tração 4 x 2 , cabine climatizada	Quantidade	3	840.000	24
Caçamba basculante, Semireboque basculante, novo, 03 eixos, 25 m <sup>3</sup> , com pneus lisos, kit hidráulico para cavalo mecânico, construída em chapa de aço de no mínimo 4,75 mm no assoalho e 03 mm nas laterais, com protetor de cabine, levante pneumático no 1º eixo, com aplicação de anticorrosivo, duas de mão de tintas P.U.; dimensões mínimas de comprimento 8500 mm e largura de 2400 mm.	Quantidade	3	354.000	24
Caminhão PBT mínimo de 23 toneladas, novo, implementado com caçamba basculante redonda, mínimo 218 Cv, no mínimo 06 cilindros, combustível diesel, com Caçamba baculante	Quantidade	12	3.240.000	24

Semireboque, carrega tudo, 03 eixos reta, com pneus lisos	Quantidade	2	280.000	24
Veículo SUV, 7 lugares, novo, motorização mínima 2.8, diesel, tração 4 x 4, transmissão automática, mínima de 6 velocidades, direção elétrica, carroceria fechada, trava antifurto para rodas, sensor de estacionamento dianteiro e traseiro	Quantidade	3	900.000	24
Escavadeira Hidráulica sob esteira, nova, peso operacional de 20.180 Kg com esteiras de 600 mm de largura, equipada com motor JCB turbo diesel de 173 HP (ISO -3046-1NF) torque de 695Nm, lança de 5,7 m, braço de escavação de 2,4 m, caçamba para aplicação geral de 1,14 m³. Dotada de sistema de monitoramento remoto Live Link que fornece grande gama de informações dos sistemas do equipamento, inclusive alarmes , acessíveis remotamente, sistema de auto abastecimento de combustível, válvulas de retenção nos dois cilindros da lança e braço de escavação, ar condicionado quente e frio com sistema de filtragem de ar.	Quantidade	18	8.100.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Campo em ascensão

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Combate a infraestrutura precária no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a infraestrutura rural

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
845	<b>CONSTRUÇÃO DE VIA LATERAL E REABILITAÇÃO DA ERS-324 - INDIOVIA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
28	R\$ 17.890.000

PÚBLICO-ALVO
Comunidades indígenas da Aldeia Pinhalzinho e Bananeiras e usuários da rodovia. A aldeia Pinhalzinho possui uma população de 153 guaranis e 165 Kaingangs e a aldeia Bananeiras possui 502 Kaingangs, totalizando 820 indígenas beneficiados.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Produção

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FEPAM, IPHAN, Prefeitura Municipal de Planalto

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Os indígenas têm uma cultura de viver ao ar livre e transitando em toda a reserva destinada a eles. A rodovia ERS-324 atravessa as reservas indígenas de Pinhalzinho e Bananeiras causando grande impacto na cultura destes povos que estão sempre frequentando a margem da rodovia, com riscos de atropelamentos e acidentes.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O projeto da Indiovia na ERS-324 foi desenvolvido em decorrência de ações do Ministério Público que investigava as causas do grande número de atropelamento de indígenas nesta rodovia. O próprio traçado da rodovia, atravessando as reservas indígenas é a causa principal da ocorrência destes acidentes.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Além de melhorar a segurança dos transeuntes e condutores na rodovia ERS-324, espera-se um impacto positivo na Economia do Estado com referência a divulgação e melhoria nas estatísticas de acidentes na rodovia envolvendo, principalmente indígenas, demonstrando a preocupação que nosso Estado tem em se desenvolver economicamente de forma sustentável e protegendo os povos indígenas.

**OBJETO**

Construção de Via Lateral para atender as aldeias indígenas de Pinhalzinho e Bananeiras e Reabilitação do Pavimento da ERS-324, trecho: Planalto - Entr. ERS-406 (Serraria).

**OBJETIVO**

Garantir a segurança dos pedestres para se deslocar entre aldeias, às margens da rodovia ERS-324.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A Indiovia, como ficou denominado o Caminho de Ligação entre Aldeias Indígenas, refere-se à implantação de via lateral para o deslocamento de indígenas, que não foi projetada em nenhuma hipótese para deslocamento de veículos. Estes deverão trafegar na rodovia, já que o objetivo da implantação de via lateral é garantir a segurança dos pedestres para se deslocar entre aldeias, às margens da rodovia. O projeto da Indiovia terá a sinalização no segmento da rodovia entre a ERS-406 e Planalto, na travessia das aldeias indígenas. Para tanto, será implantada a sinalização da ERS-324 no trecho 0030 (SRE), em conjunto com a restauração da rodovia. A restauração da rodovia segue em conjunto com a Indiovia, uma vez que a sinalização proposta da ERS-324 só pode ser implantada se a rodovia possuir pavimento em boas condições.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Restauração realizada	Km	7,94	13.390.000	25
Sinalização implantada	Km	30,62	4.500.000	3

**VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL****PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

RS Infraestrutura

**AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Rodovias

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura, Cidades e comunidades sustentáveis

Titularidade da área, projeto executivo e termo de referência prontos.

Nº	PROJETO
848	<b>RESTAURAÇÃO DA ERS-389</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 405.000

PÚBLICO-ALVO
Comunidades locais do município de Osório, cuja população chega a 50 mil habitantes e uma comunidade indígena (68 indígenas guaranis).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FEPAM, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Prefeitura Municipal de Osório.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Necessidade de maior segurança da comunidade indígena que circula ao longo do trecho, bem como necessidade de melhorias nas condições conforto e segurança para o usuário da rodovia.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O local onde está inserida a Rodovia conta com uma comunidade com aproximadamente 68 indígenas descendentes de guaranis que mantêm a sua cultura presente na reserva e que devem ser protegidos pelo Estado. Quase em sua totalidade, a comunidade utiliza a rodovia como acesso mesmo desconhecendo a legislação de trânsito. Este fato acaba por colocar em risco suas vidas em decorrência do aumento do tráfego sazonal de verão.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

As obras deverão aumentar a segurança da comunidade indígena, além de oferecer conforto e segurança para os usuários da malha rodoviária estadual pavimentada, além de reduzir os custos operacionais dos veículos.

**OBJETO**

Execução de obras de restauração de um segmento da rodovia ERS 389 - trecho Entroncamento ERS 030 (Osório) e Entroncamento ERS 786 (P/ Mariápolis).

**OBJETIVO**

Executar intervenções de restauração visando recuperar a condição de trafegabilidade, conforto e segurança para o usuário da malha rodoviária estadual pavimentada, reduzindo os custos operacionais dos veículos.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

No Rio Grande do Sul o sistema rodoviário é responsável pela maior parte da carga transportada e pela quase totalidade do transporte de passageiros. O Estado, através do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem-DAER-RS, vem concentrando esforços para melhorar as condições da sua malha rodoviária, o que se verificou no programa recentemente concluído, com o BIRD, PROREDES-BIRD. Tendo em conta os valores necessários e a importância da malha rodoviária na economia do Estado é indispensável que o DAER/RS defina e siga objetivos muito concretos na sua política de manutenção da rede. Pensando nesta política de manutenção, o referido trecho está contemplado no lote CREMA Esteio - Osório face à condição precária em que se encontra. Para a definição deste lote foi desenvolvido um estudo de priorização com base nas condições da pista (estruturais e conforto), tráfego, localização geográfica e outros, tendo-se como resultado final para a definição dos lotes a sua rentabilidade definida pelo VPL/km, que a redução do custo de operação de veículos, levando em consideração os volumes em questão, poderá representar economias consideráveis para o Estado. Uma adequada conservação rodoviária terá uma importância fundamental para o conforto dos usuários e para a preservação da vida das rodovias e dos investimentos realizados. Além disso, a rodovia ERS-389 é utilizada pela população gaúcha e também por turistas advindos dos países do sul da região do Prata. São inúmeros argentinos e uruguaios que juntamente com gaúchos seguem esta rota para acessar as praias do litoral sul brasileiro. No entanto, esta rodovia tem um segmento que é utilizado para acesso dos indígenas que compõe a Aldeia Sol Nascente. São aproximadamente 68 indígenas descendentes de guaranis que mantêm a sua cultura presente na reserva e que devem ser protegidos pelo Estado, pois além de transitar na rodovia com muita frequência, desconhecem a legislação de trânsito, colocando em risco suas vidas em decorrência do aumento do tráfego sazonal de verão. As obras deverão aumentar a segurança desta comunidade com melhorias e implantação de intensa sinalização para advertir os condutores da possível presença de indígenas na rodovia.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Restauração realizada e sinalização implantada	Km	1,02	405.000	15

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Restauração e Manutenção de Pavimento

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura  
Projeto executivo e orçamento prontos.



Nº	PROJETO
858	<b>MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO CAÍ</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.570.000

PÚBLICO-ALVO
Moradores, comércio e indústrias das regiões afetadas pelos efeitos das cheias na bacia hidrográfica do rio Caí, em especial do baixo Caí, atingindo em torno de 10 mil famílias.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Ivoti, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Nova Santa Rita, Pareci Novo, Presidente Lucena, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano/METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA, SPGG, Casa Militar); e Municípios

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

As frequentes inundações na Bacia do Rio Caí, em especial o baixo caí, constituem aspecto bastante crítico daquela região. A urbanização e a exploração agrícola favorecem a ocorrência de enchentes, trazendo enormes prejuízos à população. As cheias ribeirinhas, além dos prejuízos materiais causados às moradias, afeta também o comércio, a indústria e a agropecuária.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A evidente pressão por urbanização na Região Metropolitana de Porto Alegre compete diretamente com a necessidade de preservação de áreas ribeirinhas, e interfere diretamente na dinâmica do rio, já alterada, e que apresenta frequentes ocorrências de inundações.

A única alternativa real e em vigor atualmente para minimizar os casos de necessidade de atendimento por conta de enchentes mais severas, são os atendimentos efetuados pelos setores de Defesa Civil, bombeiros e saúde pública.

Na sua maioria, os municípios carecem de ações concretas como adoção de medidas estruturais ou não estruturais que venha contribuir nas ações preventivas e de emergência, visando a solução ou mitigação dos problemas oriundos dessa natureza.

O fluxo de projetos e obras dos novos empreendimentos em geral não tem um procedimento padronizado, haja vista necessidade de atender as interfaces existentes com a secretaria de obras e outras como desenvolvimento urbano, planejamento, meio ambiente, etc. Estas interfaces indicam a necessidade de um planejamento integrado, principalmente nas questões que envolvem o desenvolvimento urbano, a fiscalização das obras, as áreas verdes, institucionais e de preservação permanente, e ainda pode-se incluir a saúde pública e educação ambiental.

Os problemas com frequentes inundações são evidentes na região, há necessidade de agir intensamente para que as municipalidades adotem posturas objetivas em termos de ações concretas de planejamento, projetos e obras eficazes, para implementação de medidas definitivas para os problemas oriundos de inundações.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Minimizar as perdas sociais e econômicas para população local e região.

**OBJETO**

Realização de estudo de concepção com avaliação dos riscos no qual a população urbana da bacia hidrográfica do rio Caí está sujeita, quantificando e associando os danos às probabilidades de eventos extremos e elencando o melhor cenário de alternativas para minimização de cheias na bacia.

**OBJETIVO**

O estudo terá como objetivo encontrar alternativas para minimização dos eventos extremos de inundações oriundas do rio e das chuvas intensas nos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Caí.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A Bacia Hidrográfica do rio Caí se caracteriza como uma região extremamente suscetível à ocorrência de inundações. Com efeito, desde o início do século passado, e mesmo antes, tem sido relatada enchentes, com impactos sociais e econômico-financeiros significativos principalmente nas cidades de São Sebastião do Caí, Pareci Novo, Harmonia e Montenegro.

Após o início do monitoramento oficial dos níveis de água em diversos pontos do rio Caí, a partir da década de 40 do século passado, foram registrados diversos eventos relacionados a enchentes nesse trecho (baixo), com impactos diretos nos municípios de São Sebastião do Caí e Montenegro, mas também atingindo as cidades de Harmonia e Pareci Novo, gerando enormes prejuízos patrimonial, social e econômico para os Municípios e para o Estado.

A problemática de inundações na região do Vale do Rio Caí é vastamente conhecida e divulgada, o que vem sendo reportado por vários e repetidos anos de enchentes ocorridas principalmente no trecho baixo da bacia.

No ano de 2014, a Secretaria de Obras Públicas do Estado, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOP), contratou consultoria, por meio do Processo Administrativo nº 000463-22.00/12.2, Tomada de Preços nº 186/CELIC/2012, objetivando a Elaboração de Serviços de Consultoria Relativo ao Estudo de Alternativas para a Minimização do Efeito das Cheias do Trecho Baixo do rio Caí. Este estudo teve como foco definir e avaliar a quantificação das cheias, sua viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Para dar continuidade ao processo ser faz necessária a contratação da complementação do estudo, assim tendo a integralização de soluções visando analisar a bacia hidrográfica como a unidade de medida, a fim de propor as diretrizes de projeto e ocupação do solo nos municípios da bacia do rio Caí.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Estudo de alternativas para minimização do efeito das cheias na bacia do rio caí, anteprojetos de engenharia das alternativas propostas, estudos de impacto ambiental (EIA), relatórios de impacto ambiental (RIMA) e Projetos Básicos Ambientais (PBA) das alternativas	Percentual	100	6.570.000	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

##### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Evolução Sustentável

##### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão em proteção e Defesa Civil

##### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Ação contra a mudança global do clima



Nº	PROJETO
860	<b>MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO GRAVATAÍ</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 4.520.000

PÚBLICO-ALVO
Moradores, industria/comercio dos municípios da Bacia do Rio Gravataí.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Cachoeirinha, Gravataí e Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano/METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA, SPGG, Casa Militar); e Municípios

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A Bacia Hidrográfica do rio Gravataí apresenta uma grande frequência de inundações e constituem aspecto bastante crítico para os municípios trazendo enormes prejuízos materiais causados às moradias, ao comércio e a indústria.

Um dado marcante diz respeito ao custo da eventual omissão do Poder Público. Na hipótese de nada ser feito, na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, nos próximos 30 anos, o cálculo chegou ao equivalente a R\$ 5 bilhões, aproximadamente. Tal valor representa, na verdade, o prejuízo que a sociedade arcará se a situação das cheias não for devidamente enfrentada.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A evidente pressão por urbanização na Região Metropolitana de Porto Alegre compete diretamente com a necessidade de preservação de áreas ribeirinhas e interfere diretamente na dinâmica do rio, já alterada, e que apresenta frequentes ocorrências de inundações.

A única alternativa real e em vigor, atualmente, para minimizar os casos de necessidade de atendimento por conta de enchentes mais severas, são os atendimentos efetuados pelos setores de Defesa Civil, bombeiros e saúde pública. Os municípios, na sua maioria, carecem de ações concretas como adoção de medidas estruturais ou não estruturais que venha contribuir nas ações preventivas e de emergência, visando a solução ou mitigação dos problemas oriundos dessa natureza.

O fluxo de projetos e obras dos novos empreendimentos, em geral, não tem um procedimento padronizado, haja vista necessidade de atender as interfaces existentes com a secretaria de obras, entre outras, como desenvolvimento urbano, planejamento, meio ambiente, etc. Estas interfaces indicam a necessidade de um planejamento integrado, principalmente nas questões que envolvem o desenvolvimento urbano, a fiscalização das obras, as áreas verdes, institucionais e de preservação permanente e, ainda, pode-se incluir a saúde pública e educação ambiental.

Os problemas com frequentes inundações são evidentes na região. Há necessidade de agir intensamente para que as municipalidades adotem posturas objetivas em termos de ações concretas de planejamento, projetos e obras eficazes, para implementação de medidas definitivas para solucionar os problemas oriundos de inundações.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Minimizar as perdas sociais e econômicas para população, região e estado, bem como um reordenamento territorial.

**OBJETO**

Elaboração do Projeto Executivo das alternativas previstas nos Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio Gravataí (inserido no PAC Prevenção de Inundações - Plano Nacional de Gestão de Riscos e resposta a Desastres Naturais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental).

**OBJETIVO**

Prevenir e proteger os municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí de eventos extremos de inundações oriundas do rio e das chuvas intensas por meio da Elaboração do Plano de Zoneamento e da elaboração de Projeto de Engenharia.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Os municípios vêm sofrendo inundações anuais, gerando danos patrimoniais, ambientais e sociais. Prejuízos aos atingidos e gastos de recursos públicos por parte da administração municipal e estadual.

Com a execução dos projetos e das seguintes alternativas, resultado dos estudos das alternativas já contratados e concluídos, será possível prevenir e minimizar o efeito das cheias: Dique em Porto Alegre - Vila Dique; Dique em Porto Alegre - Oeste - Sarandi; Dique em Porto Alegre - Leste - Sarandi; Dique em

Cachoeirinha; Dique em Gravataí; e Banhado Grande (Alto Gravataí).

Os estudos fazem parte dos estudos e projetos que compõem o Plano Metropolitano de Proteção Contra as Cheias, parte integrante do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Há também a previsão de elaboração de diagnósticos e prognósticos ambientais, além das proposições de Medidas Mitigadoras e Compensatórias, que visem a viabilidade ambiental do empreendimento. Esses estudos estão sendo desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional. A fase ambiental está em processo licitatório.

Com isso, para dar continuidade ao projeto, se faz necessário contratação dos planos e projetos de engenharia das alternativas que visam minimizar o efeito das cheias na bacia hidrográfica.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto Executivo: Dique em Porto Alegre - Vila Dique; Dique em Porto Alegre - Oeste - Sarandi; Dique em Porto Alegre - Leste - Sarandi; Dique em Cachoeirinha; Dique em Gravataí e Minibarramento - Banhado Grande	Percentual	100	4.520.000	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

##### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Evolução Sustentável

##### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão em proteção e Defesa Civil

##### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Ação contra a mudança global do clima



Nº	PROJETO
861	<b>MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO GRAVATAÍ - ARROIO FEIJÓ</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 5.750.000

PÚBLICO-ALVO
População atingida pelas cheias dos município de Alvorada e Porto Alegre. Em torno de 5.700 famílias protegidas diretamente pelo empreendimento.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alvorada e Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano/METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA, SPGG, Casa Militar); e Municípios

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A área de estudo é compreendida pela região natural de convergência das águas das chuvas, isto é, bacias hidrográficas, do Arroio Santo Agostinho, Feijó, São João e Águas Belas, e, Rio Gravataí, dentro dos municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão. O relevo nesta região da bacia é plano, característica de várzea de rios de planícies, com fortes tendências a inundações. Grande parte dessa várzea é ocupada pelas áreas urbanas de Alvorada e Porto Alegre, com registros de desastres dessa natureza. Ainda são desenvolvidas atividades de agricultura irrigada que imprimiram ao sistema hidrográfico uma malha de canais de irrigação artificiais. Esses atributos aumentam significativamente a ocorrência de inundações na região, ocasionando enormes prejuízos patrimonial, social e econômico para os Municípios e para o Estado.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) encontra-se dentro de uma área de grande frequência de inundações ribeirinhas onde vivem 40% da população do Estado do Rio Grande do Sul, que representa cerca 48% do PIB do Estado. O município de Alvorada, vizinho a Porto Alegre, possui população com renda inferior a grande parte das cidades da RMPA e está exposto a frequentes inundações na área ribeirinha do rio Gravataí e distribuídas em seu território, principalmente na sub-bacia do arroio Feijó. O dique de proteção de inundações ribeirinhas existente cobre apenas Porto Alegre. Alvorada, onde parte importante da cidade encontra-se em áreas de risco de inundação, está desprotegida.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Minimizar as perdas sociais e econômicas para população e um reordenamento territorial.

**OBJETO**

Elaboração do Projeto Executivo das alternativas prevista nos Estudos de Alternativas de Concepção e Anteprojetos de Engenharia de Proteção contra Cheias do Rio Gravataí e Afluentes em Alvorada e Porto Alegre (inserido no PAC Prevenção de Inundações - Plano Nacional de Gestão de Riscos e resposta a Desastres Naturais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental).

**OBJETIVO**

Prevenir e proteger a população dos municípios de Alvorada e Porto Alegre dos eventos extremos de inundações oriundas Rio Gravataí e seus afluentes (Arroio Feijó, São João, Águas Belas e Santo Agostinho) e das chuvas intensas.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O histórico de cheias e a modelagem hidrodinâmica demonstraram a fragilidade às inundações na região, haja vista o elevado número de edificações dentro das Áreas de Preservação Permanente (APPs) dos cursos de água e várzea de inundações. Essas têm caráter sazonais e vem proporcionando prejuízos elevados, sendo alguns não quantificáveis economicamente, pela sua natureza intrínseca relacionados a danos psicológicos, de saúde pública e de perdas de oportunidades econômicas. A consolidação das áreas factíveis de inundação totaliza uma área de 53.300.000 m<sup>2</sup>. Um dos fatores que agrava as enchentes é a deposição inadequada de resíduos sólidos nos corpos hídricos, pois diminuem a seção de escoamento nos arroios, traz consequências diretas a drenagem pluvial urbana.

Além dos resíduos, o assoreamento dos cursos de água aliado ao comprometimento da rede de drenagem pluvial contribui para o agravamento das enchentes, limitando o escoamento das águas pluviais internas, causando transbordamento nas bocas de lobo. Soma-se a isso o crescente estado de impermeabilização do terreno, causando aumento da velocidade e volume do escoamento superficial. Verifica-se ainda o lançamento de esgoto de forma inapropriada, que deteriora a qualidade dos recursos hídricos, inserindo e proliferando focos de doenças de veiculação hídrica a população. As análises de qualidade de água realizadas em campo demonstram a degradação dos cursos de água. A fim de consolidar os elementos estudados foi elaborado um mapa unificando as áreas de conflito oriundas dos temas de planejamento urbano (uso do solo sobre

planejado), legislação ambiental (uso do solo sobre APP), processos erosivos (áreas degradadas) e aglomerados subnormais (sobre APP e zonas de preservação dos planos diretores). Esses locais, aqui denominados de área geral de conflito, totalizaram aproximadamente 1.040 ha e representam 7% da área de estudo. Face ao exposto, os impactos ambientais negativos sem o empreendimento são os que levaram à proposição deste projeto de construção de um sistema de proteção.

Os estudos fazem parte dos estudos e projetos que compõem o Plano Metropolitano de Proteção Contra as Cheias, parte integrante do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Houve também a elaboração de diagnósticos e prognósticos ambientais além das proposições de Medidas Mitigadoras e Compensatórias que visem a viabilidade ambiental do empreendimento. Estes estudos estão sendo desenvolvidos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional. E, para ter continuidade, o próximo passo é a elaboração de projetos de engenharia para a implementação do sistema de proteção.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto Executivo: Fase 2 - Alvorada - Porto Alegre - Arroio Feijó; e Fase 3 - Alvorada - Porto Alegre - Arroio Feijó	Percentual	100	5.750.000	18

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

##### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Evolução Sustentável

##### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão em proteção e Defesa Civil

##### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Ação contra a mudança global do clima



Nº	PROJETO
862	<b>MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO DOS SINOS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 9.779.000

PÚBLICO-ALVO
Moradores, indústria e comércio da Bacia do Rio dos Sinos atingidos pelas cheias do rio dos Sinos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Campo Bom, Canoas, Esteio, Igrejinha, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Três Coroas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano/METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA, SPGG, Casa Militar); e Municípios

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos apresenta frequentemente problemas devido a inundações, as quais ocasionam enormes prejuízos materiais causados às moradias, ao comércio e a indústria.

Um dado marcante diz respeito ao custo da eventual omissão do Poder Público. Na hipótese de nada ser feito, na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, nos próximos 30 anos, o cálculo chegou ao equivalente a R\$ 7 bilhões, aproximadamente. Tal valor representa, na verdade, o prejuízo que a sociedade arcará se a situação das cheias não for devidamente enfrentada.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A evidente pressão por urbanização na Região Metropolitana de Porto Alegre compete diretamente com a necessidade de preservação de áreas ribeirinhas, e interfere diretamente na dinâmica do rio, já alterada, e que apresenta frequentes ocorrências de inundações.

A única alternativa real e em vigor atualmente para minimizar os casos de necessidade de atendimento por conta de enchentes mais severas, são os atendimentos efetuados pelos setores de Defesa Civil, bombeiros e saúde pública.

Na sua maioria, os municípios carecem de ações concretas como adoção de medidas estruturais ou não estruturais que venha contribuir nas ações preventivas e de emergência, visando a solução ou mitigação dos problemas oriundos dessa natureza. O fluxo de projetos e obras dos novos empreendimentos em geral não tem um procedimento padronizado, haja vista necessidade de atender as interfaces existentes com a secretaria de obras e outras como desenvolvimento urbano, planejamento, meio ambiente, etc. Estas interfaces indicam a necessidade de um planejamento integrado, principalmente nas questões que envolvem o desenvolvimento urbano, a fiscalização das obras, as áreas verdes, institucionais e de preservação permanente, e ainda pode-se incluir a saúde pública e educação ambiental.

Os problemas com frequentes inundações são evidentes na região, há necessidade de agir intensamente para que as municipalidades adotem posturas objetivas em termos de ações concretas de planejamento, projetos e obras eficazes, para implementação de medidas definitivas para os problemas oriundos de inundações.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Minimizar as perdas sociais e econômicas para população, região e estado, bem como o reordenamento territorial.

**OBJETO**

Elaboração de Planos e Projeto de Engenharia das alternativas previstas nos Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio dos Sinos (inserido no PAC Prevenção de Inundações - Plano Nacional de Gestão de Riscos e resposta a Desastres Naturais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental).

**OBJETIVO**

Prevenir e proteger os municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos de eventos extremos de inundações oriundas do rio e das chuvas intensas, por meio da elaboração do Plano de Zoneamento, da elaboração de Projeto de Engenharia das alternativas propostas.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Os municípios vêm sofrendo inundações anuais, gerando danos patrimoniais, ambientais e sociais, prejuízos aos atingidos e gastos por parte da administração pública, em especial a municipal e estadual. E com a execução dos projetos e das seguintes alternativas, será possível prevenir e minimizar o efeito das cheias: Alagamento do Canal do Rio dos Sinos em São Leopoldo; Elevação dos Diques (existente) de São Leopoldo; Dique em Nova Santa Rita; Diques em Sapucaia do Sul; Elevação dos diques do Arroio Cerquinha; Dique em São Leopoldo - Bairro Feitoria; Dique em Novo Hamburgo; Dique em Campo Bom - Bairro N; Dique em Campo Bom na foz do Arroio Schmidt; Polder Canoas/Esteio - BR-448; Dique em Três Coroas; Dique em Igrejinha.

Os estudos fazem parte dos estudos e projetos que compõem o Plano Metropolitano de Proteção Contra as Cheias, parte integrante do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Há também a previsão de elaboração de diagnósticos e prognósticos ambientais além das proposições de Medidas Mitigadoras e Compensatórias que visem a viabilidade ambiental do empreendimento. Estes estudos estão sendo desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional, a fase ambiental está em processo licitatório.

Com isso, para dar continuidade ao projeto, se faz necessário contratação dos planos e projetos de engenharia das alternativas que visam minimizar o efeito das cheias na bacia hidrográfica.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto Executivo: Alagamento do Canal do Rio dos Sinos em São Leopoldo; Elevação dos Diques (existentes) de São Leopoldo; Dique de Nova Santa Rita; Diques em Sapucaia do Sul; Elevação dos Diques do Arroio Cerquinha; Dique em São Leopoldo - Bairro Feitoria; Dique em Novo Hamburgo - Lomba Grande; Dique em Campo Bom - Bairro N; Dique em Campo Bom na foz do Arroio Schmidt; Polder Canoas/Esteio - BR-448; Dique em Três Coroas; e Dique em Igrejinha	Percentual	100	9.779.000	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

##### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Evolução Sustentável

##### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão em proteção e Defesa Civil

##### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Ação contra a mudança global do clima



Nº	PROJETO
871	<b>PONTE NA RODOVIA ERS-437</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 1.800.000

PÚBLICO-ALVO
Comunidades dos município de Antônio Prado e Nova Roma do Sul, além de turistas, condutores das rodovias e transporte de carga.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Serra

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul e Antônio Prado.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Adalmiro da Silva Neto	51 32105022	miro@daer.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

A rodovia ERS-437 está sendo pavimentada com recursos do Estado, porém não há disponibilidade de recursos para a construção de uma ponte no km 11+736, o que inviabiliza a conclusão integral da rodovia.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A obra de pavimentação da rodovia está em andamento e corre-se o risco de sua conclusão sem a execução da ponte sobre o Arroio Passo do inferno, entre os municípios de Antônio Prado e Nova Roma do Sul, uma vez que não há disponibilidade de recursos para a execução da ponte, assim comprometendo o fluxo de veículos.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhorias nas condições de tráfego e possibilitará a ligação entre os municípios de Antônio Prado e Nova Roma do Sul.

### OBJETO

Construção de Ponte sobre o Arroio Passo do Inferno na rodovia ERS-437, km 11+736.

### OBJETIVO

Trazer maior desenvolvimento econômico e turístico para a região Nordeste do Estado com a conclusão da ERS-437 em sua totalidade.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A ERS-437 é uma antiga rodovia cuja pavimentação é uma pleito histórico da população local. A rodovia está inserida em uma região com grande potencial turístico da Serra Gaúcha, além de ser uma importante rota de produto agrícolas para o centro do país. A construção da ponte completará a obra de pavimentação de uma importante rodovia que está sendo pavimentada.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Obra concluída	Metros	30	1.800.000	17

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção e Restauração de Obras de Arte Especiais

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura Licença ambiental, projetos básico e executivo prontos.



Nº	PROJETO
878	<b>PAVIMENTAÇÃO DA VRS-823 - VALE VÊNETO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
22	R\$ 13.000.000

PÚBLICO-ALVO
População local e turistas que visitam o Distrito Turístico Vale Vêneto

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Central

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Prefeituras de São João do Polêsine, FEPAM

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Adalmiro da Silva Neto	51 32105022	miro@daer.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Turismo

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2223 - A Hora do Turismo

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1216 - Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística 14TJ - Participação da União na Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo- PRODETUR - Nacional

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

São aproximadamente 6 quilômetros de uma rodovia não asfaltada que causam prejuízos ao elevado número de condutores que trafegam na VRS-823. Além disso há insegurança das populações locais pelos perigos existentes na rodovia, a qual atravessa um vale até chegar à sede do distrito.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Falta de incremento no fluxo de turistas comparado a outros pontos turísticos do Estado.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Incremento no turismo local.

### OBJETO

Pavimentação da rodovia VRS-823, Entr. ERS-149 (p/ São José do Polêsine) - Vale Vêneto.

### OBJETIVO

Aumentar a segurança dos usuários da VRS-823, possibilitando maior desenvolvimento turístico e econômico da região central do Estado, mais precisamente da Quarta Colônia.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Vale Vêneto é um Distrito Turístico do Município de São João Polêsine acessado pela rodovia VRS-823. Além da produção industrial e agrícola do distrito, trafegam pela rodovia diversos veículos do transporte escolar, numa rodovia sem pavimentação e inserida numa região com enorme potencial turístico em decorrência da imigração italiana originada da região de Vêneto, na Itália, ocorrida na segunda metade no século XVIII.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Obra concluída	Km	5,69	13.000.000	22

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Rodovias

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura Projetos básico e executivo em andamento.



Nº	PROJETO
879	<b>RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E DESASSOREAMENTO DE RIOS/RIACHOS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 20.000.000

PÚBLICO-ALVO
Comunidades da zona rural dos municípios do Estado.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Paula Eid	51 999122770	ana-eid@sop.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento regional, territorial e urbano.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Comprometimento da trafegabilidade das estradas vicinais nas comunidades rurais gauchas por contas das destruições causadas por constantes intempéries climáticas (chuvas, enxurradas, estiagens, etc.).

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

As estradas vicinais não possuem qualquer tipo de pavimentação e ficam expostas as condições climáticas, bem como os rios/riachos. A falta de manutenção causa erosão, buracos e o excesso de chuvas ocasionam deslizamentos de terra. No Brasil, de modo geral, especialmente na região sul, uma vez ao ano, ocorre fortes chuvas, enxurradas e estiagem. O RS enfrenta um caminho de muito barro, pedra e solavancos para levar o desenvolvimento ao interior do Estado. A falta de pavimentação de estradas vicinais e secundárias, especialmente nas zonas rurais, é um problema que acarreta muitos prejuízos - econômicos, sociais, educacional, de saúde e de segurança pública. Além de afetar significativamente o transporte da produção agrícola, estradas de chão atrasam o desenvolvimento de pequenos municípios. Segundo estimativas, o território gaúcho possui mais de 7 mil quilômetros de estradas de chão. O serviço atual é insuficiente para atender os mais de 80 pedidos que chegam até a Secretaria, devido a limitações orçamentárias.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Fomento no desenvolvimento do Interior do Estado, diminuição do êxodo rural, melhora na qualidade de vida e melhores condições de trabalho.

**OBJETO**

Contratação do serviço de Horas Máquina, por meio de empresa especializada na locação de máquinas, equipamentos e execução de serviços junto aos municípios para a recuperação, manutenção de estradas vicinais e desassoreamento de rios e riachos.

**OBJETIVO**

Garantir a trafegabilidade das estradas vicinais mediante a manutenção e desassoreamento de rios e riachos de maneira a permitir o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar e público e a mobilidade urbana em geral das comunidades rurais do Rio Grande do Sul.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As comunidades rurais do Estado carecem de uma estrutura viável e adequada, tendo muitas vezes como único meio de realizar suas atividades e sua mobilidade as estradas vicinais. A recuperação, manutenção dessas estradas e o desassoreamento de rios/riachos vem a contribuir para fomentar o desenvolvimento local e auxiliar as comunidades em situação de emergência, além de atender o setor agropecuário, uma vez que as más condições das estradas implicam no aumento dos custos de logística e na limitação do produtor rural em investir em novos agronegócios. Tal proposta está alinhada a projetos de apoio ao desenvolvimento e fomento do interior do Estado. Os beneficiários do Programa são todos os municípios do RS que solicitam o serviço de horas máquina para recuperar as suas estradas vicinais, seja por situação de emergência, calamidade pública e ou intempéries climáticas. Desta feita, isso propiciará o incremento de receita por conta dos serviços aos agricultores, pois os mesmos produzirão produtos agrícolas em maior quantidade e qualidade diversificando sua propriedade, geração de empregos, melhoria na qualidade de vida, melhores condições de trabalho, diminuição do êxodo rural e desenvolvimento da cadeia produtiva. Portanto, o fomento às atividades econômicas, geradoras de desenvolvimento, necessitam de estradas que garantam condições de trafegabilidade e mobilidade das populações locais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Estradas vicinais recuperadas e rios desassoreados	Km	4.000	20.000.00	36

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a Qualidade de Vida nos Municípios

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a Manutenção das Estradas Vicinais

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
883	<b>CONSTRUÇÃO DO VIADUTO DA ERS-407</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
16	R\$ 5.042.000

PÚBLICO-ALVO
População dos municípios de Morro Alto e Maquine e usuários da infraestrutura física do sistema transportador de cargas e passageiros do RS.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FEPAM, IPHAN, Prefeitura Municipal de Capão da Canoa e de Xangri-lá.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Grandes congestionamentos no período de alta temporada, além da insegurança na interseção.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Há anos os usuários da rodovia enfrentam a falta de segurança e o congestionamento na ERS-407, trecho Entr. BR-101 (Morro Alto) - Entr. ERS-389 (Xangri-Lá), principalmente no período de veraneio que vai de dezembro até março.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhores condições de segurança e fluidez aos usuários da rodovia, bem como à comunidade local.

### OBJETO

Construção de viaduto na ERS-407, trecho Entr. BR-101 (Morro Alto) - Entr. ERS-389 (Xangri-Lá), sobre a ERS-389.

### OBJETIVO

Ampliar e adequar a capacidade operacional da rodovia às necessidades de tráfego, segurança e mobilidade viária, permitindo acesso à Capão da Canoa.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As ERS 407 e ERS 389 constituem relevantes vetores rodoviários no campo turístico e de desenvolvimento do Corede Litotal do RS. Aprimorar suas condições de mobilidade e acesso, por meio da construção de um viaduto, além contribuir com a segurança viária, otimizará o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios sócio econômicos a um número maior de comunidades locais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Obra concluída	Metros	160	5.042.000	16

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção e Restauração de Obras de Arte Especiais

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura Projeto executivo e termo de referência prontos.



Nº	PROJETO
885	<b>EXECUÇÃO DE REMANESCENTES DA ERS-129 (DAVI CANABARRO – VANINE – CASCA)</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
19	R\$ 4.414.000

PÚBLICO-ALVO
População do município de Casca, usuários da rodovia e comunidades locais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Produção

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FEPAM, Prefeitura Municipal de Casca.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Tráfego pesado passando dentro do município, acarretando problemas de segurança para os moradores e comércio adjacentes à rodovia.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Com o desenvolvimento das cidades, muitas rodovias acabam atravessando o espaço urbano, o que interfere na mobilidade e segurança local.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Uma maior segurança e fluidez dos veículos que utilizam a rodovia, bem como da comunidade local que ficará com sua área urbana mais tranquila.

### OBJETO

Execução de serviços remanescentes das obras de pavimentação da ERS -129 trecho Davi Canabarro - Vanine - Casca.

### OBJETIVO

Expandir e qualificar o sistema rodoviário estadual, através da construção de rodovias arteriais e ligações regionais, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando uma séria crise econômica que contrasta com o seu grande potencial de produzir riqueza. Neste cenário torna-se necessário buscar recursos para ampliar a capacidade do sistema de transportes, principalmente das estradas. A pavimentação asfáltica, ligando municípios sem qualquer acesso pavimento a uma rodovia pavimentada é fundamental para melhorar o cotidiano das populações locais. Moradores de municípios que não contam com acessos pavimentados a suas sedes, principalmente durante época de chuvas, enfrentam problemas graves para deslocar-se até os principais centros urbanos em sua proximidade e para acessar as rodovias pavimentadas da malha. Os problemas sociais advindos dessa situação são significativos, principalmente para acesso a instituições de ensino, serviços de saúde especializados, oportunidades de emprego e equipamentos culturais, entre outros. Para enfrentar essa situação, nos últimos anos o Rio Grande do Sul intensificou os esforços para finalizar a pavimentação de todos os acessos municipais no estado, tendo firmado financiamentos que estão contribuindo significativamente para o cumprimento da meta. Uma demonstração desse avanço é que, em 2009, era necessário asfaltar 105 acessos municipais, atualmente esse número está próximo de 50, com diversas obras em execução. A obra do Contorno de Casca, remanescente da obra de pavimentação da rodovia ERS-129, irá desviar o tráfego pesado que hoje é realizado na área urbana da cidade de Casca.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Obra Concluída	Km	2,89	4.414.000	19

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Rodovias

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura  
Projeto executivo e termo de referência prontos.



Nº	PROJETO
887	<b>PAVIMENTAÇÃO DA ERS-711 - MARIANA PIMENTEL</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
19	R\$ 19.500.000

PÚBLICO-ALVO
População de Mariana Pimentel e usuários da rodovia.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Centro Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FEPAM, Prefeitura Municipal de Mariana Pimentel.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

A falta de infraestrutura prejudica a economia, ameaça o acesso a saúde e a educação, e compromete sonhos de desenvolvimento e expansão populacional.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Muitos municípios gaúchos ainda sofrem com a falta de infraestrutura de acesso. O Estado do Rio Grande do Sul conta com aproximadamente 52 municípios sem acesso asfáltico.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificar a malha rodoviária com pavimentação destes acessos, de forma a beneficiar a população local, especialmente em relação à acessibilidade aos serviços especializados, como centros de saúde, escolas técnicas e universidades, bem como facilitar a integração da economia local a outros mercados.

### OBJETO

Pavimentação de segmento da ERS-711 - Mariana Pimentel.

### OBJETIVO

Expandir e qualificar o sistema rodoviário estadual, através da construção de rodovias arteriais e ligações regionais, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando uma séria crise econômica que contrasta com o seu grande potencial de produzir riqueza. Neste cenário torna-se necessário buscar recursos para ampliar a capacidade do sistema de transportes, principalmente das estradas. A pavimentação asfáltica, ligando municípios sem qualquer acesso a uma rodovia pavimentada é fundamental para melhorar o cotidiano das populações locais. Moradores de municípios que não contam com acessos pavimentados a suas sedes, principalmente durante época de chuvas, enfrentam problemas graves para deslocar-se até os principais centros urbanos em sua proximidade e para acessar as rodovias pavimentadas da malha. Os problemas sociais advindos dessa situação são significativos, principalmente para acesso a instituições de ensino, serviços de saúde especializados, oportunidades de emprego e equipamentos culturais, entre outros. Para enfrentar essa situação, nos últimos anos o Rio Grande do Sul intensificou os esforços para finalizar a pavimentação de todos os acessos municipais no estado, tendo firmado financiamentos que estão contribuindo significativamente para o cumprimento da meta. Uma demonstração desse avanço é que, em 2009, era necessário asfaltar 105 acessos municipais, atualmente esse número está próximo de 50, com diversas obras em execução. A empresa que executava a obra faliu e criou grande expectativa na comunidade local para conclusão da obra, sendo acompanhada e cobrada pelo Ministério Público da região.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Obra concluída	Km	16,81	19.500.00	19

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura



AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Acessos Municipais

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura  
Projeto executivo e termo de referência prontos.



Nº	PROJETO
930	<b>CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM JAGUARI</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 35.000.000

PÚBLICO-ALVO
Serão beneficiárias diretas as comunidades e as economias regionais dos municípios de São Gabriel, Dom Pedrito, Lavras do Sul e Rosário do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Obras e Habitação, FEPAM e Ministério do Desenvolvimento Regional

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Ricardo Flores Saenger	51 32884625	luiz-saenger@sop.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2221 - Recursos Hídricos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1174 - Ampliar a Segurança Hídrica

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Cada vez mais tem se tornado imprescindível que países estejam preparados para cumprir metas de produção de alimentos e a operacionalização do atingimento desse tipo de metas passa, necessariamente, pela garantia de recursos hídricos para a irrigação de terras que já são atualmente cultiváveis.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization of United Nations - FAO, 2009), em 2050, o aumento da população e da renda exigirão uma produção de alimentos 70% superior à de 2009. Além disso, estima-se que mais de 80% do incremento da produção deverá vir do aumento da produtividade das terras já exploradas e da intensificação da irrigação. Nesse contexto, a conclusão da implantação da Barragem Jaguari torna-se projeto estratégico e fundamental para viabilizar a agricultura irrigada e continuada na região da bacia hidrográfica do rio Santa Maria, na região do Pampa do Rio Grande do Sul. A barragem solucionará carências hídricas na região e permitirá a irrigação contínua das lavouras, aperfeiçoamento o uso do solo com a possibilidade de, simultaneamente, aumentar a produção de alimentos em áreas já utilizadas com agricultura e pecuária tradicionais de sequeiro e de viabilizar a abertura de novas fronteiras agrícolas. Tal prerrogativa é, portanto, única em termos de tecnologia para a produção de alimentos, pois alcança tanto o conceito de produtividade quanto o de sustentabilidade.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

No Brasil, estima-se que a disponibilidade de áreas para o desenvolvimento sustentável da irrigação alcance 30 milhões de hectares, sendo que destes, apenas cerca de 4,5 milhões de hectares estão dotados de sistemas de irrigação. Desta maneira, torna-se importante que os governos fomentem ações que possibilitem o aumento de áreas irrigadas no país e a melhoria da produtividade dos sistemas de irrigação existentes.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Projeta-se impacto positivo e significativo da obra da barragem do arroio Jaguari na garantia do abastecimento de água de forma contínua por todo o ano às suas comunidades lindeiras e ao cultivo do arroz e outras culturas em entre-safras.

**OBJETO**

Conclusão da implantação da Barragem do Arroio Jaguari, na Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria.

**OBJETIVO**

Finalizar a implantação da Barragem do Arroio Jaguari, localizada na bacia hidrográfica do rio Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Especificamente no caso da bacia hidrográfica do rio Santa Maria e do Estado do Rio Grande do Sul, são fatores que justificam a conclusão da Barragem no Arroio Jaguari:

- (1) garantir a sustentabilidade ambiental, suprimindo mais de 50 pontos de captação direta de água, com economia de energia e diminuição de custos, e, ainda, sustentabilidade econômica às atividades usuárias da água na bacia hidrográfica do rio Santa Maria;
- (2) regularização de vazão em 50% do curso do rio Santa Maria; e
- (3) atendimento ao preceito de sustentabilidade socioeconômica e ambiental do sistema, assegurando, quantitativa e qualitativamente, o abastecimento de água para a irrigação das culturas nos pontos desejados e cadastrados pelos usuários para a manutenção das áreas atualmente irrigadas e com outorgas, classificadas como precárias pelo órgão concedente, assim como assegurando a possibilidade de reconversão de culturas de sequeiro, impositoras de prejuízos e insegurança de efetividade aos seus empreendedores, permitindo portanto a implementação de boas práticas nas atividades situadas dentro do perímetro de benefício do sistema de barragens e canais, com posio das áreas e rotações de culturas.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Etapas finais da construção de Barragem em terra com vertedouro em concreto armado, com capacidade de reservação de 159 hm <sup>3</sup> de água, localizada no Arroio Jaguari, entre os municípios de São Gabriel e Lavras do Sul	Percentual	30	35.000.00	18

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Redução do impacto da estiagem e qualificação da infraestrutura no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Barragem de Jaguari

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Fome zero e agricultura sustentável, Água potável e saneamento

Licença ambiental, projetos básico e executivo e termos de referência prontos.



Nº	PROJETO
957	<b>ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 12.535.000

PÚBLICO-ALVO
Moradores das comunidades rurais do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Paula Eid	51 999122770	ana-eid@sop.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7k66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Estradas vicinais com comprometimento da trafegabilidade nas comunidades rurais gauchas por contas das destruições causadas por constantes intempéries climáticas (chuvas, enxurradas, estiagens, etc.).

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

As estradas vicinais não possuem qualquer tipo de pavimentação e ficam expostas as condições climáticas, bem como os rios/riachos. A falta de manutenção causa erosão, buracos e o excesso de chuvas ocasionam deslizamentos de terra. No Brasil, de modo geral, especialmente na região sul, uma vez ao ano, ocorre fortes chuvas, enxurradas e estiagem. O Rio Grande do Sul enfrenta um caminho de muito barro, pedra e solavancos para levar o desenvolvimento ao interior do Estado. A falta de pavimentação de estradas vicinais e secundárias, especialmente nas zonas rurais, é um problema com que acarreta muitos prejuízos - econômicos, sociais, educacional, de saúde e de segurança pública. Além de afetar significativamente o transporte da produção agrícola, estradas de chão atrasam o desenvolvimento de pequenos municípios. Segundo estimativa o território gaúcho possui mais de 7 mil quilômetros de estradas vicinais. A frota que a SOP possui é antiga, equipamentos com mais de 10 anos de idade que apresentam avaria frequentemente. Anualmente, esta Secretaria recebe em média de 80 a 100 pedidos de cedência de escavadeira hidráulica e atende aproximadamente 17 municípios/ano.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Melhor trafegabilidade das estradas vicinais; fomento no desenvolvimento do Interior do Estado, diminuição do êxodo rural, melhora na qualidade de vida e melhores condições de trabalho.

**OBJETO**

Aquisição de equipamentos, do tipo Escavadeira Hidráulica, e contratação de empresa terceirizada com serviço de operador e motorista para realização de serviços junto aos municípios para a Recuperação, Manutenção de estradas vicinais.

**OBJETIVO**

Garantir a trafegabilidade das estradas vicinais mediante aquisição dos equipamentos para a recuperação, manutenção de estradas vicinais e desassoreamento de rios e riachos de maneira a permitir o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar e público e a mobilidade urbana em geral das comunidades rurais do Rio Grande do Sul.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As comunidades rurais do Estado carecem de uma estrutura viável e adequada, tendo muitas vezes como único meio de realizar suas atividades e sua mobilidade as estradas vicinais. O Estado para amortizar essa situação realiza cedência de Escavadeiras Hidráulicas aos municípios, porém devido aos equipamentos terem mais de 10 anos de idade e serem operados por servidores de diversos municípios do Estado, muitas vezes, sem experiência em veículo considerado pesado, os quais apresentam avaria frequentemente, ficando mais tempo no conserto/paralisados do que operando, faz-se preciso assim, adquirir novos equipamentos e contratar operadores e motoristas para voltar a desenvolver novamente esse programa com êxito. A recuperação, manutenção dessas estradas e o desassoreamento de rios/riachos vem a contribuir para fomentar o desenvolvimento local e auxiliar as comunidades em situação de emergência, além de atender o setor agropecuário, uma vez que as más condições das estradas implicam no aumento dos custos de logística e na limitação do produtor rural em investir em novos agronegócios. Tal proposta está alinhada a projetos de apoio ao desenvolvimento e fomento do interior do Estado. Os beneficiários do Programa são todos os municípios do Estado do RS, que assim, através de Ofício solicitam a cedência de equipamento para recuperar as suas estradas vicinais, seja por situação de emergência, calamidade pública e ou intempéries climáticas. Desta feita, isso propiciará o incremento de receita por conta dos serviços aos agricultores, pois os mesmos produzirão produtos agrícolas em maior quantidade e qualidade diversificando sua propriedade, geração de empregos,

melhoria na qualidade de vida, melhores condições de trabalho, diminuição do êxodo rural e desenvolvimento da cadeia produtiva. Portanto, o fomento às atividades econômicas, geradoras de desenvolvimento, necessitam de estradas que garantam condições de trafegabilidade e mobilidade das populações locais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de equipamentos (escavadeira hidráulica)	Quantidade	10	7.000.000	36
Contratação de Operador e Motorista	Quantidade	12	4.828.000	36
Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos	Quantidade	10	435.000	36
Seguro dos Equipamentos contra sinistros	Quantidade	10	272.000	36

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a qualidade de vida dos municípios

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a Manutenção de Estradas Vicinais

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
960	<b>SISTEMA POÇOS TUBULARES PROFUNDOS E REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 9.000.000

PÚBLICO-ALVO
População das comunidades rurais gaúchas distribuídas por 90 municípios do Estado.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Henrique Feijó Machado	51 32884640	luiz-machado@sop.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2222 - Saneamento Básico

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
2221 - Recursos Hídricos

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Déficit hídrico nas comunidades rurais gaúchas.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Conforme a 6ª Edição do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o atendimento aos serviços de água ocorre por meio de rede geral de distribuição e também por outras alternativas de ocorrências mais comuns no meio rural. Com os dados do SNIS de 2018, o índice de atendimento total de água (rural e urbano) no RS atingiu 86,4%, acima da média nacional de 83,6%. Se medirmos somente o atendimento urbano, o comparativo passa para 97,4% no Estado contra 92,7% no País. Portanto, há muito a ser feito para a universalização do abastecimento de água, onde temos um desafio especial na zona rural do Estado.

Em recente prognóstico climático para os próximos meses no RS, publicado em maio e tratado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, as análises técnicas apontam para chuvas abaixo da média e a não recuperação do déficit hídrico nos períodos de inverno, primavera e verão.

O fornecimento regular de água potável nestas comunidades de zonas rurais se dá através dos poços tubulares profundos. Além do desafio de utilizar as águas subterrâneas dentro dos preceitos legais, para a saúde da população e preservação dos mananciais, com a devida outorga, os municípios se vêem obrigados em determinadas circunstâncias a transportar água por caminhões-pipas quando não há fontes ou condições de captação.

Cabe ao Estado, alcançar aos municípios recursos e instrumentalizá-los para consolidar sistema integrado de saneamento com água potável, desde a captação até a entrega nas residências.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

As obras públicas têm diversos impactos na vida das pessoas. No caso deste Projeto, trata-se de estabelecer condições para que a população permaneça em suas localidades originais, onde o Estado promove infraestrutura para tal tendo o elemento do acesso à água potável como essencial. Trata-se de acolher o município e as camadas mais desfavorecidas que acessam de forma precária os serviços de saneamento básico com fornecimento de redes de água potável.

**OBJETO**

Implantação de poços tubulares profundos e redes de água potável, compreendendo perfuração, captação, bombeamento, adução, reservação, redes de distribuição e ligações domiciliares nas comunidades rurais do RS.

**OBJETIVO**

Viabilizar recursos aos municípios para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água a partir de poços tubulares profundos e/ou redes para comunidades das zonas rurais, num total de 90 municípios, de modo a ampliar a oferta regular de abastecimento de água, diminuído assim o déficit hídrico que aflige as comunidades rurais do estado

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Desde o início do diagnóstico que resultou no Plano de Enfrentamento à Estiagem, o processo de utilização de águas subterrâneas para o consumo humano compreendia não só a execução de poços tubulares profundos, mas também a efetiva distribuição da água potável até as residências da população afetada, tanto é que o maior dos programas lançados recentemente no estado, em termos de valores como de municípios, fora estruturado à Funasa, e compreendia recursos para poços e redes. Ocorre que justamente estes recursos, para 211 municípios que se preparavam para implantar poços e redes de água potável, foram contingenciados.

Como base para este Projeto, temos os municípios diretamente impactados a partir da estiagem e a escassez de água, que necessitam implementar de forma urgente/inadiável os poços tubulares profundos, visando fazer a água chegar em todas as residências das localidades afetadas.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Poços Tubulares Profundos ao custo estimado de 100 mil reais por poço	Quantidade	90	9.000.000	18

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio à qualidade de vida nos municípios

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Perfuração de poços, redes e módulos sanitários

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Água potável e saneamento, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
961	<b>TRATAMENTO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 4.980.000

PÚBLICO-ALVO
Foi verificada a ocorrência de fluorose dental em crianças, principalmente na região dos Vales do Rio Pardo e Rio Taquari, RS. Portanto, estes locais serão utilizados como piloto do projeto, com vistas a atender 54 municípios de ambas as regiões. A população rural estimada nestas regiões é de aproximadamente 340 mil habitantes.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Corsan

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Henrique Feijó Machado	51 32884640	luiz-machado@sop.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2222 - Saneamento Básico

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Sistema de abastecimento de água, via poços tubulares profundos, sem tratamento e controle dos níveis de flúor.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O flúor é um elemento importante para a calcificação do esmalte e um importante inibidor da cárie dental. Contudo, a ingestão de água com níveis excessivos de flúor, acima de 1,5 mg L<sup>-1</sup>, causa um distúrbio chamado de fluorose dental, principalmente em crianças, levando à mineralização defeituosa do esmalte (BRASIL, 2021). Além da fluorose dental, outras doenças podem ser originadas devido à alta concentração deste íon, como distúrbios gastrointestinais, fluorose esquelética, baixos níveis de hemoglobina, depressão, náusea, deformidade em glóbulos vermelhos, entre outras (SINGH et al., 2016).

De acordo com o Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), atualmente o RS possui 19.654 poços tubulares cadastrados em seu sistema. Essas soluções alternativas de abastecimento são responsáveis pela entrega de água potável para cerca de dois milhões de gaúchos(as) que não são abastecidos pelo sistema tradicional de estações de tratamento e, conseqüentemente, podem estar expostos a níveis impróprios de flúor.

Diante desse cenário, a UNISC, em parceria com o governo do Estado, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), desenvolveu um sistema automatizado para desfluoretação de águas subterrâneas até níveis adequados ao consumo humano.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

A implementação de uma unidade desfluoretação automatizada, adequada para a remoção de íons fluoreto junto ao ponto de captação e/ou distribuição, com custo acessível, permitirá a utilização segura destas fontes de abastecimento para suprir a demanda das comunidades e, preservando o investimento de recursos públicos, destacando que a manutenção da qualidade da água dentro dos parâmetros de potabilidade é uma estratégia de saúde pública fundamental para a manutenção da qualidade de vida de uma população, além de ser um direito fundamental. Esta estratégia é particularmente importante para pequenas comunidades, que por estarem afastadas dos grandes centros urbanos apresentam uma estrutura de assistência à saúde mais precária.

**OBJETO**

Aquisição de unidades compactas e automatizadas para desfluoretação de águas subterrâneas de abastecimento.

**OBJETIVO**

Desenvolver um sistema automatizado para a desfluoretação de águas subterrâneas até níveis adequados ao consumo humano.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

No Brasil, e particularmente no RS, alguns municípios não dispõem de sistema público de abastecimento de água, sendo que, os que o possuem, limitam-se fundamentalmente à área urbana do município, comunidades que não dispõem de água tratada e utilizam a água proveniente de poços e/ou fontes naturais, denominados sistemas alternativos de abastecimento. Muitos destes sistemas de abastecimento são administrados pelas próprias comunidades, na forma de cooperativas denominadas Sociedades Hídricas, e supervisionados pela vigilância sanitária, municipal e estadual. Em diversos casos, estas águas não apresentam condições adequadas para consumo humano, devido ao fato de algumas características físicas, químicas ou microbiológicas. O consumo de água com concentração excessiva de íons fluoreto é apontado, por Maier (1971) e por Meenakshi e Maheshwari (2006) como a causa de uma patologia denominada fluorose dental, que atinge principalmente crianças, a qual tem sido diagnosticada em mais de 20 países. Cabe destacar que a contaminação por íons

fluoreto não é de fácil tratamento. Estudos desenvolvidos pela UNISC e por outros autores, indicaram que a construção de sistemas de filtração com carvão ativado de osso é a alternativa técnica e economicamente mais adequada à realidade de pequenas comunidades. Para atender a demanda de água potável de uma unidade familiar. Contudo, para atender a demanda de sistemas de abastecimento como um todo, é necessária a adoção de sistemas de desfluoretação ainda mais eficientes. O presente projeto propõe uma solução técnica e economicamente viável para a erradicação da fluorose dental, caracterizada pela fácil operação e manutenção, de aplicação imediata e adequada à realidade das pequenas comunidades brasileiras. Para isso, será desenvolvida uma unidade compacta e automatizada para desfluoretação de águas de abastecimento, por precipitação por contato, adequada para atender uma vazão de até 5000 L.h-1. Em última análise, o projeto visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, através de ações sustentáveis que visam o desenvolvimento de novas tecnologias, permitindo o acesso universal e igualitário à água potável.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Unidade compacta de desfluoretação composta por: 1 Tanque de filtração (700 - 1000 litros), 2 Filtros auxiliares, 1 Conexões e materiais hidráulicos, 1000 Carvão ativado de osso, Valor unitário do sistema: R\$ 92.400, reagentes e materiais de laboratório, 1 Contêiner (3.00 x 2.00 x 2.20), reagentes tratamento de água, materiais de automação, material elétrico básico e material de eletrônica	Quantidade	54	4.980.000	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

##### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

##### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio à qualidade de vida nos municípios

##### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Perfuração de poços, redes e módulos sanitários

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Água potável e saneamento, Cidades e comunidades sustentáveis



# Cidadania e Assistência Social

## Habitação



Nº	PROJETO
839	<b>CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DA EEEF TOM JOBIM NO COMPLEXO DA FASE- RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
46	R\$ 1.547.000

PÚBLICO-ALVO
Adolescentes internados em seis Centros de Atendimento de Porto Alegre, para o uso diário e, eventualmente, adolescentes internados em todo o Estado (eventos ocasionais).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo; Secretaria de Obras e Habitação; e Secretaria da Educação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Neusa Martins Marques	51 32189449	neusa.praetzel@fase.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A falta da prática de esportes compromete a saúde dos adolescentes internos nos diversos aspectos: físico, social e psicológico. Por estarem internados os adolescentes passam por longos períodos confinados sem desenvolverem exercícios físicos, conseqüentemente, implica em desestímulo do cérebro, músculos e na integração com os demais internos. A baixa oferta de atividades físicas, pode ocasionar graves problemas de saúde como a depressão ainda mais em adolescentes que estão em pleno desenvolvimento, o que prejudica o alcance do principal objetivo da medida socioeducativa - a ressocialização do adolescente.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O 1º Seminário de Avaliação de Implementação do SINASE, realizado pelo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2021, apontou que somente 32,5% das unidades socioeducativas no Brasil e de 26,7% na região Sul, oferecem atividades internas de esporte e lazer aos socioeducandos. E que somente 32% das unidades no Brasil e 38% das unidades na região Sul oferecem atividades externas de esporte e lazer aos seus socioeducandos.

Segundo Cesário, Rocha e Rocha "A saúde dos adolescentes internados torna-se comprometida com a falta de esporte, nos diversos requisitos, tanto no físico, quanto no social e psicológico, pois, os adolescentes passam por longos períodos confinados sem desenvolver exercícios físicos e por consequência a desestimulação do cérebro, podendo ter graves problemas de saúde, e sua internação não alcançar o principal objetivo" (CESÁRIO, ROCHA, ROCHA. A Importância do Esporte na Medida Socioeducativa dos Adolescentes Infratores. RENEF V.1 N.1-14/12/2018).

A ausência do ginásio poliesportivo dificulta, além da prática de esportes em dias chuvosos, a realização de eventos esportivos, como é o caso do INTERCASEs, torneio de futebol que envolve os internos de todos os CASEs do estado. Atualmente este torneio tem de ser realizado em parceria com o Sport Club Internacional de Porto Alegre no Gigantinho.

Para a contribuição à cidadania, o esporte se manifesta como um dos melhores métodos, à medida que é colocado como forma cultural eficaz. No entanto, para que o esporte se sobressaia e se fortaleça com o direito social, são necessárias políticas públicas que sejam efetivas de modo universal (Cesário, Rocha, Rocha apud NETTO, 2007).

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Entende-se que o esporte é uma ferramenta de combate à violência, de reforço na saúde, educacional e de amadurecimento social, que deve ser fortalecido na FASE-RS. Com o aumento e melhoria nas práticas esportivas nos 4 CASEs da Vila Cruzeiro na Capital, esperasse uma melhor ressocialização do adolescente e conseqüente redução da sua reincidência em atos infracionais.

**OBJETO**

Construção de um Ginásio Poliesportivo vinculado a Escola Estadual de Ensino Fundamental Tom Jobim, o qual atenderá aos adolescentes dos Centros de Atendimento Socioeducativos da FASE/RS.

**OBJETIVO**

Aprimorar a integração social do adolescente por meio da prática de esportes, bem como oferecer melhorias no eixo esporte, cultura, lazer, saúde, convivência familiar e comunitária, para que a internação resulte em uma melhor ressocialização do adolescente e conseqüente redução da sua reincidência em atos infracionais.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A FASE-RS não possui um ginásio poliesportivo onde os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com restrição de liberdade, possam desempenhar plenamente as práticas esportivas, as quais são obrigações constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O novo ginásio poliesportivo será localizado no terreno da FASE-RS, em Porto Alegre, onde pode diariamente atender o contingente populacional de 6 (seis) Centros de Atendimento, o que equivale a 50% dos adolescentes em regime de

privação de liberdade no Estado do Rio Grande do Sul. O prédio também pode passar a abrigar evento esportivo de nível Estadual que acontece anualmente, os Jogos INTERCASES, que na ocasião recebe adolescentes de todo o Estado.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ginásio poliesportivo construído	Quantidade	1	1.547.000	46

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - FASE

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Educação de qualidade, Redução das desigualdades

Licença ambiental, titularidade da área, projeto básico e termo de referência prontos. Projeto executivo em andamento.



Nº	PROJETO
840	<b>ADEQUAÇÃO DE ESCADAS NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PORTO ALEGRE I - FASE/RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
9	R\$ 156.000

PÚBLICO-ALVO
260 funcionários do CASE e adolescentes internos, além de cerca de 428 familiares que visitam os socioeducandos nos dias de visita.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Neusa Martins Marques	51 32189449	neusa.praetzel@fase.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14UF - construção, reforma, equipagem e ampliação de unidade de atendimento socioeducativo.

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

As condições inseguras de infraestrutura nas unidades de atendimento socioeducativos dificultam que estas entidades cumpram com a sua missão de ressocialização dos adolescentes internados, colocando não só os socioeducandos em risco de acidentes, como também os trabalhadores e eventuais visitantes.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com a Agência Brasil, em 2017, das 349.579 comunicações de acidentes de trabalho (CATs) feitas pelas empresas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 37.057 se referiam a quedas - 10,6% dos registros. Das 1.111 mortes em ambiente de trabalho registradas no ano passado, 161 foram causadas por quedas. Esses acidentes geralmente têm relação com escadas, andaimes e estruturas e veículos motorizados. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/acidentes-com-quedas-levaram-161-trabalhadores-morte-em-2017>>

Na macro região de São Paulo, soma do número de quedas em escadas ou degraus, de 2008 a 2011, chegou ao número de 14.133 internações. Portanto, uma média de 3.528,25 casos por ano. (GASTALDI e CASTILHO, ESCADAS: ARQUITETURA, SEGURANÇA E PREVENÇÃO À ACIDENTES NOS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO VERTICALÓPOS V. 6, Nº 2, p. 90 - 112, 2012)

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O projeto visa oferecer melhoria nas condições de segurança para o acesso ao pavimento superior do Centro de Atendimento Socioeducativo POA I com o propósito de diminuir os acidentes ocasionados aos jovens internados e também, aos servidores(acidentes de trabalho/passivos trabalhistas). Assim, as escadas existentes deverão ser demolidas e serão construídas novas escadas dentro dos padrões de segurança apontados na legislação vigente.

### OBJETO

Construção de 04 novas escadas internas no Centro de Atendimento Socioeducativo - CASEPOAI.

### OBJETIVO

Adequar as escadas à legislação vigente e melhorar as condições de segurança, de acesso ao pavimento superior do Centro de Atendimento Socioeducativo Porto Alegre I, reduzindo o risco de acidentes.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As escadas devem possuir corrimões dos dois lados a fim de evitar acidentes e nas escadas internas, fita antiderrapante na beirada de cada degrau <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/virtual%20tour/hipertextos/up2/quedas.htm>>. Além disso os degraus devem ter altura e espaçamento adequados, o corrimão deve ser seguro e bem fixado <<https://temseguranca.com/ddds-pronto-para-usar-cuidado-escadas/>> e as escadas devem possuir a mesma medida do espelho e do piso em todos os seus degraus para manter um ritmo ao usuário (Gastaldi e Castilho, 2012).

As escadas existentes estão em estado avançado de corrosão, necessitando de troca total. os degraus e estrutura principais estão comprometidos, bem como, engastes com as estruturas de concreto. também se faz necessário a execução de novos gradis de proteção das escadas.

Atualmente as escadas não atendem aos requisitos detalhados na norma ABNT: NBR 9050/2015 e NBR 9077/1993.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Escadas construídas no CASE POA I	Quantidade	4	156.00	9

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Reconectando Vidas

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando e fortalecimento da rede intersetorial.

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes

Possui titularidade da área e projeto básico pronto.



Nº	PROJETO
841	<b>REVITALIZAÇÃO DAS QUADRAS ESPORTIVAS DA COMUNIDADE SOCIOEDUCATIVA - FASE/RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
8	R\$ 216.000

PÚBLICO-ALVO
221 pessoas - atende, em média, 71 adolescentes internos ao ano, e possui, aproximadamente, 150 servidores.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lilliane Guimarães de Andrade	51 32189450	lilliane-andrade@fase.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Falta de espaço adequado para oferecer atividades de esporte, lazer aos jovens que encontram-se internados na Comunidade Socioeducativa FASE-RS para que possam desempenhar plenamente as práticas esportivas, as quais são obrigações constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, também importantes para a saúde do adolescente e para o processo de ressocialização.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O 1º Seminário de Avaliação de Implementação do SINASE, realizado pelo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2021, apontou que somente 32,5% das unidades socioeducativas no Brasil e de 26,7% na região Sul, oferecem atividades internas de esporte e lazer aos socioeducandos. E que somente 32% das unidades no Brasil e 38% das unidades na região Sul oferecem atividades externas de esporte e lazer aos seus socioeducandos.

Segundo Cesário, Rocha e Rocha "A saúde dos adolescentes internados torna-se comprometida com a falta de esporte, nos diversos requisitos, tanto no físico, quanto no social e psicológico, pois, os adolescentes passam por longos períodos confinados sem desenvolver exercícios físicos e por consequência a desestimulação do cérebro, podendo ter graves problemas de saúde, e sua internação não alcançar o principal objetivo" (CESÁRIO, ROCHA, ROCHA. A Importância do Esporte na Medida Socioeducativa dos Adolescentes Infratores. RENEF V.1 N.1-14/12/2018).

A ausência do ginásio poliesportivo dificulta, além da prática de esportes em dias chuvosos, a realização de eventos esportivos, como é o caso do INTERCASEs, torneio de futebol que envolve os internos de todos os CASEs do estado. Atualmente este torneio tem de ser realizado em parceria com o Sport Club Internacional de Porto Alegre no Gigantinho.

Para a contribuição à cidadania, o esporte se manifesta como um dos melhores métodos, à medida que é colocado como forma cultural eficaz. No entanto, para que o esporte se sobressaia e se fortaleça com o direito social, são necessárias políticas públicas que sejam efetivas de modo universal (Cesário, Rocha, Rocha apud NETTO, 2007).

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Entende-se que o esporte é uma ferramenta de combate à violência, reforço educacional e amadurecimento social que deve ser fortalecido na FASE-RS. Com o aumento e melhoria nas práticas esportivas nas Unidades de Atendimento Socioeducativo esperasse uma melhor ressocialização do adolescente e conseqüente redução da sua reincidência em atos infracionais.

Fomentar a prática de esportes nos adolescentes contribui para o desenvolvimento de uma geração saudável física e mental, e promove o fortalecimento das relações sociais junto a seus pares e aos socioeducadores.

Importante salientar que o aumento de participação dos internos nas atividades esportivas e de lazer, distensionam os jovens que cumprem medida de internação, sem a possibilidade de sair da instituição, contribui para aumentar a imunidade dos jovens, sendo esta essencial neste momento que enfrentamos de Pandemia-COVID-19. Espera-se ainda que quadras reformadas sejam mais utilizadas nos eventos sociais ofertado pela unidade aos familiares dos socioeducandos.

**OBJETO**

Revitalização de 04 quadras esportivas na Comunidade Socioeducativa(CSE) em Porto Alegre- FASE/RS.

**OBJETIVO**

Proporcionar a prática segura de esportes aos adolescentes internados na CSE; Aumentar a participação dos internos nas práticas esportivas ofertadas no Centro de Atendimento Socioeducativo; Zelar pela integridade física e mental dos jovens que cumprem medida de internação na CSE.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A recuperação das quadras se faz necessária, tendo em vista que as mesmas quase não são utilizadas pelos

jovens por apresentarem desgaste, buracos cimento esfarelado ,sem pintura etc. Como as quadras não são atrativas, os jovens não se interessam em realizar esportes, exercícios ao ar livre. O que não contribui para o desenvolvimento físico e mental destes adolescentes. Quando praticam algum esporte nas condições atuais das quadras eles frequentemente sofrem acidentes físicos como torções, luxações devido ao piso que encontram-se em péssimas condições ocasionando os acidentes.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Quadras esportivas revitalizadas	Quantidade	4	216.000	8

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acesso à cultura e ao esporte e lazer

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação da oferta de projetos de esporte, cultura e lazer na FASE

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades

Titularidade da área e projetos executivos prontos.



Nº	PROJETO
842	<b>PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO DO CASE PADRE CACIQUE - FASE/RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
9	R\$ 279.000

PÚBLICO-ALVO
Cerca de 236 pessoas, sendo 101 adolescentes atendidos em média/ano e 135 funcionários. Além disso, serão beneficiados familiares dos adolescentes e dos servidores.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Corpo de Bombeiros Militar

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lilliane Guimarães de Andrade	51 32189450	lilliane-andrade@fase.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14UF - construção, reforma, equipagem e ampliação de unidade de atendimento socioeducativo.

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A FASE busca incessantemente a adequação de suas estruturas prediais. É necessário que as instalações comerciais, industriais, prédios e outros locais de concentração de público estejam devidamente adequadas às normas e exigências legais, evitando assim que ocorram tragédias.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Incêndios em Edificações são extremamente frequentes em todo mundo. Estima-se que este tipo de incêndio esteja em torno de um terço (1/3) de todas as ocorrências registradas. No Brasil, após o triste acontecimento do incêndio na Boate Kiss, evidenciou que a sociedade não está preparada adequadamente para reagir em caso de incêndio. Isto ocorre possivelmente devido à falta de treinamentos, informações e orientações contra incêndio. Mesmo considerando que existem pessoas treinadas para saber agir nestas situações, ainda falta muito para as pessoas estarem preparadas da melhor forma possível para conseguir se salvar em um acidente ou até mesmo em um princípio de incêndio. Um PPCI é fundamental para garantir a segurança das pessoas contra incêndios. Ele define os espaços e sistemas da edificação para evacuar as pessoas de forma rápida em casos de emergência e iniciar o combate ao fogo em casos de princípios de incêndio. A FASE-RS entende que o projeto de incêndio para CASEPC é fundamental para prevenir acidentes com fogo e, em caso de ocorrência, permitir que as pessoas consigam deixar o lugar com segurança. Segundo indicador do Corpo de Bombeiros Militar no RS as ocorrências atendidas de incêndios em edificações aumentaram se comparadas nos últimos 4 anos: 2017(11.909 ocorrências atendidas); contra ano de 2019 (18.922 ocorrências atendidas em edificações) e 2020(18.111 ocorrências atendidas em edificações). Os prejuízos advindos destes incêndios são acentuados, destacando-se, além da perda de vidas e feridos graves, os prejuízos econômicos com a interrupção de atividades e mesmo cadeias produtivas, promovendo a deterioração de postos de trabalho e de montantes financeiros significativos que se destinam a reconstrução de estruturas danificadas ou mesmo destruídas.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Transmitir à sociedade que o PPCI é um investimento em segurança e defesa da vida das pessoas que usam os espaços do CASE Padre Cacique. Tão importante quanto saber como combater um incêndio, é entender o que pode causá-lo, sendo que o PPCI faz todo esse levantamento.

**OBJETO**

Execução de adaptações na estrutura física, tendo em vista a aprovação do projeto do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) no Corpo de Bombeiros de Porto Alegre para o Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique(CASEPC).

**OBJETIVO**

Garantir a segurança das pessoas que laboram e são atendidas no CASEPC. Obter o Alvará de Incêndio do Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique. Evitar a deterioração de montantes financeiros significativos causados por incêndios na estrutura predial do CASEPC.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A obtenção do Alvará de Incêndio é uma exigência legal para o funcionamento do prédio com segurança, dentro das normas vigentes. O projeto de PPCI já foi aprovado pelo Corpo de Bombeiros, quando da emissão do Certificado de Conformidade. As adaptações estruturais apontadas no projeto de PPCI devem ser executadas para a obtenção do Alvará dos bombeiros. Assim, a FASE busca a regularização do CASEPC conforme a Lei de segurança, prevenção e proteção contra incêndios através do PPCI para garantir a segurança aos jovens atendidos no Sistema Socioeducativo e, ainda adotar providências administrativas para garantir o interesse público na preservação de patrimônio histórico.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Serviços de desenvolvimento e instalação de Sistemas de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) no Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique(CASEPC), cuja área é de aproximadamente 5.200 m <sup>2</sup> .	Metros Quadrados	5200	279.000	9

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Reconnectando Vidas

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando e fortalecimento da rede intersetorial.

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
846	<b>CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE SANTO ÂNGELO - FASE/RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
48	R\$ 1.332.000

PÚBLICO-ALVO
169 pessoas - 48 adolescentes internados no CASE Santo Ângelo, 21 professores do corpo docente da Escola e aproximadamente 100 funcionários.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 7

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Secretaria da Educação (SEDUC)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lilliane Guimarães de Andrade	51 32189450	lilliane-andrade@fase.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Educação Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5011 - Educação Básica de Qualidade 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade. 1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul 14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

As edificações dos centros de atendimento socioeducativos de internação devem promover o cumprimento da medida socioeducativa o mais afastado possível da identificação com prédios análogos a presídios. Devem possuir característica mais pedagógica e menos punitiva, possibilitando dar aos jovem/adolescente a construção de um novo projeto de vida e a promoção da ressocialização. Na Lei Nº12.594 do SINASE consta, no seu artigo 16, que a estrutura física da unidade institucional deve ser compatível com as normas específicas de referência. Em 2006, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), por meio da Resolução Nº 119, lançou os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo. Para os programas de Internação Provisória e Internação são apresentadas especificidades quanto ao modelo arquitetônico, instalações físicas ideais para o cumprimento da medida socioeducativa. São considerados os aspectos físicos para cada função oferecida ao cumprimento da medida de internação provisória e internação, como: espaços adequados para atendimentos técnicos individual ou em grupos, espaços para atendimento saúde/ambulatorios, espaços com condições adequadas para refeições e dormitórios, espaços com salas de aula apropriadas contando com salas de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar entre outros. O SINASE (2006, p. 51) diz que "A arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização". Também fala, no item 9 (p.48) da seção 6.1, que as edificações usadas no atendimento socioeducativo devem estar subordinadas ao processo pedagógico e no quadro da seção 6.2.1 (p.50) fala que as unidades de internação devem possuir espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Atualmente as atividades escolares dos socioeducandos internos no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santo Ângelo acontecem dentro do prédio principal de internação (assim como de outros CASEs no interior e capital do RS), causando conflitos de funções e horários. Em uma recente pesquisa solicitada pelo Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos para Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo revelou que a região Sul, quanto à dimensão Entidades, informou que as condições de infraestrutura das unidades - indicador 2.2.2 (p.64) quanto à infraestrutura para atividades escolares, região Sul - ficou abaixo das demais regiões; SUL- nota 4,50 de um total de 7,0; Região CO - 4,92; Região SE - 4,95; Região NE - 4,60. Este mesmo indicador revela, para a região Sul, uma nota de 0,32, num total de 1 ponto possível, quanto à separação das salas de aulas dos quartos, enquanto a nota nacional é de 0,47. Também nessa mesma pesquisa, o indicador 2.1.1 (p.63) revela que 59% dos diretores de unidades da região Sul consideraram necessárias reformas nos espaços destinados às escolas, enquanto na média nacional este percentual é de 68%.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

O intuito maior é propiciar a melhoria no desempenho escolar e, contribuir para o aumento dos índices de progressão escolar dos adolescentes/jovens atendidos no CASE Santo Ângelo e uma melhor adequação na distribuição das funções do CASE ao preconizado pelo SINASE.

**OBJETO**

Construção de Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santo Ângelo.

**OBJETIVO**

Adequar as edificações da FASE às normas arquitetônicas da Socioeducação, promovendo melhorias nos espaços destinados à escolarização formal no CASE Santo Ângelo, com o objetivo de possibilitar ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, a construção de novas possibilidades para um novo projeto de vida. Nesse contexto, A FASE/RS visa dar ênfase aos espaços destinados à escolarização destes socioeducandos internados, afim de melhorar o atendimento prestado aos adolescentes internados na instituição e promover a ressocialização.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

É importante que as atividades escolares aconteçam em um prédio separado do principal de internação, a fim de evitar conflitos de funções e horários. Assim, a construção do Módulo Escolar anexo ao prédio principal de internação propiciará aos adolescentes um espaço específico para o ensino escolar sem prejudicar as demais atividades do prédio principal, melhorando o rendimento das atividades escolares, em ambiente mais propício e direcionado à educação, garantindo melhor aprendizado e reinserção dos adolescentes na sociedade. O trabalho do corpo docente da Escola ganha em qualidade, pois com a construção do módulo escolar, a escola passa a ter um espaço exclusivo. Os funcionários do CASE Santo Ângelo também ganham com uma melhor divisão de tarefas, por conta da divisão espacial entre o prédio principal e o anexo escolar. Além disso, a construção dos anexos escolares libera espaço físico dentro dos centros de atendimento, os quais podem ser usados para diversas atividades, como por exemplo: oficinas, sala de leitura, sala de jogos; deixando estes centros também mais próximos do conceito arquitetônico preconizado pelo SINASE.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Prédio do Módulo Escolar CASE Santo Ângelo construído	Quantidade	1	1.332.000	48

**VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL****PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

**AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - FASE

**INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

**ASPECTOS RELEVANTES**

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Educação de qualidade, Redução das desigualdades

Titularidade da área, projeto básico, termos de referência e projeto executivo prontos.



Nº	PROJETO
847	<b>CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE URUGUAIANA - FASE/RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
33	R\$ 808.000

PÚBLICO-ALVO
Cerca de 170 pessoas (aproximadamente 48 adolescentes internos, 18 professores e 100 funcionários). Além disso, serão beneficiados indiretamente familiares dos adolescentes.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 6

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo; Secretaria da Educação; e Secretaria de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
André Olea Benini	51 32189450	andre-benini@fase.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Educação Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5011 - Educação Básica de Qualidade 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade. 1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul. 14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

As edificações dos centros de atendimento socioeducativos de internação devem promover o cumprimento da medida socioeducativa o mais afastado possível da identificação com prédios análogos a presídios. Devem possuir característica mais pedagógica e menos punitiva, possibilitando dar aos jovens/adolescente a construção de um novo projeto de vida e a promoção da ressocialização. Na Lei Nº12.594 do SINASE consta, no seu artigo 16, que a estrutura física da unidade institucional deve ser compatível com as normas específicas de referência. Em 2006, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), por meio da Resolução Nº 119, lançou os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo. Para os programas de internação Provisória e Internação são apresentadas especificidades quanto ao modelo arquitetônico, instalações físicas ideal para o cumprimento da medida socioeducativa. São considerados os aspectos físicos para cada função oferecida ao cumprimento da medida de internação provisória e internação, como: espaços adequados para atendimentos técnicos individual ou em grupos, espaços para atendimento saúde/ambulatorios, espaços com condições adequadas para refeições e dormitórios, espaços com salas de aula apropriadas contando com salas de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar entre outros. O SINASE (2006, p. 51) diz que "A arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização". Também fala, no item 9 (p.48) da seção 6.1, que as edificações usadas no atendimento socioeducativo devem estar subordinadas ao processo pedagógico e, no quadro da seção 6.2.1 (p.50), fala que as unidades de internação devem possuir espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Atualmente as atividades escolares dos socioeducandos internos no Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguiana acontecem dentro do prédio principal de internação (assim como de outros CASEs no interior e capital do RS), causando conflitos de funções e horários. Uma recente pesquisa, solicitada pelo Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos para Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, revelou que a região Sul, quanto à dimensão Entidades, informou que as condições de infraestrutura das unidades - indicador 2.2.2 (p.64) quanto à infraestrutura para atividades escolares região Sul - ficou abaixo das demais regiões: SUL - nota 4,50 de um total de 7,0; Região CO - 4,92; Região SE - 4,95; Região NE - 4,60. Este mesmo indicador revela, para a região Sul, uma nota de 0,32, num total de 1 ponto possível, quanto à separação das salas de aulas dos quartos, enquanto a nota nacional é de 0,47. Também nessa mesma pesquisa, o indicador 2.1.1 (p.63) revela que 59% dos diretores de unidades da região Sul consideraram necessárias reformas nos espaços destinados às escolas, enquanto na média nacional este percentual é de 68%.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

O intuito maior é propiciar a melhoria no desempenho escolar e, contribuir para o aumento dos índices de progressão escolar dos adolescentes/jovens atendidos no CASE Santo Ângelo e uma melhor adequação do CASE ao preconizado pelo SINASE.

**OBJETO**

Construção de Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguiana.

**OBJETIVO**

Adequar as edificações da FASE às normas arquitetônicas da Socioeducação, promovendo melhorias nos espaços destinados à escolarização formal no CASE Uruguiana, com o objetivo de possibilitar ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, a construção de novas possibilidades para um novo projeto de vida. Nesse contexto, A FASE/RS visa dar ênfase aos espaços destinados à escolarização destes socioeducandos internados, afim de melhorar o atendimento prestado aos adolescentes internados na instituição e promover a ressocialização.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

É importante que as atividades escolares aconteçam em um prédio separado do principal de internação, a fim de evitar conflitos de funções e horários. Assim, a construção do Módulo Escolar anexo ao prédio principal de internação propiciará aos adolescentes um espaço específico para o ensino escolar sem prejudicar as demais atividades do prédio principal, melhorando o rendimento das atividades escolares, em ambiente mais propício e direcionado à educação, garantindo melhor aprendizado e reinserção dos adolescentes na sociedade. O trabalho do corpo docente da Escola ganha em qualidade, pois com a construção do módulo escolar, a escola passa a ter um espaço exclusivo. Os funcionários do CASE Santo Ângelo também ganham com uma melhor divisão de tarefas, por conta da divisão espacial entre o prédio principal e o anexo escolar. Além disso, a construção dos anexos escolares libera espaço físico dentro dos centros de atendimento, os quais podem ser usados para diversas atividades, como por exemplo: oficinas, sala de leitura, sala de jogos; deixando estes centros também mais próximos do conceito arquitetônico preconizado pelo SINASE.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Prédio do Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguaiana construído.	Quantidade	1	808.000	33

**VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL****PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

**AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - FASE

**INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

**ASPECTOS RELEVANTES**

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Educação de qualidade, Redução das desigualdades

Projeto básico, termos de referência e projeto executivo prontos.



Nº	PROJETO
870	<b>DIVERSIFICAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DA FASE</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 574.000

PÚBLICO-ALVO
Cerca de 270 adolescentes em cumprimento de Internação Provisória e medida socioeducativa de internação nos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) do Estado e familiares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Janaína Freitas Mildner	51 32183039	janaina-mildner@fase.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
5027 - Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A profissionalização é um desafio constante no trabalho socioeducativo e deve observar as tendências de mercado considerando as habilidades e os interesses dos (as) socioeducandos(as) em cumprimento de Medida Socioeducativa. Esse desafio aumenta diante do crescimento das taxas de desemprego entre a população jovem no país e no Estado, exigindo a oferta de mais cursos a mais adolescentes levando-se em conta que há internos que permanecem um ano ou menos no sistema.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O que hoje se aponta é a necessidade de ampliação e diversificação institucional das ações de profissionalização para os socioeducandos.

A necessidade de cursos de curta e média duração se faz presente em um ambiente de privação de liberdade que, pela peculiaridade dos tempos e prazos de internação têm exigido a disponibilização destas formações como alternativas breves, imediatas e complementares de recolocação no mercado de trabalho quando do desligamento dos (as) socioeducandos (as). Em uma recente Pesquisa solicitada pelo Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos para Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo o indicador 2.1.13a, (p.57) composto pelas perguntas: existência de projetos de educação profissional para os adolescentes; e existência de articulação para o acesso de adolescentes em escolas técnicas, apontou uma nota de 1,16 pontos para a região Sul, enquanto a nota Nacional foi de 1,11 num total de 2,0 pontos.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Busca-se disponibilizar alternativas breves, imediatas e complementares de preparação para a inserção no mercado de trabalho quando do desligamento dos(as) socioeducandos(as), a partir da contratação de 200 a 270 vagas distribuídas em 11 cursos de profissionalização de curta e média duração.

A qualificação da educação profissional nos espaços de privação de liberdade contribui para o processo de ressocialização dos jovens que cumprem medida socioeducativa, podendo impactar na diminuição dos índices de reingresso no sistema socioeducativo.

**OBJETO**

Contratação de cursos de educação profissional com carga horária entre 20 a 120 horas aula, na modalidade presencial e/ou EAD.

**OBJETIVO**

Adquirir cursos de educação profissional executados pelo Sistema S, com carga horária entre 20 e 120 horas aula, na modalidade presencial ou à distância conforme condições estruturais de cada CASE, para os (as) adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação e em Internação Provisória nos Centros de Atendimento Socioeducativo e no Centro de Convivência e Profissionalização - CECONP, diversificando a oferta de ações de profissionalização na FASE e ampliando as possibilidades de colocação no mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento de habilidades empreendedoras para a sustentabilidade individual quando na condição de egressos da Fundação.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A Fundação tem por uma de suas metas a oferta de possibilidades de formação profissional nos seus diferentes âmbitos, de forma inicial e continuada, garantindo a certificação reconhecida, respeitando o interesse dos (as) socioeducandos (as) na escolha dos cursos a serem disponibilizados (SINASE - CONANDA 2006). Assim, as ações são consolidadas a partir do estabelecimento de parcerias formais com entidades reconhecidas, atendendo ao disposto nos documentos norteadores do sistema socioeducativo e ao exposto no artigo 69 do ECA. Atualmente a FASE disponibiliza, de forma contínua, 398 cotas de qualificação profissional por intermédio da aprendizagem, com cursos de longa duração desenvolvido pelo CIEE através do seu programa Aprendiz Legal, podendo atingir até 02 anos de vinculação no curso. Neste quantitativo de vagas disponíveis, registra-se que apenas 68%2 da população da FASE estaria atendida nesta modalidade de

profissionalização, havendo a necessidade de ampliação e diversificação institucional das ações de profissionalização para além dos cursos de profissionalização de longa duração atendendo um público maior de socioeducandos.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Vagas em cursos de profissionalização ofertadas	Quantidade	270	574.000	36

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Reconectando Vidas

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação do fazer pedagógico na socioeducação

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
914	<b>PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA RURAL</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 500.000

PÚBLICO-ALVO
População idosa rural em vulnerabilidade social - 3420 pessoas.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social - SIDHAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Renda, Secretaria da Agricultura e Prefeituras Municipais

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Carla Magali Capitanio	51 32889379	carlacapitanio@sjcdh.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

No ano de 2020, 351.101 pessoas idosas se encontram inseridas no CadÚnico, destas 78.122 recebem o Benefício de Prestação Continuada, ou seja, são pessoas que possuem renda per capita de ¼ do salário mínimo, o que corresponde a 22% dos idosos cadastrados no sistema. Nesse sentido, entende-se que esse público é duplamente vulnerável, seja por estar inserido no grupo de risco de contágio do Covid-19, seja por estar exposto aos riscos sociais advindos da situação pobreza.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul possuía, em 2015, 11.247.972 habitantes, 15,7% considerados idosos, na faixa etária de 60 anos ou mais. Para 2030, o IBGE projeta que o Estado deva alcançar a marca de 11.542.948 habitantes, sendo sua população composta por 24,3% de pessoas na faixa etária dos 60 anos ou mais.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Ações de proteção e viabilização de direitos que mitiguem os riscos causados pela pandemia do Covid-19 à população idosa rural, especialmente no que se refere à segurança alimentar e acesso a bens e serviços essenciais.

**OBJETO**

Entregas de cestas básicas e cestas de itens de higiene (incluindo máscaras e materiais de limpeza) e orientações sanitárias para os cuidados com a saúde para mitigar os riscos causados pela pandemia do Covid-19 à população idosa rural.

**OBJETIVO**

Atenuar os impactos do Covid-19 ao segmento idoso da população vulnerável na sua condição socioeconômica e de saúde.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul possuía, em 2015, 11.247.972 habitantes, 15,7% considerados idosos, na faixa etária de 60 anos ou mais. Para 2030, o IBGE projeta que o Estado deva alcançar a marca de 11.542.948 habitantes, sendo sua população composta por 24,3% de pessoas na faixa etária dos 60 anos ou mais.

No ano de 2020, 351.101 pessoas idosas se encontram inseridas no CadÚnico, destas 78.122 recebem o Benefício de Prestação Continuada, ou seja, são pessoas que possuem renda per capita de ¼ do salário mínimo, o que corresponde a 22% dos idosos cadastrados no sistema. Nesse sentido, entende-se que esse público é duplamente vulnerável, seja por estar inserido no grupo de risco de contágio do Covid-19, seja por estar exposto aos riscos sociais advindos da situação pobreza.

Assim, faz-se urgente a adoção, por parte do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da SJCDH/DDHC, de medidas de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia. O público alvo do presente projeto são pessoas idosas com/ou sem comorbidades conforme a classificação da Organização Mundial da Saúde e que estão mais susceptíveis ao contágio do Covid-19 vivendo no meio rural; inscritos ou não no Cadastro Único (CadÚnico) do Sistema Único de Assistência Social.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Identificação e validação dos municípios prioritários e dos valores repassados	Percentual	100	0	1
Convênios pactuados	Percentual	100	500.000	3



## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Sistema Estadual de Direitos Humanos

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Aperfeiçoamento do Planejamento, da Cidadania e dos Direitos Humanos

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
926	<b>IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 150.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores públicos e usuários com deficiência auditiva ou surdez que utilizem os serviços instalados no Centro Administrativo do Estado e no Tudo Fácil.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social - SIDHAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marilu Mourão Pereira	51 32887360	marilu-pereira@sjcdh.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

As pessoas com deficiência auditiva e as pessoas surdas têm dificuldades para acessar aos serviços oferecidos pelo estado por conta da falta de acessibilidade na comunicação e portanto sendo violados em seus direitos à igualdade com as demais pessoas.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estudo realizado por SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira de et al, sobre as Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura, aponta que as dificuldades mais enfrentadas pela comunidade surda, sendo principalmente relacionadas à barreira comunicacional existente entre ouvintes e surdos. Além disso o próprio relatório mundial da deficiência em 2011 já apontava as dificuldades de acesso aos serviços dos surdos pela falta de acessibilidade comunicacional.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Contribuir para a participação efetiva dos surdos na sociedade, preservando seus direitos e respeito a sua cultura. Para garantir o acesso de forma igualitária aos serviços, é fundamental que o estado possa adotar medidas de acessibilidade, para que se tenha a efetiva inclusão social de todos. Nesse sentido o projeto aqui proposto, vem garantir o acesso aos serviços públicos, instalados no Centro administrativo Fernando Ferrari e na unidade centro do Tudo Fácil, com qualidade, visando a inclusão social.

### OBJETO

Implantação da Central de Libras no centro administrativo do estado do Rio Grande do Sul e no Tudo Fácil, por meio de edital público.

### OBJETIVO

O objetivo do projeto de Implantação da Central de Libras é atender pessoas com deficiência auditiva e surda, que frequentam o centro administrativo do estado do Rio Grande do Sul e o Tudo Fácil, por meio de edital público, proporcionando o acesso aos serviços públicos, ali instalados, com mais amplitude e qualidade, visando um grande avanço para a inclusão social. A Central de libras tem como objetivo promover a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), garantindo o acesso às informações resguardando seus direitos.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A presente proposta justifica-se diante da realidade do estado do Rio Grande do Sul, segundo dados do IBGE, em que o índice de pessoas com deficiência chega a cerca de 6,7% da população gaúcha, o que representa em torno de 11.377.239 pessoas.

No Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) funcionam diversas Secretarias e outros órgãos da administração pública estadual, onde trabalham mais de 2000 pessoas e por onde passam diariamente significativo número de pessoas que precisam acessar os serviços públicos.

O Tudo Fácil oferece diversos serviços ao cidadão que são setores específicos e necessários para a exercício de sua cidadania. Atende em média 4000 pessoas por dia.

Diante das demandas sociais que se apresentam e o respaldo na legislação, o estado precisa garantir a efetivação da acessibilidade nos órgãos públicos, de modo a favorecer a inclusão social e consequentemente a diminuição de violações de direitos humanos desta população. Sabemos o quanto os surdos e pessoas com deficiência auditiva têm dificuldades para acessar a esses serviços por conta da dificuldade em comunicar-se quando necessitam desses serviços sendo assim violados em seus direitos à igualdade com as demais pessoas. Nesse sentido para garantir o acesso de forma igualitária aos serviços, é fundamental que o estado possa adotar medidas de acessibilidade, para que se tenha a efetiva inclusão social de todos.

Diante disso, observa-se que a implantação de uma Central de Interpretes de Libras nesses dois espaços públicos, representa um avanço para a inclusão social dos cidadãos surdos e com deficiência auditiva,

representando uma grande visibilidade para o Estado do Rio Grande do Sul ao garantir o desenvolvimento da autonomia e potencialidade da pessoa surda e com deficiência auditiva que há tempos demanda serviços dessa natureza.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Contrato pactuado	Quantidade	1	150.000	24
Centrais de libras instaladas	Quantidade	1	0	3

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Governo 4.0

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Digital

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação do Tudo Fácil RS

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
959	<b>ESTUFAS PARA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.000.000

PÚBLICO-ALVO
Pessoas presas, servidores penitenciários e a comunidade em situação de vulnerabilidade que serão atendidas nas parcerias com municípios e/ou instituições de apoio.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Canguçu, Charqueadas, Frederico Westphalen, Guaíba, Quaraí, Santa Cruz do Sul, Santiago, Santo Angelo, São Francisco de Paula e Sapucaia do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Agricultura, EMATER, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Obras dos Municípios, Secretaria de Assistência Social dos Municípios

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Elisandra Lidiane Minozzo	51 32887304	trabalhoprisional@susepe.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, combate a corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento a criminalidade com ênfase no combate a corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
155N - Aprimoramento da infraestrutura e modernização do Sistema Penal

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

O Sistema Prisional do Rio Grande do Sul possui hoje 30.160 pessoas presas ociosas nos estabelecimentos prisionais, representando 70,65% da população carcerária. Os altos níveis de ociosidade acarretam um incremento na necessidade medicamentosa para tratamento de distúrbios do sono, de humor, depressão, ansiedade e até ideação suicida, além de aumentar o uso abusivo de ilícitos.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Segundo experiências no atendimento técnico junto aos estabelecimentos prisionais, quando se implanta frentes de trabalho para presos ociosos, estas geram benefícios para o cotidiano penitenciário. Observa-se pelos relatos dos presos e dos servidores penitenciários, que o ambiente com oferta de trabalho e redução da ociosidade torna-se mais tranquilo e estimulante.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

O aumento da qualificação nos locais de implantação e a redução da ociosidade nos estabelecimentos penais contribuem para o decréscimo da criminalidade e violência no âmbito municipal. Em médio e longo prazos, a existência de focos produtivos nos estabelecimentos penais aproxima a Unidade Prisional da comunidade através de doações de alimentos excedentes, possibilitando a integração entre o preso e a sociedade.

**OBJETO**

Implantação de estufas em estabelecimentos prisionais e qualificação e capacitação de pessoas presas em técnicas de plantio e cultivo de hortaliças.

**OBJETIVO**

Capacitação e oportunidade de ocupação de 200 pessoas presas no ofício de produção de hortaliças; produção de hortaliças pelos presos para consumo do próprio estabelecimento prisional, gerando economia de recursos de até R\$ 46.214 para o Estado e, no caso da produção excedentes, distribuição as pessoas em condição de vulnerabilidade social no município. Geração de oportunidade de ocupação para pessoas presas em condição de vulnerabilidade social no município. Possibilitar a remissão pelo trabalho.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Todos os reclusos condenados devem ter a oportunidade de trabalhar e/ou participar ativamente na sua reabilitação, em conformidade com as suas aptidões física e mental, de acordo com a determinação do médico ou de outro profissional de saúde qualificado. Deve ser dado trabalho suficiente de natureza útil aos reclusos, de modo a conservá-los ativos durante um dia normal de trabalho. (Regras Mínimas das Nações Unidas Para o Tratamento de Reclusos (Regras Nelson Mandela) V. 16-05644).

Em pesquisa, Thalita Neri Cardoso Coelho e Andréa Bittencourt Pires Chaves, na Revista Contemporânea. Volume 10. 2019, referem que "o trabalho exerce um papel importante no desenvolvimento da sociabilidade humana à medida que o processo de transformação da natureza provoca também um processo de transformação humana, ou seja, o trabalho ontológico de fato tem uma finalidade educativa e não apenas produtiva.

Além do benefício social advindo do tratamento penal, o Estado gasta hoje R\$ 900.000 mensais em hortaliças para a alimentação das pessoas presas e servidores penitenciários em serviço, o projeto reduziria em R\$ 46.214 mensais considerando o custo em hortaliças para alimentação das pessoas presas e média de 150 servidores penitenciários nos estabelecimentos contemplados pelo projeto.

Este projeto, ainda contemplará com o excedente pessoas em vulnerabilidade social e alimentar no município. Assim como a qualificação e capacitação de pessoas presas em técnicas de plantio e cultivo de hortaliças.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Chapéu de Palha - Adquirido	Quantidade	200	4.000	9
Bota de borracha - Adquirido	Quantidade	200	12.000	9
Avental - Adquirido	Quantidade	200	4.000	9
Protetor solar - Adquirido	Quantidade	200	3.000	9
Luva de jardinagem - Adquirido	Quantidade	200	1.000	9
Pá de corte - Adquirido	Quantidade	60	3.000	9
Enxada - Adquirido	Quantidade	150	6.000	9
Chipa (pá de corte reto) - Adquirido	Quantidade	60	2.700	9
Enxada - Adquirido	Quantidade	100	5.000	9
Rastel - Adquirido	Quantidade	100	7.000	9
Foice - Adquirido	Quantidade	30	1.100	9
Tesoura de poda - Adquirido	Quantidade	20	1.000	9
Carrinho de mão - Adquirido	Quantidade	50	20.000	9
Caixa plástica - Adquirido	Quantidade	400	20.000	9
Refrigerador de 4 portas - Adquirido	Quantidade	20	100.000	9
Bandeja de semeadura - Adquirido	Quantidade	20	10.000	9
Estufas agrícolas medindo 19X21M - Construídas	Quantidade	10	1.000.000	9
Caixa de água externa de 5.000 litros - Adquirido	Quantidade	20	80.000	9
Bomba recalque externa - Adquirido	Quantidade	20	30.000	9
Medidor PH do solo - Adquirido	Quantidade	20	6.000	9
Medidor PH da água - Adquirido	Quantidade	20	10.000	9
Tobata (trator com roçadeira) - Adquirido	Quantidade	10	60.000	9
20 cursos de capacitação - Ministrados	Quantidade	200	500.000	9
Kit insumos e sementes (adubos, humos, terra, beterraba, repolho, cenoura, alface, pimentão, abobrinha, couve, couve-flor) - Adquirido	Quantidade	10	114.200	9

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação e modernização do sistema prisional

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Tratamento e assistência ao apenado

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Trabalho decente e crescimento econômico, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
890	<b>REGULARIZA RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
48	R\$ 5.500.000

PÚBLICO-ALVO
Diretamente 12.000 pessoas que residem em área de ocupações irregulares de propriedade do Estado, além dos moradores dos bairros onde se situam esses núcleos informais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretária de Obras e Habitação e Prefeituras.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Letícia da Silva Gomes	51 32884625	derer@sop.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Habitação

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2220 - Moradia Digna

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1202 - Promover o acesso e a melhorias das condições de moradia

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
8866 - Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Necessidade de promover a Regularização Fundiária em núcleos urbanos informais, onde vivem 12.000 pessoas de baixa renda, ocupando, aproximadamente, 4000 lotes no Estado do Rio Grande do Sul.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A existência dos núcleos urbanos informais, ocupados por famílias de baixa renda, é uma realidade Brasileira, gerada pela consolidação de novos assentamentos irregulares e pelo adensamento dos já existentes, com a ocupação de espaços antes livres, como áreas públicas ou de proteção ambiental devido o alto custo dos imóveis urbanos. Dos mais de 65,5 milhões de domicílios ocupados pelos mais de 210 milhões de brasileiros, 5,127 milhões (7,8%) correspondem a moradias irregulares, segundo informações divulgadas em maio de 2020, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o IBGE, este percentual refere-se a domicílios caracterizados por um padrão urbanístico irregular, com carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. Entram na classificação favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas. Na Região Sul (RS, SC, PR) o volume de moradias irregulares atinge 3% desta totalidade. O Programa Estadual de Regularização Fundiária vem atuando em ações que visam beneficiar, aproximadamente, 9.000 famílias de baixa renda, que ocupam, irregularmente, áreas de propriedade do Estado.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

A implementação da Regularização Fundiária em núcleos urbanos informais diminui o déficit habitacional, assegura a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais, amplia o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência das famílias nos próprios núcleos quando regularizados, garante a efetivação da função social da propriedade, previne e desestimula a formação de novos núcleos urbanos informais, concede direitos reais, preferencialmente em nome da mulher, entre outros.

**OBJETO**

Implementação da regularização fundiária em núcleos urbanos informais em áreas do RS.

**OBJETIVO**

Garantir a implementação da Regularização Fundiária para, aproximadamente, 4000 famílias que ocupam núcleos urbanos informais no Estado do Rio Grande do Sul, proporcionando a segurança jurídica através do registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), conforme determina a Lei nº 13565/2017.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto busca amenizar o déficit habitacional no RS de 4000 famílias residentes em áreas de propriedade do Estado, com fulcro nos instrumentos de regularização fundiária. Baseia-se na consolidação da política habitacional que destina as áreas e lotes ocupados por famílias de baixa renda, com perfil de moradia de interesse social, à regularização fundiária e à dignidade humana e qualidade habitacional.

No intuito de minimizar a carência de moradias de interesse social, o projeto visa transferência de lotes, mediante Termo de Legitimação Fundiária, com supedâneo na Lei Federal nº 13.465/2017, às famílias cadastradas pela SOP, com o objetivo de promover a regularização fundiária das respectivas glebas.

Observa-se que o processo de regularização envolve medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, como instrumento para assegurar o direito à moradia de famílias ocupantes de áreas passíveis de regularização.

Com a concessão de Termo de Legitimação Fundiária, o qual pode ser convertido futuramente em propriedade, passa a ter previsão efetiva de conclusão, com a consolidação da propriedade dos lotes aos beneficiários, possibilitando, autonomamente, a busca de financiamentos para melhoria da qualidade de vida.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Certidão de Regularização Fundiária (CRF)	Quantidade	4.000	5.500.000	48

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações Habitacionais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Regulariza RS - Regularização Fundiária Urbana

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
956	<b>HABITAÇÃO DIGNA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 54.000.000

PÚBLICO-ALVO
600 famílias, numa ocupação mista, em que parte será de famílias de servidores estaduais, principalmente das áreas de segurança pública (Polícia Cidadã), e outra parte de famílias carentes de moradia, remanejadas de áreas de risco, degradadas, de favelas

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria de Obras e Habitação, Prefeitura e FEPAM.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Edilson Marques dos Santos	51 32884640	edilson-marques@sop.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Habitação

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2220 - Moradia Digna

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1202 - Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
8875 - Apoio à Melhoria Habitacional

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

A existência crescente de famílias que buscam melhores condições de moradia, notadamente ampliadas em função da Pandemia da COVID 19 e principalmente localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se concentra maior incidência do problema, seja de falta de moradia, de inadequação e de ônus excessivo com aluguel.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O déficit habitacional no Brasil, conforme pesquisa da Fundação João Pinheiro (2019), atualmente da ordem de 5,877 milhões de domicílios. No Rio Grande do Sul o fenômeno também se faz presente com um déficit de 220.927 domicílios. Desse montante destaca-se a proeminência desse déficit principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, responsável por 41% do total do Estado, com 90.584 domicílios.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Além de reduzir o déficit habitacional, possibilita o acesso a moradias de qualidade, promove a função social de propriedade, mas também para atender o agravamento das carências resultante da Pandemia da COVID-19. Acrescente-se ainda, impactos positivos em termos de segurança pública, valorização imobiliária da região, aquecimento da economia local, aumento da arrecadação municipal com novas unidades habitacionais regularizadas.

### OBJETO

Construção de unidades habitacionais na Região Metropolitana de Porto Alegre.

### OBJETIVO

Diminuir o déficit de moradia no Rio Grande do Sul, através da promoção da produção de unidades habitacionais.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O enfrentamento da questão habitacional com a participação do Estado do RS, através da contratação de produção de novas habitações, está requerendo ações efetivas de retomada de investimentos dessa ordem. As causas mais diversas contribuem para a manutenção do déficit de moradias e suas consequências as mais nefastas possíveis, como habitações em domicílios precários, em coabitação familiar, e com ônus excessivo com aluguel. Ações de construções de novas habitações contribuem diretamente no resgate da cidadania, mitigando suas consequências. Salieta-se que o projeto pretende atender também a famílias de profissionais da segurança pública, com isso possibilitando uma integração com a comunidade. A importância do investimento frente ao problema habitacional contribuirá para a necessária redução do déficit habitacional do Estado.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Habitações construídas	Quantidade	600	54.000.000	36

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania



AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações Habitacionais.

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Produção Habitacional

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Cidades e comunidades sustentáveis

Possui titularidade da área.

Nº	PROJETO
969	<b>NENHUMA CASA SEM BANHEIRO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 12.000.000

PÚBLICO-ALVO
1.000 famílias com renda até 03(três) salários mínimos, inscritas no Cadastro Único(CadUnico), em domicílios de áreas urbanas irregulares ou regularizáveis, chegando próximo a 30mil pessoas atendidas.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Município.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Wagner Motta da Rosa	51 32885675	wagner-rosa@sop.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Habitação

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2220 - Moradia Digna

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1202 - Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Ausência de Banheiros (unidade sanitária básica) no Estado do RS, dos quais 16.181 estão localizados em áreas urbanas, segundo o GT de Políticas Sociais e Educação/Comitê de Dados, esse numero multiplicado pelo número de moradores no domicilio pode chegar até 30 mil, com base no CadÚnico (fevereiro/2020).

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Ausência de unidade sanitária no Estado do RS, dos quais 16.181 estão localizados em áreas urbanas, segundo o GT de Políticas Sociais e Educação/Comitê de Dados, com base no CadÚnico (fevereiro/2020), o Projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro conta com um compromisso interinstitucional na sua execução, formalizado entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da SOP, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - MPRS, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCRS e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS.

O Projeto visa implementar ações conjuntas no âmbito da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), nos termos da Lei Federal 11.888/2008, voltadas ao atendimento de necessidades básicas de saneamento relacionadas ao uso da água, à higiene e ao destino adequado dos esgotos domiciliares, através da instalação de unidade sanitária completa em domicílios de áreas urbanas, visando a promoção da saúde por meio da qualificação da habitação e do seu entorno.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Importante legado à sociedade ao promover melhores condições de vida e de saúde, levando acesso de higiene social e qualificando a habitação e o entorno de famílias de baixa renda; outro nível de respeito próprio ao cidadão.

### OBJETO

Instalação de 1000 unidades sanitárias residenciais completas, para famílias de baixa renda de até 03 (Três) salários mínimos, residentes em domicílios de áreas urbanas com ausência de banheiro ou onde encontra-se inacabado, contemplando municípios do RS com déficit de unidades sanitárias.

### OBJETIVO

Construir/executar/instalar módulos sanitários em residências de baixa renda, buscando sanar inicialmente pelo menos 25% da demanda de déficit de saneamento do estado do RS.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Projeto visa implementar ações conjuntas no âmbito da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), nos termos da Lei Federal 11.888/2008, voltadas ao atendimento de necessidades básicas de saneamento relacionadas ao uso da água, à higiene e ao destino adequado dos esgotos domiciliares, através da instalação de unidade sanitária completa em domicílios de áreas urbanas, visando a promoção da saúde por meio da qualificação da habitação e do seu entorno.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
1000 Módulos Sanitários construídos em residências localizadas nos municípios com maior déficit sanitário do estado, conforme levantamento do DEE/SPGG.	Quantidade	1.000	12.000.000	6

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio à qualidade de vida nos municípios

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Perfuração de poços, redes e módulos sanitários

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Água potável e saneamento



# **Ciência e Tecnologia**

# **Indústria, Comércio e Serviços**

# **Trabalho e Renda**



Nº	PROJETO
818	<b>CONECTA RS: CONEXÃO DE INTERNET NA REDE DE ESCOLAS ESTADUAIS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 4.526.000

PÚBLICO-ALVO
113 mil alunos, 4.000 professores e 1.000 técnicos administrativos de até 233 escolas da rede pública estadual.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Bagé, Camaquã, Caxias do Sul, Guaíba, Ijuí, Jaguarão, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria e Santana do Livramento

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia - SICT

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Educação e PROCERGS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Everaldo Daronco	51 32881060	everaldo-daronco@sict.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Ciência e Tecnologia

MINISTÉRIOS
Ministério da Educação Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2205 - Conecta Brasil 5011 - Educação Básica de Qualidade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1185 - Promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país. 1175 - Elevar a qualidade da Educação Básica promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20V8 - Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital. 20ZE - Universalização e Massificação dos Serviços de Telecomunicações 20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Atualmente a infraestrutura de conectividade nas escolas estaduais encontra-se defasada, além de não atender às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e não possibilitar mobilidade para a comunidade escolar. O contexto foi agravado pela pandemia de Covid-19, que evidenciou ainda mais a inadequação do modelo de conectividade para atender às necessidades de ensino online.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

De acordo com levantamento da Fundação Lemann realizado na Secretaria de Educação do Estado, 48,45% das escolas do RS não possuem nenhum acesso wi-fi e outros 27,78% possuem acesso somente em um ponto. Apenas 6,31% das escolas tem entre 4 e 10 pontos, o que denota claramente a impossibilidade de utilização dessa tecnologia para uso pedagógico na grande maioria das escolas. Ainda, em relação à velocidade, mais de 54% das escolas usufrui de internet com até 2 mbps e em torno de 20% utiliza velocidade maior do que 50 mbps. Quando é considerada a taxa média de velocidade por aluno, apenas 23% das escolas possui conexão acima de 100 kbps por aluno, que é entendido como o mínimo recomendado para uso pedagógico, evidenciando a necessidade de atualização do modelo tanto pela implantação da tecnologia wi-fi, como pelo aumento das velocidades disponíveis para utilização.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Espera-se que o acesso à internet de qualidade melhore o processo de aprendizagem e os índices de qualidade da educação gaúcha, diminua a evasão escolar, estimule o interesse de jovens por tecnologias estratégicas, aumente o número de projetos colaborativos desenvolvidos, amplie o número de capacitações online dos professores, reduza os custos com internet, aumente a eficiência dos departamentos administrativos,, estimule o aumento da permanência de alunos na escola (principalmente nas zonas de maior vulnerabilidade social e econômica, como as escolas do RS Seguro), eleve os índices de inclusão digital.

**OBJETO**

Atualização do modelo de conexão em até 233 escolas integrantes da rede Infovia RS, por meio de equipamentos e serviços que permitam acesso à internet sem fio de alta velocidade.

**OBJETIVO**

Possibilitar que o uso de novas ferramentas de ensino baseadas em internet envolva os estudantes de forma mais efetiva no processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, atrativo e eficaz, por meio da implantação de um novo modelo de conexão de internet de alta velocidade e qualidade em até 233 escolas da rede pública estadual . Espera-se contribuir não somente para melhor formação de jovens, mas também que a conexão de qualidade auxilie na capacitação de professores e melhore a gestão escolar.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Entende-se que é de competência dos Estados promover o acesso universal a internet. O Censo Escolar em 2017 apontou que existiam 2.497 escolas estaduais no RS com cerca de mais de 811.000 alunos. Segundo levantamento feito pela Fundação Lemann, 91% tem acesso à internet. Contudo, um olhar mais atento aos dados evidencia que, embora o custo de investimento médio para o Estado seja elevado, a qualidade do acesso à internet é precária na maioria das escolas. O levantamento apontou também que apenas 23% das instituições tem conexão acima da velocidade adequada para uso pedagógico. Considerando esse panorama, é impossível que as escolas preparem os jovens para os desafios do novo modelo econômico, baseado cada vez mais em conhecimento, por meio da qualificação da infraestrutura tecnológica para a acesso à internet de alta qualidade nas escolas estaduais do RS.

Por outro lado, sabe-se que existem no Rio Grande do Sul diversas redes de fibra ótica instaladas, nas quais trafega internet de alta velocidade e qualidade. Uma dessas infraestruturas mais consolidadas é a Infovia da Procergs, que possui mais de 1.000 km de fibra ótica própria instalada, conectando 986 locais.

A partir dessas duas realidades, o Conecta RS tem atuado de forma a integrar as escolas à redes existentes,

habilitando o acesso à internet de alta velocidade, tanto via cabo como o acesso Wi-Fi, visando oportunizar o acesso universal a comunidade escolar.

O Conecta RS opera em parceria com a Seduc há bastante tempo com o objetivo de atualizar o modelo para tecnologias usadas atualmente pelas escolas. Uma alternativa é o uso do sinal wi-fi que é capaz de democratizar o acesso, visto que a maioria dos jovens possui celular com condições de acessar internet. Também facilitaria o preenchimento dos diários de classe pelos próprios professores (exclusivamente online), sem precisar usar recursos privados.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Escolas estaduais com modelo de conexão de internet atualizado	Quantidade	233	4.526.000	18

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acelera RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ambientes de Inovação

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Conecta: rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais.

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza, Educação de qualidade, Indústria, inovação e infraestrutura, Redução das desigualdades, Parcerias de implementação



Nº	PROJETO
881	<b>TECHFUTURO: PROMOÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR MEIO DA INOVAÇÃO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
33	R\$ 5.000.000

PÚBLICO-ALVO
Empresas de setores estratégicos do RS (agroindústria, petroquímica, plástico e borracha, metalurgia; transportes, eletroeletrônica e automação, saúde, madeira, celulose e móveis, couro e calçados e varejo), startups fornecedoras de tecnologias portadoras de futuro e, mais difusamente, pesquisadores de ICTI.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia - SICT

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do RS e Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
André Morais França	51 99544955	andre-franca@sict.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Ciência e Tecnologia

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1197 - Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável; 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20UQ - Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil 210D - Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A economia brasileira, e por extensão a do Rio Grande do Sul, sofre de uma limitação estrutural no crescimento de sua produtividade desde a década de 70 do século passado. Estima-se um crescimento de 0,4% da produtividade pcp do país entre 1971 e 2018, sendo que desde a mesma década o Brasil também não tem acompanhado o avanço da fronteira tecnológica.

Até o momento, a estrutura demográfica do país possibilitou um crescimento em tempos de estabilidade política e econômica, cujas condições se erodem com o envelhecimento populacional. Ressalta-se que o Rio Grande do Sul é o estado mais envelhecido da federação e, portanto, com a situação mais crítica. Num quadro também sem uma alta sustentada de preços de commodities, a produtividade é chave para o crescimento da produção e a geração de emprego e renda. Em tempos de disruptões tecnológicas profundas, setores demandantes de tecnologia passam por grandes reestruturas da forma de produzir, e o mercado global se remodela conforme os sucessos e os insucessos das empresas em, pelo menos, acompanhar as mudanças em curso. Neste cenário, o investimento em inovação é crítico para a competitividade das empresas brasileiras e para sustentabilidade socioeconômica brasileira das próximas décadas.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Estudo do IEB-FGV aponta que a economia brasileira teve um crescimento de sua produtividade per capita de apenas 0,4% a.a., incorrendo inclusive em perdas relativas à produtividade comparada com a de outros países. Segundo o IPEA, entre 2007 e 2018, a produtividade da indústria brasileira caiu aproximadamente 14,3% em seu total, agravando o quadro de perda da competitividade industrial. O reflexo é a maior dependência de importação de bens produzidos no exterior.

Muito embora o RS ocupe a 2ª posição em Inovação no ranking de competitividade dos Estados, do Centro de Liderança Pública, o Brasil ocupa a 62ª no ranking de 100 países do índice Global de Inovação da Universidade Cornell. Cabe ressaltar, também, o RS se encontra apenas nas 22ª posição no ranking da federação no indicador Participação do Investimento Público em P&D, refletindo um cenário de escasso apoio ao setor produtivo gaúcho para o seu upgrade tecnológico.

Michael Kirson, pesquisador da Judge Business School da Universidade de Cambridge afirma, em artigo científico publicado no Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, que "grande parte da política de inovação está focada na geração de inovações e não na difusão e adoção de inovações em toda a economia. Esse foco fará pouco para diminuir ou reverter divergências regionais no desempenho econômico. A política de inovação no nível local requer maior foco na difusão da inovação, ao mesmo tempo em que se adota uma perspectiva mais ampla para englobar a variedade de inovações e uma perspectiva mais restrita para focar as necessidades de inovação específicas de cada região ou local".

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Aumento da produtividade e da eficiência, bem como a agregação de valor em produtos e à redução de custos de produção das empresas contempladas, e difusão do conhecimento gerado pelos projetos a outras empresas do setor, ampliando o acesso a *know-how* crítico.

**OBJETO**

Apoio à adoção de tecnologias habilitadoras por empresas gaúchas, por meio de edital FAPERGS de fomento à projetos de inovação aberta com vistas ao aumento da produtividade, ao aumento da eficiência, à agregação de valor em produtos, e/ou à redução de custos de produção.

**OBJETIVO**

Fomentar a adoção de tecnologias habilitadoras avançadas por empresas gaúchas com vistas ao aumento de sua produtividade e apoiar a transferência de know-how e tecnologia de ICTIs gaúchas ao setor produtivo, consolidando uma relação mais próxima entre academia e empresa.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Hoje o RS é um dos maiores polos de ciência e tecnologia do país, contando com 11,5 % da produção científica, várias universidades dentre as melhores do país, mais de 2000 doutores formados por ano, 16 parques científicos e tecnológicos, 40 incubadoras, 27 polos tecnológicos e 42 instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs). Há portanto, uma infraestrutura de inovação considerável, construída com anos de investimento públicos federal e estadual, porém ainda com pouca tradução no mercado. A participação do Estado no PIB nacional continua baixa, em torno de 6%, aquém do potencial de agregação de valor que a base de conhecimento existente permite, através da transferência tecnológica para a matriz produtiva do RS. Além disso, com base em estudos realizados, percebe-se que novas tecnologias disruptivas, portadoras de futuro, de maior domínio da academia gaúcha, ainda são pouco utilizadas nas empresas do RS. Tecnologias portadoras de futuro, como manufatura avançada, Internet das Coisas, Inteligência Artificial, Robótica, Automação, Materiais Avançados, dentre outras, precisam permear os projetos empresariais, não só para agregar mais valor aos produtos e serviços das empresas, mas até para garantirem a sua sobrevivência em um contexto de transformação digital dos modelos de negócio. O salto tecnológico é fundamental para a viabilização de empregos qualificados, aumento de renda e qualidade de vida para os gaúchos. Cabe destacar que a criação do Programa Techfuturo foi realizada por meio do Decreto 55.832, de 23 de julho de 2020, possibilitando a execução de ações e iniciativas para consolidar este ambiente de inovação, que materializa a inserção destas tecnologias e setores estratégicos proporcionando um salto de competitividade para as nossas empresas em níveis local, regional, nacional e internacional. O objetivo geral do Programa Techfuturo é apoiar a transferência de tecnologias portadoras de futuro para a matriz produtiva gaúcha através da aproximação efetiva de instituições científicas e tecnológicas e pesquisadores da academia com empresas e startups em operação no Estado, com a implementação de projetos de inovação que efetivem a evolução tecnológica da economia do RS. Portanto, apoiar projetos que consolidem esta visão de futuro do Estado é que contribuirá para um desenvolvimento de uma nova economia baseada em conhecimento e tecnologia e um ambiente profícuo para o empreendedorismo inovador no RS.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto de adoção tecnológica implementado em empresa de setor estratégico da economia gaúcha	Quantidade	15	5.000.000	30

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acelera RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

TECH FUTURO: Tecnologias Portadoras de Futuro para Setores Econômicos Estratégicos

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
819	<b>MADE IN RS - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO GAÚCHO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 4.800.000

PÚBLICO-ALVO
Micro, pequenas e médias empresas do RS e seus empregados diretos (mais de 800 mil pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência e Tecnologia, ApexBrasil, Secretaria da Saúde, secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, Bannisul, Badesul, BRDE, dentre outros.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marcelo Zepka Baumgarten	51 32881149	marcelo-zepka@sedetur.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Indústria, Comércio e Serviços

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

As cadeias produtivas gaúchas têm baixa agregação de valor e há grande dependência econômica do estado ao agronegócio. Tudo isso reduz capacidade de geração de emprego e geração de renda para famílias e Estado. A Pandemia agravou ainda mais a situação econômica de nossos produtores e indústria, o que torna ainda mais necessário um esforço de qualificação e valorização dos produtos gaúchos.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O PIB gaúcho desabou mais de 7% em um ano, bem acima da média nacional de queda. A grande dependência da agroindústria, que já sofria com a estiagem mesmo antes da pandemia, evidenciou ainda mais a necessidade de qualificarmos nossas cadeias produtivas. A melhoria da situação econômica do RS passa pela melhoria da competitividade de quem produz no Estado, o que esse programa pretende reforçar.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Aumento do nível de emprego no RS; Aumento da renda das famílias; Abertura de novos mercados; Maior atração de novos investimentos para o RS; Aumento da agregação de valor em nossa indústria.

**OBJETO**

Realização de um conjunto de ações de fomento à competitividade, qualificação e adensamento para as cadeias produtivas do RS. Os recursos serão investidos em ações de melhoria de competitividade para Arranjos Produtivos Locais, Redes de Cooperação, apoio à participação de empresas gaúchas em Feiras Internacionais, prospecção de novos mercados internacionais para MPEs (EXPORTA-RS) e atração de investimentos (INVESTRS, Fundopem, Distritos Industriais, etc).

**OBJETIVO**

A Iniciativa MADE IN RS busca oferecer políticas públicas para fortalecimento, desenvolvimento e melhoria de competitividade para as micro, pequenas e médias empresas que produzem no Rio Grande do Sul. As ações ofertadas irão permitir qualificação de mão-de-obra e gestão para MPEs; maior agilidade e facilidade para implantação de novos investimentos no RS; subsídios para aquisição de terrenos em distritos industriais e benefícios fiscais para novos investimentos no RS; auxílio e subsídios para prospecção de novos mercados; etc. Com essas medidas acreditamos que podemos auxiliar na reversão da curva negativa da economia gaúcha e na superação da crise pós-pandemia.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As micro, pequenas e médias e empresas são os maiores empregadores e compõe o maior número de empresas em nossa economia. São elas que estão presentes em nossa vida, nossas comunidades, que empregam nossas famílias e movimentam nossas vizinhanças. Quem aqui produz aqui gera emprego, renda, saúde, segurança, educação, desenvolvimento.

Infelizmente, também são essas empresas as que mais sofrem em momentos de crise econômica, sanitária e ecológica (estiagem). Com a queda dessas empresas, sucumbe também toda nossa estrutura produtiva.

A Iniciativa MADE IN RS - PRODUTO GAÚCHO busca atacar esse problema promovendo ações que promovam e aprimorem a qualidade dos produtos feitos no RS tanto para o mercado local quanto para o mercado internacional. Também são previstas ações de fomento à melhoria da qualidade e competitividade de nossa indústria gaúcha, bem como atração de novos investimentos (locais e externos).

Com isso acreditamos que nossa economia e sociedade tendem a ter melhores condições de contribuir com a recuperação econômica num mundo pós-pandemia.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Empresas atendidas pelas prospecções de mercado do EXPORTA-RS	Quantidade	150	150.000	24
Projeto implantado do FUNDOPEM 4.0	Vezez	1	300.000	24
Cadeias produtivas apoiadas no REDES DE COOPERAÇÃO	Quantidade	4	1.000.000	24
Ações de promoção de compras locais e oferta global realizadas no MADE IN RS - BUY LOCAL / SELL GLOBAL	Quantidade	8	2.000.000	24
Projetos de competitividade apoiados no ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	Quantidade	4	1.100.000	24
Projeto POLO INTEGRADO DE QUÍMICA DE MONTENEGRO E TRIUNFO divulgado	Vezez	1	50.000	24
Projeto do PORTO INDÚSTRIA RIO GRANDE divulgado	Vezez	1	200.000	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Competitivo

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Atração de investimentos através da disponibilização de incentivos financeiros e adequação de áreas industriais para novos empreendimentos

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
849	<b>IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA BIM NO DAER-RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.500.000

PÚBLICO-ALVO
Órgãos demandantes como Secretarias de Estado e órgãos ligados aos governos federais e municipais, além de prestadores de serviços relativos a projetos e obras públicas de engenharia rodoviária, além da sociedade gaúcha, usuária da malha rodoviária.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
DNIT

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lia Cateri Martinazzo	51 32105192	lia@daer.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Indústria, Comércio e Serviços

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210D - Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras
217N - Apoio à Elaboração de Planos e Estudos de Investimentos de infraestrutura

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Atender ao Decreto nº 10.306, de 2020 que estabelece a utilização do Building Information Modelling - BIM ou Modelagem da Informação da Construção na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia, realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling- EstratégiaBIMBR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O Governo Federal instituiu sua utilização em obras públicas com recursos federais, a partir do Decreto Federal nº 9.377/18. De forma gradual, os estados terão que adotar BIM para execução de obras com recursos de transferências voluntárias da União.

É muito importante capacitar o Estado no uso de BIM, especialmente o DAER, grande executor de obras públicas, para que seja possível melhorar sua gestão e dar continuidade à captação e execução de recursos federais.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Uma noção completa do projeto antes da execução, maior precisão dos projetos sendo possível testar soluções previamente assim como possibilidades de execução, dimensionamento de equipes e os efeitos em prazo e custo de qualquer alteração no projeto, conseqüentemente os imprevistos, riscos e problemas são reduzidos e as melhores decisões são tomadas, resultando em um menor custo de execução.

**OBJETO**

Adquisições para a área de TI e contratação de serviços para capacitação de servidores, bem como procedimentos necessários para implantação da Metodologia de Modelagem de Informação da Construção (BIM) no DAER-RS.

**OBJETIVO**

Fomentar a implantação de novas ferramentas digitais e metodologias de elaboração de projeto, orçamento e fiscalização das obras estaduais, em busca de inovação tecnológica, modernização de processos, maior transparência, controle e otimização de recursos.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O Estado tem a necessidade de qualificação dos projetos, orçamentos e execução das obras públicas, por meio da adoção de novos processos e tecnologias, em busca de maior eficiência e assertividade na execução dos recursos públicos destinados a obras, com diminuição de prazos, retrabalhos e aditivos.

A melhoria da gestão de projetos e obras públicas é fundamental para um novo patamar de desenvolvimento, uma vez que a falta de governança nas obras públicas acarreta mau uso de recursos e prejudica toda a sociedade, com implicações de natureza política, econômica e social.

A Metodologia de Modelagem de Informação da Construção (BIM) já é utilizada mundialmente e sua utilização no Brasil é crescente. Na esfera pública brasileira ainda é incipiente, mas esforços têm sido empregados para sua disseminação. O Estado do Paraná já é uma referência entre as unidades da federação.

O Governo Federal instituiu sua utilização em obras públicas com recursos federais, a partir do Decreto Federal nº 9.377/18. De forma gradual, os estados terão que também adotar BIM para execução de obras com recursos de transferências voluntárias da União.

É muito importante capacitar o Estado no uso de BIM, especialmente o DAER, grande executor de obras públicas, para que seja possível melhorar sua gestão e dar continuidade à captação e execução de recursos federais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamentos adquiridos	Quantidade	12	450.000	16
Instruções de Serviço atualizada	Quantidade	1	300.000	24
Comunicação por plataforma WEB implantada	Quantidade	1	450.000	18
Servidores capacitados	Quantidade	60	500.000	18
Diagnóstico e Modelagem realizados	Quantidade	1	600.000	16
Licenças de softwares renovadas	Quantidade	10	200.000	7

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - SELT

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
822	<b>CICLO DE FEIRAS DE ARTESANATO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 160.000

PÚBLICO-ALVO
Artesãos cadastrados e com carteira vigente do Programa do Artesanato Brasileiro/PAB e do Programa Gaúcho de Artesanato/PGA.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, Prefeitura Municipal sede.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A pandemia de Covid-19 e as consequentes medidas de distanciamento social afetaram diretamente o setor artesanal, que enfrentou significativa redução nas vendas, diante à suspensão das feiras e ao fechamento do comércio. Os artesãos, trabalhadores autônomos da economia criativa, estão desde março de 2020 lidando com as dificuldades inerentes a estas duas formas de inserção laboral. Ou seja, são conta-próprias, que apenas obtêm remuneração quando conseguem comercializar suas produções e são também trabalhadores de um nicho cuja renda advinha principalmente da participação em feiras e eventos presenciais. Diante deste cenário, o poder público estadual promoveu eventos e capacitações virtuais a fim de promover a inclusão digital destes trabalhadores, fomentando o comércio online. Entretanto, os rendimentos auferidos desta maneira ainda são insuficientes para o sustento de suas famílias, de acordo com a presidente da Federação de Entidades de Artesãos do Estado do Rio Grande do Sul (FEDARGS).

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor artesanal movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos.

O Programa Gaúcho de Artesanato – PGA - foi instituído pela Lei nº 13.518/2010, é responsável pela execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade artesanal no estado do Rio Grande do Sul, e tem mais de 56 mil (cinquenta e seis mil) artesãos cadastrados. Segundo dados do PGA, no ano de 2018, foi lançada em notas fiscais a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões.

Os impactos negativos da pandemia foram sentidos em todo país e recaíram sobre os artesãos de forma muito significativa. Dados apresentados por COSTA, S. A. et al. no V Colóquio Interprogramas Secomunica 2020, indicam que 62% dos artesãos gaúchos tiveram suas atividades muito afetadas pela pandemia, chegando a reduzir em mais de 60% o seu volume de vendas.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Essas ações garantem a ampliação do mercado consumidor e a sua consolidação para artesãos, que fazem parte de um dos grupos mais afetados pela crise econômica, relacionada à pandemia de COVID-19, os autônomos. Com o abrandamento da pandemia e a liberação de eventos presenciais, o apoio à realização de feiras de artesanato oportunizará melhor resultado aos artesãos do RS, com incremento das vendas e novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e à comercialização dos seus produtos. Também promoverá a movimentação de toda a economia local, com impacto no setor de turismo e hospedagem.

**OBJETO**

Realização de um ciclo de feiras de artesanato Sul-Brasileiro no RS, composto por três feiras em municípios de diferentes regiões do Estado. O projeto deve ser executado quando a ocorrência de feiras presenciais estiver autorizada pelos protocolos sanitários de controle da pandemia de Covid-19, adotando-se as medidas recomendadas em cada caso.

**OBJETIVO**

Promover um ciclo de feiras de artesanato Sul-Brasileiro no Rio Grande do Sul a fim de identificar e fomentar novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e à comercialização dos produtos artesanais.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O artesanato expressa a cultura e a identidade de um povo. Cada produto artesanal traz impresso a sua origem, sendo capaz de traduzir a sua identidade regional. É considerado patrimônio cultural imaterial por se caracterizar pelas práticas do conhecimento do indivíduo. O artesanato constitui-se também como um significativo setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda. O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), instituído pela Portaria nº 1.007/2018, destaca, entre seus eixos e estratégias, a ampliação do acesso a mercados consumidores e qualificação dos artesãos no que diz respeito às práticas

gerenciais e produtivas.

O PGA tem vasta experiência na realização de feiras. No âmbito da qualificação profissional, o PGA promove cursos, oficinas e seminários. Desde 2016 vem realizando o projeto "Artesão em Foco", que promove palestras e oficinas por meio de parceria com profissionais autônomos e organizações públicas e privadas como, por exemplo, SEBRAE, EMATER, Receita Estadual, INSS, Embrapa, empresas de consultoria, universidades, etc.

Tendo como base essa experiência, a FGTAS, por meio do PGA, propõe a realização do Ciclo de Feiras do Artesanato Sul-Brasileiro. A proposta consiste na realização de três feiras em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul (Litoral, Missões e Serra) propiciando a participação de artesãos gaúchos, bem como dos outros estados da região Sul. Esses artesãos terão na feira não apenas um espaço para exposição e comercialização de produtos, mas também de qualificação, por meio de palestras e oficinas inseridas na programação. Essa qualificação abordará técnicas de venda, de exposição das mercadorias e de gestão do negócio, assim como a importância do associativismo artesão para lograr maior competitividade. A programação de 5 dias também inclui rodadas de negócio com fornecedores (para articular compras coletivas ou parceria de descontos para artesãos cadastrados no PGA), com lojistas (para vendas em maior escala), com atores públicos municipais (para fomentar o estabelecimento de canais permanentes ou periódicos de comercialização, através da criação de novas Casas e Lojas do Artesão e/ou da transformação da feira em um acontecimento periódico) e com instituições de microcrédito (para possibilitar a ampliação dos negócios por meio do acesso ao microcrédito).

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Serviços de publicidade	Quantidade	3	20.000	12
Serviços gráficos	Quantidade	3	10.000	12
Serviço de locação de infraestrutura	Quantidade	3	130.000	12

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis, Consumo e produção responsáveis



Nº	PROJETO
823	<b>FOMENTO AO ARTESANATO GAÚCHO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
20	R\$ 320.000

PÚBLICO-ALVO
1600 artesãos e artesãs inscritos no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, Prefeitura Municipal sede.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Ausência de apoio de instituições públicas no incentivo, fomento e promoção de feiras, exposições e espaços de comercialização. Os artesãos possuem dificuldades financeiras em investimentos na aquisição de tendas/barracas para participação em feiras e/ou exposições. A falta de padronização das tendas/barracas em feiras promovidas no município não despertam o interesse do turista, já uma feira com tendas/barracas em formato padrão reduzirá a poluição visual e melhorará a constituição de identidade de feira e/ou exposição.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. Atualmente, o PGA tem mais de 57.000 artesãos e artesãs cadastrados. Segundo dados do Programa, no Rio Grande do Sul, em 2018, foi lançada em notas fiscais a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março de 2021, com 6.228 de pequenos negócios, mostra que o segmento de artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo (o mais sacrificado, conforme o levantamento). As perdas de faturamento, que no final de novembro estavam na casa de 33%, aumentaram agora, com o maior isolamento social, para 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. A ausência de estruturas físicas para promoção de exposição e feiras restringe a geração de renda e desenvolvimento do segmento em benefício de artesãos e suas famílias.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

A aquisição proporcionará auxílio do poder público na retomada de feiras e espaços de exposição e comercialização pós pandemia, com melhor aproveitamento das oportunidades e melhoria das condições de participação dos artesãos em feiras, festas, eventos e exposições, espaços privilegiados de venda e de compartilhamento de experiências e de informações.

**OBJETO**

Aquisição de estruturas móveis de armação, no formato de tendas desmontáveis, para exposição de produtos artesanais.

**OBJETIVO**

Disponibilizar infraestrutura de apoio à comercialização de produtos artesanais, favorecendo a retomada da geração de renda própria em momentos pós pandêmicos.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Atualmente, o Programa Gaúcho do Artesanato tem mais de 57.000 (cinquenta e sete mil) artesãos e artesãs cadastrados. Este cadastro proporciona, entre outras vantagens, o impulso à divulgação e comercialização da sua produção em eventos, alavancando potenciais turísticos, valorizando identidades regionais, possibilitando o aumento e a qualificação de alternativas sustentáveis, inovadoras e competitivas de geração de renda em um mercado em crise e, portanto, excludente. Entende-se que o empreendedorismo e a economia solidária e criativa são fundamentais para o alcance de resultados efetivos para os profissionais do segmento. As ações de apoio e incentivo ao segmento qualifica o desenvolvimento cultural, profissional, social e econômico, contribuindo inclusive para a economia local e o desenvolvimento de grupos produtivos organizados. Dentre as iniciativas ao fomento dessa atividade, a FGTAS propõe a disponibilização de dez estruturas desmontáveis (tendas/barracas) para cada uma das onze Agências de Desenvolvimento Social que representam a Fundação no interior do estado.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Tendas disponibilizadas ao artesão como espaço de comercialização	Quantidade	110	320.000	20

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
824	<b>CASA DO ARTESÃO - ESPAÇO CONCEITO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
20	R\$ 315.000

PÚBLICO-ALVO
2.200 artesãos cadastrados no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda e Prefeituras Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

No Rio Grande do Sul a produção artesanal é vendida basicamente em comércio físico, lojas colaborativas, feiras e eventos locais. Com as medidas restritivas da pandemia, os pontos de venda fecharam e a classe foi fortemente afetada, muitos ficaram praticamente sem renda por vários meses. Mesmo com o alívio de algumas medidas restritivas, muitos espaços não reabriram, seja por falta de demanda, seja por falta de recursos para manter os espaços. O Espaço físico estimula o contato direto do artesão com o cliente trazendo informações importantes. Um espaço mal localizado, feio, desorganizado e com um mau atendimento inevitavelmente transmitirá uma imagem negativa na percepção do visitante, que além de falar mal, deixará de comprar. Sabe-se que uma região onde por muito tempo o artesanato não é valorizado, certos produtos não estarão disponíveis a qualquer momento e nem haverá quantidade suficiente para atender a certos pedidos. Portanto, a criação do espaço da "Casa do Artesão", será para garantir a oferta constante de produtos com qualidade e aumentando as vendas de cada artesão que automaticamente estará valorizando a cultura local.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com a coordenadoria nacional de negócios de artesanato do Sebrae, os artesãos foram muito prejudicados pela pandemia, principalmente pelo cancelamento de eventos, como grandes feiras, onde costumavam comercializar seus produtos. A queda do faturamento já era esperada diante da realidade da pandemia, mas as incertezas e ansiedade pela vacina impactam os negócios do segmento. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março de 2021, com 6.228 de pequenos negócios, mostra que o segmento de artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo (o mais sacrificado, conforme o levantamento). As perdas de faturamento chegaram a 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. Ou seja, o movimento de recuperação das vendas dos pequenos negócios foi interrompido.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se fortalecer o artesanato gaúcho. Além da promoção comercial, terá mais facilidades para acesso a cursos, palestras e serviços públicos locais. O projeto os aproximará daqueles que buscam desde suvenires a produtos de valor histórico-cultural. Incentivo ao comércio local e apelo turístico para a região de instalação.

### OBJETO

Disponibilização de espaço conceito na forma de Casa do Artesão, em imóveis cedidos pelo poder público, contemplando adequações na fachada e de mobiliário, tendo como base as diretrizes do PGA.

### OBJETIVO

Disponibilizar aos artesãos e artesãs espaços conceitos na forma de Casa do Artesão (fachada, mobiliário, atendimento), tendo como base as diretrizes do PGA, para criar um espaço de referência para a comercialização do artesanato gaúcho e contribuir para o desenvolvimento regional, a divulgação da cultura e a geração de trabalho e renda.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Os produtos artesanais reforçam sentimentos de pertencimento a identidades regionais. Assim, o artesanato de outras regiões do país não é como o produzido no Rio Grande do Sul. E mesmo dentro do estado há variações: o que se faz nos pampas, talvez não se faça no litoral, nas missões ou na serra; os descendentes de alemães, italianos, poloneses cultivam técnicas diferentes das encontradas entre populações indígenas ou quilombolas. A riqueza do artesanato é justamente a capacidade de carregar essa multiplicidade nos seus produtos. Talvez por isso os turistas encantam-se tanto pelos artesanatos. Quando se visita uma região, não raro, busca-se algum souvenir que represente o lugar e os artesanatos têm essa capacidade.

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. No Rio Grande do Sul, o PGA é responsável pela

execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade artesanal, somado pelas diretrizes e ações do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Essa combinação coliga artesãos que preservam as tradições artesanais gaúchas e, simultaneamente, tiram seu sustento dessa atividade. Segundo dados do PGA, no estado, em 2018, foram lançadas em notas fiscais as vendas de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões.

Tendo em vista o potencial comercial da atividade artesanal e também seu aspecto cultural, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) propõe o novo formato para estabelecimento de "Casas do Artesão". Essas casas serão espaços conceitos e irão seguir um modelo de auto-gestão, em que as associações selecionadas via edital de chamamento público, acolherão os artesãos com registro vigente no PGA, organizando-se e mantendo o funcionamento das casas. O atendimento ao público será realizado mediante um revezamento entre os artesãos expositores. O PGA, além do processo de seleção, que garante a qualidade do material exposto, atua no fomento do associativismo entre os selecionados. Também promove cursos que visam a qualificação do atendimento e o aumento das vendas.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adequação de espaço e mobiliário	Quantidade	9	305.000	12
Divulgação do projeto/loja	Quantidade	9	10.000	12
Curso EAD de Gestão voltado a comercialização	Quantidade	1	0	6
Seleção de artesão via Edital chamamento público	Quantidade	9	0	6

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico



Nº	PROJETO
825	<b>ARTESANATO BEM-FEITO, NEGÓCIO BEM-SUCEDIDO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 126.000

PÚBLICO-ALVO
12.000 artesãos cadastrados no Programa Gaúcho do Artesanato - PGA e no Programa do Artesanato Brasileiro - PAB. Em segunda chamada, os eventos estarão abertos ao público de empreendedores, enquanto autônomos, microempreendedores individuais, micro ou pequenos empreendedores, associados, artesãos rurais ou organizados sob outras formas de arranjos produtivos regularizados.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, SEBRAE, SENAC, PAB, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados. 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

## AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO**

## SITUAÇÃO-PROBLEMA

Perda de renda para artesãos gaúchos em decorrência das medidas restritivas da pandemia.

## EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com a coordenadoria nacional de negócios de artesanato do Sebrae, os artesãos foram muito prejudicados pela pandemia, principalmente pelo cancelamento de eventos, como grandes feiras, onde costumavam comercializar seus produtos. Conforme pesquisa conjunta entre o SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas, observa-se que o segmento do artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo. As perdas de faturamento, com o maior isolamento social chegaram ao patamar de 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. O que sugere a necessidade que esses profissionais explorem oportunidades, seja por meio de capacitação ou de integração a um mercado digital como forma alternativa de reverter perdas.

## IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Artesão mais empreendedor, gerando mais renda, e ao mesmo tempo valorizando os produtos artesanais do Estado e incentivando o aumento da produtividade dos artesãos.

## OBJETO

Realização de uma trilha de palestras, microcursos, cursos, disponibilizados em Plataforma de Eventos Online, para capacitação dos artesãos em administração de negócios.

## OBJETIVO

Propiciar ao artesão alternativas para incrementar e recuperar seu negócio via oferta de palestras, microcursos e cursos sobre gestão financeira, planejamento e marketing, a fim de qualificar sua atuação no mercado, otimizando seu negócio com ganhos de renda e produtividade.

## CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

No Rio Grande do Sul, há atualmente mais de 8 mil artesãos cadastrados e ativos no Sistema de Cadastro do Artesão Brasileiro (SICAB) e no PGA, instituído em 2010, são mais de 56 mil cadastrados. Além do aspecto cultural, o artesanato é um setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda. Estimativas do IBGE apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. Segundo dados do PGA, no ano de 2018, foram lançadas em notas fiscais no RS as vendas de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somaram mais de R\$ 33 milhões.

A habilidade empreendedora e comercial, de planejamento e de gestão do negócio, nem sempre andam juntas com o saber-fazer das técnicas artesanais. Aliado a esse cenário, as restrições advindas com a pandemia por Covid-19 afetaram de sobremaneira a atividade artesã, seja pela impossibilidade de realização de feiras e venda presencial, seja por serem 40% dos artesãos integrantes do grupo de risco. Com isso, o desafio às Políticas públicas, além de proporcionar alternativas para mitigar os efeitos da pandemia, é aliar um artesanato bem-feito com um negócio bem-sucedido. Sendo assim, essa proposta se justifica tanto em fomentar maiores ganhos em termos de qualificação do negócio artesão, como para superação das perdas para esse importante segmento econômico.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Contratação serviço de consultoria (Instrutor)	Horas	220	110.000	4
Serviços de reprografia	Quantidade	3000	15.000	3
Contratação de Plataforma	Quantidade	1	1.000	1

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
826	<b>QUALIFICAÇÃO PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.900.000

PÚBLICO-ALVO
1080 trabalhadores autônomos, em situação de desemprego, sub-emprego, ou em condições de trabalho precário.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Ministério da Educação, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda e Prefeituras.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados. 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Baixa capacitação de profissionais autônomos para gerir seu micro empreendimento como processo decorrente ao crescente desemprego e precarização do trabalho.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em janeiro de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que no trimestre encerrado em novembro de 2020 a taxa de desemprego foi de 14,1%, somando um número estimado de 14 milhões de desempregados no país. O mercado informal de empregados no setor privado sem carteira de trabalho chegou a 11,2%, somando um total de 9,7 milhões de pessoas, com a taxa de informalidade de 39,1% da população identificada como ocupada, o que representa 33,5 milhões de trabalhadores informais. Além disso, o período avaliado contabilizou o crescimento de 1,4 milhão de pessoas no contingente de trabalhadores atuando por conta própria, gerando um resultado de 22,9 milhões. Paralelamente, de março a agosto de 2020, o RS registrou a criação de 54,4 mil novas Microempresas Individuais (MEI's), em média 297 novos cadastros/dia. Nos primeiros quatro meses do ano de 2020, o RS registrava um total de 608.490 MEI's identificadas no Portal do Empreendedor.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Fomento à qualificação do profissional autônomo e do microempreendedor, o que posteriormente reverterá na extensão e qualidade do processo gerencial, de distribuição e visibilidade do seu produto/negócio.

### OBJETO

Oferta de cursos de qualificação para profissional autônomo, para a geração de trabalho e renda, por meio da aquisição de Voucher para Cursos de Qualificação Profissional.

### OBJETIVO

Qualificar e profissionalizar trabalhadores autônomos e microempreendedores de forma a aumentar a taxa de sucesso e de produtividade dos negócios próprios mediante a oferta de cursos de qualificação.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Com o aumento da falta de oportunidades de emprego em razão da pandemia e outros cenários atuais, muitas pessoas têm procurado alternativas de renda e trabalho. Uma delas foi a abertura de Microempresas Individuais (MEI), como forma de empreender por conta própria, a fim de minimizar os impactos enfrentados na crise. Em abril de 2020, o país registrou um aumento de 98 mil novas microempresas. No RS, somente em 2020, ao todo foram constituídas 196.302 novas empresas, sendo que o total em 2019 não alcançou 187 mil. Combinado a esse fator empreendedor, grande parte do público atendido nas Agências Sine da Fundação Gaúcha do Trabalho a Ação Social (FGTAS) quer empreender, e vislumbram possibilidades de capacitação e qualificação para implementar e fortalecer os seus negócios. A necessidade de existir oferta de ferramentas de capacitação que auxiliem esse público é uma necessidade cada vez mais latente. A qualificação das MEI's é importante neste processo para a manutenção e sobrevivência do negócio, e Cursos de Qualificação Profissional são formatos que podem ser presenciais e não presenciais, através de aulas remotas por meio de plataformas de ensino cada vez mais aprimoradas durante a pandemia, podendo ser abrangidos vários tipos de formações para capacitar o trabalhador autônomo e microempreendedor.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de Voucher para Cursos de Qualificação Profissional de 160 horas	Quantidade	1080	2.900.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
827	<b>CAPACITAÇÃO EM DESIGN PARA ARTESANATO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 245.000

PÚBLICO-ALVO
Artesãos e artesãs de 10 comunidades de populações tradicionais (indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas) inscritos no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Regiões Funcionais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Prefeituras Municipais, Ministério da Economia, FUNAI, INCRA.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados. 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

## AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas  
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO**

## SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os povos e comunidades tradicionais, para os quais o artesanato possui enorme importância simbólica e financeira, vêm encontrando dificuldade de retirar seu sustento da produção e comercialização do seu artesanato tradicional. Os desafios enfrentados para obtenção de matérias primas e para a comercialização das peças artesanais, agravadas pela a pandemia de Covid-19, bem como a pouca valorização dos produtos artesanais pelo público consumidor, representam a estes coletivos um duplo prejuízo: a precarização das condições de vida e o risco de desaparecimento de técnicas artesanais intimamente ligadas a sua cultura.

## EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Lei Estadual nº15.539, de 4 de novembro de 2020, reconhece o artesanato produzido e comercializado diretamente pelas comunidades indígenas como de relevante interesse cultural do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto de lei registra em sua justificativa que "muitas comunidades indígenas organizadas têm uma produção de artesanatos para a manutenção de seus núcleos familiares de forma rústica e manual. Contudo, a produção de artesanato realizada pelos integrantes de tais comunidades encontra dificuldades de comercialização, pois de modo geral, não há políticas públicas capazes de absorver a demanda e encaminhá-la de forma adequada no comércio local". No mesmo sentido aponta matéria publicada no site da Funai, em 2018, que refere cerca de 230 famílias indígenas do noroeste do RS, que encontram na produção artesanal a principal fonte de renda e subsistência das aldeias Kaingang localizadas em Iraí, Vicente Dutra e Lajeado do Bugre. A servidora Maryjara Mazzocato Dazzi, da Coordenação Técnica Local da Funai em Iraí/RS destaca que além da importância econômica, a atividade artesanal representa o resgate de aspectos culturais imprescindíveis à própria identidade indígena: "Sem a prática do artesanato, sua tradição cultural morrerá", explica. Apesar de sua importância, o fazer artesanal destas comunidades, que estão restritas a pequenos territórios e aldeamentos, enfrenta grandes dificuldades com a escassez de matéria prima para confecção das peças e a necessidade de viajar a outras cidades para comercializá-las.

## IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se impactar positivamente as condições de vida das populações tradicionais do Estado do Rio Grande do Sul, assim como promover o reconhecimento e a valorização do artesanato dos povos e comunidades tradicionais junto à sociedade como um todo.

## OBJETO

Promoção de oficinas de capacitação em design territorial, visitas técnicas, oficinas de mídias sociais e elaboração de design gráfico próprio à produção de artesãos das populações tradicionais.

## OBJETIVO

Promover capacitações a artesãos de populações tradicionais, a fim de potencializar a geração de renda destas comunidades, preservando, também, o patrimônio cultural imaterial que representam.

## CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O artesanato é uma forma de expressão cultural comumente vinculada ao território e à comunidade que a produz. Além do aspecto cultural, o artesanato é um setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda. Estimativas do IBGE apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. O PGA tem atualmente mais de 56 mil artesãos cadastrados. Segundo dados do PGA, no ano de 2018, foram lançadas em notas fiscais no RS as vendas de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, somando mais de R\$ 33 milhões. Entre os povos e comunidades tradicionais,

o artesanato possui inegável relevância na vida cotidiana, implicando tanto na preservação da cultura quanto no sustento material das comunidades. No livro "Garimpo das Artes Artesanais do RS: saberes e fazeres" (2015), Leticia de Cássia reúne relatos e imagens de artesãos de povos e comunidades tradicionais, indígenas (Kaingang, Charrua, Guarani) e quilombolas. Em comum, todos referem a intimidade entre o artesanato e a identidade cultural do seu povo. O artesanato é também muitas vezes a principal fonte de renda destas comunidades. Referindo-se aos Kaingang residentes no noroeste gaúcho, Maryjara Mazzocato Dazzi, servidora da Funai, revela que "desde pequenas, as crianças aprendem a fazer tudo. Para os indígenas 'problema' é a criança ou o jovem não aprender, não saber confeccionar artesanato, pois não saberá ganhar seu sustento". Entretanto, embora o artesanato seja fundamental para os povos e comunidades tradicionais, a produção artesanal destes grupos não encontra reconhecimento semelhante junto ao público consumidor. À esta realidade se somam a dificuldade de acessar as matérias primas tradicionais e os diversos entraves para o escoamento da produção artesanal.

Considerando esse cenário, o projeto em questão visa a promoção de capacitações em design territorial a artesãos de 10 comunidades tradicionais no RS, a fim de potencializar a geração de renda destas comunidades, preservando, também, o patrimônio cultural imaterial que representam. Com metodologia sensível às especificidades locais, que permite conhecer e entender os fazeres tradicionais, para então capacitar e fomentar a produção e comercialização, esta proposta contempla a possibilidade dos grupos imprimirem suas culturas em novos produtos, adequarem produtos já existentes, conquistarem novos mercados e aumentarem o valor agregado de seus produtos finais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Oficina Design Territorial	Quantidade	10	100.000	18
Visita Técnica/Diagnóstico Design	Quantidade	10	35.000	18
Design Gráfico: Criação de marca/logotipo e identidade visual	Quantidade	10	65.000	18
Oficina Mídias Sociais	Quantidade	10	45.000	18

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
828	<b>MAPEAMENTO DOS MESTRES-ARTESÃOS GAÚCHOS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 270.000

PÚBLICO-ALVO
Artesãos que se beneficiarão ao conhecerem técnicas, ofícios e modos de fazer utilizados por mestres-artesãos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Ministério do Turismo e Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados. 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

## AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO**

## SITUAÇÃO-PROBLEMA

Parcela significativa do patrimônio imaterial gaúcho está em risco de perder-se, em função da ausência de processo de registro e de documentação dos mestres artesãos gaúchos que possibilite a transmissão de suas técnicas e saberes às novas gerações.

## EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O desaparecimento das técnicas artesanais tradicionais é um fenômeno observado nas mais distintas regiões do Brasil. Diante disso, o Plano Setorial do Artesanato (2016-2025), parte do Plano Nacional da Cultura (PNC), já vem destacando "a necessidade inadiável de repasse de técnicas tradicionais, tendo em vista a expectativa de vida dos antigos mestres artesãos". No caso do Rio Grande do Sul, a situação não é diferente, onde, por exemplo, os números de registros de guasqueiros, artesãos da transformação do couro-cru, técnica relacionada à figura do gaúcho, a despeito de sua relevância cultural, apresentava apenas 55 registros de pessoas habilitadas para a técnica em 2021, conforme estimativa do Programa Gaúcho de Artesanato (PGA).

## IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Valorização dos mestres artesãos e de suas práticas artesanais. Divulgação das práticas artesanais tradicionais das populações que compõe a sociedade gaúcha. Transmissão às novas gerações das práticas artesanais tradicionais das culturas regionais. Reconhecimento das práticas artesanais como patrimônios culturais imateriais do Rio Grande do Sul. Fomento às cadeias produtivas da economia criativa e do turismo de base comunitária, fatores geradores de trabalho e renda.

## OBJETO

Mapeamento, documentação e publicação de material referentes aos mestres-artesãos do artesanato gaúcho.

## OBJETIVO

Mapear os mestres-artesãos do artesanato gaúcho, a fim de contribuir para a documentação e divulgação de saberes, ofícios e modos de fazer do artesanato gaúcho.

## CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As técnicas artesanais, especialmente as típicas das populações que compõe a sociedade gaúcha, constituem-se em traços importantes das manifestações culturais regionais e dos processos de identificação socioculturais, compondo parte relevante do nosso patrimônio imaterial. Tais práticas artesanais, no entanto, correm o risco de desaparecer, em função da não transmissão para as novas gerações das técnicas de transformação das matérias-primas. Nesse cenário, o mapeamento e a consequente valorização dos mestres artesãos assumem potencial de reversão desse processo. Com isso, cadastrar os mestres-artesãos do artesanato gaúcho e catalogar seus modos de fazer significa também registrar parcela importante do patrimônio imaterial do estado, ameaçada de perder-se. Diante disso, o presente projeto planeja mapear os mestres-artesãos do artesanato gaúcho, a fim de contribuir para a documentação, salvaguarda e divulgação de saberes, ofícios e modos de fazer do artesanato gaúcho por meio de perfis de mestres-artesãos, foto-livro e filmes documentários em curta metragem.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Criação de procedimentos de cadastro dos mestres-artesão	Quantidade	8	0	3
Levantamento dos mestres-artesãos	Quantidade	9	0	9
Perfis dos mestres-artesãos	Quantidade	20	28.000	4
Registros audiovisuais e fotográficos das técnicas artesanais	Quantidade	40	200.000	12
Publicitação do material coletado	Quantidade	1	42.000	6

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
829	<b>QUALIFICAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 943.000

PÚBLICO-ALVO
Diretamente, empreendedores, particularmente trabalhadores por conta-própria, de Micro e Pequeno Negócio embrionários e/ou estabelecidos. Além disso, serão beneficiados trabalhadores contratados.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, Prefeitura Municipal.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Aumento do número de empreendedores por conta própria ou por necessidade que, durante a pandemia, encontram dificuldades de condução e desenvolvimento de seu negócio perante os desafios de empreender.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Na comparação do segundo trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, vemos que a pandemia impactou negativamente o total de trabalhadores ocupados, com variação de -8,7% no Rio Grande do Sul, representando a perda de 490 mil postos de trabalho. Alcançamos em 2019, tanto no Brasil quanto no RS, o mais alto patamar de trabalhadores por conta própria da série histórica, iniciada em 2012. A média para 2019 no Rio Grande do Sul foi de 1,43 milhões de conta-próprias, sendo que a maior parte (984 mil) sem CNPJ.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

O projeto tem por impacto auxiliar na qualificação desses empreendedores, a fim de permitir maiores alcances de resultados e sustentabilidade de seus negócios, assim evitando-se e reduzindo o fechamento precoce destes estabelecimentos e o endividamento destes empreendedores e de suas famílias.

**OBJETO**

Capacitação e assessoramento de empreendedores embrionários e estabelecidos, por meio de cursos EAD e atividade de suporte on-line, em um modelo de consultoria coletiva.

**OBJETIVO**

Permitir o desenvolvimento e aprimoramento da Gestão Empresarial em negócio embrionários e estabelecidos.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

No Brasil, o empreendedorismo tem sido tema de estudo por diferentes instituições de ensino e entidades de fomento, visto que parcela da população e da produção da riqueza interna do país vem desta forma de geração de capital. O relatório executivo do projeto Global Entrepreneurship Monitor - Brasil, GEM 2019, identificou o perfil empreendedor de negócios no Brasil, considerando-se que o empreendedor é todo negócio autônomo, ou de uma empresa, formal ou informal, bem como a expansão de um negócio atual. O estudo identificou na população de 18 a 64 anos uma taxa de participação no mercado empreendedor de 38,7%, seja na criação ou aperfeiçoamento de um novo negócio ou na manutenção de um negócio já existente. O relatório aponta que 53,5 milhões de brasileiros já empreendem ou que realizaram alguma ação empreendedora. Foi identificado que no Brasil as microempresas e empresas de pequeno porte respondem por 27% do PIB e são responsáveis por 54% dos empregos formais no Brasil (SEBRAE, 2018). O relatório GEM-2019 infere que 28,2% dos empreendedores iniciais geraram ocupação para pelo menos uma outra pessoa além de si mesmos. Dos empreendedores estabelecidos, 36,9% proporcionavam, pelo menos, um posto de trabalho ou ocupação para, no mínimo, uma pessoa além de si próprio. Essa proporção foi 8,7 pontos percentuais superior à dos iniciais, fato esperado dado o maior tempo de vida dos empreendimentos estabelecidos. Em números absolutos, estima-se que esse grupo, composto por aproximadamente 22 milhões de empreendedores, esteja gerando ocupação para mais 18 milhões de pessoas. A pesquisa GEM constatou que, em 2019, pouco mais de 26% dos empreendedores brasileiros estavam formalizados com a obtenção do CNPJ, apresentando expressivo crescimento de 14,5% em relação à proporção verificada em 2018. Segundo relatório executivo GEM 2018 - RS, o estado alcançou nos últimos anos elevação no número de empreendedores, visto que a representação no estado alcançou o indicador de 31,6% da população em alguma atividade empreendedora. Em 2019, tem-se que 26,2% dos empreendedores iniciais mencionaram que "ganhar a vida porque os empregos são escassos" foi a única motivação para começar um negócio. A parcela de empreendedores por necessidade é referente a trabalhadores, que, em situação de desemprego ou por dificuldades financeiras, optam pela alternativa de empreender em um negócio próprio. O que diferencia entre o empreendedor por oportunidade e o de necessidade, é que o primeiro enfatiza seu esforço na etapa de planejamento, pesquisa e mapeamento de seu negócio, enquanto o segundo entra no mercado sem efetuar levantamentos mais aprofundados de seu

negócio e de seus clientes. Considerando que boa parte desses trabalhadores são responsáveis financeiros por suas famílias, está-se diante da fonte de sustento de parcela significativa da população gaúcha.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso de Capacitação Virtual em Gestão Empresarial na Modalidade EAD (Moodle) 64 horas/aula	Quantidade	1	30.880	24
Preparação de Curso de Capacitação em Gestão Empresarial na Modalidade EAD (Moodle) 22 horas/desenvolvimento 1/3 carga horária	Quantidade	1	11.440	24
Suporte on-line (LIVE) Módulo A - 09 horas/aula	Horas	42	95.758,74	24
Preparação Suporte on-line (LIVE) Módulo A - 03 horas/desenvolvimento 1/3 carga horária	Litros	42	38.219,58	24
Suporte on-line (LIVE) Módulo B - 27 horas/aula	Quantidade	42	287.276,21	24
Preparação Suporte On-line (LIVE) Módulo B - 09 horas/desenvolvimento	Quantidade	42	114.658,74	24
Tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Vídeosaulas - Módulo A e B 64 horas/aula	Quantidade	1	21973,12	24
Tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Suporte online Módulo A e B 36 horas/aula	Quantidade	42	342.793,60	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
830	<b>PONTOS POPULARES DE TRABALHO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 12.243.000

PÚBLICO-ALVO
Trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, coletivos de trabalhadores da produção, comércio ou serviços, formalizados ou não, comunidades em situação de vulnerabilidade.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Cidadania, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, Secretaria de Educação, Prefeituras Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados. 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Crescente número de trabalhadores desempregados atuando em atividades ou empreendimentos informais, que necessitam de locais de acolhimento, orientação e apoio para o seu desenvolvimento laboral e integração ao mercado de trabalho.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Ao longo dos últimos anos o índice de trabalhadores por conta própria vem aumentando. Segundo dados do Governo do Estado, em 2020 os trabalhadores autônomos representavam 26,7% do contingente de ocupados. Essa é a maior taxa desde 2012. Em contrapartida, a porcentagem de trabalhadores com carteira assinada é a menor dos últimos 10 anos. Os dados sugerem que muitos desses trabalhadores se viram forçados a trabalhar por conta própria para se manterem ocupados, ou seja, trabalham assim por necessidade e não por escolha. Orientar e qualificar esses trabalhadores é de extrema importância para que esses empreendimentos possam seguir em frente produzindo, gerando renda e oportunidades.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Aumento das ofertas de trabalho e mão de obra especializada e da capacidade produtiva, estímulo a organização popular e resgate dos vínculos social e produtivo.

**OBJETO**

Implantação de nove Pontos Populares de Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o previsto na Lei Estadual nº 15.252, de 2019.

**OBJETIVO**

Propiciar espaços de apoio e suporte ao trabalhador de maneira a fomentar a qualificação do trabalho e do seu empreendimento, valendo-se de iniciativas autossustentáveis e autogestionárias, com articulação entre as políticas de assistência e as de formação e inserção produtiva, através da implantação dos Pontos Populares de Trabalho.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

De acordo com dados do PNAD-IBGE, os trabalhadores por conta própria (CP) representam mais de um quarto do total de ocupados do RS, constituindo também a maior parcela entre os trabalhadores informais. Segundo o IBGE, são considerados informais os trabalhadores CP que não possuem registro no CNPJ. Nesse sentido, estão entre os mais intensamente atingidos pela recessão econômica causada pela pandemia por Covid-19, conforme tem sido reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ILO, 2020).

No RS, a parcela relativa de trabalhadores por conta própria na ocupação total atingiu 26,7% da do total no 2º trimestre de 2020, com um contingente de ocupados de 1.371 mil de pessoas. Concomitantemente houve redução da parcela relativa de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, que passou de 43,1% do total de ocupados no 1º trimestre de 2014 para 39,0% no 2º trimestre de 2020. Tais indivíduos enfrentam dificuldades e se expõem ao risco de insucesso e endividamento, já que muitas vezes não dispõem da qualificação profissional adequada e nem de acesso a crédito e, em sua grande maioria, não contam com os mesmos benefícios que trabalhadores que contribuem para o INSS.

O projeto dos Pontos Populares de Trabalho prevê ações de dimensão econômica, social e estratégica, tais como o apoio material e financeiro, a disponibilização de programas de atendimento aos filhos dos integrantes das iniciativas de geração de trabalho e renda apoiadas, a oferta de cursos e atividades de escolarização e capacitação profissional aos trabalhadores e a realização de estudos técnicos que identifiquem as vocações locais e regionais, visando a sustentabilidade dos empreendimentos. As universidades localizadas nas diversas regiões funcionais do Estado atuarão como parceiras no mapeamento de oportunidades, demandas e vocações locais. A partir disso serão definidos os lugares e as atividades econômicas a serem desenvolvidas por cada um dos Pontos Populares de Trabalho.

Desta forma, os valores destinados à adequação dos espaços físicos e à aquisição de equipamentos

representam o limite de investimento disponível, a ser detalhado na etapa seguinte.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adequação de espaços físicos apropriados ao desenvolvimento das atividades produtivas	Quantidade	9	1.350.000	6
Aquisição de combustível para deslocamento da equipe técnica	Litros	6000	29.000	12
Aquisição de conjunto equipamentos	Quantidade	9	2.520.000	24
Aquisição de materiais	Quantidade	9	1.260.000	24
Cursos de qualificação profissional e atividades voltadas à elevação da escolaridade	Quantidade	600	1.500.000	24
Cursos de capacitação em Economia Solidária	Quantidade	1350	202.500	24
Manutenção da infraestrutura e custeio das despesas fixas (água, luz, etc)	Quantidade	18	2.430.000	18
Diárias de deslocamento da equipe técnica do Departamento de Promoção de Desenvolvimento Social (DPDS/FGTAS) para apoio à implantação e acompanhamento do projeto.	Quantidade	288	35.500	24
Ajuda de custo mensal a 1350 trabalhadores vinculados aos 27 empreendimentos articulados nos 9 Pontos Populares de Trabalho do Estado	Quantidade	1350	2.916.000	18

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza, Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis, Consumo e produção responsáveis



Nº	PROJETO
831	<b>QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA IDOSA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 800.000

PÚBLICO-ALVO
810 pessoas idosas, economicamente ativas (autônomas, empregadas ou em busca de emprego) de baixa renda.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda e Prefeitura Municipal.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados. 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Dificuldades de idosos ingressarem no mercado de trabalho por falta de qualificação.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Diante do reflexo da Pandemia e da questão da ampla concorrência com outras faixas etárias no mercado de trabalho, o público dos idosos que ainda desempenha função ativa no mercado de trabalho é consequentemente atingido pelo desemprego. De acordo com matéria divulgada no site UOL, "no fim de 2019 até o fim de 2020, mais 400 mil brasileiros com idades a partir de 50 anos passaram a ser desempregados, segundo dados oficiais". Outro ponto trazido na matéria é concorrência com uma mão de obra mais jovem e mais conectada às novas tecnologias. Ainda em matéria divulgada em GaúchaZH, "na pesquisa do CAGED de março a junho de 2020, o Rio Grande do Sul teve 4,3 mil desligamentos de profissionais com 65 anos ou mais. O número representa alta de 47,1% frente a igual período de 2019 (2,9 mil). Em termos percentuais, trata-se do maior avanço por faixa etária no Estado". Dessa forma, observa-se que a escolha muitas vezes por um profissional ou outro tem como análise não só a experiência, mas também a conexão com novas formas de trabalho cada vez mais complementadas com processos em que a tecnologia está presente.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

A qualificação por meio da inserção digital permitirá que a pessoa idosa abrangida pelo curso tenha a oportunidade de aprendizado para uma futura inserção ao emprego, aprendendo o básico de informática que auxilie no olhar amplificado para as necessidades de uso cada vez mais necessárias para poder participar de um processo seletivo. O conhecimento digital é cada vez mais necessário no atual mercado de trabalho para a conexão às novas tecnologias e processos por meio de computadores e aplicativos (vendas, atendimento ao público, etc.).

**OBJETO**

Oferta de cursos de qualificação profissional para pessoas idosas de baixa renda.

**OBJETIVO**

Promover a qualificação profissional da pessoa idosa de baixa renda por meio da inclusão digital, a fim de proporcionar melhores inserções dessa população no mundo do trabalho.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O envelhecimento da população tem recebido uma atenção maior, muito em razão de ainda ser ativa do ponto de vista do mercado de trabalho, e tendo o interesse na retomada da sua atividade profissional. Com o aumento da população que entra na faixa da terceira idade, maior a demanda de pessoas que permanecem ativas no mercado de trabalho. Em 2018, o Diagnóstico da Situação da Pessoa Idosa no RS apontou que, em 2015, a população com 60 anos ou mais no RS já registrava 1.762.169, representando 15,7% do total de pessoas do Estado. Diante disso, empresas visualizam o potencial dessa mão de obra, mas muitas atividades já atuam com a informatização, e exigem o manejo de computadores ou outros equipamentos de informática, seja em área de atendimento, ou mesmo no ramo da alimentação. A necessidade de qualificação para esse público que quer retornar ao mercado de trabalho é importante, e a informática é um primeiro passo de escolha para a contratação ou não em algumas áreas. Dessa forma, a não atualização frente aos processos tecnológicos, somadas a outros fatores sociais e econômicos, acaba por refletir em taxas elevadas de desemprego desse segmento social. No país, somente no primeiro semestre de 2020, em torno de 67 mil profissionais com 65 anos ou mais saíram do emprego, apontando um crescimento de 25%. No RS, do período de março a junho de 2020, o Estado registrou 4,3 mil desligamentos de pessoas com 65 anos ou mais. O valor aponta alta de 47,1% frente a igual período de 2019, que foi de 2,9 mil pessoas.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de curso de informática básica. 100 horas/aula.	Quantidade	810	800.000	30

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
832	<b>CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM ARTESANATO - CENTROS PRISIONAIS E CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.298.000

PÚBLICO-ALVO
1680 homens e mulheres em cumprimento de pena nos Centros Prisionais do Estado e jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Justiça, Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, Secretaria de Segurança, Secretaria de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, Superintendência dos Serviços Penitenciários, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno 5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social 5030 - Promoção da Cidadania

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados. 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

## AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Dificuldade de ressocialização e reintegração ao mercado de trabalho por parte população carcerária.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Dados de dezembro de 2020 da SUSEPE indicam que a população carcerária do Rio grande do Sul no momento ultrapassa 41 mil pessoas. Deste montante, (também de acordo com o site da SUSEPE) mais da metade dos apenados tem como grau de instrução o ensino fundamental incompleto (59% dos homens e 52% das mulheres). No caso dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, de acordo com a FASE, em março de 2021, vemos que mais de 600 estão em regime de privação total ou parcial de liberdade. Dentre esses, de acordo com dados no PNAD, o número médio de anos de estudos dos adolescentes e jovens apenados na FASE é de 6,59 anos, bem abaixo da média dos jovens do Rio Grande do Sul e do Brasil que respectivamente é de 8,75 e 8,30 anos. (Extraído de uma tese de doutorado – “A formação de jovens violentos”. Autor: Marcos Rolim - UFRGS 2014).

Ao analisarmos esses indicativos, podemos inferir que a entrada de adolescentes e jovens adultos no mundo do crime e consequente dificuldade de sair esta relacionada à baixa escolaridade e escassez de oportunidades de trabalho e qualificação.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Redução dos índices de retorno à criminalidade. Aumento das oportunidades de trabalho emprego e renda aos egressos do sistema prisional.

Qualificação dos trabalhadores e fomento à capacidade produtiva.

**OBJETO**

Capacitação e profissionalização de homens e mulheres apenados (as) de unidades prisionais e jovens em cumprimento de medida socioeducativa do Estado do Rio Grande do Sul.

**OBJETIVO**

Prover meios de ressocialização para apenados através da capacitação profissional com vistas à integração à sociedade e ao mercado de trabalho.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A população carcerária brasileira, dada a gravidade da situação em que se encontra, constitui-se num dos principais problemas de agenda pública do país. Além da superlotação, condições estruturais precárias, ação do crime organizado entre outros, que demandam ações efetivas por parte do poder público para mitigá-los, outras agendas voltadas à população carcerária também demandam solução. Entre elas, ressalta-se aquelas iniciativas voltadas à integração do apenado à sociedade.

Nesse sentido, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), através do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) em parceria com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) propõe o desenvolvimento de Cursos de Qualificação Profissional em Artesanato, em consonância com políticas de ressocialização e com a missão de formação, qualificação profissional.

Os cursos pautam-se pela abordagem de técnicas diversas, ministradas por profissionais e com metodologia e carga horária adequada aos grupos. Como resultado, cada apenado receberá o reconhecimento profissional, através obtenção da Carteira do Artesão pelo Programa Gaúcho do Artesanato (PGA), além do cadastro no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).

Esta proposição visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e autoestima dos participantes, preparando e aprimorando-os para a convivência e reintegração à sociedade, resgatando valores e a crença em um futuro socialmente digno. Com isso, o projeto estima contribuir para a redução dos índices de reincidência criminal. Desta forma, em conjunto com as parcerias mencionadas e prospectando a sustentabilidade do projeto, a FGTAS cumpre parte de suas atribuições de inserção, qualificação e orientação para o trabalho, promovendo ações para o cumprimento dos objetivos do Programa Gaúcho do Artesanato e ao mesmo tempo fomentando a reintegração social e o exercício de cidadania pelos apenados.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição Kit material permanente - Módulo Básico mais Avançado	Quantidade	140	254.226,48	24
Aquisição combustível para deslocamento - caminhão PGA - Oficinas Itinerantes	Litros	12000	43080	24
Aquisição combustível para deslocamento - Acompanhamento e fiscalização	Litros	6000	28.800	24
Diárias para pernoite e deslocamento	Quantidade	264	32.472	24
Diárias para pernoite e deslocamento - Motorista caminhão	Quantidade	132	16.236	24
Curso Básico de Artesanato (contratação de artesão instrutor)	Quantidade	80	107.456	24
Aquisição Kit material de custeio - Módulo Básico 20 horas	Quantidade	80	297.520,80	24
Curso Avançado de Artesanato (contratação de artesão instrutor)	Quantidade	60	161.184	24
Aquisição Kit material de custeio - Módulo Avançado 40 horas	Quantidade	60	357.024,72	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza, Redução das desigualdades, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
833	<b>INCLUSÃO SOCIAL DE IMIGRANTES POR MEIO DO TRABALHO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 1.796.000

PÚBLICO-ALVO
324 imigrantes internacionais residentes no Estado, priorizando-se imigrantes com filhos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, Prefeitura Municipal.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Precária inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro decorrente das barreiras linguísticas e da baixa qualificação.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O RS foi um dos locais que mais acolheu imigrantes nos últimos anos, especialmente os Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos. Segundo informações do Relatório Anual 2018: Migrações e mercado de trabalho no Brasil, a região Sul recebeu 22,7% da população imigrante, sendo que destes, 7% concentram-se no Estado. O Perfil dos Imigrantes no RS, estudo divulgado em 2020 pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG) com base nos registros de atendimentos do SUS e do CadÚnico, aponta para um contingente de 50 mil residentes no RS provenientes de outros países. Quase 19 mil desses imigrantes estão registrados no CadÚnico, sinalizando a situação de vulnerabilidade social que essa população enfrenta. O acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho é precário, sendo que cerca da metade dos inscritos no CadÚnico têm rendimentos que os colocam como extremamente pobres.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Esta proposta busca como resultado contribuir no processo de cidadania dos imigrantes, auxiliando para sua inclusão social através do trabalho. Espera-se também promover o trabalho decente entre populações migrantes, reduzir a discriminação racial e xenofobia às populações migrantes, contribuir para a inserção produtiva de migrantes, particularmente mães de famílias e reduzir os gastos públicos com assistência social através da conquista da autonomia de populações em situação de vulnerabilidade social.

**OBJETO**

Oferta de cursos de Qualificação Profissional e Língua Portuguesa, focados para o mundo do trabalho, aos imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul. Os cursos serão promovidos por meio da contratação de serviços.

**OBJETIVO**

Oportunizar o acesso a cursos de Língua Portuguesa e qualificação profissional, buscando auxiliar no processo de cidadania dos imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul, prioritariamente Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos, visando contribuir para sua inclusão social através do trabalho.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As migrações internacionais para o Brasil têm representado importante fluxo nos últimos anos, verificado após o início da concessão de visto humanitário pelo governo brasileiro. Entretanto, a chegada desses imigrantes ao Brasil não foi acompanhada de políticas de inclusão social, revelando-se obstáculos para sua efetiva integração, tais como: a carência de espaços de acolhimento, a barreira linguística, as dificuldades de inserção produtiva e a questão da discriminação racial e xenofobia. Esses fatos, em conjunto ou isolados, acabam dificultando a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira. Essa dificuldade reflete-se diretamente no processo de socialização do imigrante em todos os aspectos de sua vida, principalmente no mercado de trabalho, expondo essas pessoas a riscos, como exploração da mão de obra imigrante e o fortalecimento do fluxo de trabalhadores clandestinos. Esta realidade submete os imigrantes a uma situação de fragilidade socioeconômica potencialmente geradora de discriminação. Neste sentido, pensar em ações que venham ao encontro destas demandas torna-se primordial para contribuir no processo de garantia de direitos e inserção dos imigrantes no Brasil.

Compreendendo esta realidade, a FGTAS propõe a realização de cursos de Língua Portuguesa para Imigrantes, focados para o mercado de trabalho com o direcionamento para fala e escrita, e cursos de qualificação/capacitação profissional nas áreas de: trabalhador autônomo/conta própria; empreendedorismo e trabalhador formal, conforme mapeamento de ocupações com a definição de profissões demandadas pelo mercado de trabalho, de oportunidades e de novas profissões em expansão. Entretanto, sabe-se que há maior

taxa de ocupação de postos de trabalho entre a população imigrante masculina e, como hipótese, tem-se a possibilidade das mulheres imigrantes encontrarem maior dificuldade de participação nos cursos por não haver um espaço para deixar seus filhos. Assim, também se prevê no Projeto a contratação de monitores de recreação para cuidar das crianças nos locais de realização dos cursos. Esta proposta busca como resultado contribuir no processo de cidadania dos imigrantes, auxiliando para sua inclusão social através do trabalho.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ajuda de custo para os alunos (transporte e alimentação)	Quantidade	324	567.000	12
Capacitação em português com foco para o mundo do trabalho - 40 horas - 12 alunos/turma	Quantidade	324	149.000	13
Monitoria em recreação	Horas	5400	405.000	15
Capacitação profissional - 160 horas - 12 alunos/turma	Quantidade	324	675.000	16

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza, Redução das desigualdades, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
834	<b>QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 3.600.000

PÚBLICO-ALVO
1800 trabalhadores desempregados.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Camaquã, Canguçu, Caxias do Sul, Erechim, Novo Hamburgo, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, Uruguiana e Vacaria

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Crescimento do desemprego decorrente da pandemia por Covid 19 e baixa qualificação profissional.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A PNADC aponta, no Rio Grande do Sul, no quarto trimestre de 2020, 1.127 milhão de pessoas sem emprego ou que trabalham menos do que gostariam. São 20,8% a mais do que no ano anterior, neste mesmo período. Pela primeira vez, desde 2012 (início da PNADC), o Estado encerrou o ano com mais de 1 milhão de pessoas nesta condição. Os desocupados/desempregados eram 476 mil no final do ano. A força de trabalho potencial aumentou 53,3% de um ano ao outro. A pandemia incide no desemprego, contratos são reduzidos ou suspensos. Segundo Gustavo Inácio de Moraes, economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS (divulgado em matéria da Zero Hora, dia 23/03/2021, página 8), "no Brasil, a taxa de subocupação atingiu 28,7%. Atualmente, a população nesta condição chega a 32,031 milhões de pessoas no País. A situação atinge principalmente os trabalhadores mais pobres e com pouca qualificação que acabam ficando mais vulneráveis à crise e são os primeiros a sentirem os impactos da queda da atividade econômica". Finalizando, afirma que "a demanda é cada vez maior por um trabalhador mais técnico, com mais qualificação".

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

O resultado esperado com esta ação de qualificação é a inserção produtiva dos trabalhadores envolvidos, de forma célere, para que possam compor a renda familiar mensal. Este impacto na família, alivia a tensão da sobrevivência, se possível, e possibilita que estes possam, paulatinamente, recompor sua capacidade de consumo o que, por decorrência, dá fôlego aos donos de negócios, notadamente no entorno dos domicílios dos trabalhadores. Este movimento, nunca se esgota no próprio trabalhador capacitado. Mas, vai dar fôlego na sua comunidade. Pois, sendo consumidor, fará parte da demanda que movimentará algum grupo de produção, que por sua vez atuará em outra esfera de produção e assim, consecutivamente.

**OBJETO**

Promoção de cursos de qualificação social e profissional.

**OBJETIVO**

Viabilizar condições para garantir a Qualificação Social e Profissional de trabalhadores com qualidade e efetividade, buscando melhores condições de inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. Também buscando atender as necessidades reais dos setores da economia.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A proposta de Qualificação Social e Profissional busca contemplar a necessidade de qualificação fundamentada nos estudos sobre a situação do mercado de trabalho do Estado, identificando alterações econômicas que direcionem a absorção e/ou retração de mão de obra. Conjuntamente, o País passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente no Estado. Mesmo com essas dificuldades o Rio Grande do Sul vem atuando no sentido de estimular o processo de desenvolvimento, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de investimentos e geração de trabalho e renda. Há importantes empreendimentos em andamento, ou previstos, em todo o Estado, provocando grandes mudanças para a economia. As perspectivas de abertura de novos postos de trabalho, graças à expansão e inauguração de novas empresas, vai incrementar o processo de inserção no emprego, bem como demandar encaminhamento para a Qualificação Social e Profissional.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso/Qualificação de trabalhadores	Quantidade	1800	3.600.000	18



## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de promoção de trabalho e renda

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico



Nº	PROJETO
962	<b>QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O COMÉRCIO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 125.000

PÚBLICO-ALVO
100 trabalhadores desempregados no setor do comércio.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 -Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados. 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Crescimento do desemprego decorrente da pandemia por Covid 19 e agravado pela baixa qualificação profissional dos trabalhadores do comércio.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) aponta, no Rio Grande do Sul, no quarto trimestre de 2020, 1.127 milhão de pessoas sem emprego ou que trabalham menos do que gostariam. São 20,8% a mais do que no ano anterior, neste mesmo período. Pela primeira, vez desde 2012 (início da PNADC), o Estado encerrou o ano com mais de 1 milhão de pessoas nesta condição. Os desocupados/desempregados eram 476 mil no final do ano. A força de trabalho potencial aumentou 53,3% de um ano ao outro. A pandemia, portanto, incidiu no desemprego fazendo com que contratos de trabalho fossem reduzidos ou suspensos.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Inserção produtiva dos trabalhadores envolvidos, de forma célere, para que possam compor a renda familiar mensal. Este impacto na família, alivia a tensão da sobrevivência, se possível, e possibilita que estes possam, paulatinamente, recompor sua capacidade de consumo o que, por decorrência, dá fôlego aos donos de negócios, notadamente no entorno dos domicílios dos trabalhadores. Este movimento, nunca se esgota no próprio trabalhador capacitado. Mas, vai dar fôlego na sua comunidade. Pois, sendo consumidor, fará parte da demanda que movimenta algum grupo de produção, que por sua vez atuará em outra esfera de produção e assim, consecutivamente.

### OBJETO

Cursos de qualificação profissional para os trabalhadores do setor do comércio.

### OBJETIVO

Viabilizar condições para garantir a qualificação profissional de trabalhadores com qualidade e efetividade, buscando melhores condições de inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. Também buscando atender as necessidades reais do setor do comércio.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A proposta de qualificação profissional busca contemplar a necessidade de qualificação fundamentada nos estudos sobre a situação do mercado de trabalho do Estado, identificando alterações econômicas que direcionem a absorção e/ou retração de mão de obra. Conjuntamente, o País passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente no Estado. Mesmo com essas dificuldades o RS vem atuando para estimular o processo de desenvolvimento, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de investimentos e geração de trabalho e renda. Há importantes empreendimentos em andamento, ou previstos, em todo o Estado, provocando grandes mudanças para a economia. As perspectivas de abertura de novos postos de trabalho, graças à expansão e inauguração de novas empresas, vai incrementar o processo de inserção no emprego. Com isso, esse projeto busca contribuir positivamente para a inserção do trabalhador nesse mercado em vias de se expandir dentro de um contexto de pós-pandemia.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso/Qualificação de trabalhadores do setor do comércio	Quantidade	100	125.000	12



## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
929	<b>FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A POPULAÇÃO LGBT NO RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 300.000

PÚBLICO-ALVO
Cerca de 100 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social - SIDHAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gabriela Lorenzet	51 32887374	gabriela-lorenzet@sjcdh.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20GG - Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

LGBTs sofrem preconceito e encontram maiores dificuldades no momento da entrevista de emprego e/ou perdem a condição de se capacitar pois são expulsas de casa muito cedo e entram no mercado informal de trabalho para sobreviver, impactando diretamente na sua renda e acesso a oportunidades.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A Organização das Nações Unidas, desde o ano 2000, com o Pacto Global da ONU, tem chamado o mundo corporativo para unir esforços para a construção de uma economia global mais inclusiva e não temos uma base de dados sobre a população de travestis e transexuais, seja com campos abertos no IBGE, no Cadastro Único (Cad-SUAS) ou outras bases de dados nacionais.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Inclusão social e o combate ao preconceito contra pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no mercado formal de trabalho, com foco na população de travestis e transexuais, no estado do RS, por meio do acolhimento e inclusão desta população no mercado de trabalho.

**OBJETO**

Formação e qualificação profissional da população LGBT e realização parcerias para criação e manutenção de uma rede sustentável de empregabilidade dessa população.

**OBJETIVO**

Instrumentalização para o mercado de trabalho com vistas à melhoria de renda e a inserção no mercado de trabalho para 100 pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no mercado formal de trabalho, com foco na população de travestis e transexuais, com capacitações profissionais na Porto Alegre e Região Metropolitana.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A presente proposta justifica-se diante da vulnerabilidade da população, LGBT, sobretudo travestis e transexuais, as quais sofrem discriminações diárias na sociedade sob diferentes aspectos: locais de trabalho, desigualdade social e de renda, entre outros. Sabe-se que a desigualdade e a exclusão de oportunidades no mercado de trabalho deste segmento, além de ser uma violação dos direitos humanos também é um disparador para outras violações de direitos humanos.

Segundo alertas dos relatores da ONU e especialistas internacionais de direitos humanos a discriminação e a desigualdade no mercado de trabalho criam um ambiente favorável à sua exclusão de oportunidades em todas as facetas da vida, incluindo educação e participação política e cívica, contribuindo para a instabilidade econômica, a falta de moradia e saúde debilitada.

Observa-se a inexistência ou escassez de dados sobre a população de travestis e transexuais, seja com campos abertos no IBGE, no Cadastro Único (Cad-SUAS) ou outras bases de dados nacionais. Sendo assim, as informações mais próximas da realidade desse segmento estão junto às Organizações da Sociedade Civil, que realizam o trabalho de campo, prestando atendimento nos territórios e identificando as necessidades sociais e econômicas dessa população.

O trabalho cotidiano da SJCDH junto às OSCs traz informações que o processo de discriminação das pessoas LGBT, inicia na família, com a expulsão de casa dos adolescentes ao assumirem condição sexual e de gênero. A partir dessa situação essa pessoa, via de regra, será igualmente expulsa da escola pela prática de bullying e preconceito, então, antes mesmo de ocorrer no mercado de trabalho, já foi praticado na educação, na saúde, na moradia, enfim, nos mais diferentes espaços. Toda essa violência pela qual essa população é submetida, cotidianamente, constitui em instrumento poderoso de aprofundamento do processo de vulnerabilidade e exclusão social. A sua condição constitui motivo que a conduz a sofrer as mais variadas formas de agressão, física, verbal, sexual, tortura, violência autoinfligida e até a forma extremada que é o assassinato.

A Organização das Nações Unidas, desde o ano 2000, com o Pacto Global da ONU tem chamado o mundo

corporativo para unir esforços para a construção de uma economia global mais inclusiva. Quando em 2011 lança os Princípios Orientadores da ONU chamando a responsabilidade das empresas para com os Direitos Humanos apelando para que estes fossem respeitados e que práticas com potencial de infringi-los fossem abolidas. Todavia, ainda faltava algo a ser construído numa forma ordenada que pudesse garantir um desenvolvimento harmônico capaz de avançar, de modo sistematizado, envolvendo governos, sociedade civil e empresas. Esse passo foi dado em 2015, quando os Países-Membros, em acordo, conceberam os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável cujo foco estava direcionado para o enfrentamento da discriminação e da marginalização social e econômica.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Parcerias firmadas	Percentual	100	210.000	12
Pessoas capacitadas	Quantidade	100	90.000	10

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Aperfeiçoamento do Planejamento, da Cidadania e dos Direitos Humanos

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Igualdade de gênero



Nº	PROJETO
963	<b>QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 125.000

PÚBLICO-ALVO
60 trabalhadores desempregados

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e renda

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 -Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dostrabalhadores na atividade produtiva.
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPE em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Crescimento do desemprego decorrente da pandemia por Covid 19 e agravado pela baixa qualificação profissional dos trabalhadores do setor da construção civil.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) aponta, no Rio Grande do Sul, no quarto trimestre de 2020, 1.127 milhão de pessoas sem emprego ou que trabalham menos do que gostariam. São 20,8% a mais do que no ano anterior, neste mesmo período. Pela primeira vez desde 2012 (início da PNADC) o Estado encerrou o ano com mais de 1 milhão de pessoas nesta condição. Os desocupados/desempregados eram 476 mil no final do ano. A força de trabalho potencial aumentou 53,3% de um ano ao outro. A pandemia, portanto, incidiu no desemprego fazendo com que contratos de trabalho fossem reduzidos ou suspensos.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O resultado esperado com esta ação de qualificação é a inserção produtiva dos trabalhadores envolvidos, de forma célere, para que possam compor a renda familiar mensal. Este impacto na família, alivia a tensão da sobrevivência, se possível, e possibilita que estes possam, paulatinamente, recompor sua capacidade de consumo o que, por decorrência, dá fôlego aos donos de negócios, notadamente no entorno dos domicílios dos trabalhadores. Este movimento, nunca se esgota no próprio trabalhador capacitado. Mas, vai dar fôlego na sua comunidade. Pois, sendo consumidor, fará parte da demanda que movimenta algum grupo de produção, que por sua vez atuará em outra esfera de produção e assim, consecutivamente.

### OBJETO

Cursos de qualificação profissional para os trabalhadores do setor da construção civil.

### OBJETIVO

Viabilizar condições para garantir a qualificação profissional para os trabalhadores do setor da construção civil, com qualidade e efetividade, buscando melhores condições de inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. Também buscando atender as necessidades reais do setor.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A proposta de qualificação profissional busca contemplar a necessidade de qualificação fundamentada nos estudos sobre a situação do mercado de trabalho do Estado, identificando alterações econômicas que direcionem a absorção e/ou retração de mão de obra. Conjuntamente, o País passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente no Estado. Mesmo com essas dificuldades o Rio Grande do Sul vem atuando no sentido de estimular o processo de desenvolvimento, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de investimentos e geração de trabalho e renda. Há importantes empreendimentos em andamento, ou previstos, em todo o Estado, provocando grandes mudanças para a economia. As perspectivas de abertura de novos postos de trabalho, graças à expansão e inauguração de novas empresas, vai incrementar o processo de inserção no emprego. Com isso, esse projeto busca contribuir positivamente para a inserção do trabalhador nesse mercado em vias de se expandir dentro de um contexto de pós-pandemia.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso/Qualificação de trabalhadores para o setor da construção civil	Quantidade	60	125.000	18



## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



# Cultura

# Educação

# Esporte e Lazer



Nº	PROJETO
809	<b>RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 7.000.000

PÚBLICO-ALVO
24.000 pesquisadores, estudantes, público visitante e população do RS.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura - SEDAC

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura - IPHAE (proprietária do imóvel e órgão tombador), Secretaria de Obras e Habitação (fiscalização de obra) e IPHAN.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cultura

MINISTÉRIOS
Ministério do Turismo

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A sede do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa apresenta, atualmente, uma série de problemas de deterioração de sua estrutura física, devido à falta de ações de conservação no decorrer de vários anos. Desta forma, foi elaborado um projeto integral de restauração com recursos do Governo Federal. Agora torna-se necessária a obtenção de recursos para a execução das obras.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A falta de recursos para ações de manutenção e recuperação de estruturas de instituições culturais, em nível nacional, acaba incorrendo em processos de deterioração. Este fato precisa ser revertido no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Espera-se restaurar a sede do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e devolver à sociedade uma instituição cultural que tenha a possibilidade de amplo atendimento público.

**OBJETO**

Restauração e adequação do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, imóvel tombado, no Centro Histórico de Porto Alegre.

**OBJETIVO**

Recuperar o imóvel tombado, proporcionando condições físicas adequadas à conservação do acervo do museu, que conta a história do RS através dos veículos de comunicação, e permitir o acesso, com segurança, da população a exposições e atividades educativas no museu.

Pretende-se, por meio da execução das obras de restauração e adequação do museu, garantir a recuperação definitiva da cobertura, de forma a barrar a atual e contínua entrada de águas pluviais, restaurar as esquadrias e as fachadas da edificação, executar novo sistema de circulação vertical interno, dentro das normas de segurança e acessibilidade vigentes, adequar os espaços das áreas expositivas internas, recuperar forros e pisos internos, executar novas redes elétrica, hidrossanitária, SPDA, PPCI, comunicação, segurança, etc., de forma a garantir o perfeito funcionamento deste equipamento museal.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Instituição da Secretaria da Estado da Cultura, o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa foi criado através da portaria número 018044 de 10 de setembro de 1974, com a finalidade de guardar, preservar e difundir a memória dos meios de comunicação do Estado do Rio Grande do Sul. O museu está instalado em um prédio histórico, construído em 1922 para sediar o jornal republicano "A Federação", e tombado pelo IPHAE/SEDAC em 1977. A edificação, de características ecléticas, apresenta a fachada principal com grande quantidade de adornos.

Com um importante papel na preservação da memória da comunicação no Estado, o museu disponibiliza ao público um rico acervo que engloba periódicos, fotografias, vídeos, filmes, discos, material de propaganda, além de objetos e equipamentos ligados aos veículos de comunicação. Durante décadas a instituição tem viabilizado importantes trabalhos nas áreas da pesquisa historiográfica e diversos trabalhos acadêmicos, e representa, atualmente, o único museu voltado à preservação da memória da comunicação no Estado do Rio Grande do Sul. Apesar disso, a edificação apresenta, atualmente, muitos problemas com relação à disposição e dimensionamento dos espaços de armazenamento do seu acervo, apresentando grandes espaços de circulação pouco utilizados juntamente com pequenas salas de armazenamento, onde o acervo está acumulado de forma inadequada. Ao mesmo tempo, a falta de organização espacial não permite a correta disposição dos espaços expositivos, que se apresentam, atualmente, de forma confusa e descontínua dentro da edificação. Áreas nobres do edifício são atualmente utilizadas por funções de serviço, como depósitos e banheiros. A circulação vertical da edificação é confusa e, em alguns pontos, bota em risco a integridade dos usuários através de escadas mal dimensionadas e elevadores sucateados e deteriorados. Ao mesmo tempo, as

constantes infiltrações pela cobertura e pelo subsolo da edificação são responsáveis pela perda de importantes documentos ou objetos históricos. Observa-se que a água que se acumula nos porões chega à altura de 30 cm em dias de chuvas muito intensas. A instalação elétrica, já obsoleta, apresenta sérios problemas que, juntamente com a umidade das infiltrações, coloca a edificação, seu acervo e seus ocupantes sob risco iminente de de incêndio. As saídas de emergência são inadequadas, as escadas são perigosas e a iluminação de emergência é ineficiente. Desta forma, é evidente o contínuo processo de deterioração do acervo ali existente. Parte do acervo de filmes históricos de rolo está irremediavelmente perdido por falta de condições de armazenamento. Igualmente, o acervo de jornais históricos está se deteriorando, tendo em vista as péssimas condições das salas de armazenamento. Todos estes fatores, aliado à atual falta de condições financeiras da Secretaria de Estado da Cultura para financiar as obras necessárias, deixam evidente a necessidade urgente de viabilizar o financiamento das obras.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Terceiro e quarto pavimento restaurado	Percentual	100	570.000	30
Reforços, estruturais, esquadrias e divisórias instalados	Percentual	100	630.000	30
Climatização instalada	Percentual	100	2.350.000	30
Instalação de obra, Restauração do Subsolo e acondicionamento de acervo realizado	Percentual	100	300.000	30
PPCI, Restauração das fachadas, museográfico, comunicação visual e serviços finais realizados	Percentual	100	680.000	30
Pavimento térreo e mezanino restaurado	Percentual	100	530.000	30
Segundo pavimento e do pavimento intermediário restaurado	Percentual	100	570.000	30
Instalações hidrossanitárias, elétrica e CFTV realizados	Percentual	100	1.370.000	30

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Restauração e requalificação de prédios históricos culturais

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis

Licença ambiental, projetos básico e executivo prontos.



Nº	PROJETO
815	<b>CONTINUIDADE DA RESTAURAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.820.000

PÚBLICO-ALVO
24.000 pesquisadores, estudantes, público visitante e população do estado

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura - SEDAC

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura (proprietária do imóvel) e Secretaria de Obras e Habitação (responsável pela fiscalização das obras)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cultura

MINISTÉRIOS
Ministério do Turismo

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A Biblioteca Pública do Estado é uma edificação de grande valor cultural que começou a ser restaurada com recursos de programas federais, que foram destinados pelo IPHAN á esta ação. Tendo em vista a grandiosidade da obra, os recursos destinados não foram suficientes para a finalização dos trabalhos, restando, ainda, grande parte das obras de restauração a serem executadas.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

É de conhecimento que os recursos necessários para a restauração de edificações, em nível nacional, são aquém das necessidades existentes. Desta forma, muitas obras necessárias não são executadas, ou não são finalizadas.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Execução de mais uma fase da obra de restauração da sede da Biblioteca Pública do Estado, e, desta forma, devolver à população do RS mais um equipamento cultural com plenas condições de atendimento público.

**OBJETO**

Continuidade das obras de restauração e requalificação de algumas estruturas da Biblioteca Pública do Estado.

**OBJETIVO**

Restaurar a Biblioteca Pública, tombada pelo IPHAN, para readequar o prédio às novas necessidades, garantir o seu perfeito funcionamento, proporcionando condições físicas adequadas à conservação do seu acervo e garantindo segurança e acessibilidade universal a seus usuários.

Pretende-se, por meio deste projeto, modernizar as instalações elétricas, implantar o PPCI e acessibilidade universal, instalar sistema de climatização e controle de umidade.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Criada pela Lei nº 724/1871, a Biblioteca Pública do Estado possui, atualmente, uma coleção de 240.000 volumes que representam o mais importante conjunto bibliográfico do Estado do Rio Grande do Sul, garantindo, através da preservação deste acervo, a salvaguarda da memória Sul-Rio-Grandense. Além disso, a existência, no referido acervo, de títulos exclusivos, monografias datadas desde o Século XVI, 110 obras raras e periódicos gaúchos do Século XIX, tornam esta instituição de imensurável representatividade junto à Memória Nacional. Integrando este acervo estão, por exemplo, os relatórios de Governo a partir de 1850, além dos Anais da Província de São Pedro, as mensagens dos governadores à assembléia, entre outros documentos.

Apesar de sua incalculável importância, o prédio da Biblioteca Pública do Estado apresenta uma diversidade de problemas oriundos da falta de recursos para a sua recuperação. A edificação, por exemplo, conta somente com extintores de incêndio à base de água e pó químico, espalhados nos diversos setores. Não há sistema de detecção de fumaça, nem iluminação de emergência, sinalização. As instalações elétricas atuais são provisórias, e foram feitas apenas nas salas que atualmente estão sendo utilizadas. A maior parte da rede elétrica é ainda original, sujeita a sinistros, principalmente onde hoje se encontra o acervo sobre o RS e no setor de processamento técnico, onde há grande quantidade de acervo a ser processado. Em análise efetuada pelo corpo de bombeiros, para fins de protocolo do projeto do PPCI, a instituição foi avaliada como de alto risco de incêndio devido à precariedade de suas estruturas aliado ao grande volume de acervo existente. Para resguardar, proteger esse patrimônio brasileiro, é urgente a modernização da rede elétrica e a implantação do sistema de prevenção a incêndios e sinistros. Ao mesmo tempo, não existe, na edificação, nenhum sistema de controle de temperatura e umidade, o que acelera o processo de deterioração do acervo de livros e documentos em papel. Finalizando, os sistemas de acessibilidade universal são precários, o que impossibilita portadores de necessidades especiais de utilizarem suas instalações.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
PPCI executado	Percentual	100	1.060.000	24
Nova rede elétrica executada	Percentual	100	1.700.000	24
Sistema de climatização e acessibilidade executado	Percentual	100	4.060.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Restauração e requalificação de prédios históricos culturais

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis

Termos de referência, projetos básico e executivo prontos.



Nº	PROJETO
836	<b>RESTAURAÇÃO DO FORRO E DAS POLTRONAS DO THEATRO SÃO PEDRO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.971.000

PÚBLICO-ALVO
Sociedade que frequenta o teatro, classe artística, turistas que visitam Porto Alegre, escolas da rede pública e privada que promovem visitas ao teatro com os alunos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Theatro São Pedro - FTSP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério do Turismo, Secretaria da Cultura, IPHAE RS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alice Kuhn da Silva	51 989573427	alice-silva@ftsp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cultura

MINISTÉRIOS
Ministério do Turismo

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Foi constatado, recentemente, que dois painéis do forro do Theatro São Pedro, que contém elementos pictóricos, estavam danificados, com rupturas aparentes. Emergencialmente, foram trocados por painéis de mdf, de forma provisória, e armazenados para uma futura restauração e recomposição do conjunto pictórico do forro.

Considerando que a última restauração ocorreu há quase 40 anos, e a complexidade que envolve intervenções em um prédio tombado, foi detectada, ao realizar a intervenção de emergência, a necessidade da restauração integral do forro, incluindo os painéis - base e pinturas, os ornamentos, a troca do sistema de climatização (fan coils), para que não haja mais deterioração e para que não ofereça risco aos frequentadores. Como no diagnóstico foi verificado que para a restauração do forro, será necessária a remoção das poltronas, para a conservação do bem de valor, concluiu-se que seria oportuno, devido ao custo e ao fechamento da instituição para o restauro, realizar também a recuperação das poltronas da plateia, assim como a troca de seu tecido para um tecido ignifugável.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Constituição Federal, no artigo 216, estabelece que é função da União, do Estado e dos Municípios, com o apoio da comunidade, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. A preservação da memória e do patrimônio histórico, é um desafio no Brasil e no Estado. Vários bens imóveis têm proteção legal por apresentarem valor histórico e arquitetônico integrados. O problema para sua conservação geralmente está na escassez de recursos, pois a manutenção e recuperação de prédios históricos exigem investimentos consideráveis, pela complexidade e pela necessidade de manter os elementos que o compõe, e, ao mesmo tempo, criando condições de acessibilidade e segurança destes.

O restauro sugerido por este projeto foi baseado em laudo da arquiteta da Fundação, e com o orçamento de empresa especializada. A troca do tecido das poltronas foi sugerida pelo Corpo de Bombeiros no Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A proteção do patrimônio está vinculado à melhoria da qualidade de vida da população, pois compreende a preservação da memória e dos valores de referências culturais da sociedade, sendo, portanto, uma demanda tão importante quanto qualquer outra a ser atendida pelo serviço público.

### OBJETO

Restauro do forro e das poltronas do Theatro São Pedro. As etapas envolvem a retirada das poltronas, montagem de andaimes para a restauração dos painéis do forro da plateia, troca dos fan coils do sistema do ar condicionado, a restauração das poltronas, abrangendo a troca do enchimento e do tecido por material ignifugável, e recolocação das poltronas restauradas.

### OBJETIVO

O objetivo é contribuir para a manutenção de um patrimônio cultural reconhecido, de grande valor histórico e um dos teatros mais antigos do Brasil. A manutenção do sistema de ar condicionado (fan coils) e o restauro do forro é de suma importância para a conservação da edificação. Como haveria o custo de retirada e colocação das poltronas para a realização do reparo no forro, entendemos que, pela economicidade, seria conveniente restaurar as poltronas e trocar o tecido, que já encontra-se com desgaste pelo tempo de intenso uso, por um material ignifugável, de acordo com a recomendação da legislação de Combate à Incêndio, contribuindo também para a segurança dos frequentadores do prédio.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Theatro São Pedro, localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, junto à Praça da Matriz, é Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul. Em 1858, o prédio foi inaugurado e logo se transformou em um dos principais palcos artístico, social e

político do país, colocando Porto Alegre na rota de importantes companhias de teatro, música e dança. Em 1973, o prédio foi interditado e, passou por uma restauração e reconstrução, sendo reaberto ao público em 1984. O palco principal do Theatro São Pedro recebe, em média, 300 espetáculos por ano, encantando um grande e múltiplo público, quase que diariamente. Em 2018, foi constatado que dois painéis do forro do Theatro, que contém elementos pictóricos, estavam danificados, com rupturas aparentes. Emergencialmente foram trocados por painéis de mdf de forma provisória, e armazenados para uma futura restauração e recomposição do conjunto pictórico do forro. Portanto, é de extrema importância a realização dos serviços de restauro para sua preservação, para que não haja mais danos, uma vez que é um bem integrado à edificação tombada, fazendo parte e agregando valor ao patrimônio arquitetônico e cultural. A quantidade de espetáculos que o Theatro São Pedro realiza anualmente e o número de espectadores que o frequenta revela por si só o interesse público na conservação de tal patrimônio.

O Theatro São Pedro é considerado uma referência nas artes cênicas, sendo invicto nas pesquisas de opinião, como o mais citado e o preferido dos gaúchos (Prêmio Marcas de Quem Decide), e como o teatro mais lembrado pelos gaúchos (Top Of Mind). Sendo assim, beneficiará diversos públicos, direta e indiretamente.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Instalações provisórias, equipe administrativa e de gerenciamento de obra, andaimes	Quantidade	1	486.800	8
Execuções estruturais: limpeza, substituição de painéis, fancoils do ar condicionado	Quantidade	1	590.300	8
Restauração de Pinturas do Forro e frontispício do palco do Teatro São Pedro	Quantidade	1	140.000	5
Restauração das poltronas da plateia: retirada, restauro, colocação, troca do tecido por ignifugável	Quantidade	1	723.900	4
Elaboração de projeto, Termo de Referência, Memorial Descritivo e Orçamento para a realização do objeto	Quantidade	1	30.000	4

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais.

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação estrutural do Complexo do Theatro São Pedro

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Educação de qualidade, Cidades e comunidades sustentáveis

Posui titularidade da área.



Nº	PROJETO
899	<b>CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE BIOPRODUTOS E BIOPROCESSOS NA UERGS - BENTO GONÇALVES</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
17	R\$ 1.450.000

PÚBLICO-ALVO
120 alunos do curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (Bacharelado) ofertado regularmente, mais os que venham a frequentar os cursos de pós-graduação (Especialização), além da comunidade da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 3

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Educação; FEPAM e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
William Rudy Steigleder Herrera	51 32889069	william.uergs@gmail.com

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Educação

MINISTÉRIOS
Ministério da Educação

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
0048 - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Inadequação das instalações físicas de unidades de ensino da UERGS.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A Unidade Universitária da UERGS sediada em Bento Gonçalves não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa, visto a inexistência de laboratórios com essas características.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

A Região Funcional 3, onde a UERGS - Bento Gonçalves desempenha suas atividades, é uma das mais desenvolvidas do estado. Os estudos realizados nos laboratórios de pesquisa a serem construídos contribuirão, pelo seu impacto tecnológico, para a potencialização das atividades industriais, agrícolas, comerciais e de serviço, do município e região.

**OBJETO**

Construção de prédio para laboratórios. A edificação, cujo projeto foi elaborado prevendo a ampliação para um segundo pavimento no futuro, contempla 01 laboratório e biotecnologia, 01 laboratório de modelagem, simulação e otimização de bioprocessos e 01 laboratório de engenharia de bioprocessos.

**OBJETIVO**

Proporcionar infraestrutura adequada para Unidade da UERGS em Bento Gonçalves, por meio da construção de Centro de Desenvolvimento em Pesquisa, em área estadual de dominialidade da UERGS, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para a comunidade do município e região.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A UERGS é uma instituição de ensino superior multicampi que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. Tem como missão promover o desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados e da geração e difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado. A Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.

Devido à crise financeira do Estado e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a Uergs vem buscando recursos do OGU a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.

O município de Bento Gonçalves está localizado na Região da Serra e possui, aproximadamente, 98 mil habitantes. A UERGS em Bento Gonçalves possui aproximadamente 140 alunos, vinculados ao curso de graduação em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia. Atualmente a Unidade está instalada em prédio cedido pela Secretaria Estadual de Educação mediante Termo de Cooperação, porém, a estrutura já não atende plenamente as atuais demandas da Unidade, haja vista as características do curso, o qual requer laboratórios específicos para suas práticas de ensino e pesquisa.

A UERGS possui dominialidade de terreno com área de 700,00 m<sup>2</sup>, mediante Termo de Cessão de Uso com o Estado por 30 anos, para construção de Centro de Laboratório de Pesquisa. Esta construção é de extrema importância, pois proporcionará infraestrutura adequada às determinações do projeto pedagógico do curso atualmente ofertado e de outros que venham a ser implantados, bem como atenderia às exigências do Conselho Estadual de Educação e demais requisitos legais, apoiando e promovendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão (atividades fim) da Universidade.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Construção de Laboratório da Uergs na Unidade em Bento Gonçalves	Quantidade	1	1.450.000	17

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - UERGS

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza, Educação de qualidade

Titularidade da área e projetos básico e executivo prontos.



Nº	PROJETO
900	<b>CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE DE OSÓRIO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 5.600.000

PÚBLICO-ALVO
600 discentes, docentes e administrativos, além da comunidade da Região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Educação; FEPAM, Órgão Ambiental de Osório, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
William Rudy Steigleder Herrera	51 32889069	william.uergs@gmail.com

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Educação

MINISTÉRIOS
Ministério da Educação

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
0048 - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Inadequação das instalações físicas da UERGS na Unidade de Osório - RS.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A Unidade Universitária da UERGS de Osório não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa e extensão.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

O maior impacto será na qualificação do ensino oferecido pela Unidade Universitária, além de abrir oportunidades aos alunos para a continuação dos seus estudos após a conclusão da graduação, complementado pela promoção do desenvolvimento local e regional, resultado de atividades de pesquisa e extensão que venham a ser desenvolvidas nas novas instalações.

**OBJETO**

Construção de Campus da UERGS no município de Osório - RS.

**OBJETIVO**

Proporcionar infraestrutura adequada para Unidade Litoral Norte - Osório da UERGS, através da construção de sede própria em terreno doado pelo Município de Osório para a Universidade, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para a comunidade da cidade e região.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A UERGS é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. Tem como Missão Institucional promover o desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados e da geração e difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado. No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.

Tendo em vista crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a UERGS vem buscando recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.

O município de Osório possui aproximadamente 44 mil habitantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,839, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). A Unidade da UerGS em Osório possui aproximadamente 300 alunos, e oferta os cursos de graduação em Pedagogia e Ciências Biológicas, cursos de especialização em Meio Ambiente e Biodiversidade, e Mestrado Profissional em Educação.

Ocorre que, atualmente, a Unidade está instalada em prédio municipal mediante Termo de Cessão de Uso mantido junto ao Município de Osório, porém, a estrutura já não atende as atuais demandas da Universidade, e inviabiliza a sua ampliação, conforme planejamento da região.

A UERGS é proprietária de terreno com área de 26.505,61 m<sup>2</sup>, doado pelo Município de Osório, escritura pública de doação nº 7.487, e registro de matrícula do imóvel nº 112.100 do registro de imóveis de Osório, livro 2. A construção de sede própria neste terreno é fundamental para a Unidade, proporcionando a infraestrutura adequada às determinações dos projetos pedagógicos de curso, bem como contemplando as exigências do Conselho Estadual de Educação e demais requisitos legais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Campus da Uergs no município em Osório construído	Quantidade	1	5.600.000	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - UERGS

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza, Educação de qualidade

Possui titularidade da área. Termos de referência em andamento.



Nº	PROJETO
901	<b>CONSTRUÇÃO DA SEDE DA UERGS - UNIDADE FREDERICO WESTPHALEN</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
26	R\$ 4.530.000

PÚBLICO-ALVO
800 discentes, docentes e administrativos, além da comunidade da Região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 9

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Educação; Secretaria de Obras e Habitação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Fábio Ricardo Cardoso Magalhães	51 991077765	fabio-magalhaes@uergs.edu.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Educação

MINISTÉRIOS
Ministério da Educação

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
0048 - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A UERGS necessita ampliar sua atuação através da oferta de cursos de graduação e pós graduação, sendo que a atual infraestrutura se mostra inadequada para o atendimento dessa demanda, além de inviabilizar atividades de pesquisa e extensão em benefício das comunidades local e regional.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A Unidade Universitária da UERGS sediada em Frederico Westphalen não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa e extensão.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

O grande impacto é decorrente do acesso ao conhecimento proporcionado pelo ensino superior, com a formação de profissionais qualificados e a realização de atividades de pesquisa e extensão que contribuirão, em seu conjunto, para o desenvolvimento da cidade e região.

**OBJETO**

Construção de novo prédio da Unidade da UERGS no município de Frederico Westphalen, em terreno doado pela Prefeitura, com projeto executivo finalizado.

**OBJETIVO**

Proporcionar infraestrutura adequada para a UERGS em Frederico Westphalen, através da construção do novo prédio da Unidade, em área de domínialidade da Universidade, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para a comunidade da cidade e região.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A UERGS é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.

Tendo em vista a crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e, principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a UERGS vem buscando recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.

O município de Frederico Westphalen está localizado na região do COREDE Médio Alto Uruguai que abrange, aproximadamente, 205 mil habitantes. A Unidade da UERGS em Frederico Westphalen conta com, aproximadamente, 230 alunos, vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação.

Atualmente a Unidade possui um terreno urbano de 5.476,20 m<sup>2</sup>, no bairro Itapagé, na cidade de Frederico Westphalen, o qual foi doado pela Prefeitura Municipal para a construção da sua sede própria, sendo que a UerGS já possui o Projeto Executivo completo para a realização da obra, faltando - apenas - os recursos financeiros para a construção. A Unidade da UERGS têm seu funcionamento junto a Escola Estadual de Ensino Fundamental Vergínio Cerutti - Ciep, no bairro Aparecida, desde a sua instalação em Frederico Westphalen, em 2003, sendo este um espaço provisório.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Construção do prédio novo da Unidade da Uergs em Frederico Westphalen	Quantidade	1	4.530.000	26

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - UERGS

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza, Educação de qualidade

Titularidade da área e projetos prontos.



Nº	PROJETO
817	<b>BRINCANDO COM ESPORTE</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 134.000

PÚBLICO-ALVO
400 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade, obrigatoriamente matriculados em escolas públicas e que estão expostos aos riscos sociais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alvorada, Cachoeirinha, Porto Alegre e Viamão

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Cidadania, Secretaria de Educação, Secretaria do Esporte e Lazer, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Esporte e Lazer

MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A população residente nas regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar de Porto Alegre apresenta índices elevados de vulnerabilidade e risco social. Estratégias ou políticas de incentivo ao esporte são reconhecidas como oportunidades de inclusão social. Todavia há escassos equipamentos de esporte funcionando nesta região da cidade. Das 17 unidades esportivas mantidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (PMPA), apenas 2 são localizados nas regiões de abrangência do Vida Centro Humanístico. Dos 388 Centros Culturais mapeados pela Secretaria Municipal de Cultura em 2012, apenas 7 estão nessas regiões.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

De acordo com os dados do último censo (IBGE,2010), a população total nessa área é de 229.018 pessoas, compreendendo 16,25% da população total do município. A concentração de crianças e adolescentes portoalegrenses no território é maior, representando, respectivamente, 19,54% e 18,86%. Nos indicadores de desenvolvimento humano levantados pelo ObservaPOA, as regiões apresentam resultados piores que o município como um todo: percentual de pobres e indigentes 2,7 vezes maior e expectativa de vida quase 5 anos menor. Enquanto o rendimento médio dos responsáveis por domicílio (IBGE,2010) em Porto Alegre foi de 5,29 salários mínimos, na região Nordeste foi de apenas 1,68, na região Norte, 2,64 e na região Eixo-Baltazar, 3,12. O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso. Em levantamento realizado em 2012, o CREAS Eixo Baltazar/Nordeste identificou que, do total de pessoas em situação de rua no seu território de atuação, 61,90% eram crianças e 34,52 adolescentes.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Socialização e inclusão social de crianças e adolescentes (entre 06 aos 17 anos de idade dessas regiões), inclusive pessoas com deficiência, por meio da realização de atividades lúdicas, esportivas, culturais e turísticas, durante os períodos de férias escolares.

**OBJETO**

Oferta de atividades lúdicas, esportivas, culturais e turísticas para crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência, dos 06 aos 17 anos de idade, durante os períodos de férias escolares.

**OBJETIVO**

Oportunizar o acesso à prática e a cultura do esporte e lazer, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais de crianças e adolescentes, propiciando também a participação de pessoas com deficiência, visando sua inclusão social.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A população residente nas regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar de Porto Alegre apresenta índices elevados de vulnerabilidade e risco social. O Vida Centro Humanístico (VCH), instituição pública de responsabilidade da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), inaugurado em 1990, surgiu para atender demandas sociais da população dessas regiões. Presta atendimento direto à população e tem como objetivo a inclusão social e o desenvolvimento pessoal de seus usuários - crianças, adolescentes, idosos e famílias. A área de abrangência são as comunidades das regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar. O esporte é visto como instrumento de socialização e inclusão social. É um direito social legitimado pela Constituição Federal e é dever do Estado promover seu acesso. Espaços públicos de cultura, esporte, recreação e lazer são bastante escassos nessa porção empobrecida da cidade. Das 17 unidades esportivas mantidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (PMPA), apenas 2 são localizados nas regiões de abrangência do Vida Centro Humanístico. Dos 388 Centros Culturais mapeados pela Secretaria Municipal de Cultura em 2012, apenas 7 estão nessas regiões. É fundamental a realização de projetos que beneficiem crianças e adolescentes.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição materiais esportivos	Quantidade	1	21.556	12
Contratação de recursos humanos	Quantidade	6	26.945	12
Serviços de gráfica - kit de material divulgação	Quantidade	1	2.156	12
Aquisição materiais pedagógicos	Quantidade	1	9.701	12
Contratação serviços fornecimento de lanche	Quantidade	12000	45.267	12
Contratação serviços de traslado para passeios	Quantidade	8	8.975	12
Aquisição de uniformes	Quantidade	400	19.400	12

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
821	<b>PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PADRÃO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 755.000

PÚBLICO-ALVO
600 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos de idade, prioritariamente os que estão matriculados em escolas públicas e os que estão expostos aos riscos sociais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alvorada, Cachoeirinha, Porto Alegre e Viamão

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Cidadania, Secretaria de Educação, Secretaria do Esporte e Lazer, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Esporte e Lazer

MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso. Nesta região da capital, há uma maior concentração de crianças e jovens em relação a população da cidade. Estas crianças e jovens ficam mais vulneráveis aos efeitos das violências e inseguranças. E espaços públicos de esporte, recreação e lazer são bastante escassos nesta porção empobrecida da cidade.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

De acordo com os dados do último censo (IBGE,2010), estas três regiões abrigam 229.018 habitantes, dos quais 66.632 são crianças e adolescentes. Assim, embora a população das três regiões represente 16,25% da população total da cidade, a concentração de crianças e adolescentes portoalegrenses no território é maior, representando, respectivamente, 19,54% e 18,86%. São regiões com alto índice de vulnerabilidade e risco social. Nos indicadores de desenvolvimento humano levantados pelo ObservaPOA, as três regiões apresentam resultados piores que o município como um todo. Com percentual de pobres e indigentes 2,7 vezes maior que o percentual no município e com expectativa de vida quase 5 anos menor que a dos portoalegrenses, a região Nordeste apresenta os piores índices da cidade. A apuração do rendimento médio dos responsáveis por domicílio (IBGE,2010) também demonstra que a população destas regiões tem uma precária inserção na estrutura de classes. O rendimento médio na cidade de Porto Alegre foi de 5,29 salários mínimos, na região Nordeste de apenas 1,68, região Norte 2,64 e região Eixo-Baltazar 3,12 salários mínimos.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Espera-se um impacto social positivo para a comunidade, contribuindo para a socialização e inclusão social de crianças e adolescentes dessas regiões.

**OBJETO**

Implantação de 06 núcleos de esporte educacional para desenvolvimento do Programa Segundo Tempo - Padrão, em atendimento às crianças e adolescentes no município de Porto Alegre, especificamente residentes nas regiões do Eixo-Baltazar, Norte e Nordeste do município. As atividades serão divididas em 06 modalidades: coletiva (Basquete, Futsal e Hóquei Indoor) e individual (Judô, Ginástica Rítmica e Ginástica Artística).

**OBJETIVO**

Oportunizar o acesso a atividades esportivas, pela metodologia do esporte educacional, contribuindo para a inclusão social de crianças e adolescentes moradores nas regiões de abrangência do programa, prioritariamente aqueles em vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino, com vistas a colaborar para a efetiva transformação social de suas realidades.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O Vida Centro Humanístico (VCH) é uma instituição pública estadual de responsabilidade da FGTAS. Inaugurado em 1990, o VCH surgiu para atender demandas sociais da população residente na Zona Norte de Porto Alegre. Presta atendimento direto à população e tem como objetivo a inclusão social e o desenvolvimento pessoal de seus usuários - crianças, adolescentes, idosos e famílias. A área de abrangência são as comunidades das regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar. De acordo com os dados do último censo (IBGE,2010), estas três regiões abrigam 229.018 habitantes, dos quais 66.632 são crianças e adolescentes. Assim, embora a população das três regiões represente 16,25% da população total da cidade, a concentração de crianças e adolescentes portoalegrenses no território é maior, representando, respectivamente, 19,54% e 18,86%. São regiões com alto índice de vulnerabilidade e risco social. Nos indicadores de desenvolvimento humano levantados pelo ObservaPOA, as três regiões apresentam resultados piores que o município como um todo. Com percentual de pobres e indigentes 2,7 vezes maior que o percentual no município e com expectativa de vida quase 5 anos menor que a dos portoalegrenses, a região Nordeste apresenta os piores índices da cidade. A apuração do rendimento médio dos responsáveis por domicílio (IBGE,2010) também

demonstra que a população destas regiões tem uma precária inserção na estrutura de classes. O rendimento médio na cidade de Porto Alegre foi de 5,29 salários mínimos, na região Nordeste de apenas 1,68, região Norte 2,64 e região Eixo-Baltazar 3,12 salários mínimos. O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões atendidas pelo projeto apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso.

Em levantamento realizado em 2012, o CREAS Eixo Baltazar/Nordeste identificou que, do total de pessoas em situação de rua sobrevivência no seu território de atuação, 61,90% eram crianças e 34,52 adolescentes. Assim, vemos que é fundamental a realização de projetos que beneficiem crianças e adolescentes destas regiões. O esporte é visto como instrumento de socialização e inclusão social. É um direito social legitimado pela Constituição Federal e é dever do Estado promover seu acesso. Entretanto, espaços públicos de esporte, recreação e lazer são bastante escassos nesta porção empobrecida da cidade. Das 17 unidades esportivas mantidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (PMPA), apenas 2 são localizados nas regiões de abrangência do Vida Centro Humanístico. Experiente na execução de atividades esportivas, o VCH poderá ampliar substancialmente as vagas oferecidas atualmente com o incremento de recursos advindo da aprovação desta proposta.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Hóquei Indoor	Quantidade	1	5.800	24
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Basquete	Quantidade	1	3.100	24
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Futsal	Quantidade	1	14.700	24
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Judô	Quantidade	1	95.600	24
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Ginástica Artística/Rítmica	Quantidade	1	10.400	24
Aquisição Uniformes -Calção, Camiseta e Boné	Quantidade	600	86.400	24
Contratação de Recursos Humanos - Estagiários	Quantidade	24	539.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades



# Segurança Pública



Nº	PROJETO
801	<b>REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 97.860.000

PÚBLICO-ALVO
O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 5.151 servidores da Polícia Civil do Estado, focados no atendimento da população do RS.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Polícia Civil - PC

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882366	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade.

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.550 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo ao Estado. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o RS e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Preservar a vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

**OBJETO**

Aquisição de viaturas discretas e ostensivas semiblindadas.

**OBJETIVO**

Reaparelhar e substituir parte da frota de veículos da Polícia Civil, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil com viaturas discretas e ostensivas semiblindadas, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.

Atualmente há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois o cenário econômico do Estado não permite a destinação de verba para renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.

O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.

Neste viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.

Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição dos itens pretendidos a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura SUV ostensiva semiblandada	Quantidade	90	36.000.00	14
Viatura Pick Up ostensiva semiblandada	Quantidade	90	31.500.00	14
Viatura Sedan discreta semiblandada	Quantidade	92	16.560.00	14
Viatura Hatch discreta semiblandada	Quantidade	92	13.800.00	14

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública.

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
803	<b>POSTO DE COMANDO MÓVEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 889.000

PÚBLICO-ALVO
Profissionais do Comando do Corpo de Bombeiros Militar, em Porto Alegre e toda a população atendida.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Corpo de Bombeiros Militar - CBMRS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Isandré Antunes de Souza	51 982470035	iantunes@cbm.rs.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Em grandes ocorrências, o CBMRS necessita mobilizar um grande número de militares até o local atingido para prestar o atendimento. Porém, se faz necessário um local onde o CBMRS possa centralizar todas as informações levantadas sobre o incidente e posterior planejamento das ações necessárias para a restauração da normalidade do local. O CBMRS não possui qualquer tipo de viatura que possa centralizar as informações do incidente e planejar uma linha de ação no local sinistrado.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

As ocorrências que envolvem múltiplas vítimas, desastres naturais ou ambientais, e qualquer outra de grandes proporções, que necessita a presença constante do CBMRS até a sua normalização. Para isso, o CBMRS precisa de uma base de comando, com o objetivo de centralizar as informações da ocorrência e planejar as ações necessárias até a normalização do local. Para exemplificar, no RS, na BR 386, no Vale do Taquari, ocorreu um acidente de um veículo, que transportava combustível, no qual ocorreu uma grande explosão. A ponte ficou interditada por alguns dias, necessitando da presença de agências de diversos órgãos no local para gestão da crise e ações coordenadas visando a interoperabilidade e resolução do evento com maior eficiência. A falta de um Posto de Comando no local dificulta a coordenação das informações entre os envolvidos, que pode comprometer o atendimento e até mesmo colocar em risco as equipes mobilizadas.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Resolução de conflitos com tempo resposta otimizadas. Melhor atenção e controle das equipes mobilizadas com socorro mais adequado, especialmente nos grandes desastres.

**OBJETO**

Aquisição de veículo do tipo micro-ônibus de Posto de Comando Móvel, para atender as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.

**OBJETIVO**

Aquisição de Veículo do tipo micro-ônibus de Posto de Comando Móvel equipado com o que há de mais avançado no campo tecnológico em termos de instalações físicas, teleinformática e radiocomunicações possibilita atender as atuais necessidades da instituição e a efetivação do Comando e Controle das grandes operações calamidade pública e defesa civil.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Ações de Busca, Salvamento e Resgate, aliada às atividades de Defesa Civil, em grandes e médios incidentes caracteriza-se pela ampliação do efetivo em locais de interesse, envolvidos nas operações de restauração da normalidade ou no seu gerenciamento macro. Fato é que por consequência do tipo de incidente ou operação planejada poderá haver necessidade de ampliação de apoio tecnológico e logístico enviando em um ambiente móvel apropriado para o gerenciamento dos recursos disponíveis. Com a finalidade de possibilitar ao CBMRS um dispositivo eficaz no local do incidente onde o responsável pela operação ou resolução do incidente consiga determinar um retrato fiel do cenário instalado para operacionalizar sua intervenção, o Posto de Comando Móvel (PCM) é necessário para garantir sua presença física e mobilizável, facilitando a tomada de decisão. Este veículo permite também que as ações locais possam ser acompanhadas nos diversos níveis de decisão, facilitando a integração e a intervenção, quando necessária, das demais áreas afetadas na administração pública pelo incidente. Neste sentido, o PCM se traduz na presença física do Comandante no local do evento e com capacidade de mobilidade.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Microônibus Volare W9 equipado para Comando e Controle, dotado de tecnologia de georreferenciamento e comunicações, ou similar	Quantidade	1	889.000	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública.

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Indústria, inovação e infraestrutura, Vida Terrestre, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
805	<b>AUTOESCADA MECÂNICA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.124.000

PÚBLICO-ALVO
Municípios do 5º Batalhão de Bombeiro Militar, com sede em Caxias do Sul e 48 municípios da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 3

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Corpo de Bombeiros Militar - CBMRS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Isandré Antunes de Souza	51 982470035	iantunes@cbm.rs.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de riscos e desastres (Defesa Civil)

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Indisponibilidade de veículo especializado, com Auto Escada Mecânica, para atender, de maneira segura, ocorrências de alto risco e salvamentos em edificações ou locais de altitude elevada na Serra Gaúcha.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Caxias do Sul é a segunda maior cidade em número de habitantes do Rio Grande do Sul, com grande quantidade de edificações verticais elevadas.

Com aumento populacional e construção civil, aumentaram os índices de ocorrências em prédios altos, até mesmo durante a fase de construção com operários presos em andaimes e guindastes, requerendo salvamento e acesso rápido e seguro. O CBMRS possui atualmente 09 veículo com Auto Escada Mécânica, distribuídas pelas unidades operacionais do Estado. Porém, são insuficientes para cobrir todo o território gaúcho, uma vez que são veículos antigos, sem condições para efetuarem grandes deslocamentos em apoio a locais mais distantes, acarretando, assim, a ineficiência no atendimento de sinistros em locais que não possui veículo com Auto Escada Mecânica.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Diminuição do tempo-resposta nas operações de combate e supressão de incêndios e remoção de pessoas em prédios altos com melhor eficácia e menor dano ao patrimônio.

### OBJETO

Aquisição de veículo do tipo Auto Escada Mecânica para o Município de Caxias do Sul.

### OBJETIVO

Atender de forma mais qualificada os sinistros que ocorrem na serra gaúcha, que possui a cidade mais populosa depois da capital riograndense, com edificações verticalizadas e grande parque industrial metal-mecânico.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A região serrana gaúcha possui a cidade mais populosa depois da capital, com construções verticalizadas e grande parque industrial, requerendo uma atenção primária do CBMRS em resposta a sinistros. Essa região não dispõe de veículo Auto Escada Mecânica, que é de fundamental importância operacional, com plataforma elevada, que possibilita uma medida adequada para resposta qualificada. A ausência desse veículo em ocorrência de local elevado poderá acarretar um aumento da probabilidade de perda de vidas humanas e patrimônios. Sendo assim, o investimento no veículo Auto Escada Mecânica proporcionará um ganho exponencial na região para o combate a incêndio e salvamentos, e não necessitará de deslocamento de frotas das regiões vizinhas para o atendimento das ocorrências locais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículo especial destinado a salvamento e apoio ao combate a incêndio, 6x4, tipo Auto Escada Mecânica (AEM), com alcance vertical mínimo de 42 metros, com câmbio automático, cesto e elevador. A viatura deverá possuir certificado que ateste o atendimento aos requisitos estabelecidos nas últimas edições vigentes das normas harmonizadas EN 14043 versão 2014, EN ISO 13849 versão 2008 e EN 61000-6-2 versão 2006	Quantidade	1	6.124.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis, Vida Terrestre, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
851	<b>DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO IGP-RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.100.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores da Segurança Pública e a população gaúcha.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Aumento da demanda por exames periciais em dispositivos eletrônicos e móveis associados a crimes, conseqüentemente, maior geração de informações a serem analisadas nestes aparelhos eletrônicos.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Em 2018, o Brasil estava em 5º lugar no ranking global de tempo gasto com celulares. Com o avanço tecnológico e a dependência cada vez maior dos equipamentos e sistemas informatizados por parte de empresas e pessoas, os crimes também evoluíram e tomaram esses equipamentos como ferramenta. Atualmente, no IGP há 1541 requisições de perícias em dispositivos móveis aguardando atendimento, com cerca de 2506 dispositivos a serem periciados para extração ou análise de dados. Contando com uma equipe de 5 peritos criminais, a produção média mensal de laudos periciais da seção SETEL (seção de perícias em dispositivos de telefonia móvel), em 2020, foi de, aproximadamente, 6 laudos de extração de dados e 5 laudos de análise. O tempo médio de atendimento de extração de dados de cada requisição, em 2020, foi de aproximadamente 12 dias, e o tempo médio de análise dos dados de cada requisição foi de 22 dias.

Com a aquisição dos equipamentos de extração, a serem distribuídos entre a Capital (4 equipamentos) e as 6 Coordenadorias Regionais de Perícia (1 para cada regional), teremos capacidade de aumento de atendimento mensal de 6 para 16 laudos de extração de dados e de 1 para 11 laudos de análises mensais. Essa quantidade de perícias atende a aproximadamente 70% da demanda mensal de solicitações de perícia em telefones móveis do Estado inteiro.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Maior qualificação para a sustentação da prova técnica, maior agilidade na entrega dos resultados das perícias, com o fornecimento de respostas à sociedade quanto à elucidação de crimes, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.

**OBJETO**

Aquisição de ferramentas periciais para extração de dados em dispositivos móveis.

**OBJETIVO**

Agilizar as perícias de extração e análise de dados em dispositivos móveis por meio da descentralização dos exames para as unidades regionais do IGP-RS, garantindo a integridade da cadeia de custódia em especial na sua etapa de coleta de vestígios.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As Soluções Forenses para Exames Periciais são constituídas de equipamentos eletrônicos, programas de computadores e suas atualizações, que permitem a extração de dados de dispositivos móveis, como telefones celulares, tablets, drones e aparelhos de GPS. O programa de computador processa os dados extraídos do(s) dispositivo(s) móvel(is), ordenando as informações e gerando visualizações e relatórios para que o perito possa analisá-los. Devido à grande quantidade de aparelhos lançados anualmente, à constante atualização de versões dos sistemas operacionais e programas dos smartphones, além de novas interfaces físicas, é indispensável o contrato de atualização dessas soluções, garantindo a integridade das informações extraídas dos dispositivos. É fato inconteste que nos dias atuais as áreas de perícia, a exemplo do IGP-RS, são demandados frequentemente para a realização de análise em dispositivos eletrônicos. E, no topo dessas ocorrências, com a popularização dos dispositivos computacionais portáteis, como smartphones e tablets, tais equipamentos já representam, num cômputo geral, a maior parte da produção das áreas de perícia, gerando um enorme volume pendente para exame e, naturalmente, com tendência de aumento. O uso massivo de telefonia celular, smartphones, ambientes colaborativos, comunicação por meio da Internet criou oportunidades para o investigador não apenas encontrar evidências na cena do crime, no mundo físico, mas principalmente encontrar rastros no mundo virtual. No entanto, uma grande preocupação é que esse uso massivo de tecnologia pelas pessoas gera uma quantidade muito grande de informação a ser analisada que

por sua vez não encontra no IGP a tecnologia suficiente a atender essa crescente demanda. Portanto, a importância deste projeto está em sua ampla potencialidade de qualificar e agilizar as perícias de análise e extração de dados no RS, garantindo a integridade da Cadeia de Custódia como preconiza a Lei nº 13.964/19.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ferramentas de extração de dados de dispositivos móveis adquiridas	Quantidade	10	2.100.000	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
852	<b>INSUMOS PARA COLETA E REVELAÇÃO DE IMPRESSÕES PAPILARES LATENTES</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 445.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores do IGP que efetuam a coleta e revelação de impressões latentes, autoridades requisitantes da perícia e toda a população do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Katia Rosane Reolon Bittencourt	51 32236122	katia-bittencourt@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Insuficiência de recursos e insumos periciais papiloscópicos necessários para a coleta e revelação de vestígios de criminais.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A falta de insumos e de aparelhamento para a realização dos serviços de natureza pericial tem conexão direta com a limitação dos orçamentos dos órgãos periciais e dos governos estaduais, e é de notório conhecimento público. No caso do RS, a limitação de gastos impostas pelas dificuldades financeiras e reequilíbrio fiscal justificam sobremaneira a deficiência em investimentos na área de políticas públicas de segurança pública, fazendo com que cada ente busque por projetos para manter o contínuo serviço, focando em melhorias e nos seus efeitos extramuros.

O IGP realiza anualmente mais de cinco mil coletas de fragmentos papiloscópicos em locais de crime e em objetos relacionados a crimes, sendo necessário o investimento constante na aquisição de insumos para a manutenção do trabalho pericial, o que nem sempre é possível devido às dificuldades financeiras da Administração Pública Estadual nos últimos anos.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Os impactos esperados, quando da contemplação do presente projeto, serão em torno da efetiva manutenção dos serviços de Perícia Papiloscópica do IGP/RS, no âmbito da sociedade gaúcha, e, ainda os que seguem:

- permanente disponibilidade dos servidores do IGP/RS para a execução da perícia papiloscópica no plantão da capital e região metropolitana, bem como nos Postos do Interior do Estado do RS, efetuando coletas de impressões digitais com qualidade para confronto e processamento no AFIS;
  - atendimento eficaz quanto à coleta de impressões papilares em diversas superfícies e objetos, visto que os insumos visam atender as diferentes realidades de cada local de crime que eventualmente surgem, ampliando o espectro de avaliação dos especialistas e de coleta de material para análise no laboratório;
- resposta à sociedade quanto à elucidação de crimes e sua autoria, visto que no sistema de justiça, a perícia papiloscópica contribui de forma exemplar quanto à identificação daqueles que estavam presentes no local de crime, dando às autoridades policiais informações relevantes no que tange à persecução criminal.

**OBJETO**

Aquisição dos materiais de consumo para a coleta e revelação de impressões papilares.

**OBJETIVO**

Dotar o IGP de insumos necessários para a coleta e revelação de impressões papilares que possibilite uma eficaz elucidação de crimes.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As impressões papilares são vestígios comuns em locais de diversos tipos de crime, constituindo-se em importante subsídio para a definição da autoria. Os levantamentos de impressões papilares são realizados na grande maioria nas cenas de crimes contribuindo para a sua elucidação. O Instituto-Geral de Perícias do RS, tem intensificado o processamento de impressões digitais com eficiência e rapidez, para então identificar a autoria de vários crimes realizados. Para tal, utiliza-se desde técnicas mais simples, como também técnicas mais sofisticadas ou laboratoriais que demandem reagentes ou preparo específico.

Contudo, a não manutenção de insumos básicos a essas perícias ocasiona, entre outras, a perda de vestígios criminais, a não resolutividade de crimes, o aumento da sensação social de injustiça, além da desmobilização da perícia técnica. Portanto, os insumos solicitados permitirão a realização destes exames sem a interrupção do suprimento dos materiais necessários de maneira a permitir uma perícia eficiente e resolutiva.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cianoacrilato adquirido	Quantidade	15	4.650	24
Ninhidrina adquirida	Quantidade	10	1.000	24
Revelador amido black adquirido	Quantidade	5	300	24
Pincéis para aplicação de reveladores de impressões papilares adquiridos	Quantidade	1000	290.000	24
Fita adesiva para levantamento e preservação e impressão papilar adquirida	Quantidade	900	135.000	24
Pó para revelação de impressões papilares adquirido	Quantidade	12	14.050	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento das ações de Segurança Pública

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
853	<b>APARELHAMENTO DAS PERÍCIAS LABORATORIAIS DO IGP</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.726.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores da Segurança Pública e a população gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel Scolmeister	51 32882664	daniel-scolmeister@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Alto número de perícias laboratoriais demandando agilidade na entrega dos resultados e incremento na qualidade dos processos que a área forense exige.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O Departamento de Perícias Laboratoriais (DPL) do IGP foi, em 2019, responsável pelo recebimento de 58.942 requisições para perícias. Em 2020, embora os indicadores de criminalidade do Estado tenham apontado uma diminuição em seus números, norteados pela diminuição da circulação de pessoas em razão da pandemia, o quantitativo de requisições manteve-se próximo ao anterior, com 58.224 requisições. Acrescenta-se a estas análises que geram dados para inserção no Banco de Perfis Genéticos, que tiveram um incremento de cerca de 28% na contribuição de inserções no mês de novembro de 2020 quando comparado ao ano anterior. Esse número representa 6,6% do panorama nacional, ficando em quarto lugar entre as federações que contribuem ao referido Banco, conforme Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Maior agilidade nas respostas à sociedade quanto à elucidação de crimes, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal. Possibilitar uma entrega ágil dos resultados das análises forenses no âmbito laboratorial, não perdendo o foco na qualificação necessária para a sustentação da prova técnica.

**OBJETO**

Aquisição de equipamentos para aparelhamento do Departamento de Laboratório de Perícias.

**OBJETIVO**

Qualificar e agilizar os exames periciais que requerem análises nas áreas de química, toxicologia e genética forense.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O trabalho do DPL é de fundamental importância para subsidiar cientificamente a promoção da segurança pública no Rio Grande do Sul. Atualmente os laboratórios da instituição possuem uma ampla abrangência de expertise pericial forense, atuando nas áreas de perícia toxicológica, química e genética. Entre as perícias realizadas, estão incluídas as pesquisas de psicotrópicos e teor alcoólico em sangue, que contribuem para elucidação de crimes, causas de mortes e enquadramentos dos acidentes de trânsito. Também se destacam as perícias para detecção de anabolizantes, pesticidas e drogas apreendidas, assim como o trabalho na genética forense com ênfase criminal na pesquisa de DNA. Para tanto, utilizam-se etapas bastante específicas para respaldar o trabalho pericial, tais como: cromatografia de diversos tipos com detecções das mais variadas e etapas imprescindíveis, como as centrifugações. Todo esse processo deve ser realizado e ancorado em observância à cadeia de custódia, prevista na Lei nº 13.964/19. Contudo, somente em 2020, o IGP recebeu a demanda de 58.224 requisições de perícias envolvendo as áreas de toxicologia, química e genética forense. Com isso, há necessidade de equipamentos e softwares que supram a demanda e atualização dessas áreas, dentre os quais cromatógrafo, sistema de iluminação forense e de gerenciamento de Informações laboratoriais e centrifugas refrigeradas (evitam perdas durante o aquecimento e ajudam a dirimir eventual contaminação em genética forense). Para tal, o projeto em questão busca incrementar e aparelhar os laboratórios de perícia forense de maneira a aumentar a eficiência pericial do estado, contribuindo assim para a maior efetividade na elucidação de crimes.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cromatógrafo com detector por ionização de chama (CG-DIC)	Quantidade	1	550.000	24
Centrífuga refrigerada de bancada com rotor de microplacas	Quantidade	2	104.000	24
Sistema de iluminação Forense e aquisição de imagens de vestígios adquirido	Quantidade	1	582.000	24
Cromatógrafo com detector por espectrometria de massa (CG-MS), FID e NPD	Quantidade	1	1.314.000	24
Centrífuga refrigerada adquirida	Quantidade	2	176.000	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento das ações de Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
854	<b>QUALIFICAÇÃO DAS NECROPSIAS NO IGP-RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.165.000

PÚBLICO-ALVO
1.000 servidores do DML e Postos Médico-legais do interior e autoridades requisitantes da perícia e a população.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo André Kupper Turner	51 980171515	eduardo-turner@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Necessidade de qualificar e incrementar as condições laborais e técnicas para realização das necropsias de maneira segura e eficiente no Rio Grande do Sul.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

As necropsias são procedimentos que se equivalem, em relação aos riscos biológicos, a procedimentos cirúrgicos. Este risco foi evidenciado no último ano, em função da pandemia de covid-19. O risco biológico ao qual os servidores responsáveis pelo transporte do cadáver do local de crime até o necrotério estão sujeitos pode ser mitigado com a utilização de sacos próprios para o transporte e acondicionamento de cadáveres. Nesta mesma atividade, o uso de macas apropriadas diminui os riscos ergonômicos. Ainda em relação à ergonomia, a NR 17, norma regulamentadora do Ministério da Economia, indica que para trabalho manual que tenha de ser feito em pé - caso das necropsias - as bancadas devem proporcionar ao trabalhador condições de boa postura, visualização e operação.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Menor risco ergonômico e de contaminação biológica para os servidores envolvidos nas necropsias, e maiores informações agregadas aos exames através de equipamentos mais modernos, resultando em maior agilidade nas necropsias e qualidade das informações obtidas, beneficiando a sociedade em geral, em especial familiares enlutados.

### OBJETO

Aquisição de equipamentos e instrumentos para a realização de necropsias e procedimentos associados.

### OBJETIVO

Qualificar as necropsias realizadas no Instituto-Geral de Perícias e melhorar as condições de trabalho dos servidores que as executam.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O IGP é o órgão responsável por todas as perícias criminais no Rio Grande do Sul. O Departamento-Médico Legal (DML) é o departamento do IGP responsável pelos exames periciais em vítimas de morte violenta ou com suspeita de violência, além de exames em vivos.

Atualmente são realizadas mais de 7000 necropsias por ano, as quais são procedimentos complexos e com alto risco de contaminação biológica para os servidores que atuam nas equipes. Este risco pode ser mitigado com instalações e equipamentos adequados por isto a necessidade dos equipamentos a serem adquiridos por meio deste projeto. Além disso, os itens solicitados como balanças para pesagem de cadáveres e equipamento de raio-X móvel, qualificarão os exames agregando mais informações.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Balança para pesagem de corpos adquirida	Quantidade	1	25.000	24
Sacos próprios para transporte e acondicionamento de cadáveres adquiridos	Quantidade	500	10.000	24
Equipamento de Raio-x móvel adquirido	Quantidade	1	590.000	24
mesa para necropsia com suporte craniano adquiridas	Quantidade	33	1.500.000	24
macas para transporte de cadáveres adquiridas	Quantidade	10	40.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes

Nº	PROJETO
855	<b>CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO MÉDICO-LEGAL, ALMOXARIFADO E ÁREA DE PLANTONISTAS DO IGP RS - NOVO DML IGP RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
42	R\$ 12.500.000

PÚBLICO-ALVO
Pessoas que necessitem fazer exames de lesão corporal na região metropolitana de Porto Alegre, inclusive idosos, mulheres e crianças vítimas de violência; familiares enlutados de vítimas de morte violenta; além todos os servidores do IGP.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública e Secretaria de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo André Kupper Turner	51 980171515	eduardo-turner@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

O prédio onde atualmente funciona o Departamento Médico-Legal (DML) carece de infraestrutura adequada - está defasada em relação à capacidade de atendimento, sem possibilidade de ampliação, e possui estrutura precária nas instalações elétricas e hidrossanitárias, além da câmara fria, que tem apresentado diversos problemas e atualmente encontra-se desativada.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O DML tem enfrentado problemas recorrentes de infraestrutura básica: problemas elétricos hidráulicos, salas de atendimento e consultórios para perícias em vivos inadequadas e com capacidade limitada. Um problema recorrente é a câmara fria, que por inúmeras vezes tem seu funcionamento deficitário, causando transtornos em relação ao armazenamento dos cadáveres, restos mortais e ossadas, que são provas periciais importantes para a resolução de crimes. No momento, a câmara fria encontra-se desativada, sendo utilizado um container refrigerado para o armazenamento de corpos. A limitação de gastos impostas pelas dificuldades financeiras e reequilíbrio fiscal no Rio Grande do Sul justificam sobremaneira a deficiência em investimentos na área de políticas públicas de segurança pública, fazendo com que cada ente busque por projetos para manter o contínuo serviço, focando em melhorias e nos seus efeitos extramuros.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Melhoria no atendimento de vítimas de lesões , com infra-estrutura adequada para os diversos tipos de perícias e ampliação da capacidade de atendimento.

**OBJETO**

Projeção e construção de prédio que abrigará todas atividades do DML, almoxarifado e área de plantonistas - novo DML/IGP-RS.

**OBJETIVO**

Com a implantação do NOVO DML IGP RS, será possível ampliar a capacidade de atendimento, trabalhar a cadeia de custódia (transferência segura e rápida do material a ser analisado nos laboratórios do Centro Regional em função da maior proximidade). Além disso, ampliar as áreas de apoio ao IGP, hoje subdimensionadas como o almoxarifado e área de plantonistas.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O IGP é o órgão responsável por todas as perícias criminais no RS. O DML é o departamento do IGP responsável pelos exames periciais em vítimas de morte violenta ou com suspeita de violência, além de exames em vivos, como exames de lesão corporal, verificação de violência sexual, perícias psíquicas e verificação de embriaguez.

O prédio onde atualmente funciona o DML carece de infraestrutura adequada - está defasada em relação à capacidade de atendimento, sem possibilidade de ampliação, e possui estrutura precária nas instalações elétricas e hidrossanitárias, além da câmara fria, que tem apresentado diversos problemas e atualmente encontra-se desativada. Para manter e ampliar a qualidade dos exames periciais faz-se necessária a construção de um novo prédio, capaz de atender com qualidade a população e proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores.

A localização do terreno onde será construído o novo prédio do DML é estratégica. Em fase final de construção encontra-se o Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais, que está localizado em terreno junto à Secretaria de Segurança Pública. Todos os laboratórios que analisam o material coletado dos indivíduos (vivos e mortos) serão transferidos para o prédio do Centro Regional de Perícias Criminais, logo é muito importante a proximidade física das atividades do NOVO DML IGP RS com o prédio citado anteriormente.

A estrutura do DML hoje está instalada junto ao Palácio da Polícia e está defasada na capacidade de atendimento (câmara-fria, consultórios e área de atendimentos ao público), bem como, sua infraestrutura predial está precária e ainda sem possibilidade de ampliação.

A fim de exemplificar alguns efeitos, cabe demonstrar as consequências da falta de infraestrutura adequada para a área da Perícia Médico-Legal:

- a não realização de perícia médico-legal de forma adequada e com instrumentos tecnológicos de alta complexidade, pode acarretar na perda de vestígios frágeis com a ação do tempo, das condições climáticas e do local; a perícia deve ser realizada o mais rápido possível, com produtos específicos, a fim de trazer elementos de qualidade em busca por informações sobre a lesão ou óbito;
- a ausência de local adequado para a perícia médico-legal pode acarretar na impossibilidade de atendimento da demanda de perícias, devido à infraestrutura deficiente.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto do novo prédio do DML realizado	Quantidade	1	1.200.000	12
Execução do novo prédio do DML realizada	Metros Quadrados	4019	11.300.00	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes

Estudo volumétrico, pré-dimensionamento e zoneamento do prédio prontos.



Nº	PROJETO
856	<b>MODERNIZAÇÃO DA BALÍSTICA FORENSE DO CENTRO REGIONAL DE EXCELÊNCIA DA REGIÃO SUL</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 770.000

PÚBLICO-ALVO
10.000 servidores da Segurança Pública e judiciário, além da população em geral.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Defasagem e insuficiência de equipamentos de Balística Forense do Estado que impossibilitam garantir processo ágil e seguro para execução de exames periciais de balística e o atendimento das demandas de autoridades policiais, ministeriais e judiciárias.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Em 2018, o número de mortes por arma de fogo no Estado representou cerca de 5% do total de mortes desse mesmo tipo no Brasil, colocando o RS entre os dez primeiros lugares no ranking, de acordo com dados do IPEA. A Divisão de Balística Forense, em 2020, foi responsável pelo recebimento de 927 requisições para confronto balístico, além de um quantitativo de 5184 armas de fogo para testes de funcionamento. No entanto, a obsolescência dos equipamentos disponíveis para as perícias balísticas torna os processos poucos ágeis e demandam ainda mais tempo para a obtenção de resultados. Um exemplo dessa defasagem são as câmeras que compõem o sistema de microscopia óptica dos microcomparadores, cuja importância é fundamental na etapa prévia à inserção no SINAB. Tais câmeras nunca passaram por uma modernização o que implica em risco direto da perda de comunicação entre estas e o computador, com prejuízo evidente para o uso do Sistema Automatizado de Identificação Balística, já em fase de execução, e para o atendimento do Pacote Anticrime que prevê a criação do Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB). A defasagem também se reflete na carência de equipamento para determinar de maneira mais precisa a composição de ligas metálicas de armas de fogo e elementos de munição, muitas vezes de fabricação estrangeira. Considerando estes aspectos, sem a modernização para o incremento da qualidade das perícias, o RS está muito aquém de outras Unidades da Federação, embora seja sede de um Centro Regional de Excelência da Região Sul (CREPECSUL).

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Prover a elucidação de crimes à sociedade, dando às autoridades policiais subsídios de relevância no que tange à persecução criminal. Fomentar maior qualificação para a sustentação da prova técnica, maior agilidade na entrega dos resultados das perícias. E por fim, numa perspectiva futura, contribuir para a colaboração e compartilhamento de informações através da inserção de padrões de qualidade relacionados à iniciativa do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB).

**OBJETO**

Aquisição de equipamentos para modernizar e agilizar os exames de balística no prédio do Centro Regional de Excelência em Perícias.

**OBJETIVO**

Propiciar condições para melhorar a qualidade e a segurança nos procedimentos para a realização dos exames periciais de balística e implementar nova modalidade de exame necessário para o atendimento às demandas de autoridades policiais, ministeriais e judiciárias.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O presente projeto visa a aquisição de equipamentos para modernizar, aprimorar e agilizar os exames periciais da área de balística. Servirão, inclusive, como complemento qualificador ao projeto já em fase de execução de implantação do Sistema Automatizado de Identificação Balística o qual busca atender as diretrizes do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB) previsto pela Lei nº 13.964/2019. Para a alimentação do sistema é necessário a obtenção de grandes quantidades de padrões de projetis e estojos. Cada um desses padrões deverá passar por análise prévia em microscópio óptico antes de sua inserção no SINAB. Com isso, se faz necessária a aquisição de câmeras de tecnologia mais moderna para que esse trabalho de análise prévia possa ter fluidez. Não menos importante, os exames de microcomparação balística continuarão sendo feitos no microscópio óptico, sendo, também por este motivo, necessário que se tenha câmeras mais bem preparadas e adequadas, com a utilização de tecnologia mais recente, para a continuidade desse tipo de exame pericial. Por fim, a necessidade de identificação dos elementos químicos e, conseqüentemente, a caracterização mais

precisa das ligas metálicas que compõem as armas e seus revestimentos, dos componentes de munição, e também de outros objetos recebidos para exames pela área da Balística Forense, que constituem-se em vestígios de crimes para diversas finalidades criminalísticas, será atendida com a aquisição do espectrômetro de raios-X portátil.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Analizador XRF portátil	Quantidade	1	500.000	24
Câmera digital para microscopia com software de controle	Quantidade	5	270.000	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
857	<b>TECNOLOGIAS PARA A PERÍCIA CRIMINAL</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 3.154.000

PÚBLICO-ALVO
30.000 servidores da Segurança Pública e população gaúcha.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Defasagem no acompanhamento das tecnologias nas diversas áreas da Criminalística, como Engenharia Legal, Documentoscopia e Perícias Ambientais, resultando em dificuldades na realização de exames periciais de maneira ágil e efetiva, com qualificação necessária à prova técnica.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Novas tecnologias trazem, para todas as áreas do conhecimento, oportunidades de progresso, automação, eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das diversas atividades na perícia criminal. A aquisição de softwares para simulação em casos de crimes de trânsito, drones para perícias ambientais e de engenharia, manequins articulados para reprodução simulada dos fatos, entre outros, qualificará os exames periciais sobremaneira, substituindo equipamentos obsoletos e agregando novas tecnologias que trarão informações relevantes, que somente são possíveis de obter com investimento constante.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Os impactos esperados, quando da contemplação do presente projeto, serão em torno da efetiva manutenção, progresso, instrumentalização e ampliação dos serviços de alta complexidade da Perícia Criminal do IGP/RS, no âmbito da sociedade gaúcha, e, ainda os que seguem:

- permanente disponibilidade dos servidores do IGP/RS para a execução da perícia criminal em diversas áreas, desde o plantão da capital e região metropolitana, até os Postos do Interior do Estado do RS;
- atendimento eficaz quanto à coleta e tratamento de vestígios, documentos e amostras, visto que os produtos solicitados visam atender as diferentes realidades de cada crime que eventualmente surgem, ampliando o espectro de avaliação dos especialistas;

resposta à sociedade quanto à elucidação de crimes e sua autoria, visto que no sistema de justiça, a perícia criminal contribui de forma exemplar quanto à identificação daqueles que estavam presentes no local de crime, bem como do modus operandi e outros resultados científicos, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.

**OBJETO**

Aquisição de equipamentos e programas computacionais para atualização tecnológica de setores da Criminalística como Informática e Documentoscopia Forense, Reprodução Simulada dos Fatos, Engenharia Legal e Perícias Ambientais.

**OBJETIVO**

Dotar o Departamento de Criminalística do IGP/RS de ferramentas que permitirão ampliar a gama de exames periciais realizados, além de qualificar e agilizar esses exames.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As novas tecnologias trouxeram, para todas as áreas do conhecimento, oportunidades de progresso, de automação, de eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das várias atividades no âmbito da segurança pública, principalmente na perícia criminal. Os desafios, que a criminalidade traz, exigem a utilização das tecnologias disponíveis, bem como de produtos que ajudam a desvelar casos multidisciplinares e de alta complexidade.

Entre os itens a ser adquiridos por meio deste projeto, destacam-se: a ferramenta forense IEF (Internet Evidence Finder), que é um grande auxiliar na busca por vestígios de crimes relacionados à internet; o comparador espectral portátil, que ao ser utilizado na perícia de documentos revela adulterações e falsificações que os exames de luz direta não permitem visualizar, além de poder ser utilizado em perícias feitas fora do prédio do IGP; o software Virtual Crash permite efetuar simulações de crimes de trânsito, agregando maiores informações à dinâmica do evento; os manequins utilizados em Reprodução Simulada dos Fatos (RSF) possuem dimensões e mobilidade similares ao corpo humano, sendo utilizados em substituição às vítimas; são

de suma importância por permitirem posicionamentos que, muitas vezes, colocariam em risco os substitutos das vítimas, ou mesmo inviabilizariam o exame; casos em que há crianças envolvidas (como vítimas ou testemunhas, por exemplo), opta-se por estas não aparecerem nos registros fotográficos do exame de RSF, a fim de preservá-las; e o drone com câmera termográfica e software para processamento de imagens permitem um levantamento mais rápido e detalhado nos locais de crimes ambientais, além de ter aplicações variadas em outras áreas da criminalística, tais como locais de morte, incêndios e desastres em massa.

A não realização de perícia criminal de forma adequada e com instrumentos tecnológicos de alta complexidade, pode acarretar na perda de vestígios frágeis com a ação do tempo, das condições climáticas e do local, trazendo prejuízos para a resolução do crime e, conseqüentemente, a sensação de injustiça e descaso do Estado junto à sociedade, visto que apesar de haver profissionais na estrutura estatal que foram qualificados para executar esse trabalho, não poderão efetuar-lo por falta de instrumentos essenciais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Comparador espectral baseado em imagem de vídeo	Quantidade	1	1.609.000	24
Magnet AXIOM - licenças Perpétuas	Quantidade	5	220.000	24
Comparador espectral baseado em imagem de vídeo portátil	Quantidade	1	100.000	24
Licenças do software Virtual Crash 5	Quantidade	3	106.000	24
Câmeras Fotográficas	Quantidade	4	24.000	24
Drone com câmera Visual e câmera FLIR e kit suplementar adquiridos	Quantidade	3	80.000	24
Licença de Software para processamento de imagens de drone adquirida	Quantidade	1	19.000	24
Computadores de alta performance para processamento de imagens obtidas com drone	Quantidade	2	60.000	24
Manequim articulado adulto	Quantidade	1	30.000	24
Manequim articulado infantil	Quantidade	1	18.000	24
GPS portátil adquirido	Quantidade	4	11.000	24
SMS Magnet AXIOM	Quantidade	15	323.000	24
Suporte 8x5 Remoto Axiom	Quantidade	3	39.000	24
Renovação do IEF com Migração para Axiom (Módulos Computer e Smartphone)	Quantidade	5	515.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
863	<b>AQUISIÇÃO DE AERONAVE PARA BRIGADA MILITAR</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 20.000.000

PÚBLICO-ALVO
População Gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A aviação de Estado, no Rio Grande do Sul, não contempla aeronave adaptada às características regionais locais totais como as de aeroportos que apresentam pistas de operação restrita, quer seja pelo seu piso, comprimento, distância da Capital, falta de ponto abastecedor, ou outras características que contra indicam o uso das atuais aeronaves disponíveis. Esta limitação impede um melhor atendimento das demandas apresentadas, quer seja no tempo-resposta, na quantidade de cargas (pessoas ou equipamentos), na qualidade do transporte (em se tratando do serviço aeromédico) ou na indisponibilidade da condução ao destino desejado, pelas limitações da pista. Este incremento na frota trará um grande acréscimo na qualidade do serviço prestado à sociedade gaúcha.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

As dimensões regionais do nosso Estado, aplica-se em característica, aos demais Estados da Federação, que vislumbram esta melhoria ao serviço público prestado. Entenderam assim, forças policiais como as de RO, MG, SP, BA, PA, entre outras, além das que como o RS, buscam esta mesma melhoria. A aeronave pretendida supre a demanda apresentada na situação-problema.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Melhoria no enfrentamento da criminalidade e maior agilidade no apoio de remoções aeromédicas, além da possibilidade de incremento por meio de convênios entre outros órgãos de atendimento social gaúchos. Esta situação indesejada de atendimento restrito quer seja pela atual restrição de pistas operáveis, quer seja pela capacidade de passageiros e/ou de cargas, ou ainda por atender missões no perfil meteorológico "desfavorável ao voo do helicóptero" nos faz crer que seu incremento trará melhores respostas à sociedade.

**OBJETO**

Aquisição de Avião Monomotor Turboélice para a Brigada Militar.

**OBJETIVO**

Busca da excelência na execução das missões de remoções aeromédicas em período noturno e condições meteorológicas adversas, transporte de tropa especializada, constituída e equipamentos, haja vista grande capacidade, confiabilidade, versatilidade e grande alcance deste modelo de aeronave, atendendo as necessidades oriundas de demandas típicas de segurança pública.

Ampliar a capacidade operacional do Batalhão de Aviação da Brigada Militar nas atividades de transporte: instalação do serviço de remoção médica em UTI aérea; aumento da capacidade para o transporte de vacinas; aumento da capacidade de transporte de efetivo policial especializado (BOPE); operação em pistas não pavimentadas, ampliando em mais de 100 % a quantidade de municípios atingidos.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A aquisição de avião monomotor turboélice com capacidade mínima para 12 (doze) passageiros embarcados, se justifica pela ausência de opções aerotransportadas para momentos em que a condição meteorológica seja desfavorável. Serve bem à necessidade de remoções aeromédicas (capazes de transportar além da vítima uma equipe médica de apoio), no transporte de tropa especializada e seus equipamentos, autoridades, agentes afetos à atividades de meio ambiente, saúde, agricultura e outros que por ventura desejarem conveniar com a Instituição. A necessidade desta aquisição está calcada em fundamentos estritamente técnicos, pois não dispomos de aeronave com tal capacidade e ainda, seu "perfil de voo/pouso/decolagem" permitirá sua utilização em mais do dobro de aeródromos que atualmente operamos com nosso atual avião *Kingair*; A saber, o Batalhão de Aviação da Brigada Militar (BAvBM) é a Unidade de transporte aéreo do Estado do Rio Grande do Sul, tanto de tropas como de autoridades e remoções aeromédicas; o avanço das modalidades criminais e formação de quadrilhas especializadas estão exigindo, por parte do aparato policial, uma pronta resposta nos quatro cantos do Estado; neste foco, tivemos no ano de 2019, a criação do Batalhão de Operações Especiais - BOPE, Unidade com capacidade em força para fazer frente aos mais variados atos delituosos cometidos por

tais quadrilhas; para estas ações, há a necessidade de deslocamento rápido e com capacidade de transporte de pessoal, armamentos e equipamentos apropriados propiciados por este tipo de aeronave. Também se espera com esta modernização da frota de aeronaves da segurança pública, uma maior disponibilidade, sem aumento de custos, uma vez que sendo nova a aeronave, seus custos de manutenção e paradas mecânicas, tendem a ser bem menores.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Avião Monomotor Turboélice	Quantidade	1	20.000.00	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
865	<b>COMPUTADORES PARA A BRIGADA MILITAR</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 7.700.000

PÚBLICO-ALVO
18.000 Policiais Militares

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Muitos itens/equipamentos de TI que servem à Brigada Militar, estão obsoletos em relação ao padrão referencial comum atual, trazendo prejuízos como: incompatibilidade com o uso na rede estadual; falta de recursos para atender demandas necessárias junto ao alto escalão.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A necessidade de reaparelhamento é visível na grande maioria das Unidades da Brigada Militar possuindo equipamentos que não priorizam a agilidade no atendimento a comunidade.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Melhoria do atendimento e da capacidade de resposta da segurança pública ao cidadão, por meio da efficientização de processos, do aparelhamento, da modernização tecnológica e da ampliação de serviços.

**OBJETO**

Aquisição de computadores para a Brigada Militar.

**OBJETIVO**

Dotar o parque de TI da Brigada Militar de equipamentos em quantidades e arquitetura que permitam atender as carências existentes e utilização de ferramentas de gestão para melhor desempenho das atividades administrativas e operacionais

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Na atual conjuntura, não há como conceber uma gestão eficiente e eficaz sem o uso de ferramentas tecnológicas que permitam maior qualidade e credibilidade dos dados de uma organização. O uso da tecnologia da informação contribui para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, de forma a evitar retrabalhos e desperdícios. Sabe-se que o uso da tecnologia da informação contribui para a redução de custos, aumento da produtividade, flexibilidade, qualidade e inovação. Tendo em vista a falta de investimento nesta área nos últimos anos torna-se fundamental adquirir equipamentos que contribuem para o desenvolvimento das atividades policiais. A quantidade de 1540 computadores e monitores visa atender a renovação dos equipamentos defasados/danificados de forma a permitir a adequada gestão tecnológica da Instituição, cuja necessidade total de equipamentos hoje representa 5000 unidades de computadores.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Computadores/Monitores	Quantidade	1540	7.700.000	24

**VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL**

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica

**ASPECTOS RELEVANTES**

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes

Nº	PROJETO
866	<b>APARELHAMENTO DO BATALHÃO DE AVIAÇÃO DA BRIGADA MILITAR COM CAMINHÃO DE ABASTECIMENTO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 800.000

PÚBLICO-ALVO
População gaúcha, uma vez que, o Batalhão de Aviação da Brigada atende a todo o Estado toda a população será beneficiada, pois o caminhão de abastecimento irá possibilitar maior agilidade no atendimento das ocorrências.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Falta de cobertura de abastecimento de Aeronaves no Interior do RS

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A interiorização das Operações Aéreas de Segurança Pública no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul tornou-se uma realidade graças aos esforços do Governo do Estado e da BM. O BAvBM apoia todas as unidades da BM, além de participar de várias operações pelo estado, às vezes, concomitantemente com o transporte de governo, o que faz com que o Batalhão mobilize suas máquinas em vários pontos do estado.

A operação no interior, necessariamente, exige um perfil de capacidade logística diferente do aplicado na capital, principalmente no que se refere ao abastecimento de combustível de aviação. Como existem pouco mais de uma dezena de pontos de abastecimento no interior e 497 municípios para serem atendidos no Estado, a operação não pode ser feita sem a utilização de Caminhões Tanque Abastecedores – CTA.

O BAvBM possui atualmente um CTA de 3.000 litros, destinado a abastecer nossas aeronaves nas operações de longa duração. Ocorre que, para atender a operações, o BAvBM por possuir apenas um caminhão, acaba restringindo em muito a capacidade operacional da unidade. Para fins de comparação, no Estado da Bahia, que tem um território semelhante ao nosso, a unidade aérea daquela polícia militar, possui 5 Caminhões Tanques Abastecedores.

Esses veículos irão dinamizar as operações aéreas em todo estado do Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Estado, que tem demandado cada vez mais este Batalhão.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Melhor operacionalidade do Batalhão de Aviação, atendendo com mais celeridade as ocorrências no interior do Estado do RS, assim como uma maior disponibilidade de abastecimento para as aeronaves do Batalhão, em mais de um local simultaneamente.

**OBJETO**

Aquisição de caminhão de abastecimento de combustível aeronáutico.

**OBJETIVO**

Aumento de emprego de horas efetivamente voadas na execução das missões aeropolícias com o aumento da capacidade de atuação da aeronave no local da ocorrência, sem precisar deslocar grandes distâncias para o reabastecimento e perda de disponibilidade no local, haja vista a pouca infraestrutura aeroportuária no RS.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A Brigada Militar justifica a necessidade de tal aquisição, calcada em fundamentos estritamente técnicos: atualmente o BAvBM possui apenas um Caminhão Tanque Abastecedor (CTA), contudo mais dois CTA serão fundamentais para o combate aos novos formatos da criminalidade, haja vista a ocorrência de ataques a bancos de pequenas cidades do interior, na qual o Comando da Brigada Militar passou a atuar com inteligência e georreferenciamento para identificar possíveis lugares de ataque, deslocando tropas especializadas para a prevenção e, se não conseguir lograr êxito, executar a repressão qualificada. Neste sentido o BAvBM tem atuado mensalmente no interior com suas aeronaves necessitando ou deslocar o CTA existente para a missão, deixando suas bases e outras 4 aeronaves operacionais sem o abastecimento adequado, passando a depender de empresa terceirizada e de sítio aeroportuário, o que, por vezes, reduz em muito a capacidade de atuação e emprego destas aeronaves. Com CTA descentralizado em operações, podemos estender o alcance e autonomia das aeronaves de maneira significativa, prestando o devido apoio à OPM de forma mais eficiente e eficaz. Apenas como exemplo, se a guarnição for atender uma ocorrência cujo local reste a 30 minutos do local de abastecimento, está perdida 1 hora de voo entre ida e volta, restando, em razão de suas autonomias e de seu peso e balanceamento para emprego policial, cerca de apenas 30 minutos para a atuação policial, tal como busca, levantamentos de local, transporte local de tropa, etc. Ou seja, voa-se 1:30h para se aproveitar de fato apenas 30 minutos, enquanto com o CTA indo até o local da ocorrência, ainda que chegue depois, neste

mesmo exemplo ele poderia deslocar 30 minutos e atuar 1 hora até a chegada do CTA, quando reabasteceria novamente e teria seu emprego totalmente disponível naquele local, podendo reabastecer inúmeras vezes. Portanto, hoje o BAvBM consegue propiciar este incremento de disponibilidade de atuação apenas para 1 das suas 5 aeronaves operacionais. Cumpre ressaltar que além da Operação Diamante que tem mobilizado aeronave com guarnição no terreno próximo ao possível local de uma infração penal de gravíssima perturbação da ordem pública e que causa grande comoção pública, o BAvBM atua um terço do ano numa faixa litorânea muito extensa, onde a população cresce exponencialmente, necessitando deslocar para lá seu CTA, deixando por vezes comprometida as demais atuações. Isto acontece principalmente em razão da deficiente malha aeroportuária e da quase indisponibilidade de abastecimento na maioria deles. A situação piora exponencialmente quando a necessidade do emprego das aeronaves da Brigada é exigida no oeste e no norte do Estado, haja vista total falta de meios.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Caminhão de abastecimento de combustível de aeronaves	Quantidade	1	800.000	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes

Nº	PROJETO
867	<b>IMPLANTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÃO PARA A BRIGADA MILITAR</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 10.833.000

PÚBLICO-ALVO
6.000 policiais militares das áreas de fronteira e população da região atendida.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Obsolescência do uso da rede analógica de rádio, inclusive considerando as recomendações ANATEL. A obsolescência traz fragilidade na segurança e sigilo das comunicações via rádio. Devemos migrar para o modo digital, utilizando a tecnologia padronizada SSPRS (APCO 25).

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Pela necessidade de vencer a obsolescência, a falta de segurança e sigilo, e as recomendações ANATEL, os órgãos de Segurança Pública em sua maioria já estão em digitalização de suas redes rádio, adotando tecnologias conforme suas demandas e particularidades locais.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Maior sigilo, eficiência e eficácia nas comunicações e nas ações PM envolvidas. Maior segurança coletiva e individual aos policiais atuantes.

### OBJETO

Implantação de terminais fixos, móveis e portáteis e de uma repetidora para a Brigada Militar.

### OBJETIVO

Remover a Brigada Militar da sombra da falta de sigilo na conversação policial e da falta de resiliência e robustez de rede, visando à segurança e proteção através da digitalização da rede e recursos criptográficos, assim como uma maior resistência e vida útil aos equipamentos, tanto na infraestrutura, como nos terminais de uso operacional.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Hoje, é fato notório que nossa rede de radiocomunicação é auscultada por quaisquer outras pessoas não integrantes da Brigada Militar, através de terminais comuns, visto que o sistema analógico não dispõe, nem garante, segurança contra intrusão ou interferências prejudiciais. E esta atitude não se constitui crime, tampouco contravenção, desde que o autor permaneça somente em recepção (escuta) sem transmissão (fala) na rede da Brigada Militar.

Desnecessário enumerar as constatações ou suposições de auscultas da rede operacional, materializadas pela apreensão de equipamentos comuns em mãos de meliantes, ou de insucesso em ações e operações policiais. Pior, se considerarmos o fator de risco à segurança pessoal e coletiva de nossos policiais militares, monitorados pelo crime que cada vez mais utiliza-se desta prática.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Antena (fixo)	Quantidade	171	74.400	24
Terminal Fixo	Quantidade	171	1.162.800	24
Terminal Móvel	Quantidade	794	4.512.000	24
Terminal Portátil	Quantidade	977	3.902.800	24
Repetidora	Quantidade	15	1.125.000	24
Antena (móvel)	Quantidade	794	56.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes

Nº	PROJETO
868	<b>MODERNIZAÇÃO DA FROTA DE VIATURAS DA BRIGADA MILITAR</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 53.170.000

PÚBLICO-ALVO
População gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206-Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Falta de viaturas tipo pickup. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Nesse sentido é necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Maior abrangência do policiamento motorizado. Maior agilidade no atendimento das ocorrências. Redução dos custos de manutenção. Maior segurança aos policiais.

**OBJETO**

Aquisição de veículos tipo Pick Up para a Brigada Militar.

**OBJETIVO**

Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo através do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessários para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Na busca da modernização e aperfeiçoamento da Brigada Militar, que, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos, a qual conta com 22,65% da sua frota operacional com mais de 10 anos de uso e invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções e assim o afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 260 viaturas tipo Pick Up, anualmente, proporcionará que em 2,5 anos a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados a sociedade.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura Pick Up	Quantidade	260	5.3170.00	24

**VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL****PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023**

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
876	<b>REAPARELHAMENTO DA PATRULHA MARIA DA PENHA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 10.480.000

PÚBLICO-ALVO
25.000 pessoas, entre policiais militares atuantes nas Patrulhas Maria da Penha e mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A violência contra a mulher permeia a história em diversos aspectos, sendo a violência doméstica uma das mais alarmantes, visto ser, via de regra, velada entre familiares e pessoas próximas às vítimas. Neste contexto, em 2012, a Brigada Militar instituiu o Programa Patrulha Maria da Penha, o qual acompanha as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com medidas protetivas de urgência deferidas pelo Poder Judiciário e que constituam casos graves que justifiquem este acompanhamento. Atualmente, a Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar está presente em 112 municípios gaúchos e é reconhecida como política pública fundamental para o enfrentamento da violência doméstica. Desde o início de 2019, houve um crescimento de 143% no número de municípios atendidos. No entanto, apenas 25 destes municípios, entre os anos de 2012 e 2014, receberam viaturas, os demais nada receberam como destinação específica para o programa. O efetivo carece de viatura caracterizada, como forma de difundir a ação do programa, bem como, conscientizar a população quando perceber a ação ostensiva dos patrulheiros nos seus bairros, por exemplo, contribuindo para a redução das violências, mesmo aquelas que sequer tenham sido comunicadas às autoridades. Fruto de um convênio com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2012, o programa atendia 109 mulheres e, apenas no mês de fevereiro de 2021, foram cadastradas 3.034 (três mil e trinta e quatro). Nos oito anos de existência do programa, houve um incremento de 33% no número de vítimas cadastradas ao mês, proporcionalmente ao número de patrulhas existentes, considerando dados de fevereiro de 2021. Ainda existem 385 municípios que não são atendidos pelo Programa e os dados da Secretaria de Segurança Pública, dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, apontam uma manutenção dos indicadores criminais em todo Estado, sendo fundamental que esta política pública seja expandida, com brevidade, a todos os municípios gaúchos, com o intuito de impactar na redução destes indicadores.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

No período compreendido entre os anos de 2012 a 2020 temos os seguintes dados: 101.536 vítimas atendidas; 157.471 visitas realizadas; e 1.193 prisões por descumprimento de MPU.

Independente da inovação legislativa ocorrida em 2006, os indicadores criminais afetos à violência doméstica têm apresentado considerável crescente nos últimos anos. Em 2020, no Rio Grande do Sul, tivemos 322 (trezentas e vinte e dois) tentativas de feminicídio e 78 (setenta e oito) feminicídios, dado este alarmante, considerando que ocorrem especificamente pelo fato da vítima ser mulher.

Em contrapartida, as Patrulhas Maria da Penha no RS no ano de 2020 atenderam 18.349 (dezoito mil, trezentos e quarenta e nove) mulheres, realizaram 43.343 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta e três) visitas, 156 (cento e cinquenta e seis) prisões em flagrante por descumprimento de Medida Protetiva de Urgência.

O cenário epidêmico da violência doméstica e familiar contra a mulher prescinde da atuação das Patrulhas Maria da Penha, as quais realizam visitas de forma preventiva, proporcionando um acompanhamento aproximado da situação familiar em que vive tanto a vítima das agressões quanto os seus dependentes, buscando quebrar o ciclo de violência familiar, tanto para a mulher vítima, quanto para as crianças que convivem com a violência e tendem a replicá-la na fase adulta.

Apesar do atual cenário da pandemia Covid -19, o planejamento que previa expansão do programa a todas as sedes de Batalhão da Brigada Militar foi mantido e as ações de visitas preventivas foram igualmente mantidas, mas, adotando todos os cuidados sanitários recomendados pelas autoridades responsáveis.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Redução dos casos de feminicídios.

**OBJETO**

Aquisição de viaturas modelo caminhonete SUV blindada, algemas e coletes balísticos para a Brigada Militar, com intuito de equipar as Patrulhas Maria da Penha.

**OBJETIVO**

Aparelhar Patrulhas que não possuem viaturas policiais para uso exclusivo do Programa Patrulhas Maria da

Penha ou possuem viatura com mais de 8 anos de uso exclusivo rodando diuturnamente e que necessitam substituição; e aparelhar todas as unidades de Patrulhas Maria da Penha com algemas e coletes balísticos.

#### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Brigada Militar implementou o Programa Patrulha Maria da Penha no Estado, constituído por uma guarnição de, no mínimo, dois policiais militares com o curso específico de capacitação, sendo um deles, preferencialmente, do sexo feminino. Esta é a única atividade policial especializada que tem como finalidade precípua o enfrentamento da violência doméstica contra mulher 'in loco'. O exercício da atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, nesta seara da violência doméstica, é complexo e sofre a influência de vários fatores intervenientes, entre eles questões culturais, de cunho machista, sexista e separatista, que não dependem exclusivamente da ação policial, mas de diversos outros segmentos sociais para que os resultados sejam atingidos. No entanto, no que tange à Polícia Militar, revela-se como medida necessária o reaparelhamento das Patrulhas Maria da Penha. Sabe-se que esta representa um dos poucos serviços do Estado que vai até às vítimas, realizando a acolhida e a escuta qualificada, pelas quais faz com que as vítimas acessem os demais serviços do Estado, tais como assistência jurídica junto à Defensoria Pública, acesso a tratamentos para uso abusivo de drogas junto aos Centro de Apoio Psicossocial, entre outros, serviços estes que as vítimas passam a conhecer após as visitas dos patrulheiros, os quais além de fiscalizarem a situação quanto ao cumprimento da Medida Protetiva de Urgência, também orientam sobre os demais serviços e encaminham aos órgão competentes. Para a reversão desta tendência e mudança da situação vigente, é necessário o investimento no aparelhamento da Brigada Militar/Patrulhas Maria da Penha, objetivando assim propiciar condições adequadas para a potencialização dos resultados, ou seja, dos atendimentos às vítimas.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura camioneta	Quantidade	61	10.345.800	24
Colete Balístico	Quantidade	122	109.800	24
Algema	Quantidade	122	24.400	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

##### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

##### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

##### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

#### ASPECTOS RELEVANTES

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes

Nº	PROJETO
877	<b>REAPARELHAMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 9.567.000

PÚBLICO-ALVO
Pessoas que residem nas comunidades que serão beneficiadas pela Base Móvel Comunitária.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Porto Alegre, Guaíba, Santa Rosa, Santana do Livramento, Osório, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas, Montenegro, Lajeado, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gramado, Farroupilha e Cruz Alta.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Atualmente, os Comandos de Policiamento da Capital e o Comando de Policiamento Metropolitano possuem veículos adaptados para a execução do Programa Bases Móveis Comunitárias, de acordo com a doutrina institucional. Há necessidade de expansão do programa para nove regiões do Estado e uma Unidade da Capital, bem como, substituição de outras onze viaturas em regiões que já desenvolvem o programa, mas sem o veículo adequado.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O Programa Base Móvel Comunitária se reveste de importância na medida em que há necessidade de se ter um efetivo atuante, porém itinerante, dentro da Área de Responsabilidade Territorial das Unidades Operacionais com o foco na preservação da ordem pública frente às demandas relativas à segurança pública. Neste sentido, a implantação de Bases Móveis Comunitárias tem ainda a vantagem de não dispendir investimentos em estruturas fixas complexas, bem como de não atrelar o seu emprego a determinada região. É mais uma estratégia pontual que pode ser utilizada pelo Comandante local, a fim de resolver problemas de aumento de índices criminais, problemas de desordem, e demandas comunitárias pelo tempo que for necessário, visando a solução desejada.

Desta forma, para corroborar a situação-problema apresentada, utilizou-se como exemplo da itinerância da criminalidade, dados dos roubos a pedestres, ocorridos em janeiro de 2019 e 2020, na área do 19º BPM, mais especificamente no Bairro Lomba do Pinheiro, que desenvolve o Programa: compulsando-se os dados extraídos do Sistema AVANTE é possível afirmar uma migração do roubo a pedestre do interior do bairro Lomba do Pinheiro em 2019, para a extensão da Av. João de Oliveira Remião em 2020. Assim como também é possível perceber que o delito passa a ser mais incidente no 4º turno no ano de 2020, enquanto que em 2019 estava distribuído entre os 2º, 3º e 4º turnos.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Redução dos índices de criminalidade. Aumentar a proximidade e integração da polícia com a comunidade, reforçando assim os laços de confiança necessários para estabelecer um padrão de serviços condizente às demandas prementes da comunidade, bem como, promover a interação entre o Policial Militar e a comunidade alvo da prestação dos seus serviços, com diálogo constante e o comprometimento. Ademais, o impacto desta ferramenta na gestão por resultados é direto, pois, permite ao comandante a alteração do emprego do veículo conforme a migração dos delitos para uma determinada localidade dentro de sua área.

**OBJETO**

Aquisição de veículos e equipamentos para padronizar as bases de Policiamento Comunitário.

**OBJETIVO**

Incrementar o programa Bases Móveis Comunitárias nos Comandos Regionais de Polícia Ostensiva: CPC (01 Batalhão); CRPO Centro-Sul; CRPO Fronteira Noroeste; CRPO Fronteira Oeste; CRPO Litoral; CRPO Missões; CRPO Planalto; CRPO Sul; CRPO Vale do Caí e CRPO Vale do Taquari, que hoje não desenvolvem o programa em razão da escassez de recurso material, proporcionando que o policiamento comunitário seja desenvolvido e, através dele, seja aumentada a confiança entre a polícia e a comunidade. Também sugere-se o incremento do programa nos seguintes Comandos: CPC (11º BPM), CRPO AJ (39º BPM), CRPO Serra (1º BPAT, 12º BPM, 3º BPAT e 36º BPM), CRPO VRS (3º BPM e 25º BPM), CRPO Central (1º RPMon) e CRPO VRP (23º BPM Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires).

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As estratégias de Polícia Comunitária têm grande facilidade em se desenvolver nas comunidades cujas características possibilitam a interação comunitária, principalmente em regiões onde predominam populações residentes, cuja participação popular é mais efetiva, exercida através das associações de moradores e entidades setoriais, em conjunto com os órgãos de segurança pública. A atuação do policiamento comunitário através

das Bases Móveis Comunitárias prima pela interação entre a polícia e a comunidade, bem como, pela gestão qualificada pelos resultados, permitindo uma maior mobilidade do equipamento de acordo com os indicadores criminais de cada área. Neste sentido a aquisição de veículos e equipamentos com características adequadas ao programa de Bases Móveis Comunitárias (furgões adaptados para receber público) tornarão a realização do policiamento comunitário ainda mais eficiente.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Colete Balístico	Quantidade	63	56.700	24
Algema	Quantidade	63	12.300	24
Micro-ônibus	Quantidade	21	8.400.000	24
Pistola	Quantidade	63	153.000	24
Motocicletas	Quantidade	21	735.000	24
Notebook	Quantidade	21	210.000	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
897	<b>INTELIGÊNCIA CONTRA A CORRUPÇÃO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
21	R\$ 4.369.000

PÚBLICO-ALVO
84 policiais civis da Divisão Estadual de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Departamento Estadual de Investigações Criminais e Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos da PC-RS. Além disso, beneficiará toda a população gaúcha.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Polícia Civil - PC

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882366	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BN - Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Escassez de equipamentos tecnológicos e adequados que auxiliem o desenvolvimento de investigação criminal, com o uso de inteligência, frente à crescente demanda de investigação aos crimes de corrupção e correlatos a essa prática delituosa.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A partir da implementação das Delegacias de Combate à Corrupção na PC, no primeiro ano de atuação 2019/2020, houve indiciamento de 245 pessoas e apreensão, entre bens e valores, aproximadamente R\$ 8,5 milhões. Paralelamente, observou-se que as tecnologias disponíveis na Instituição, para atendimento das demandas de investigação desses delitos estão obsoletas, impedindo maior eficiência na atuação das unidades policiais.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Apurar de forma célere as ações investigativas da Polícia Judiciária, de modo que sejam reduzidos os danos à sociedade de forma ampla. Diminuir o índice de crimes contra administração pública. Reduzir os danos causados ao erário e, conseqüentemente, aos serviços prestados à população. Criar a cultura de probidade administrativa nos gestores públicos e conscientizar a população da importância em erradicar a corrupção e seus efeitos nocivos ao coletivo. Buscar efetivamente a responsabilização dos atores da corrupção. Dispor de equipamentos adequados correspondentes ao avanço tecnológico das organizações criminosas atuantes na área da corrupção.

**OBJETO**

Aquisição de aporte tecnológico e ferramentas de inteligência investigativa.

**OBJETIVO**

Qualificar a atuação das delegacias especializadas da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul na prevenção e repressão à práticas delituosas, como corrupção, improbidade administrativa e lavagem de dinheiro, por meio do incremento e modernização dos equipamentos para o pleno desenvolvimento do mister policial, implementação de ferramentas tecnológicas e de inteligência adequadas à investigação de organizações criminosas.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A presente proposta está em consonância com o projeto "Fomento à criação e estruturação de Unidades de Combate à Corrupção nas Polícias Cíveis" do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Com ela busca-se a qualificação da atuação de delegacias especializadas e órgãos de apoio, com a finalidade de redução dos prejuízos causados ao erário, por meio da repressão desse tipo de crime.

Nesse contexto, também cabe salientar as notórias dificuldades financeiras que a Administração Pública enfrenta. Desta feita, a qualificação de órgão de investigação de crimes contra a administração, tende a reduzir o volume de dinheiro público desviado, viabilizando assim maior alocação de verbas no atendimento de políticas públicas essenciais à sociedade.

Ademais, a demanda por respostas à criminalidade cresce continuamente, fruto da confiança da sociedade no trabalho realizado pela Polícia Civil, especificamente com relação aos crimes de corrupção. Nessa lógica, observou-se um crescente no número de 'denúncias' de crimes contra a corrupção, que vem a sugerir um 'sub-registro' na ocorrência destes delitos.

Ante esse cenário, esta proposta possibilitará o fortalecimento das delegacias de polícia dedicadas ao combate da corrupção e demais delitos relacionados. Haja vista que, dada a sofisticação dos crimes contra a administração pública, é imprescindível o uso de ferramentas tecnológicas adequadas que proporcionem maior eficiência nos procedimentos investigativos, tais como cruzamento e análise de dados, consolidação de informações, entre outras ações peculiares em investigações de tais delitos.

Assim sendo, com a implementação e uso dessas tecnologias acredita-se que os índices de criminalidade

tendem a diminuir e, por conseguinte, os desvios nos cofres públicos. Com isso, vislumbra-se propiciar uma maior disponibilidade de recursos públicos para atender reais necessidades da população.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Appliance de inteligência Search-in-a-box	Quantidade	1	4.000.000	21
Analizador Espectral	Quantidade	1	355.000	8
Boroscópio	Quantidade	1	14.000	8

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
903	<b>VEÍCULO ESPECIALIZADO PARA O TRANSPORTE DE TROPA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 39.000.000

PÚBLICO-ALVO
População gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Insuficiência de veículos especializados para o transporte de tropa.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Hoje a frota de veículos que compõem os Batalhões de Choque não supre a necessidade, em virtude do baixo quantitativo de veículos comparado com o quantitativo de pessoal existente nas unidades da Brigada Militar. A perspectiva é que 60 veículos supram a necessidade dos 06 (seis) batalhões de choque.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Diminuição do tempo de resposta no atendimento de ocorrências policiais.

### OBJETO

Aquisição de veículos para realização do transporte de tropa para a Brigada Militar.

### OBJETIVO

Aparelhar a Brigada Militar com veículos modernos e especializados no transporte de tropa para fins de garantir maior agilidade e mobilidade territorial ao efetivo policial.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A segurança pública tem sido motivo de grande preocupação para a população, sendo o crime uma prática que traz perdas tanto monetária como de bem-estar para sociedade. Nesse sentido, a falta de veículos qualificados para o transporte da tropa contribui para que os índices de criminalidade aumentem cada mais na sociedade gaúcha, em virtude da falta de veículo qualificado para que o agente público possa atender à população. Dadas as elevadas taxas de crimes que o país vem enfrentando, o combate à criminalidade se tornou o foco de diversas discussões que buscam políticas públicas eficientes para reduzi-la de forma rápida e permanente. A Brigada Militar, para fazer frente à demanda cada vez maior, precisa buscar a qualificação e o incremento de seu efetivo através de uma frota de veículos que seja capaz de atender à necessidade frente ao aumento da demanda em todo território gaúcho.

Dentre as medidas a serem adotadas, está a maior abrangência territorial, o que resultará em um maior deslocamento dentro da área de responsabilidade, sendo necessário um veículo para deslocamento de toda a tropa, com equipamentos específicos para o próprio apoio dos demais policiais, com aproximação das comunidades e diminuição do tempo de resposta no atendimento de ocorrências policiais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículo de Transporte Especializado	Quantidade	60	39.000.00	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes

Nº	PROJETO
904	<b>APARELHAMENTO DOS BATALHÕES DE CHOQUE COM VEÍCULOS BLINDADOS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 22.996.200

PÚBLICO-ALVO
População Gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar - BM

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Falta de veículo totalmente blindado para a realização das operações dos Batalhões de Choque. Hoje existe um veículo blindado, porém é insuficiente para atender as demandas de todo o Estado.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Hoje a BM possui 01 veículo blindado. Atualmente existe 06 (seis) batalhões de choque, o que torna o número atual insuficiente para a atuação nos seis batalhões. O Número ideal de veículos blindados é de 06 (seis), onde cada batalhão receberia 01(um) veículo para atuar na sua área de responsabilidade.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Maior atuação dos Batalhões de Choque, proporcionando maior segurança à sociedade.

### OBJETO

Aquisição de veículos blindados para os Batalhões de Choque da Brigada Militar.

### OBJETIVO

Modernizar os Batalhões de Choque da Brigada Militar, buscando maior eficiência nas ações realizadas durante o patrulhamento.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Os Batalhões de Choque que integram a Brigada Militar, possuem a competência para exercer as atividades de manutenção da ordem pública, atuando repressivamente, em caso de perturbação da ordem pública, e ainda no gerenciamento técnico de situações de alto risco. Atualmente existem 6 (seis) Batalhões de Choque (BPChoq), distribuídos em 6 municípios, 1º BPChoq em Porto Alegre, 2º BPChoq em Santa Maria e 3º BPChoq em Passo Fundo, 4º BPChq em Caxias do Sul, 5º BPChq em Pelotas e 6º BPChq em Uruguaiana. Neste viés, se faz necessária a contínua qualificação da estrutura, com vistas a manter e aperfeiçoar os seus equipamentos e torna-se fundamental a aquisição de equipamentos modernos e mais seguros.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículo Blindado	Quantidade	6	22.996.200	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
964	<b>MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO OPERACIONAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 97.555.000

PÚBLICO-ALVO
46.000 servidores penitenciários em todo o Estado e as pessoas custodiadas nos estabelecimentos penais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo - SJSPS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gustavo Schwarz	51 32887212	gustavo-schwartz@susepe.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, combate a corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate a corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Baixo potencial de resposta a forças hostis nos estabelecimentos penais; alto custo de manutenção da frota veicular devido à idade das viaturas; e baixo provisionamento de munição para reposição frente ao crescente número de intervenções no sistema prisional.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Face ao crescente número de intervenções prisionais, sendo elas: revistas gerais, mandados de busca e apreensão, controle de motins e rebeliões, escoltas de risco, além da manutenção da ordem e da disciplina nos estabelecimentos prisionais, faz-se necessário que a Susepe disponha de recursos compatíveis com suas atribuições e com a realidade que se impõe, utilizando equipamentos tecnológicos e com quantitativo suficiente para suprir a necessidade de todos os servidores, visando a preservação da integridade física dos apenados, bem como dos servidores envolvidos nas operações. 56% da frota tem idade entre 05 e 10 anos, o que se agravará nos próximos dois exercícios, pois os veículos da frota com mais de 10 anos passarão dos atuais 24% para 50% do total da frota, sendo que somente 11% deles estarão na faixa de até 05 anos.

O dado da idade da frota é crucial para entender a frequência nas indisponibilidades materiais que acabam por inviabilizar movimentações externas, por mais que estejam supridas as necessidades de recursos humanos para realizá-las, pois quanto maior a idade da frota, independente de manutenção regular, os riscos de indisponibilidade dos veículos por falhas mecânicas é indiscutivelmente maior.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Suprir e modernizar a carga bélica e de viaturas das unidades prisionais, garantindo a segurança dos cidadãos com a efetiva contenção da pessoa presa e no exercício da função, garantir a proporcionalidade do uso da força com materiais menos letais.

**OBJETO**

Modernização e aparelhamento do sistema prisional através da aquisição de equipamentos de proteção individual, de armamento letal e não letal, de munição, de viaturas adaptadas para o transporte de presos, de viaturas discretas e de viaturas de transporte rápido.

**OBJETIVO**

Adquirir equipamentos de segurança, com objetivo de viabilizar o desempenho das atividades pertinentes ao exercício da função, minimizando os riscos à segurança pública, garantindo segurança aos detentos, aos servidores, e a sociedade como um todo. Maior confiabilidade nas ações de segurança e escolta que dependam de veículos proporcionando o aumento no índice de apresentação de pessoas presas em audiências, buscando a redução dos custos de manutenção e permitindo a redução do tempo em que os veículos operacionais encontram-se inoperantes.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Em razão do significativo crescimento do efetivo carcerário e o aumento do quadro de servidores penitenciários se faz necessária a aquisição de armas e munições, além de treinamento específico para os agentes, habilitando-os ao manuseio correto e eficaz dos equipamentos.

A fim de que as atividades inerentes à função sejam cumpridas de maneira satisfatória, com o mínimo risco para sociedade, detentos e servidores, é imprescindível a capacitação e aparelhamento do efetivo funcional de maneira a viabilizar o desempenho da função. A segurança e a correta execução penal são pilares básicos para um sistema prisional forte, que consiga individualizar e humanizar a pena, procedendo com a ressocialização das pessoas privadas de liberdade, e garantindo a real segurança para a sociedade gaúcha.

Ressaltamos, por oportuno, que o resgate de um detento durante uma escolta ou uma fuga de um presídio resulta em riscos à população, seja pela possibilidade de uso de armas de fogo em via pública ou por indivíduos com envolvimento em crimes estarem à solta para agir em novos atentados.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Granada GL 120 Pimenta aerosol	Quantidade	500	312.500	12
Granada GL 120 cs aerosol	Quantidade	500	312.500	12
Granada GL 300 T	Quantidade	500	312.500	12
Espingarda Pump - CAL.12	Quantidade	329	800.000	12
CAPACETES ANTI TUMULTO	Quantidade	300	960.000	12
JOELHEIRAS ANTI TUMULTO	Quantidade	300	54.000	12
MUNIÇÃO 5.56 (77X200)	Quantidade	15400	143.374	12
MUNIÇÃO de 40 mm, NT 901 CS (10 x50)	Quantidade	500	178.000	12
MUNIÇÃO .12 LD (329X25und)	Quantidade	8225	103.800	12
MUNIÇÃO .12 CD (329x25und)	Quantidade	8225	103.800	12
Granada ss 601 fumigena	Quantidade	200	36.560	12
MUNIÇÃO SG .12 GAUGE	Quantidade	8225	31.450	12
ESPARGIDOR GL 108/ADV MAX 450g	Quantidade	200	127.000	12
ESPARGIDOR GL 108/E	Quantidade	300	36.906	12
MUNIÇÃO AM 403/P	Quantidade	5000	161.300	12
MUNIÇÃO AM 403/PSR	Quantidade	5000	161.300	12
MUNIÇÃO 9mm Gold	Quantidade	165800	832.316	12
CARABINA TATICA CTT 9mm	Quantidade	79	438.134	12
PISTOLAS TS9 9mm	Quantidade	3500	6.545.000	12
KIT SPARK	Quantidade	892	4.350.800	12
CARABINAS 5.56	Quantidade	77	477.560	12
COLETES BALISTICOS III-A	Quantidade	2900	2.668.000	12
COLETES BALISTICOS III-A - Feminino	Quantidade	1100	753.500	12
ALGEMA de Aço inoxidável com dobradiça	Quantidade	5000	745.000	12
MUNIÇÃO 5.56 NTA	Quantidade	53900	243.628	12
MUNIÇÃO 9 mm NTA	Quantidade	79500	205.995	12
MUNIÇÃO .12 CD (329x25und)	Quantidade	8225	36.848	12
MUNIÇÃO .12 BALOTE (329x25und)	Quantidade	8225	57.850	12
MUNIÇÃO SPARK (892x4)	Quantidade	1784	285.440	12
Viatura administrativa especializada, escolta e com 4 (quatro) portas de acesso; potência min 150cv; direção hidráulica ou elétrica; combustível flex	Quantidade	119	1.1781.00	12
Viatura rápida camioneta para transporte de tropa ostensiva semiblandada, potência min 150cv; direção hidráulica ou elétrica; combustível flex	Quantidade	20	3.740.000	12
Viatura cela para transporte de pessoas presas com no mínimo 04 vagas. semiblandada, tração 4x4, potência min 200cv; direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel	Quantidade	113	39.550.00	12
RADIO HT DTR 820	Quantidade	400	1.192.000	12
Viatura cela para transporte de pessoas presas com no mínimo 08 vagas. semiblandada; direção hidráulica ou elétrica, combustível diesel	Quantidade	41	16.400.00	12
Viatura para transporte de cães	Quantidade	4	1.148.000	12
MUNIÇÃO.12 KNLOCK DOWN (329X25und)	Quantidade	8225	57.830	12
MUNIÇÃO CBC 7,62 X51MM PERFURANTE (NATO AP)	Quantidade	9800	123.578	12
MUNIÇÃO NTA 7,62	Quantidade	34300	319.333	12
MUNIÇÃO de 40 mm, NT 907 (10 x30)	Quantidade	300	107.700	12

MUNIÇÃO FUZIL .308 (Win sniper 168GR)	Quantidade	1000	12.490	12
MUNIÇÃO FUZIL .308 NTA	Quantidade	2000	24.980	12
DISPOSITIVO DATAKIT SPARK (SMB)	Quantidade	2	3.600	12
ESCUDO BALISTICO NIVEL III	Quantidade	29	348.000	12
CARABINA 7,62 IA2	Quantidade	49	469.028	12
LANÇADOR AM 637/640	Quantidade	10	60.980	12
Escudo anti tumulto	Quantidade	100	81.000	12
ESCUDO BALISTICO	Quantidade	10	82.000	12
FUZIL DE PRECISÃO .308	Quantidade	1	12.420	12
EQUIPAMENTO AIR SOFT TREINAMENTO - ESP	Quantidade	20	20.000	12
VANT (DRONE)	Quantidade	14	546.000	12

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação e Modernização do Sistema Prisional

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Tratamento e Assistência ao Apenado

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
970	<b>LABECC - LABORATÓRIO DE PERÍCIAS DIGITAIS CONTRA CRIMES CIBERNÉTICOS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 800.000

PÚBLICO-ALVO
Cidadãos atingidos pelos crimes em questão, que terão uma resposta mais ágil. Peritos Criminais da área de Informática Forense, Policiais da área de Crimes de Informática e o judiciário.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel José Salomoni	51 32236677	daniel-salomoni@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

O período de isolamento causado pela pandemia da COVID-19 tem aumentado a vulnerabilidade a crimes de populações específicas, como crianças, idosos e mulheres. É fato inconteste que nos dias atuais as áreas de perícia e inteligência de inúmeros órgãos, entidades e demais atores responsáveis pela investigação forense desse crimes, no âmbito das forças da lei em todo país, a exemplo do IGP-RS, são demandados frequentemente para a realização de análise em dispositivos eletrônicos associados a crimes praticados contra essa população. Tais crimes possuem conteúdo probatório cada vez mais passível de ser extraído de meios eletrônicos através de aparato de perícia digital. Porém, a quantidade de dados a analisar ultrapassa a capacidade dos órgãos periciais, gerando demora na geração das provas periciais que são essenciais na punição aos culpados por estes crimes.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A ação de pedófilos que atuam na rede tem aumentado, conforme dados referentes a denúncias feitas à Organização Não Governamental (ONG) Safernet Brasil, dedicada aos direitos humanos na internet. Os dados emitidos pela Safernet demonstram que em 2019 foram registradas 2.017 denúncias referentes a este crime. Já em 2020, o número subiu para 5.866 denúncias, ou seja, um aumento de 190%. De acordo com o MMFDH (Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos), no início da pandemia da covid-19, em março de 2020, quando ainda não haviam sido decretadas medidas rígidas, houve aumento de 45% de abusos sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil em relação a 2019, quando 11.241 denúncias foram registradas pelo governo federal. Em 2020, o total subiu para 20.771.

Além dos crimes que envolvem pornografia infanto-juvenil (PIJ), os indicadores de criminalidade divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP-RS) mostraram que, em abril de 2021, os crimes de estelionato no Estado aumentaram 51,79% em comparação ao mesmo período de 2020. Ao todo, 6.354 pessoas afirmam terem sido vítimas, enquanto que no mesmo mês do ano passado esse número era de 4.186. Em Porto Alegre, os dados demonstram que, no mês de abril, 1.322 pessoas foram vítimas de algum tipo de golpe, acréscimo de 41,08% em relação ao registrado no mesmo período de 2020. Durante os meses de pandemia em 2020, de março a dezembro, 14 estados apontaram aumento no número de feminicídios. Juntos, eles tiveram um aumento de 20% em comparação com o mesmo período de 2019. O número de feminicídios foi apresentado no último monitoramento da série de reportagens "Um vírus e duas guerras". Os dados são referentes a 24 estados e o Distrito Federal. Esse aumento da demanda não foi acompanhado por uma modernização adequada de equipamentos necessários a atender esse crescimento, gerando uma necessidade de aumento na capacidade de processamento dos equipamentos destinados a este tipo de perícia.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Os resultados esperados são o favorecimento da proteção a crianças, adolescentes e mulheres, com o rápido afastamento judicial do agressor de sua vítima, e aumento da agilidade de apuração de crimes contra idosos, através da diminuição de tempo na produção da prova pericial, garantindo a agilidade do processo judicial e impedindo a proliferação, na sociedade gaúcha, da sensação de impunidade.

**OBJETO**

Aquisição de estações periciais de análise de dados (computadores de alta performance) para atender à demanda de análises periciais de crimes relacionados a pedofilia, feminicídio, maus-tratos e estelionato.

**OBJETIVO**

Aumentar a quantidade e agilidade na produção de provas periciais digitais necessárias aos inquéritos policiais e processos judiciais associados a crimes envolvendo feminicídio, pornografia infanto-juvenil, estelionato, maus-tratos e outros tipos penais associados à essa população vulnerável.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Em uma primeira análise, a valoração do prejuízo que a demora na produção da prova pericial usada para

indiciar um acusado não é quantificável. A criança ou adolescente vítima pode continuar a ser abusada enquanto o criminoso não for afastado dela por força da lei. O homicida pode vir a atacar mais mulheres, enquanto aguarda o julgamento. O estelionatário prosseguirá aplicando golpes contra a população idosa. Esses casos de impunidade minam a sensação de segurança social.

No âmbito do IGP, a quantidade de solicitações de perícias digitais se mantém em uma média de 50 solicitações mensais. O atendimento a estas solicitações de todo o Estado são centralizadas na seção de Informática Forense do IGP. A produção mensal da seção é de aproximadamente 25 trabalhos. Para aumentar esse número de atendimentos, deve-se implementar melhorias nos três componentes da perícia digital: equipamentos (hardware), programas forenses (software) e recursos humanos.

Analisando pelo viés técnico, o uso massivo de tecnologia pelas pessoas gera uma quantidade muito grande de informação a ser analisada. A capacidade de armazenamento dos dispositivos eletrônicos como Desktops, Notebooks e Telefones Móveis, entre outros, também aumenta periodicamente. De acordo com estatísticas do *Federal Bureau of Investigation - FBI*, nos Estados Unidos, os casos que envolvem análise de informações em meios eletrônicos vêm apresentando um aumento médio anual de 35% na quantidade de informação digital analisada. Como exemplo, um caso forense digital médio que em 2003 tinha uma quantidade de informação de 83GBytes, em 2007 passou a ter 277GBytes e, extrapolando para 2019, esse caso teria uma quantidade de informação de 10.000GBytes. De acordo com o artigo da pesquisadora americana Cynthia Murphy, nos últimos anos os peritos digitais forenses receberam um grande aumento de pedidos de análise de dispositivos móveis por ser atualmente uma grande fonte de indícios para investigação criminal. Dessa forma, como a evolução tecnológica é muito rápida, a Perícia necessita estar continuamente atualizada, em especial com novos equipamentos e programas forenses que tenham performance para tratar grandes volumes de dados de forma rápida.

As estações atualmente em uso foram adquiridas em 2015 e apresentam degradação de desempenho devido ao uso constante e à evolução tecnológica dos itens periciados (que têm unidades de armazenamento com capacidade superior às das Estações Periciais, e conseqüentemente maior demora no processamento das evidências digitais). O componente recursos humanos também será atendido, pois devido à chegada de novos Peritos Criminais não há Estações Periciais em número suficiente para todos eles.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Computadores de Alta Performance	Quantidade	20	800.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
971	<b>AGILIDADE NOS EXAMES DE DNA PARA IDENTIFICAÇÃO HUMANA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 990.000

PÚBLICO-ALVO
Vítimas que necessitam de elucidação de crimes contra elas cometidas e familiares de desaparecidos que precisam de identificação.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gustavo Lucena Kortmann	51 32885150	gustavo-kortmann@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Demora na conclusão de exames periciais de DNA, decorrente da indisponibilidade de equipamentos com tecnologia adequada que agilizem as análises de DNA, gerando morosidade e comprometendo a agilidade investigativa do inquérito policial.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Atualmente o IGP, para a realização de todas as etapas necessárias até a obtenção do perfil genético de um vestígio ou pessoa, dispõe de equipamentos que fazem isoladamente as etapas de extração de DNA, a quantificação de DNA, a amplificação de DNA e a genotipagem. Essa estratificação das etapas analíticas em vários equipamentos retarda a conclusão do laudo pericial, acarretando o não atendimento das demandas investigativas num prazo adequado. Hoje, o tempo médio de uma identificação humana por DNA no Instituto-Geral de Perícias é de 3 semanas. Esse tempo está relacionado ao número de dias necessário para o transporte das amostras coletadas de cadáveres entre os Postos Médico-Legais até o Instituto-Geral de Perícias (até 2 semanas), e mais as etapas de extração, quantificação, amplificação e genotipagem de DNA, análise dos perfis genéticos e interpretação estatística da prova, elaboração e revisão do laudo. Atualmente, o tempo mínimo necessário para a conclusão de um laudo de DNA pelo Instituto-Geral de Perícias é de no mínimo 1 semana para casos na região metropolitana, podendo se estender por pelo menos mais 2 semanas caso as amostras venham do interior do Estado. Esse longo período, além de retardar a evolução da investigação policial, acaba por trazer sofrimento para as famílias de vítimas cuja identificação do cadáver necessite o exame de DNA.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Esse projeto visa impactar positivamente o inquérito policial e a instrução penal, na medida que tornará mais ágil a análise da prova de crimes, com isso atuará diretamente na promoção da justiça e diminuição da sensação de insegurança que aflige a população gaúcha.

A aquisição de tal plataforma fará do Rio Grande do Sul o primeiro Estado do Brasil a dispor dessa tecnologia de análise de DNA, aparelhando o Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais da Região Sul para auxílio de outros Estados e propiciando que o mesmo equipamento seja utilizado em casos de repercussão e de máxima urgência que requerem análise imediata de DNA do vestígio criminal.

**OBJETO**

Aquisição de plataforma de processamento rápido de DNA.

**OBJETIVO**

Encurtamento da elaboração de laudos periciais pelo IGP (entre 1 e 3 semanas) agilizando a prova pericial e possibilitando aos familiares das vítimas condições para um rápido sepultamento.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A aquisição de plataforma de processamento rápido de DNA permitirá a comparação com crimes semelhantes praticados anteriormente, direcionando as investigações e permitindo a manutenção da prisão dos mesmos.

Outra vantagem desta tecnologia é a mobilidade do aparelho, o qual pode ser transportado para outras regiões do Estado, permitindo que locais distantes do laboratório de Genética Forense da capital sejam prontamente atendidas. Nesse sentido, ressalta-se, em especial, o tempo despendido (em média 15 dias) hoje em dia no transporte das amostras biológicas de cadáveres e seus familiares pela rota do IGP-RS, para todos os casos de identificação humana via DNA no território gaúcho. Uma vez que a Divisão de Genética Forense possui suas instalações na capital, há a necessidade de envio por motorista dessas amostras para processamento até Porto Alegre. Com esse equipamento, o IGP-RS passaria a contar com um laboratório portátil para envio a qualquer local do Estado para situações ocasionais e urgentes.

Além da resolução de crimes, as autoridades policiais de países asiáticos, europeus e norte-americanos também já utilizam essa tecnologia para identificação rápida de terroristas ou criminosos procurados. Em suma, estão surgindo cada vez mais situações em que o DNA rápido constitui um fator fundamental, sendo

por isso, importantes as buscas por novas tecnologias que permitem ao IGP-RS periciar e fornecer respostas rápidas e confiáveis às autoridades policiais e judiciárias.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Plataforma rápida de processamento de DNA	Quantidade	1	990.000	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
972	<b>MODERNIZAÇÃO DA TOXICOLOGIA FORENSE DO RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 567.000

PÚBLICO-ALVO
Peritos Criminais, servidores da Polícia Civil e do Judiciário,

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel Scolmeister	51 32882664	daniel-scolmeister@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Obsolescência da tecnologia voltada para análises toxicológicas no IGP-RS, comprometendo análise de provas e elucidação de crimes.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Apesar de os indicadores do Estado mostrarem uma diminuição na criminalidade em tempos de pandemia, o quantitativo de análises realizadas pela Divisão de Toxicologia Forense segue em níveis elevados desde 2017, totalizando, a cada ano, cerca de 12 mil requisições recebidas para análise. Sem as análises realizadas pelo IGP, não seria possível obter essas informações e nortear as políticas públicas do Estado no que tange a segurança pública. Atualmente, o IGP conta com dois cromatógrafos líquidos para este tipo de análise, que além de estarem obsoletos, não encontram mais condições de manutenção. Mesmo assim foram realizadas mais de 40.000 análises toxicológicas em material apreendido com amostras de todo o Estado do Rio Grande do Sul no último ano. Esses exames não podem deixar de serem realizados, pois são provas materiais do delito, essenciais para condenação.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Espera-se, com a aquisição dos equipamentos e consequente continuidade do trabalho realizado pelo IGP, uma sensação de justiça, que está intimamente ligada ao cumprimento da pena do indivíduo baseada na condenação. Além disso, em longo prazo, a aquisição dos equipamentos e insumos diminuirá o tempo de espera na liberação dos laudos periciais baseados nos exames que realizam.

**OBJETO**

Aquisição de cromatógrafo líquido com detecção por arranjo de díodos.

**OBJETIVO**

Impedir a paralisação das análises toxicológicas e dar continuidade na prestação do serviço de análise de álcool etílico e drogas em suspeitos de cometimento de crimes, de overdoses ou de direção sob o efeito de algumas dessas substâncias. Além disso, dar mais celeridade nos laudos liberados e consequentemente nos processos judiciais.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As análises toxicológicas em matrizes biológicas são fundamentais para a elucidação da causa morte das vítimas. Nos acidentes de trânsito, por exemplo, é de suma importância a verificação da possibilidade de um suspeito estar dirigindo sob a influência de alguma substância durante o fato. Além disso, os dados informados do uso dessas substâncias geram padrões de comportamento da população quanto ao uso, auxiliando na formulação de políticas públicas para a diminuição de acidentes, uso de drogas e, consequentemente, o tráfico de drogas. O equipamento que auxilia na detecção de drogas em sangue e material apreendido é o cromatógrafo líquido, cuja obsolescência traz consigo a real possibilidade de falta de conserto para esse equipamento, o que compromete a continuidade dessas análises no IGP-RS. Atualmente o DPL conta com somente um equipamento que auxilia na detecção de drogas e medicamentos em materiais diversos (HPLC-DAD), cujo conserto não existe mais. A falta das perícias toxicológicas, com a ausência da materialidade da prova, impedirá que a sanção penal seja imposta. A instalação de novo cromatógrafo com novas tecnologias e a aquisição de materiais específicos de laboratório impedirá que as análises toxicológicas sejam paralisadas. Caso a prova material do delito não seja constatada, uma pessoa não poderá ser objetivamente condenada, pois não há a existência do crime, conforme a lei.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cromatógrafo Líquido acoplado ao detector de arranjo de diodo	Quantidade	1	450.000	24
Repipetador	Quantidade	3	18.000	24
MICROPIPETAS DE VOLUME VARIÁVEL 0,2 a 2,0 uL	Quantidade	10	16.000	24
MICROPIPETAS DE VOLUME VARIÁVEL 10 a 100 uL	Quantidade	10	16.000	24
MICROPIPETAS DE VOLUME VARIÁVEL 20 a 200 uL	Quantidade	10	16.000	24
MICROPIPETAS DE VOLUME VARIÁVEL 100 a 100 uL	Quantidade	10	16.000	24
PRE COLUNA HPLC 12,5 X 4,6mm 5Um C8	Quantidade	12	19.200	24
KIT CONEXAO PARA PRE COLUNA compatível com a pré-coluna solicitada	Quantidade	4	4.800	24
Dispensador de volumes de 1 a 10 mL	Quantidade	3	11.000	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
973	<b>AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PERÍCIAS DE ENGENHARIA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 422.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores dos Postos de Criminalística no interior do Estado e autoridades requisitantes de perícias.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ricardo Telló Düks	54 33270098	ricardo-durks@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A carência de equipamentos modernos que permitam a realização de exames periciais de engenharia de maneira ágil e efetiva, qualificando os Postos de Criminalística do interior do Estado.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A utilização de equipamentos adequados e modernos traduzem-se em eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das diversas atividades na perícia criminal. Nas áreas de engenharia, a aquisição de ferramentas, lanternas com boa capacidade de foco e iluminação, odômetros de roda e trenas diversas, medidores de espessura de camada de tinta, drones, dentre outros, qualificará os exames periciais sobremaneira, substituindo equipamentos obsoletos e agregando novas tecnologias que qualificarão o trabalho pericial.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Os impactos esperados serão em torno da efetiva manutenção, progresso, instrumentalização e ampliação dos serviços de alta complexidade da Perícia Criminal do IGP/RS, no âmbito da sociedade gaúcha, e, ainda os que seguem:

- permanente disponibilidade dos servidores do IGP/RS para a execução da perícia criminal nas áreas de engenharia nos Postos do Interior do Estado do RS;
- ampliação da capacidade de atendimento pelos Postos de Criminalística do interior do RS, descentralizando tarefas e agilizando atendimentos;
- atendimento eficaz quanto ao levantamento de locais e à coleta e tratamento de vestígios, visto que os produtos solicitados visam atender as diferentes realidades de cada crime que eventualmente surgem, ampliando o espectro de avaliação dos especialistas; e
- resposta à sociedade quanto à elucidação de crimes e sua autoria, visto que no sistema de justiça, a perícia criminal contribui de forma exemplar quanto à identificação daqueles que estavam presentes no local de crime, bem como do modus operandi e outros resultados científicos, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.

**OBJETO**

Aquisição de equipamentos para qualificar as perícias de engenharia nas unidades do IGP no interior do RS.

**OBJETIVO**

Dotar os Postos de Criminalística do DPI-IGP/RS de ferramentas e equipamentos que permitirão ampliar a gama de exames periciais realizados, além de qualificar e agilizar esses exames.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

As novas tecnologias trouxeram, para todas as áreas do conhecimento, oportunidades de progresso, automação, eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das várias atividades no âmbito da segurança pública, principalmente na perícia criminal. Os desafios que a criminalidade traz exigem a utilização das tecnologias disponíveis, bem como de produtos que ajudam a desvelar casos multidisciplinares e de alta complexidade.

Entre os itens a serem adquiridos por meio deste projeto, destacam-se: a) drones para imagens aéreas de locais de incêndio, desabamentos e ocorrências de trânsito, contribuindo para melhor entendimento e visualização do local sede do evento; b) trenas de diversos modelos e tamanhos para adequado dimensionamento do local e dos vestígios nestes mesmos tipos de ocorrência; c) lanternas táticas com boa capacidade de iluminação e foco variável para melhor visualização e aplicação de técnicas de incidência de luz em ambientes abertos e fechados; d) ferramentas, equipamentos para leitura de computador de bordo veicular e medidores de espessura de camada de tinta para perícias mecânicas em equipamentos e veículos, em especial os envolvidos em ocorrências de trânsito e em adulteração de numeração identificadora de chassis de veículos; e) multímetros digitais para análises técnicas em locais de crime e equipamentos envolvendo

eletricidade.

A não realização de perícia criminal de forma adequada e com instrumentos adequados pode acarretar na perda de vestígios ou na inadequada representação dos mesmos no laudo pericial, trazendo prejuízos para a resolução do crime e, conseqüentemente, a sensação de injustiça e descaso do Estado junto à sociedade. Por outro lado, dotar os postos do interior com mais equipamentos reforça a abrangência do IGP com a descentralização das atividades para além da capital, permitindo uma maior agilidade do trabalho pericial para todo o estado.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Drones	Quantidade	10	140.000	24
Lanternas com lâmpadas de LED, bateria recarregável e foco variável, com no mínimo 100.000 W	Quantidade	60	15.000	24
Multímetros digitais	Quantidade	10	3.000	24
Odômetros de roda analógicos	Quantidade	60	43.800	24
Trenas de 5 metros	Quantidade	60	1.200	24
Trenas de 20 metros	Quantidade	60	10.200	24
Trenas eletrônicas a laser	Quantidade	20	7.620	24
Medidores de espessura de camada de tinta	Quantidade	20	24.000	24
Equipamentos para leitura de computador de bordo automotivo	Quantidade	20	32.000	24
Jogos de chave allen com no mínimo nove peças (1,5 a 10 mm)	Quantidade	30	3.300	24
Jogos de chave torx com no mínimo sete peças (T10 a T40)	Quantidade	30	780	24
Jogos de chaves de fenda e philips, com chaves pequenas, médias e grandes de ambos os tipos	Quantidade	30	1.800	24
Jogos de chave de boca com no mínimo 8 peças (6 a 22 mm)	Quantidade	30	3.300	24
Jogos de chaves biela tipo L, mínimo 12 peças (8 a 19 mm)	Quantidade	30	9.000	24
Jogos de soquetes sextavados ¼ e ¾, 40 peças, com catraca	Quantidade	30	6.000	24
Alicates de pressão 10 polegadas	Quantidade	20	1.000	24
Câmeras fotográficas profissionais	Quantidade	20	120.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
975	<b>AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES COMPUTACIONAIS PARA PERÍCIA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 750.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores dos Postos do IGP no interior do Estado.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Maiquel Luís Santos	51 985810352	maiquel-santos@igp.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A obsolescência e insuficiência de recursos de informática (hardwares) fundamentais para atender as demandas administrativas, de análises de imagens e de relatoria e tramitação de laudos nos Postos do IGP no interior do Rio Grande do Sul.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Na atualidade, o uso de equipamentos e ferramentas computacionais é inerente a qualquer atividade laboral, e fundamental no âmbito da perícia criminal, visto cada vez maior utilização da tecnologia da informação inclusive na tramitação de documentos e relatórios periciais. A demanda por equipamentos de informática adequados à capacidade de processamento necessárias à sua utilização como ferramenta de análise e maior velocidade para conexão com redes e sistemas informatizados torna-se elevada, nem sempre acompanhada com a adequada reserva de recursos que atendam plenamente esta carência. Os computadores atualmente em uso nos postos do IGP no interior do Estado têm, em média, sete anos de uso, sendo necessária uma atualização para a manutenção da qualidade e agilidade do serviço.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Espera-se um impacto positivo na elucidação de crimes e agilidade na realização dos serviços da Perícia Criminal do IGP, no âmbito da sociedade gaúcha.

**OBJETO**

Aquisição de computadores para os Postos do IGP no interior do Estado.

**OBJETIVO**

Dotar os Postos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal do IGP/RS de equipamentos de informática adequados à execução dos serviços administrativos e periciais, com vistas a qualificar e agilizar o trabalho pericial das unidades do interior.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A execução de qualquer atividade na atualidade requer a utilização de computadores. Na perícia criminal, além do uso como ferramenta administrativa (inclusive na transferência dos laudos periciais para as autoridades policiais, Ministério Público e Poder Judiciário), hardwares de informática (CPUs com boa capacidade de processamento e velocidade de conexão e telas com boa amplitude) são imprescindíveis para análise de vestígios através de imagens, seja pela ampliação para visualização de detalhes em fotografias através softwares adequados, elaboração de desenhos para instrução de laudos periciais e aquisição de imagens para processamentos - impressões digitais e imagens obtidas com drone, por exemplo. Dotar os postos do interior com computadores atualizados reforça a abrangência do IGP com a descentralização das atividades para além da capital, permitindo uma maior agilidade do trabalho pericial para todo o estado.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Computadores com telas de no mínimo 21", dotados de 4 ou mais entradas USB, gravador/leitor de DVD, mouse e teclado	Quantidade	100	700.000	24
Estabilizadores	Quantidade	100	50.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Paz, justiça e instituições eficazes



# Saúde



Nº	PROJETO
804	<b>VIATURAS AMBULÂNCIAS RESGATE PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 10.920.000

PÚBLICO-ALVO
Aproximadamente 5.900.000 habitantes de 48 Municípios-Sede de Bombeiros Militares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Corpo de Bombeiros Militar - CBMRS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Isandré Antunes de Souza	51 982470035	iantunes@cbm.rs.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5019 - Atenção Primária a Saúde.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Insuficiência de Ambulâncias de resgates para Serviço de Suporte Básico de Vida, que vem a comprometer o sucesso no cumprimento das missões afetadas ao Corpo de Bombeiros Militar, haja vista que sobrecarrega a frota de ambulâncias existentes e limita a execução operacional de ocorrências de suporte a vida em inúmeros municípios do Rio Grande do Sul.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Dos 93 municípios atendidos pelas guarnições com resgate voltados ao suporte básico de vida, restam 48 a serem abrangidos. Esses municípios totalizam cerca de 5.900.000 (cinco milhões e novecentos mil) habitantes. Entre os anos de 2017 a 2020, o total de ocorrências de Atendimento Pré-Hospitalar efetuados pelo CBMRS foi de 57.347, e em parte dessas ocorrências não havia veículo especializado para esse tipo de atendimento. Atualmente o CBMRS possui 113 quartéis de bombeiros em 93 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Porém, somente em 45 municípios estão sendo oferecidos o serviço de Suporte Básico de Vida com veículo especializado para esse tipo de ocorrência. Nos demais 48 municípios, a ausência desse tipo de veículo especializado prejudica o atendimento de Suporte Básico de Vida à população local.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Diminuição do tempo-resposta da chegada na ocorrência; Aumento da taxa de sobrevivência dos acidentados.

### OBJETO

Aquisição de veículos do tipo ambulâncias de resgate.

### OBJETIVO

Melhoria no atendimento ao suporte básico de vida da população do Estado do Rio Grande do Sul.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As ocorrências de atendimento pré-hospitalar estão aumentando a cada dia. Desta forma, os veículos de transporte especializados serão destinados às emergências de resgate, assim aumentando a frota de viaturas desta natureza para que possa ampliar esse tipo de atendimento, prolongando a vida e promoção da saúde física e mental da população em todos os municípios com unidades de bombeiros e ainda atender a demanda reprimida existente. Beneficiando assim 48 municípios divididos em 12 batalhões do CBMRS.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículos de Resgate (Ambulância Tipo C) devidamente adaptada para o serviço do Corpo de Bombeiros Militar, com capacidade de transportar guarnição e equipamentos necessários para o atendimento a ocorrências de atendimento pré-hospitalar.	Quantidade	48	10.920.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Cidadão mais seguro

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades, Vida Terrestre, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
872	<b>BIOBANCO HCPA: ESTRUTURA PARA MATERIAIS BIOLÓGICOS E INFORMAÇÕES CLÍNICAS PARA PESQUISAS BIOMÉDICAS.</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 2.301.000

PÚBLICO-ALVO
Pesquisadores de diferentes instituições do RS e do Brasil e população potencialmente beneficiada pelos projetos de pesquisa a serem desenvolvidos, tanto na área de doenças raras, quanto infecciosas e crônicas não transmissíveis.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Universidade Federal do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Odir Antonio Dellagostin	51 32214922	presidente@fapergs.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Educação

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Materiais biológicos são uma importante fonte para pesquisa de novos métodos diagnósticos, prognósticos e de compreensão dos mecanismos das doenças. No entanto, para isso, é imprescindível que esses materiais, e as informações associadas, estejam disponíveis e armazenados de forma adequada, o que ocorre em Biobancos. Por exemplo, em uma situação de pandemia, como a da COVID-19, há uma crescente necessidade de armazenar materiais biológicos humanos e suas informações clínicas relacionadas que possam auxiliar na compreensão da doença. Para a rápida progressão de estudos translacionais, o acesso a materiais biológicos de alta qualidade e bem documentados com informações clínicas associadas é um ponto crucial, principalmente durante o processo de validação dos achados produzidos pela pesquisa experimental. No caso específico, essas amostras e informações podem ser úteis para avaliar determinantes do curso clínico da doença, fornecer amostras para validação e desenvolvimento de novos testes diagnósticos e dados para comparação de estratégias terapêuticas.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A implementação de um Biobanco para armazenamento de amostras biológicas e informações associadas engloba uma série de requisitos regulatórios, estruturais e de processos. No Brasil há 56 Biobancos registrados junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). E apenas 4 deles estão localizados no Rio Grande do Sul. Destes, o Biobanco Institucional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, aprovado pela CONEP em 2017, está em atividade em área de acesso restrito e com a padronização de processos alinhados a diretrizes internacionais. No entanto, faz-se necessária a ampliação desta área, para que possa abrigar um maior número de amostras e abranger uma gama mais ampla de doenças, inclusive de forma compartilhada com outras instituições do estado.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

A existência de amostras e informações rapidamente disponíveis resulta em maior agilidade para a produção do conhecimento científico, os quais revertem em benefícios para a população sob a forma de melhores métodos diagnósticos, tratamentos e compreensão das doenças. Exemplificamos a importância dessa agilidade usando a coleção de materiais biológicos associada a informações clínicas de pacientes suspeitos e diagnosticados com Covid-19, que tem sido colocada à disposição das demais instituições do RS envolvidas na detecção e manejo clínico do SARS-CoV-2. Entre os usos dessas amostras ressaltamos diferentes projetos apoiados pela Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa (FAPERGS), como a padronização de novos testes diagnósticos por pesquisadores da UFPEL e da UFRGS, assim como o monitoramento da prevalência de novas variantes de SARS-CoV 2 que estão subsidiando ações de manejo epidemiológico da pandemia.

**OBJETO**

Reestruturação de um biobanco de amostras biológicas humanas e dados clínicos associados procedentes de diferentes instituições do RS, sediado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, oportunizando o acesso a essas amostras a projetos de pesquisa do estado e do Brasil, resolvendo assim uma demanda que atualmente não é atendida.

**OBJETIVO**

Disponibilizar amostras biológicas de qualidade para a realização de pesquisas de forma mais ágil, contribuindo para criação e validação de novos testes diagnósticos e prognósticos, bem como de pesquisas que visem compreender situações de saúde e doença da população, qualificando a assistência em saúde no estado e no país.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A estrutura em si, uma vez implementada no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, permitirá o desenvolvimento de projetos robustos de pesquisa e desenvolvimento, ao fornecer amostras biológicas e informações associadas de alta qualidade e prontamente disponíveis. Mediante cooperações interinstitucionais esta

estrutura poderá ser utilizada para abrigar projetos de pesquisa de várias Instituições Acadêmicas e Institutos de Ciência e Tecnologia. Exemplos de pesquisas que se beneficiariam com uma sólida estrutura de biobanco incluem, entre outras:

- Pesquisas em doenças infecciosas virais (não-Covid-19);
- Pesquisas em doenças negligenciadas;
- Pesquisas forenses em material biológico;
- Pesquisas de marcadores diagnósticos e prognósticos em câncer;
- Pesquisas em farmacogenética de doenças comuns;
- Pesquisas em pacientes com doenças raras.

Complementação: Em uma situação de pandemia, como a da COVID-19, há uma crescente necessidade de armazenar materiais biológicos humanos e suas informações clínicas relacionadas que possam auxiliar na compreensão da doença. Para a rápida progressão de estudos translacionais, o acesso a materiais biológicos de alta qualidade e bem documentados com informações clínicas associadas é um ponto crucial, principalmente durante o processo de validação dos achados produzidos pela pesquisa experimental. No caso específico, essas amostras e informações podem ser úteis para avaliar determinantes do curso clínico da doença, fornecer amostras para validação e desenvolvimento de novos testes diagnósticos e dados para comparação de estratégias terapêuticas. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre já tem seu Biobanco Institucional aprovado pela CONEP com a padronização dos sistemas de controle e identificação, e essa estrutura está abrigando no momento uma coleção de materiais biológicos associada a informações clínicas de pacientes suspeitos e diagnosticados com Covid-19 em construção, que poderá futuramente ser disponibilizada para projetos de pesquisa de instituições do RS mediante as devidas aprovações regulatórias. Da mesma forma, o Biobanco-HCPA poderá abrigar com segurança coleções de amostras e seus dados clínicos associados de outras instituições do RS.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
REFORÇO ESTRUTURAL executado	Percentual	100	120.070,06	5
PROJETO ARQUITETÔNICO executado	Percentual	100	295.507,06	5
PROJETO ELÉTRICO executado	Percentual	100	146.369,82	5
GERENCIAMENTO DA OBRA	Percentual	100	74.843,28	3
PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO executado	Percentual	100	891.959,77	5
ULTRAFREEZER -80°C SERIE FDE MODELO FDE40086LD - 549 LITROS - ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM PRODUTO: 4 KIT RACK P/ PRATELEIRA ULT FREEZER 500L REF. RSK400SD4	Quantidade	5	772.250,01	3

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acelera RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar

Projetos básico e executivo prontos.



Nº	PROJETO
884	<b>AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA - SAA DE IBIRUBÁ - ABASTECIMENTO REGIÃO OESTE</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 3.500.000

PÚBLICO-ALVO
Toda população de Ibirubá, especialmente do Bairro Hermany, localizado na região oeste do município.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Ibirubá

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Cia. Riograndense de Saneamento - CORSAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Prefeitura e FEPAM

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Arthur Martin	51 32154640	arthur.martin@corsan.com.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2222 - Saneamento Básico

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21CA - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Baixo nível de reservação de água na região alvo. Redes de distribuição/adução insuficientes na região alvo.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estima-se que aproximadamente 35 milhões de pessoas em todo o país não têm acesso à água tratada. Calcula-se que para que as metas do Novo Marco do Saneamento sejam atingidas até 2033 serão necessários investimentos na ordem de R\$ 144 bilhões em redes de água que somados com os investimentos nas redes de esgoto e troca das redes antigas (R\$ 609 bilhões) vão alcançar o valor de R\$ 753 bilhões. No Rio Grande do Sul, 30,03% do esgoto é coletado e 86,73% da população é atendida com o serviço de água. Para que a meta do Novo Marco do Saneamento seja atingida no estado os investimentos superam a monta de R\$ 15 bilhões.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhorias no sistema de distribuição de água do município. Aumento dos níveis de reservação de água, melhorando a confiabilidade do sistema de distribuição na região alvo.

### OBJETO

Construção de reservatório de 250m<sup>3</sup> e de 5.560,00 metros de adutoras.

### OBJETIVO

Melhorias no sistema de distribuição de água do município. Aumento dos níveis de reservação de água, melhorando a confiabilidade do sistema de distribuição na região alvo.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A região alvo do projeto, no município de Ibirubá apresenta forte crescimento. A infraestrutura de distribuição de água instalada atualmente é deficitária para atendimento da crescente demanda.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Reservatório Elevado 250m <sup>3</sup> Construído	Quantidade	1	1.300.000	24
Adutora Construída	Metros	5560	2.200.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação e Qualificação dos Serviços de Saneamento

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Água potável e saneamento

Nº	PROJETO
886	<b>AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA - SAA DE CRISSIUMAL - ADUTORA DE ÁGUA BRUTA</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.500.000

PÚBLICO-ALVO
Todos os moradores do município de Crissiumal.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Crissiumal

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Cia. Riograndense de Saneamento - CORSAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Prefeitura e FEPAM

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Arthur Martin	51 32154640	arthur.martin@corsan.com.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2222 - Saneamento Básico

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21CA - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Rompimento constante da adutora de água bruta que abastece o município. O empreendimento visa a execução de uma nova adutora de água.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estima-se que aproximadamente 35 milhões de pessoas em todo o país não têm acesso à água tratada. Calcula-se que para que as metas do Novo Marco do Saneamento sejam atingidas até 2033 serão necessários investimentos na ordem de R\$ 144 bilhões em redes de água que somados com os investimentos nas redes de esgoto e troca das redes antigas (R\$ 609 bilhões) vão alcançar o valor de R\$ 753 bilhões. No Rio Grande do Sul, 30,03% do esgoto é coletado e 86,73% da população é atendida com o serviço de água. Para que a meta do Novo Marco do Saneamento seja atingida no estado os investimentos superam a monta de R\$ 15 bilhões.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Diminuição das faltas de água decorrentes da precariedade da adutora de água bruta existente.

### OBJETO

Construção de nova adutora de água bruta.

### OBJETIVO

Diminuição das faltas de água decorrentes da precariedade da adutora de água bruta existente.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A adutora de água bruta existente apresenta elevado estado de esclerosamento, com muito desgaste decorrente do tempo de uso. Esta situação ocasiona frequentes faltas de água devido ao rompimento da tubulação.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adutora Construída	Metros	6620	6.500.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação e Qualificação dos Serviços de Saneamento

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Água potável e saneamento



Nº	PROJETO
915	<b>REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HEMOCENTRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - HEMORGS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 664.000

PÚBLICO-ALVO
42 hospitais da área de abrangência de atendimento do HEMORGS, sendo assistida uma população aproximada de 4.951.000 pessoas.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Katia Brodt	51 33366755	katia-brodt@saude.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
7690 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

O HEMORGS como Hemocentro Coordenador deve prestar assistência e apoio hemoterápico/hematológico à rede de serviços de saúde, prestar serviços de assistência às áreas de ensino e pesquisa, auxiliar na formação de Rh e dar apoio técnico à SES/RS na formulação e execução da Política de Sangue e Hemoderivados no Estado. Estas atribuições estão sendo realizadas com dificuldade devido área física estar subdimensionada e as instalações atuais não permitir que sejam resolvidos problemas de fluxo de trabalho.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

De acordo com a RDC/ANVISA 151/2001, que regulamenta e define os níveis de complexidade dos serviços de Hemoterapia, o HEMORGS está classificado como Hemocentro Coordenador. Nas inspeções anuais realizadas pela Vigilância Sanitária temos apontamentos recorrentes quanto a existência de fluxos de trabalho inadequados e principalmente quanto à área física, que está subdimensionada para as atribuições de hemocentro coordenador, que impactam principalmente nos seguintes setores: a) Laboratório de Imunohematologia: a atual área física impossibilita a troca dos equipamentos com vistas à automação para realização dos exames. A automação permitirá a realização destes exames para um número maior de serviços visando ganho em escala e possibilitando a centralização dos exames imunohematológicos do doador de sangue. Não possui área específica para exames de compatibilidade sanguínea. b) Setor de Estoque e Distribuição: a atual área não permite a adequada alocação da atual rede de frio assim como a ampliação da mesma. c) Recepção do Doador: a área atual é pequena, e com frequência, os candidatos à doação de sangue precisam aguardar o atendimento em área externa que não possui cobertura e climatização adequada ficando expostos a intempéries do tempo. d) Setor Administrativo: a atual área não contempla vestiário e refeitório para os servidores, não possui espaço adequado para reuniões de equipe e realização de capacitações e treinamentos.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Melhora no atendimento do doador de sangue. Qualificação da produção de hemocomponentes e automação dos exames sorológicos e imunohematológicos do doador de sangue.

**OBJETO**

Reforma e ampliação da área física de vários setores do HEMORGS: ampliação da área administrativa, com almoxarifado, vestiário e refeitório para servidores; reforma e ampliação da área de recepção para doador de sangue; reforma e ampliação do Laboratório de Imunohematologia; e reforma e ampliação do Setor de Estoque e Distribuição.

**OBJETIVO**

Adequar a área física do HEMORGS ao cumprimento dos requisitos sanitários com vistas a qualificação de todas as etapas do ciclo produtivo do sangue. Viabilizar a ampliação da centralização dos exames de qualificação do doador de sangue com vistas ao ganho em escala. Melhorar as condições de atendimento do doador disponibilizando um local adequado e protegido para aguardar os procedimentos da doação.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul - HEMORGS é a referência estadual em hematologia e hemoterapia, sendo responsável pela elaboração e execução da Política Estadual do Sangue, conforme estabelece a Portaria Estadual nº 293/2017. Produz e distribui hemocomponentes para 42 hospitais. Centraliza exames de qualificação (imunohematológicos e sorológicos) do doador de sangue para 5 serviços. É a referência estadual para a busca de sangue raro. Realiza assistência multiprofissional (médico, odontológico, fisioterápico, psicológicos e outros) para portadores de coagulopatias hereditárias. É responsável pela elaboração da linha de cuidado dos pacientes com hemoglobinopatias. Realiza capacitação em hematologia para médicos não especialistas das agências transfusionais do estado. Atualmente, a produção de hemocomponentes do HEMORGS dispõe de equipamentos que permitem a automação das etapas do ciclo

produtivo do sangue, inclusive na realização dos exames sorológicos para qualificação do doador. Já para os exames imunohematológicos são utilizadas técnicas semiautomáticas. A automação dos exames realizados proporciona aumento da segurança dos resultados através da diminuição do número de procedimentos envolvidos até a liberação do resultado final, o aumento da performance (melhoria da qualidade) e a otimização do trabalho dos técnicos envolvidos. Assim, a reforma e ampliação do HEMORGS proporcionará uma readequação dos fluxos dos procedimentos hemoterápicos realizados, um melhor atendimento ao candidato a doador de sangue, bem como a automação dos exames de qualificação do doador e o respectivo aumento da centralização dos mesmos com ganho em escala e otimização dos recursos disponíveis.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Área física do HEMORGS readequada	Metros Quadrados	451,90	664.000	30

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do Acesso aos Serviços de Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Regionalização e Organização das Redes

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar

Possui titularidade da área.

Nº	PROJETO
916	<b>CAPACITAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS)</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 530.000

PÚBLICO-ALVO
1.200 profissionais que atuam na Rede de Atenção à Saúde do SUS do RS, dando prioridade para os que atuam nas equipes de Atenção Básica.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alpheu Ferreira do Amaral Junior	51 32885979	alpheu-junior@saude.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5019 - Atenção Primária à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde

#### ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Há uma exígua oferta de procedimentos, atendimentos e atividades coletivas que utilizam às PICS como técnica

de cuidado, promoção e recuperação da saúde por parte dos profissionais de saúde que atuam nos serviços da Rede de Atenção do SUS/RS.

#### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O Estado do Rio Grande do Sul é composto por 497 municípios, destes apenas 281 realizaram algum registro de atendimento em PICS no ano de 2020.

#### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Desenvolver a capacidade crítica, ética e reflexiva para a integração dos modelos de cuidado no SUS; conhecer as bases teóricas e filosóficas de outras racionalidades em saúde que compõe o escopo das PICS; Promover a oferta de técnicas de cuidado individual e coletivas para a promoção, recuperação e manutenção da saúde física e mental; Promover a oferta de educação em saúde para o auto-cuidado apoiado; efetivar a implementação da Política Estadual de PICS no RS.

Ao capacitar profissionais de saúde para oferta de PICS são esperados, em curto prazo, que os usuários de saúde recebam nos serviços de saúde do SUS um cuidado humanizado e centrado na integralidade do indivíduo, que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade.

As PICS estão se apresentando como ferramentas terapêuticas potentes, quando aliadas ao tratamento convencional, de diversas condições crônicas como obesidade, diabetes mellitus, hipertensão arterial (HA), fatores de risco para doenças cardiovasculares (DCV), depressão, ansiedade e insônia, de acordo com os Informes de Evidências produzidos pelo Ministério da Saúde. Em médio e longo prazo se espera que a utilização das PICS tenham um impacto positivo sobre as condições crônicas de saúde.

#### OBJETO

Qualificar profissionais de saúde de que atuam na Rede de Atenção à Saúde, prioritariamente os da Atenção Básica, para a Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

#### OBJETIVO

Ofertar qualificação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde para que seja ampliado o escopo terapêutico relacionado aos procedimentos, atendimentos individuais e atividades coletivas que são realizados por profissionais de saúde para a promoção da integralidade, recuperação e manutenção da saúde das pessoas e dos coletivos, integrando modelos de cuidado complexos e complementares.

#### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Ministério da Saúde e a SES recomendam a disponibilização das PICS em todos os níveis de atenção, mas, estrategicamente, priorizam e dão ênfase para a oferta nos serviços de atenção primária à saúde. A prioridade se configura como estratégia para disponibilizar PICS em estabelecimentos de saúde que estão próximos aos territórios de vida das pessoas, que são orientados para o primeiro contato com os usuários do SUS, de porta-aberta, com território e população definidas para ações de cuidado e promoção à saúde.

A oferta da qualificação profissional em PICS para os profissionais inseridos na Rede de Atenção à Saúde investe fundamentalmente para a produção de um processo de trabalho que está sustentado em tecnologias leves de cuidado (acolhimento e produção de vínculo e cuidado longitudinal) e no emprego de conhecimentos estruturados para a produção de saúde. O registro de oferta de PICS em apenas 281 dos 497 municípios do RS denuncia a precária implementação dessa política de saúde, a falta de formação/conhecimento dos trabalhadores de saúde para a oferta de cuidado por meio das PICS. Disponibilizar PICS nos serviços da Rede de Atenção à Saúde colabora para ampliar acesso, atendimento integral, oferta de atividades de promoção à saúde.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso de Qualificação Profissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Curso de Acupressão	Quantidade	1	132.500	24
Curso de Qualificação Profissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Craniopuntura - Scalpopuntura de Yamamoto	Quantidade	1	132.500	24
Curso de Formação de Facilitadores em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Craniopuntura - Scalpopuntura de Yamamoto	Quantidade	1	132.500	24
Curso de Qualificação Profissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Lian Gong	Quantidade	1	132.500	24

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria de Acesso aos Serviços de Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Resolutividade da Atenção Primária em Saúde

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar

Nº	PROJETO
941	<b>QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE AMBULÂNCIAS EM MUNICÍPIOS SEM SAMU 192</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 2.581.000

PÚBLICO-ALVO
A população dos 219 municípios gaúchos que não possuem atendimento do SAMU 192.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Pinto Bandeira, Água Santa, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Alto Alegre, Alto Feliz, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, André da Rocha, Arambaré, Aratiba, Arroio do Padre, Áurea, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barracão, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Ingra, Boa Vista do Sul, Bossoroca, Brochier, Cacique Doble, Caiçara, Camargo, Campestre da Serra, Campo Novo, Campos Borges, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Capitão, Caraá, Carlos Gomes, Casca, Caseiros, Centenário, Cerrito, Cerro Branco, Cerro Grande, Cerro Grande do Sul, Charrua, Chiapetta, Chuí, Chuvisca, Colinas, Colorado, Coqueiros do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Coxilha, Crissiumal, Cruzaltense, Dezesseis de Novembro, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos das Missões, Dom Pedro de Alcântara, Eldorado do Sul, Entre Rios do Sul, Ernestina, Esmeralda, Estância Velha, Estrela Velha, Fagundes Varela, Faxinalzinho, Fontoura Xavier, Fortaleza dos Valos, Garruchos, Gaurama, General Câmara, Gentil, Glorinha, Gramado Xavier, Guabiju, Harmonia, Herveiras, Hulha Negra, Ibarama, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirapuitã, Ibirubá, Igrejinha, Inhacorá, Ipê, Iraí, Itaara, Itacurubi, Itatiba do Sul, Ivorá, Jaboticaba, Jacutinga, Jaquirana, Jari, Jóia, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa dos Três Cantos, Lagoão, Lajeado do Bugre, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maçambará, Machadinho, Mampituba, Manoel Viana, Maratá, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Mata, Mato Castelhano, Maximiliano de Almeida, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Mormaço, Morrinhos do Sul, Morro Redondo, Muitos Capões, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Esperança do Sul, Nova Pádua, Nova Palma, Nova Ramada, Nova Roma do Sul, Novo Barreiro, Novo Cabrais, Paim Filho, Pantano Grande, Paraí, Paraíso do Sul, Passa Sete, Paulo Bento, Pedras Altas, Pedro Osório, Picada Café, Pinhal da Serra, Pinhal Grande, Pinto Bandeira, Pirapó, Pontão, Ponte Preta, Portão, Presidente Lucena, Protásio Alves, Putinga, Quatro Irmãos, Quevedos, Quinze de Novembro, Rio dos Índios, Riozinho, Rolador, Rolante, Roque Gonzales, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Salvador do Sul, Santa Bárbara do Sul, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, Santo Augusto, Santo Expedito do Sul, São Domingos do Sul, São Jerônimo, São João da Urtiga, São Jorge, São José das Missões, São José do Herval, São José do Hortêncio, São José do Ouro, São José dos Ausentes, São Martinho da Serra, São Miguel das Missões, São Pedro da Serra, São Pedro das Missões, São Valentim, São Valério do Sul, São Vendelino, São Vicente do Sul, Segredo, Selbach, Sentinela do Sul, Sertão, Sertão Santana, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Sobradinho, Tapera, Taquaruçu do Sul, Tio Hugo, Toropi, Travesseiro, Três Arroios, Três Coroas, Tunas, Tupanci do Sul, Tupandi, Turuçu, Ubiretama, União da Serra, Unistalda, Vale do Sol, Vale Real, Veranópolis, Viadutos, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Flores, Vila Lângaro, Vila Maria e Vista Alegre do Prata.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretarias Municipais de Saúde

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533016	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

**VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL**

<b>FUNÇÃO</b>
Saúde
<b>MINISTÉRIOS</b>
Ministério da Saúde
<b>PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023</b>
5018 - Atenção Especializada à Saúde
<b>OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023</b>
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.
<b>AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021</b>
8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

O Brasil tem registrado expressivo aumento no número de casos confirmados e de óbitos decorrentes da Covid-19. O RS tem atualmente 1.013.486 confirmados e 26.176 óbitos (disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>), acesso em 12/05/2021. Considerando que no contexto da Covid-19 há aumento da demanda de atendimentos pré-hospitalares móveis primários (quando o pedido de socorro é oriundo de um cidadão) e secundário (quando a solicitação parte de um serviço de saúde, no qual o paciente ser conduzido a outro serviço de maior complexidade para a continuidade do tratamento), a capacidade de atendimento das unidades de urgência e emergência pré-hospitalares também aumentaram significativamente. Atualmente, o atendimento móvel de urgência dos municípios sem cobertura SAMU 192 é realizado pela Corporação dos Bombeiros, Bombeiros Voluntários ou pelas "ambulâncias brancas municipais". Para estruturar e/ou qualificar os serviços existentes no município, alguns equipamentos são necessários na ambulância, como os desfibriladores externos automáticos (DEA) e os oxímetros de pulso.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Muitos municípios gaúchos ainda não contam com cobertura do SAMU 192 e alguns possuem cobertura apenas para transporte (remoção de um estabelecimento de saúde para outro), mas não para atendimento (realizado na rua ou na casa do cidadão). Nesses casos, aos municípios compete organizar a sua forma de atendimento às urgências com outros tipos de ambulâncias. No entanto, não há a possibilidade de regulação médica desses casos, para a orientação da conduta da equipe intervencionista, a qual qualificaria significativamente o desfecho do paciente. Com objetivo de estruturar esses serviços de atendimento pré-hospitalar, foram publicadas as Resoluções N° 170/2020 e N° 034/2021 - CIB/RS, que pactuam a implementação do Projeto Chamar 192 nos municípios que não contam com atendimento do SAMU 192, possibilitando o acesso à Central de Regulação das Urgências (CRU) Estadual.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Melhoria da qualidade dos atendimentos pré-hospitalar em municípios que não possuem atendimento do SAMU 192, a partir da qualificação dos profissionais intervencionistas, da aquisição dos equipamentos e da possibilidade de regulação médica dos casos. Tal melhoria poderia gerar impacto ainda na redução de óbitos, visto que os serviços estariam mais estruturados e qualificados para o atendimento aos pacientes.

**OBJETO**

Estruturação dos serviços de atendimento pré-hospitalar dos municípios que não possuem cobertura do SAMU 192 no Estado do RS.

**OBJETIVO**

Garantir a qualidade dos atendimentos pré-hospitalares dos municípios que não possuem cobertura do SAMU 192 e cumprir a legislação vigente, no que se refere ao elenco mínimo de equipamentos disponíveis nas ambulâncias. Com o objetivo de qualificar ainda mais o atendimento, as Resoluções Nº 170/2020 e Nº 034/2021 - CIB/RS, que pactuam a implementação do Projeto Chamar 192, preveem ainda a capacitação dos profissionais que atuam nos serviços de emergência dos municípios, pelo Núcleo de Educação em Urgências/NEU/SAMU/DUE.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O Estado do RS conta atualmente com 219 municípios sem atendimento do SAMU 192, onde o atendimento móvel de urgência é realizado pela Corporação dos Bombeiros, Bombeiros Voluntários ou pelas chamadas "ambulâncias brancas municipais". Muitos veículos são tripulados apenas por condutores, sem profissionais de saúde ou qualquer dispositivo de regulação, realizando atividades de transporte sanitário. Destaca-se que esse tipo de atendimento é demandado espontaneamente pelos cidadãos e fortemente subdimensionado. Frequentemente, no interior, o acesso a essas ambulâncias brancas é condicionado a ingerências não técnicas. Até então, não há investimento federal e os municípios, via secretaria de saúde municipal/posto de saúde ou bombeiros, têm assumido a iniciativa de prestar esses atendimentos.

A Central de Regulação das Urgências/SAMU RS iniciou um projeto para a regulação dos serviços de atendimento pré-hospitalar móveis nos municípios que ainda não possuem atendimento do SAMU 192, visando a ampliação do atendimento pré-hospitalar móvel de urgências, com a regulação dos atendimentos pré-hospitalares pela Central de Regulação Estadual das Urgências e a qualificação dos atendimentos prestados por essas equipes, o que requer a qualificação dos equipamentos das ambulâncias. Nesse sentido, os equipamentos de DEA e oxímetros de pulso são imprescindíveis para qualificar os atendimentos pré-hospitalares prestados a população dos municípios que não contam com atendimento do SAMU.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Desfibriladores Externos Automáticos (DEA) para os serviços de atendimentos pré-hospitalares de urgência dos municípios sem atendimento do SAMU 192	Quantidade	219	1.899.000	15
Oxímetros de Pulso para os serviços de atendimentos pré-hospitalares de urgência dos municípios sem atendimento do SAMU 192	Quantidade	219	682.000	15

**VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL**

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do acesso aos serviços de saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde

**ASPECTOS RELEVANTES**

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar

Nº	PROJETO
942	<b>AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS EQUIPADAS PARA RESERVA TÉCNICA DO SAMU RS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 2.610.000

PÚBLICO-ALVO
Diretamente 164 municípios gaúchos, sede de base do SAMU 192 e outros 130 municípios atendidos.

**LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

Aceguá, Agudo, Alegrete, Alvorada, Antônio Prado, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio Grande, Arvorezinha, Bagé, Balneário Pinhal, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Princípio, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Caibaté, Camaquã, Cambará do Sul, Campinas do Sul, Campo Bom, Candelária, Cândido Godói, Candiota, Canela, Canguçu, Canoas, Capão da Canoa, Capão do Leão, Carazinho, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Constantina, Cristal, Cruz Alta, David Canabarro, Dois Irmãos, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Encantado, Encruzilhada do Sul, Entre-Ijuís, Erechim, Erval Grande, Espumoso, Esteio, Estrela, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Feliz, Flores da Cunha, Frederico Westphalen, Garibaldi, Getúlio Vargas, Giruá, Gramado, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Horizontina, Ijuí, Imbé, Itaqui, Jaguarão, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Lajeado, Lavras do Sul, Marau, Marcelino Ramos, Montenegro, Nonoai, Nova Petrópolis, Nova Prata, Novo Hamburgo, Osório, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Passo Fundo, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Porto Alegre, Porto Xavier, Quaraí, Redentora, Restinga Seca, Rio Grande, Rio Pardo, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Sananduva, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São José do Norte, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Nicolau, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Serafina Corrêa, Sinimbu, Soledade, Tapejara, Tapes, Taquara, Taquari, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Teutônia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três de Maio, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tupanciretã, Tuparendi, Uruguaiana, Vacaria, Venâncio Aires, Vera Cruz, Viamão, Vila Nova do Sul e Xangri-lá, Herval, Ajuricaba, Alecrim, Alegria, Anta Gorda, Arambaré, Araricá, Arroio Do Meio, Arroio dos Ratos, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Retiro do Sul, Barra Funda, Bom Progresso, Boqueirão do Leão, Bozano, Braga, Campina das Missões, Canudos do Vale, Capela de Santana, Capivari do Sul, Catuípe, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Condor, Coqueiro Baixo, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Cristal do Sul, Cruzeiro do Sul, Derrubadas, Dois Lajeados, Doutor Maurício Cardoso, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Engenho Novo, Erebangó, Erval Seco, Esperança do Sul, Estação, Estância Velha, Eugênio de Castro, Fazenda Vila Nova, Floriano Peixoto, Formigueiro, Forquetinha, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Herveiras, Humaitá, Ilópolis, Imigrante, Independência, Inhacorá, Ipiranga do Sul, Itapuca, Itati, Ivoti, Jaboticaba, Jacuizinho, Joia, Liberato Salzano, Maquiné, Marques de Souza, Mato Leitão, Minas do Leão, Miraguai, Morro Reuter, Mostardas, Muçum, Muliterno, Nova Boa Vista, Nova Brescia, Nova Candelária, Nova Hartz, Nova Ramada, Nova Santa Rita, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingú, Pantano Grande, Pareci Novo, PArobé, Passo do Sobrado, Paverama, Pejuçara, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Poço das Antas, Portão, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Pouso Novo, Progresso, Relvado, Roca Sales, Rondinha, Salvador das Missões, Santa Clara do Sul, Santa Maria do Herval, Santo Augusto, São Jerônimo, São João do Polêsine, São José do Inhacorá, São José do Sul, São Martinho, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, São Valentim do Sul, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Sentinela do Sul, Sério, Sertão Santana, Sete de Setembro, Tabai, Tiradentes do Sul, Travesseiro, Três Forquilhas, Três Palmeiras, Tucunduva, Vale do Sol, Vale Verde, Vanini, Vespasiano Correa, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Vitória das Missões e Westfália.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533016	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

<b>FUNÇÃO</b>
Saúde
<b>MINISTÉRIOS</b>
Ministério da Saúde
<b>PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023</b>
5018 - Atenção Especializada à Saúde
<b>OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023</b>
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais
<b>AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021</b>
8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

A SES/RS possui 9 ambulâncias equipadas para serem utilizadas como Reserva Técnica das ambulâncias do SAMU (recebemos devolução de Camaquã em 2020 de uma ambulância antiga, pois este município recebeu uma ambulância nova para implantar o SAMU), porém os veículos encontram-se sucateados pelo tempo de uso (anos 2010 e 2013) e apresentam grande desgaste devido as grandes distâncias percorridas, visto que são deslocados para quaisquer municípios onde se fizerem necessários, sendo emprestadas, aos municípios que compõem o SAMU RS.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A pandemia que acometeu nosso país causou grandes prejuízos à saúde da população, o que impacta no serviço de saúde prestado pois aumenta a pressão sobre o mesmo. A frota de ambulâncias que está obsoleta e já era quantitativamente insuficiente, ficou ainda mais com a pandemia, tornando sua utilização cada vez mais temerosa. A realidade requer renovação da frota de veículos para viabilizar transporte seguro aos pacientes em situação de risco iminente de morte, potencializado pela COVID-19.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A garantia da continuidade dos atendimentos prestados aos usuários do SUS pelo SAMU 192, pois não havendo disponibilidade de empréstimo de ambulância reserva pelo Estado, no caso de avaria a um veículo municipal, o serviço SAMU naquele município paralisa até a resolução do problema.

### OBJETO

Renovação da frota das ambulâncias utilizadas como Reserva Técnica dos 164 municípios que possuem base do SAMU 192 no Estado do RS.

### OBJETIVO

Garantir a continuidade dos atendimentos do SAMU 192 em situações onde exista qualquer dano ou impedimento elétrico/mecânico temporário para funcionamento das ambulâncias do SAMU.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O SAMU Estadual do RS conta atualmente com 227 ambulâncias, distribuídas em 164 bases, que atendem 294

municípios. Possui uma cobertura populacional de 10.408.626 habitantes (91,48% da população gaúcha). A SES/RS possui 9 ambulâncias equipadas para serem utilizadas como Reserva Técnica das ambulâncias do SAMU (no pré-projeto inicial eram 8 ambulâncias, entretanto, recebemos devolução de Camaquã em 2020 de uma ambulância antiga, pois este município recebeu uma ambulância nova para implantar o SAMU), porém os veículos encontram-se sucateados pelo tempo de uso (anos 2010 e 2013) e grandes distâncias percorridas, visto que são deslocados para quaisquer municípios onde se fizerem necessários. Caso algum dos veículos dos municípios não estejam em condições de uso, um município que por ventura tenha sua ambulância avariada poderá carecer desse serviço de empréstimo de ambulância-reserva do Estado durante o tempo de manutenção. A impossibilidade de realizar empréstimos pelo Estado, quer seja porque não haja mais ambulância disponível, quer seja porque a ambulância reserva do Estado não esteja em condições de uso, acaba por determinar a paralisação do atendimento SAMU naquele município.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ambulâncias equipadas para reserva técnica do SAMU 192 no Estado do RS adquiridas	Quantidade	9	2.610.000	12

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do acesso aos serviços de saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar

Nº	PROJETO
943	<b>QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE AMBULÂNCIAS DO SAMU 192</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 5.640.000

PÚBLICO-ALVO
36 Unidades de Suporte Avançado de Vida (USA), de 33 municípios. E, ainda, os demais 261 municípios-sede de USB e/ou os municípios que contam com o atendimento/transporte de alguma das USA, mediante pactuação.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Camaquã, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Caxias do Sul, Gravataí, Guaíba, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Novo Hamburgo, Osório, Palmeira das Missões, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Seberi, Taquara, Torres, Tramandaí, Uruguaiana, Venâncio Aires, Aceguá, Agudo, Alecrim, Alegrete, Alegria, Anta Gorda, Antônio Prado, Arambaré, Araricá, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Augusto Pestana, Balneário Pinhal, Barra do Guarita, Barra Funda, Barros Cassal, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Princípio, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bozano, Braga, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Caibaté, Cambará do Sul, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Bom, Candelária, Cândido Godoi, Candiota, Canela, Canguçu, Canudos do Vale, Capão do Leão, Capela de Santana, Capivari do Sul, Carlos Barbosa, Catuípe, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Condor, Constantina, Coqueiro Baixo, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Cristal, Cristal do Sul, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dois Irmãos, Dois Lajeados, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Doutor Mauricio Cardoso, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Engenho Velho, Entre-Ijuis, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esperança do Sul, Espumoso, Estação, Estância Velha, Esteio, Estrela, Eugênio de Castro, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Fazenda Vila Nova, Feliz, Flores da Cunha, Floriano Peixoto, Formigueiro, Forquetinha, Frederico Westphalen, Garibaldi, Getúlio Vargas, Giruá, Gramado, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Guaporé, Guarani das Missões, Herval, Herveiras, Horizontina, Humaitá, Ilópolis, Imbé, Independência, Inhacorá, Ipiranga do Sul, Itapuca, Itaqui, Itati, Ivoti, Jaboticaba, Jacuizinho, Jaguarão, Jaguarí, Joia, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Maquiné, Marau, Marcelino Ramos, Marques de Souza, Mato Leitão, Mato Queimado, Minas do Leão, Miraguaí, Morro Reuter, Mostardas, Muçum, Muliterno, Nonoai, Nova Boa Vista, Nova Bréscia, Nova Candelária, Nova Hartz, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Ramada, Nova Santa Rita, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingú, Palmares do Sul, Palmitinho, Panambi, Pantano Grande, Pareci Novo, Parobé, Passo do Sobrado, Passo Fundo, Paverama, Pejuçara, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Poço das Antas, Portão, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xaxier, Pouso Novo, Progresso, Quaraí, Redentora, Relvado, Restinga Seca, Roca Sales, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Sananduva, Santa Clara do Sul, Santa Maria do Herval, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santiago, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São Jerônimo, São João do Polêsine, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José do Sul, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Martinho, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Valentim do Sul, Sapiranga, Sarandi, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Sentinela do Sul, Serafina Correa, Sérico, Sertão Santana, Sete de Setembro, Sinimbu, Soledade, Tabaí, Tapejara, Tapes, Taquari, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Teutônia, Tiradentes do Sul, Três Cachoeiras, Três de Maio, Três Forquilhas, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tupanciretã, Taparendi, Vacaria, Vale do Sol, Vale Verde, Vanini, Vera Cruz, Vespasiano Correa, Viamão, Vila Nova do Sul, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Vitória das Missões, Westfália e Xangrilá.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533016	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

**VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL**

<b>FUNÇÃO</b>
Saúde
<b>MINISTÉRIOS</b>
Ministério da Saúde
<b>PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023</b>
5018 - Atenção Especializada à Saúde
<b>OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023</b>
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdade regionais
<b>AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021</b>
8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

**ESCOPO**

<b>SITUAÇÃO-PROBLEMA</b>
Os equipamentos hoje existentes nas ambulâncias do SAMU, em sua maioria, foram doados pelo Ministério da Saúde (MS) quando da implantação do Serviço, encontrando-se obsoletos pelo tempo de uso e grande desgaste.
<b>EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA</b>
Muitas ambulâncias não dispõem de equipamentos como bomba de infusão no Estado, o que dificulta a atuação das equipes para o transporte de pacientes críticos. As ambulâncias de suporte básico frequentemente apresentam problemas nos desfibriladores externos automáticos (DEA), necessitando de manutenção. A existência de equipamentos extras na SES (reservas técnicas) possibilitará a reposição em casos de falta por manutenção, enquanto os mesmos não retornam do conserto.
<b>IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE</b>
Melhoria da qualidade dos atendimentos prestados aos usuários do SUS pelo SAMU 192.
<b>OBJETO</b>
Substituição dos equipamentos utilizados nas ambulâncias do SAMU 192, tecnologicamente obsoletos.
<b>OBJETIVO</b>
Garantir a qualidade dos atendimentos do SAMU 192 e cumprir a legislação vigente, no que se refere ao elenco mínimo de equipamentos disponíveis nas ambulâncias.
<b>CONTEXTO E JUSTIFICATIVA</b>
O SAMU Estadual do RS conta atualmente com 227 ambulâncias, distribuídas em 164 bases, que atendem 294 municípios. Possui uma cobertura populacional de 10.408.626 habitantes (91,49% da população gaúcha). O SAMU RS possui 36 ambulâncias de suporte avançado de vida (que devem contar com todos os equipamentos necessários para uma estrutura de UTI Móvel) e 191 unidades de suporte básico de vida (que deverão contar com DEA, essenciais para a reanimação de pacientes em Parada Cardiorrespiratória na ausência do profissional

médico). A proposta é substituir os equipamentos das unidades de suporte avançado de vida e, no caso dos DEA, compor a reserva técnica em casos de reposição nas unidades de suporte básico, quando os equipamentos destas, estiverem em manutenção.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Desfibriladores Externos Automáticos para reserva técnica das Unidades de Suporte Básico do SAMU RS adquiridos	Quantidade	10	86.700	15
Ventiladores Mecânicos para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos	Quantidade	36	3.395.000	15
Desfibriladores/Cardioversores para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	36	1.801.500	15
Bombas de Infusão para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridas	Quantidade	36	195.700	15
Aspiradores portáteis para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos	Quantidade	36	161.100	15

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do acesso aos serviços de saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
947	<b>MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA E TÉCNICA DO SUS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 3.143.000

PÚBLICO-ALVO
Trabalhadores da saúde de 497 municípios, da gestão estadual, servidores da Escola de Saúde Pública e da Escola de Educação Profissional do SUS, professores, tutores, residentes, oficinairos, palestrantes, alunos e instituições de ensino parceiros da SES

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Escola de Saúde Pública e Escola Técnica do SUS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Teresinha Valduga Cardoso	51 39011464	teresinha-cardoso@saude.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5021 - Gestão e Organização do SUS

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1217 - Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
20YD - Educação e Formação em Saúde

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A inadequação da estrutura física, rede elétrica e acessibilidade, e a falta de aparelhamento adequado à continuidade dos processos educacionais da Escola de Saúde Pública (ESP) e da Escola de Educação Profissional do SUS (ETSUS).

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Tomadas e iluminação precárias queimando aparelhos e lâmpadas devido a sobrecargas, equipamentos que não podem ser ligados simultaneamente por falta de potência, inexistência de software acadêmico dificultando o processamento dos documentos de alunos e docentes, más condições dos auditórios inviabilizando a execução de aulas e cursos, tanto pela falta de mobiliário adequado quanto de equipamentos.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

A melhora na qualidade do ensino, capacitação e atualização dos profissionais da área de saúde no Estado do Rio Grande do Sul será verificada metrificando o uso dos ambientes, equipamentos e mobiliários; através de indicadores de uso, quantitativo de demandas, número de cursos ofertados e do número de alunos formados que são disponibilizados no relatório de gestão da SES/RS.

Aumento da capacidade de produção de trabalhadores qualificados para o Sistema Único de Saúde.

**OBJETO**

Reestruturação e modernização das edificações e informatização da gestão acadêmica da Escola de Saúde Pública (ESP) e da Escola de Educação Profissional do SUS (ETSUS).

**OBJETIVO**

A reestruturação e modernização das edificações visa realizar melhorias nas instalações elétricas, nas instalações de rede lógica e de informática, na adequação de uso e de capacidade de ambientes para a realização de eventos e capacitações, o cercamento do terreno e a execução de soluções para garantir a acessibilidade das edificações. Em relação aos equipamentos e ao mobiliário o projeto pretende adquirir e instalar nos auditórios equipamentos e substituir o mobiliário existente por novos que atendam as condições de ergonomia, qualificando os ambientes destinados à docência e a eventos funcionais. Pretende ainda desenvolver, instalar e implementar um sistema informatizado para gestão acadêmica das escolas, visando modernizar a infraestrutura tecnológica e garantir maior segurança, interatividade e agilidade no processamento dos dados.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A Escola de Saúde Pública é um Centro de Educação e Pesquisa em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, cuja missão é a gestão da educação em Saúde Coletiva no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, que contribuam para o fortalecimento do SUS e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população gaúcha. A Escola desempenha o papel de formação e aperfeiçoamento de profissionais para o setor de saúde, de planejamento e execução de atividades referentes à educação permanente e à pós-graduação dos profissionais do SUS, apoio ao desenvolvimento de recursos humanos, coordenação e desenvolvimento dos programas de Residência Integrada em Saúde no âmbito do SUS, de difusão de conhecimentos técnicos e científicos, através do ensino e publicações, a assessoria técnica e consultoria especializada na área da educação para a saúde. A reestruturação e modernização da Escola de Saúde Pública e da Escola de Educação Profissional são importantes porque visam qualificar a sua infraestrutura física e os seus equipamentos e mobiliários. Em relação ao aspecto físico pretende executar melhorias nas instalações elétricas, buscando potencializar a eficiência energética e prevenir sinistros, nas instalações de rede lógica e de informática, na adequação de uso. Em relação aos equipamentos e mobiliários o projeto visa adquirir e instalar nos auditórios equipamentos multimeios e substituir os mobiliários existentes por novos que atendam as condições de ergonomia, tornando os ambientes mais adequados. Em relação ao sistema informatizado para gestão

acadêmica (desenvolvimento, instalação e implementação) visa atualizar a infraestrutura tecnológica e garantir maior segurança, interatividade e agilidade no processamento dos dados, facilitando o acesso as informações para gestores, docentes e discentes. O mobiliário e os equipamentos obsoletos limitam a execução de algumas atividades educacionais.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Sistema informatizado para gestão acadêmica desenvolvido, instalado e implementado	Quantidade	1	100.000	18
Mobiliários e equipamentos adquiridos	Percentual	100	468.000	12
Reforma e ampliação para modernização da infraestrutura existente executadas	Percentual	100	2.575.000	36

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

#### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

#### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - SES

#### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar

Nº	PROJETO
948	<b>IMPLEMENTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (CRTEA)</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 1.680.000

PÚBLICO-ALVO
203.000 pessoas com autismo e suas famílias.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Coredes Alto da Serra do Botucaraí, Alto Jacuí, Campanha, Campos de Cima da Serra, Celeiro, Central, Centro Sul, Fronteira Noroeste, Hortênsias, Jacuí Centro, Litoral, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana Encosta da Serra, Produção, Rio da Várzea, Serra, Sul, Vale do Caí, Vale do Jaguarí, Vale do Rio Pardo, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Taquari

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Telessaúde/UFRGS, Secretaria Estadual da Educação, Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Lucia Pires Afonso da Costa	51 32885916	ana-costa@saude.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, consistindo em dificuldades de comunicação e interação social, e pela presença de padrões de comportamentos estereotipados e repetitivos. A gravidade da apresentação do TEA é variável, indo do mais leve ao mais severo, caracterizando o espectro autista. É um transtorno permanente, sem cura, mas com a possibilidade de diagnóstico e intervenção precoces, o que possibilita um prognóstico mais favorável, com suavização de sintomas.

O TEA, devido às suas características, perpassa todas as esferas da vida da pessoa e de sua família, sendo considerado um problema de saúde pública devido às implicações trazidas nas diferentes áreas como saúde, educação, assistência social, cidadania e direitos humanos. Não há dados epidemiológicos robustos que possibilitem o conhecimento do cenário estadual nem mesmo nacional, apenas estimativas.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

No Brasil, ainda não existem dados epidemiológicos representativos sobre o TEA, desvelando um atraso tanto no que se refere às questões epidemiológicas quanto de oferta de atendimento e cuidado especializados. Neste sentido, utilizamos a referência internacional do CDC (EUA) que, em 2020, apresentou a prevalência de 1:54. Considerando esta prevalência, estimamos que no Estado do Rio Grande do Sul, cuja população é de, aproximadamente, 11 milhões de pessoas, tenha cerca de 203 mil casos.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Qualificação das redes estaduais de saúde, educação e assistência social, no atendimento às pessoas com autismo e suas famílias.

**OBJETO**

Implementação de Centros Macrorregionais de Referência em Transtorno do Espectro do Autismo (CRTEA). O recurso do projeto será utilizado para implementar os serviços a partir da adesão das macrorregionais.

**OBJETIVO**

Criação de Centros de Referência em TEA (CRTEA) nas 07 macrorregionais de saúde, a saber: Centro-Oeste, Metropolitana, Missioneira, Norte, Serra, Sul e Vales. O propósito do CRTEA é ser reconhecido, através do matriciamento, como o serviço de elevada expertise no tema do TEA, nas diferentes áreas de necessidades (saúde, educação, assistência social, cidadania e direitos humanos), concentrando o conhecimento e a experiência no tema, sendo capaz de conduzir ações de qualificação das redes locais e investigação científica, em parceria com instituições de ensino e pesquisa.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

O Estado do Rio Grande do Sul sancionou a Lei nº 15.322, de 25 de setembro de 2019, que instituiu a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com TEA no Estado do RS, destinada a garantir e promover o atendimento às necessidades específicas das pessoas com TEA, visando ao desenvolvimento pessoal, à inclusão social, à cidadania e ao apoio às suas famílias. Esta lei foi construída em parceria com a sociedade civil, por meio da Rede Gaúcha Pró-Autismo. Para atender à finalidade da referida lei com a qualidade desejada, entende-se importante a implantação de um centro de referência para qualificação do atendimento integral das pessoas com TEA, abrangendo todo o ciclo vital e incluindo as áreas referidas na legislação: saúde, educação e assistência social (Art. 3º), culminando na idealização do Centro de Referência em Transtorno do Espectro Autista (CRTEA), que foi levado ao conhecimento do governador do Estado, obtendo aprovação e ficando os trabalhos sob a coordenação da Secretaria de Saúde, mas contando com a participação da Secretaria de Educação, da Secretaria de Trabalho e Assistência Social e da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adaptação de espaços físicos nos serviços existentes para configurar um CRTEA	Quantidade	7	175.000	6
Profissionais e trabalhadores da saúde para atuação no CRTEA qualificados	Quantidade	35	149.450	12
Aquisição de de carro com identificação visual do projeto	Quantidade	7	630.000	6
Consultoria/apoio institucional para implementação dos serviços	Quantidade	1	280.000	6
Salas/espços para desenvolvimento do matriciamento equipadas	Quantidade	7	350.000	6
Identificação visual do CRTEA com logomarca do projeto	Quantidade	7	95.550	6

### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
949	<b>PROMOÇÃO DO CUIDADO A PESSOAS IDOSAS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 496.000

PÚBLICO-ALVO
Cuidadores formais, informais e/ou familiares e pessoas da comunidade interessadas em exercer a função de cuidador. Serão capacitados 360 profissionais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Lucia Pires Afonso da Costa	51 32885916	ana-costa@saude.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Falta de oferta de cursos de formação de cuidadores de pessoas idosas no âmbito do poder público e um aumento significativo de processos judiciais para abrigo de pessoas idosas. Uma grande parte destes processos são motivados pela falta de capacidade das famílias encontrarem estratégias para cuidar das pessoas idosas em seus domicílios.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

O envelhecimento rápido da população brasileira configura uma acelerada transição demográfica e traz profundos desafios para a estruturação das políticas públicas de atenção às pessoas idosas. Os principais determinantes da transição demográfica, no Estado do RS, são a redução expressiva na taxa de fecundidade associada à forte redução da taxa de mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística - FEE (2018), no período de 2001 a 2015, o RS apresentou um acréscimo de 882 mil habitantes (8,5%) de pessoas, passando de 10.365.992 para 11.247.972. A população na faixa etária acima de 60 anos ou mais apresentou, por sua vez, um aumento de 656.362 pessoas, passando de 1.105.807 pessoas em 2001 (10,7% da população geral) a 1.762.169 em 2015 (15,7% da população). Dessa forma, o contingente de pessoas idosas aumentou 59% em um período de 14 anos.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Capacitação adequada para cuidadores de pessoas idosas, tanto para os aspirantes como para cuidadores informais e familiares em atividade.

**OBJETO**

Realização de cursos de formação para Cuidadores de Pessoas Idosas e publicação de 50.000 Guias de Orientação para Cuidadores de Pessoas Idosas.

**OBJETIVO**

Realizar Curso de Formação para Cuidadores de Pessoas Idosas nas seguintes Coordenadorias Regionais de Saúde: 1ª (dois cursos), 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 10ª, 12ª, 15ª, 17ª e 18ª e publicar e distribuir gratuitamente 50.000 guias de orientação para cuidadores de idosos formais, informais e/ou familiares, apresentando conhecimentos teóricos e práticos sobre o envelhecimento e o cuidado diário com a pessoa idosa.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Dentre os aspectos que influenciam o processo de envelhecimento e o cuidado às pessoas idosas, estão os arranjos familiares. As pesquisas nacionais por amostra domiciliar do IBGE têm detectado mudanças importantes nestes arranjos. Observa-se uma redução no número médio de pessoas nos domicílios - de 3,9 moradores em 1980 para 2,7 em 2014. Além disso, arranjos formados por casais com filhos diminuíram expressivamente entre 1983 e 2014, sendo que em 1983 representavam 43,8% do total e em 2014, 25,5%. Para avaliar como a oferta de cuidados familiares às pessoas idosas poderia ser afetada pelas mudanças nos arranjos familiares, consideraram-se dois grupos: os "arranjos continentais" (formados por pessoas idosas que moram com filhos/as ou outros) e os "arranjos não continentais" (constituídos por casais ou pessoas idosas que moram sós). Embora os "arranjos continentais" predominem, observa-se uma diminuição significativa na sua proporção de 1983 (74,1%) a 2014 (57,9%). De maneira inversa, os arranjos "não continentais" aumentaram no mesmo período, apresentando uma proporção de 25,9% em 1983 e 42,1% em 2014 (PNS/IBGE, 2014). Estes fenômenos trazem importantes consequências para os aspectos da vida individual, familiar e comunitária das pessoas idosas. A redução da taxa de fecundidade reflete mudanças na tradição familiar de muitos brasileiros, os quais passam a formar famílias com um menor número de filhos. A crescente demanda pela terceirização do cuidado das pessoas idosas, assim como a necessidade de capacitação de cuidadores familiares já atuantes, demanda do âmbito estadual medidas concretas que propiciem o cuidado qualificado deste grupo populacional.

O Estado do RS, por meio da SES, conta com uma instituição de ensino própria, com estrutura e renomada

experiência pedagógica (ESP-RS), a qual coordenou junto à Área Técnica de saúde do Idoso a elaboração do plano de curso para cuidadores (proposto no PPA estadual 2020-2023). Dessa forma, o pleito tem como objetivo ampliar a capilaridade da ação proposta dentro do Estado.

Destaca-se que a formação de cuidadores, está dentre as ações da Saúde do Idoso, proposta no PPA 2020-2023, e, combinada à publicação dos guias orientativos, qualificará a Rede de Atenção a Saúde da Pessoa Idosa no RS. No total serão capacitados 360 profissionais, sendo 30 profissionais por turma.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Impressão do guia de orientações para cuidadores de pessoas idosas	Quantidade	50000	250.000	12
Formatação e diagramação do guia de orientações para cuidadores de pessoas idosas	Quantidade	1	30.000	8
Curso de Formação para Cuidadores de Idosos	Quantidade	12	216.000	24

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado

#### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Educação de qualidade

Nº	PROJETO
950	<b>AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE SERVIÇOS RESIDÊNCIAIS TERAPÊUTICOS - SRT</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 300.000

PÚBLICO-ALVO
Usuários de saúde mental moradores de longa permanência em hospital psiquiátrico. Beneficiários diretos: 141 (80 já desinstitucionalizados e 46 a desinstitucionalizar)

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre - SMS/POA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marilise Fraga de Souza	51 32885909	marilise-souza@saude.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A Lei Estadual nº 9716/1992, que instituiu a reforma psiquiátrica no RS, e a Lei Federal nº 10.216/2001 garantem os direitos dos portadores de transtornos mentais e reorientam o modelo de atenção em saúde mental, vedando a internação em instituições de características asilares, tendo a desinstitucionalização e a reinserção social na comunidade como diretrizes para o cuidado. Contudo, ainda restam no país usuários de saúde mental internados em longa permanência em instituições asilares.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

A situação-problema a ser enfrentada é continuidade da internação de 46 usuários de longa permanência residindo nas unidades internas no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), que é um estabelecimento próprio do Estado do RS, uma vez que as legislações sobre a reforma psiquiátrica e sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais (Lei Estadual nº 9716/1992 e a Lei Federal nº 10.216/2001) não só vedam a internação em instituições de características asilares como também garantem a desinstitucionalização e a reinserção social na comunidade enquanto diretrizes para o cuidado em saúde mental.

**IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE**

Diminuir progressivamente o número de pacientes de longa permanência residentes no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), por meio da implantação de novos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), assim como garantir a continuidade do cuidado nos 32 SRTs já existentes em Porto Alegre e Viamão que são de responsabilidade estadual. Além de garantir a desinstitucionalização, é esperado em médio prazo que se consolidem as condições para a reinserção social na comunidade dos 46 usuários de longa permanência de saúde mental que residem atualmente no HPSP, atendendo as legislações que instituem a reforma psiquiátrica, que garantem os direitos dos portadores de transtornos mentais, e que reorientam o modelo de atenção em saúde mental. Portanto, entendemos que o processo de desinstitucionalização de usuários de longa permanência deve ser contínuo e ininterrupto, até a efetiva transferência de todos os moradores para SRT.

**OBJETO**

Implantação de pelo menos 05 (cinco) Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), destinados aos 46 usuários de saúde mental que residem em longa permanência nas unidades internas do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) e modernizar as 32 casas que o estado possui, onde vivem os moradores já desinstitucionalizados.

**OBJETIVO**

Para efetivar o que preconiza a legislação, será necessária a implantação de pelo menos 05 (cinco) Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), a fim de promover a desinstitucionalização destes usuários e sua reinserção social na comunidade. Além da implantação de novos SRT, o Estado já possui 32 casas que abrigam cerca de 80 moradores desinstitucionalizados, localizadas nos municípios de Porto Alegre e Viamão, que necessitam de modernização e contínuas adequações.

**CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

Os SRTs são regulamentados pela Portaria GM/MS nº 3090/2011, alterada pela Portaria GM/MS nº 3588/2017, caracterizando-se por excelência como o modelo público de serviço de moradia, inseridos na comunidade e destinados a pessoas com transtorno mental, egressas de hospitais psiquiátricos e/ou hospitais de custódia. O caráter fundamental do SRT é de ser um espaço que garanta o convívio social, a reabilitação psicossocial e o resgate de cidadania do sujeito, promovendo os laços afetivos, a reinserção no espaço da cidade e a reconstrução das referências familiares.

O cuidado em saúde mental deve garantir a individualidade e o lugar de pertencimento social como cidadão, o que acaba não ocorrendo no interior das instituições. A mudança da condição de dependência institucional e de privação de direitos que leva à cronificação supõe, antes de tudo, o retorno do sujeito a uma situação de socialização e de garantia de direitos de cidadão, passando de uma relação de controle e opressão para uma relação de contratualidade.

Uma instituição asilar, ainda que ofereça condições básicas de moradia, de alimentação e de equipe de cuidado, caracteriza-se por possuir rotinas diárias generalizadas. Tal rotina institucional acaba por excluir os usuários do contato com a dimensão temporal, social e cultural vivenciada no ambiente da comunidade e acarreta uma série de riscos à saúde para usuários e trabalhadores.

Assim, ao contrário do que se veicula no senso comum, a cronificação não é resultado exclusivamente do quadro psiquiátrico do usuário, mas também da vivência institucional. Além disso, administrar os contextos cotidianos de grandes instituições de moradia leva frequentemente os trabalhadores a adotarem posturas morais e cerceadoras das liberdades e características individuais, buscando adaptar os moradores a rotinas e categorias gerais.

Desinstitucionalizar significa criar oportunidades de pertencimento a processos coletivos de contratualidade, onde se é respeitado nas diferenças, limites, possibilidades, interesses e habilidades singulares. O encaminhamento de moradores para SRTs deve ser previsto no Projeto Terapêutico Singular (PTS) elaborado por ocasião do processo de desospitalização, focado na reapropriação do espaço residencial como moradia, na construção de habilidades para a vida diária referentes ao autocuidado, alimentação, vestuário, higiene, formas de comunicação e aumento das condições para estabelecimento de vínculos afetivos, com consequente inserção dos mesmos na rede social existente. Assim, para proceder à desinstitucionalização de um usuário, é imprescindível a sua vinculação a uma equipe de saúde que se situará como referência para a construção de seu PTS em articulação com a rede intersetorial, e a implantação de dispositivos justamente vocacionados à garantia de direitos e cidadania a esse público-alvo, os SRT.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Serviço Residencial Terapêutico mantido e modernizado	Quantidade	32	100.000	24
Serviço Residencial Terapêutico Novo Implantado	Quantidade	5	200.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental

## ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Monitorado como Projeto Estratégico no RS

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
952	<b>AMBULATÓRIOS PÓS COVID</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 48.000.000

PÚBLICO-ALVO
Pacientes que desenvolveram sequelas devido a infecção pelo covid-19.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

A Covid-19 pode provocar comprometimento multissistêmico, com efeito prejudicial em vários órgãos, que pode persistir mesmo após a estabilização da situação aguda, acarretando impacto na qualidade de vida dos usuários.

Algumas pessoas apresentam sintomas prolongados depois da infecção aguda, contudo não recuperaram sua condição de saúde plena. São esperadas seqüelas físicas, cognitivas e emocionais em parcela significativa de sobreviventes de formas graves da COVID-19, demandando cuidados clínicos e de reabilitação. Portanto, tão importante quanto tratar a infecção, é recuperar e acompanhar as seqüelas deixadas pela doença. Nesse sentido, propomos a criação de Ambulatórios Pós-COVID-19 que ofertarão reabilitação e acompanhamento clínico geral, por equipe multidisciplinar.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

As complicações pós Covid-19 ainda não estão completamente caracterizadas e padronizadas, portanto ainda buscamos entender suas conseqüências no médio e longo prazos, bem como, as condições clínicas prevalentes que as caracterizam

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O projeto visa impactar positivamente na oferta e acesso aos serviços ambulatoriais especializados nas 7 macrorregiões de saúde do Estado promovendo o acompanhamento clínico e a reabilitação de pacientes que desenvolveram seqüelas decorrentes da COVID-19 e que ficaram com limitações físicas, cognitivas ou psíquicas, mediante atendimento multiprofissional, sob enfoque interdisciplinar.

### OBJETO

Implantação de 20 ambulatórios especializados pós COVID-19, distribuídos entre as 7 Macrorregiões de Saúde, para seguimento tanto de paciente pós-alta hospitalar (internação em UTI, Leito de Suporte Ventilatório Pulmonar e clínica), quanto daqueles que não necessitaram de internação na fase aguda da infecção, que desenvolveram sequelas devido a infecção pelo covid-19.

### OBJETIVO

Integrar a Linha de Cuidado Pós COVID-19, como componente da atenção especializada ambulatorial; promover o acompanhamento clínico e a reabilitação de pacientes que desenvolveram seqüelas decorrentes da COVID-19 e que ficaram com limitações físicas, cognitivas ou psíquicas, mediante atendimento multiprofissional, sob enfoque interdisciplinar; realizar apoio matricial à APS; e desenvolver pesquisa clínica e inovação tecnológica.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Investimento necessário na área de saúde pública para atender pacientes com sequelas temporárias ou permanentes causada pelo Covid 19, a maior epidemia do século XXI até o momento. Faz-se necessário construir políticas públicas que acolham as necessidades em saúde específicas da população estabelecidas frente a esta nova realidade que a pandemia nos impôs.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
20 Ambulatórios de Especialidades Pós COVID-19	Quantidade	20	48.000.000	24

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do acesso aos serviços de saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Regionalização e Organização das Redes

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
955	<b>TUBERCULOSE NO CÁRCERE: UM SISTEMA DE DIAGNÓSTICO NAS PRISÕES GAÚCHAS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.295.000

PÚBLICO-ALVO
43.175 pessoas privadas de liberdade e servidores penitenciários.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Bagé, Bento Gonçalves, Charqueadas, Ijuí, Montenegro, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Santa Maria

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Sanatório Partenon.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gustavo Schwarz	51 32887212	gustavo-schwartz@susepe.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento a criminalidade com ênfase no combate a corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
155N - Aprimoramento da infraestrutura e modernização do Sistema Penal

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Aumento da incidência de casos de tuberculose nas prisões gaúchas, resultando no acréscimo de medicações e custos de operação do Sistema Único de Saúde.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a incidência de Tuberculose (TB) nas unidades prisionais da América Latina é 22,2 vezes maior do que na população livre. No Brasil, estima-se que essa incidência seja 25 vezes maior e que a prevalência de TB ativa varie de 2,5% a 8,6% entre os presos. Em um estudo realizado por Fanfa et al (2019), relativo aos casos de tuberculose em pessoas privadas de liberdade no estado do Rio Grande do Sul, apresentou-se, no ano de 2018, 993 casos notificados de tuberculose em pessoas presas, equivalendo a 23,2% da população. No mesmo estudo de Fanfa et al (2019), apontou-se que a proporção de casos de tuberculose foi maior no sexo masculino, contemplando 94,8% das notificações. Em relação as características demográficas, 43,4% dos casos notificados tinha de 25 a 34 anos, 61% eram brancos e 50% tinha de 4 a 8 anos de estudo.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Com a implantação dos centros de testagem, haverá maior agilidade nos diagnósticos a médio prazo e redução significativa da incidência de Tuberculose no sistema prisional, conseqüentemente, o tratamento será iniciado precocemente, possibilitando aumentar as chances de cura e diminuir a resistência as medicações. A longo prazo utilização do sistema interno de testagem para 100% dos diagnósticos de Tuberculose no Sistema prisional do Estado e liberação dos centros de diagnóstico da rede local de Saúde.

### OBJETO

Implantação de centros de diagnóstico de tuberculose no Sistema Prisional.

### OBJETIVO

Redução da incidência da tuberculose nas prisões gaúchas através do rastreamento de casos nas pessoas privadas de liberdade quando do ingresso no sistema prisional, bem como nos servidores penitenciários que atuam nas prisões gaúchas, evitando a proliferação e ampliando a taxa de cura.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O controle da TB é uma necessidade que urge na sociedade e que pode ser idealizado e efetivado devido essa ser uma doença curável e prevenível. Neste contexto, faz-se necessário a implementação de políticas públicas que viabilizem a redução da prevalência da TB nas prisões, com ênfase na busca ativa de casos, visto a epidemia instalada da doença nestes cenários e que pode gerar conseqüências extramuros, haja visto o contato e convivência dos detentos com os trabalhadores do presídio e com familiares (Silva et al, 2019). Assim, através da implantação dos centros de diagnóstico nas Unidades Prisionais, será possível a testagem das pessoas presas quando do ingresso no sistema penal, reduzindo a propagação da doença, ampliando a taxa de cura e reduzindo a necessidade de movimentações externas. Para tal, os centros de testagem serão implantados em 10 (dez) Unidades Prisionais, em cada uma das Regiões Penitenciárias do Estado, podendo, assim, abrangi a testagem de outros Estabelecimentos Prisionais localizados na proximidade territorial.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Refrigerador - Adquirido	Quantidade	10	15.000	8
Autoclaves - Adquirido	Quantidade	10	50.000	8
Microscópio - Adquirido	Quantidade	10	25.000	8
Condicionador de Ar - Adquirido	Quantidade	10	15.000	8

Cabines Biológicas - Adquirido	Quantidade	10	110.000	8
Agitadores Vortex - Adquirido	Quantidade	10	20.000	8
Equipamento Genexpert MTB/RIF - Adquirido	Quantidade	10	1.450.000	8
Kits Detecção Qualitativa MTB/RIF - Adquirido	Quantidade	488	610.000	8

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

### AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Tratamento e assistência ao apenado

### INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Tratamento e assistência à pessoa privada de liberdade

### ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
982	<b>EQUIPAR O HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DE PELOTAS</b>

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 30.000.000

PÚBLICO-ALVO
Usuários da Macrorregião de Saúde Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Aceguá, Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas-RS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

#### VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA ORÇAMENTO FEDERAL 2021
8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

## ESCOPO

### SITUAÇÃO-PROBLEMA

Atualmente a Rede de Urgência e Emergência - RUE do município de Pelotas-RS e da Macrorregião Sul enfrenta dificuldades que impactam na baixa qualidade do acesso aos serviços, assim como na resolutividade do cuidado prestado, uma vez que não possui estrutura física adequada e suficiente para atender a população referenciada de cerca de um milhão de pessoas.

### EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas, diante da dificuldade em organizar a Rede de Urgência e Emergência para atender a demanda do município e da macrorregião de saúde, constatou a necessidade de premente mudança do local físico do pronto atendimento hospitalar de urgência e emergência, reorganizando a rede de atenção e o acesso a esse serviço na macrorregião.

### IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Ampliar a estrutura física e de serviços a fim de atender as demandas de urgência e emergência regional e macrorregional.

### OBJETO

Aquisição de equipamentos para o Hospital de Pronto Socorro de Pelotas-RS.

### OBJETIVO

Adquirir equipamentos e materiais permanentes para o Hospital de Pronto Socorro de Pelotas-RS.

### CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Pelotas-RS é centro de referência para uma população de, aproximadamente, 1 milhão de habitantes da Macrorregião Sul do Estado. O município é um importante polo de educação e de saúde, contando com cinco hospitais que são referência em diversos serviços de média e alta complexidade, abrangendo as Regiões de Saúde 21 e 22. Há no município um serviço de Pronto Socorro que apresenta limitações ao atendimento de toda essa população. A Macro Sul precisa de um HPS maior, estruturado para atender a população, principalmente voltado para o atendimento de pessoas que são vítimas de violência ou de trauma, como por exemplo, acidentes de trânsito, quedas e queimaduras, funcionando 24 horas por dia, qualificando à assistência na região. O Governo do Estado alocou recursos do tesouro estadual para financiamento da reestruturação e adequação da área física do referido hospital. O município, por sua vez, colaborou com a cedência do imóvel para a implantação do Hospital de Pronto Socorro de Pelotas-RS. A porta de entrada do Hospital São Francisco de Paula (Pronto Socorro de Pelotas) atende em média 300 usuários/dia.

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de equipamentos para o HPS de Pelotas-RS	Percentual	100	30.000.00	18

## VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

### PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do acesso aos serviços de saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o orçamento estadual

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar